Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira, Lucas Spínola &
Lívio Andrade Wanderley

Organizadores

REFLEXÕES DE ECONOMISTAS BAIANOS 2022

Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado

CORECON BA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
Conselho Regional de Economia 5ª Região /BA

Orelha do Livro

O Conselho Regional de Economia – 5ª Região (CORECON – BA) tem publicado desde o ano de 2001 o livro "**Reflexões de Economistas Baianos**", de periodicidade anual com registro de ISBN a partir da edição de 2007-2008. Retorna-se a publicação através da Edição de 2005 em que passa a fazer parte das atividades permanentes do CORECON-BA. Registram-se as edições publicadas de cada ano, segundo as gestões do Conselho e organizadores dos livros:

Edição 2001: Presidente Antônio Alberto Machado Pires Valença e Vice-Presidente Nei Jorge Correia Cardim. Comissão Organizadora dos Eventos Alusivos aos 50 anos da Profissão de Economistas composta por Paulo Dantas da Costa (Presidente), Francisca Santos de Aragão e Arthur Nemrod Menezes Guimarães;

Edição 2005: Presidente Osmar Gonçalves Sepúlveda e Vice-Presidente Francisca Santos de Aragão. Organizadores: Osmar Gonçalves Sepúlveda e Fernando Cardoso Pedrão;

Edição 2006: Presidente Arthur Nemrod Menezes Guimarães e Vice-Presidente Itamar Jezler Campello. Organizador: Osmar Gonçalves Sepúlveda;

Edição 2007 – 2008: Presidente Arthur Nemrod Menezes Guimarães e Vice-Presidente José Élio de Souza (2007) e Paulo Dantas da Costa e Vice-Presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco (2008). Organizadores: Livio Andrade Wanderley e Osmar Gonçalves Sepúlveda;

Edição 2009: Presidente Paulo Dantas da Costa e Vice-Presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco. Organizadores: Francisca Santos de Aragão e Osmar Gonçalves Sepúlveda;

Edição 2010: Presidente José Élio de Souza e Vice-Presidente Francisca Santos de Aragão. Organizador Osmar Gonçalves Sepúlveda;

Edição 2011: Presidente Luiz José Pimenta e Vice-Presidente Arthur Nemrod MenezesGuimarães. Esta edição foi composta de três volumes – Volume 1 (Reflexões de Economistas Baianos), Volume 2 (Monografias agraciadas com o Prêmio Monografia Jairo Simões do CORECON-BA) e Volume 3 (Tributo *in memoriam* para o Economista Osmar Gonçalves Sepúlveda, compondo uma plêiade de textos de sua autoria). Organizadores: Luiz José Pimentae Francisca Santos de Aragão;

Edição 2012: Presidente Marcelo José dos Santos e Vice-Presidente Carlos Rodolfo Lujan Santos. Organizadores: Gustavo Casseb Pessoti e Lívio Andrade Wanderley;

Edição 2013: Presidente Marcelo José dos Santos e Vice-Presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco. Organizadores: Gustavo Casseb Pessoti e Lívio Andrade Wanderley;

Edição 2014: Presidente Gustavo Casseb Pessoti e Vice-Presidente Virgílio Pacheco de Araújo Neto. Organizadores Gustavo Casseb Pessoti e Lívio Andrade Wanderley;

Edição 2015: Presidente Gustavo Casseb Pessoti e Vice-Presidente Virgílio Pacheco de Araújo Neto. Edição especial em comemoração aos 50 anos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz (FCE/UESC). Organizadores: Carlos Eduardo Ribeiro, Carlos Eduardo Drumond e Gustavo Casseb Pessoti;

Edição 2016: Presidente Vítor Lopes e Vice-Presidente Marcus Verhine. Organizadores Lívio Andrade Wanderley e Gustavo Casseb Pessoti;

Edição 2017: Presidente Gustavo Casseb Pessoti e Vice-Presidente Marcelo José dos Santos. Organizadores: Lívio Andrade Wanderley e Jorge Antonio Santos Silva;

Edição 2018: edição especial em comemoração aos 20 anos do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Organizadores: José Antônio Gonçalves dos Santos, Gildásio Santana Júnior e Gustavo Casseb Pessoti;

Edição 2019: publicação na gestão do Presidente Reinaldo Dantas Sampaio e Vice- Presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco. Organizadores: Lívio Andrade Wanderley, Ana Cristina Cerqueira e Gustavo Casseb Pessoti.

Edição 2020: publicação na gestão do Presidente Marcelo José dos Santos e Vice- Presidente Gustavo Casseb Pessoti. Organizadores: Gustavo Casseb Pessoti e Marcelo José dos Santos.

Edição 2021: publicação na gestão do Presidente Fernando Baptistella Fernandes e Vice-Presidente Gustavo Casseb Pessoti. Organizadores: Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira e Lívio Andrade Wanderley.

Edição 2022: publicação na gestão do Presidente Gustavo Casseb Pessoti e Vice- Presidente Reinaldo Dantas Sampaio. Organizadores: Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira, Lucas Spinola Souto e Lívio Andrade Wanderley.

Os organizadores da publicação de 2021 agradecem aos autores e coautores que contribuíram com seus textos para a composição desta edição, a qual comporta artigos distribuídos em seções que abordam os seguintes assuntos:

Seção I: **O que o panorama internacional aponta para a economia baiana**

Seção II: **Panorama econômico: os desafios que persistem**

Seção III: **Panorama social: recortes de breves avanços de desafios estruturais**

Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira, Lucas Spínola &

Lívio Andrade Wanderley

Organizadores

REFLEXÕES DE ECONOMISTAS BAIANOS – 2022

Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado

Autores

Alex Gama Queiroz dos Santos
Carolina Spínola
Claudia Monteiro Fernandes
Cristiano Cassiano de Araujo
Fabrício Ferreira Caetano Santos
Fernando Pedrão
Gesner Brehmer de Araújo Silva
Gustavo Casseb Pessoti
Helcio de Medeiros Junior
Jadson Santana
Laumar Neves de Souza
Lívio Andrade Wanderley
Lucas Gonçalves Souto
Mônica de Moura Pires
Noelio Dantaslé Spinola
Renato Barbosa Reis
Rondinaldo Silva das Almas
Ticiana Grecco Zanon Moura
Urandi Roberto Paiva Freitas
Vaner Prado

CORECON-BA

Conselho Regional de Economia 5ª Região / BA

BIBLIOTECA DOS ECONOMISTAS – 2022

CORECON

Conselho Regional de Economia – 5ª Região / Bahia

Conselheiros Titulares
Presidente: Gustavo Casseb Pessoti
Vice-Presidente: Reinaldo Dantas Sampaio
Ana Cristina Cerqueira
Carlos Rodolfo Lujan
Fernando Baptistella Fernandes
Isabel de Cássia S. Ribeiro
Luiz José Pimenta
Oswaldo Guerra
Rosemberg Valverde Jesus

Suplentes
Alex Gama Queiroz dos Santos
Delza Rodrigues de Carvalho
Edval Landulfo
Helga Dulce Bispo Passos
Lívio Andrade Wanderley
Marcelo José dos Santos
Marcus Emerson Verhine
Maria de Fátima Silveira Ferreira
Roberto Lucas Spínola Souto

Conselheiros Representantes da Bahia no Cofecon
Paulo Dantas da Costa

Suplente
Gustavo Casseb Pessoti

Superintendente do Corecon-BA
Bruno Pires Sacramento

Organizadores
Gustavo Casseb Pessoti
Ana Cristina Cerqueira
Lucas Spínola
Lívio Andrade Wanderley

Revisão ortográfica
Jadson Santana

Reflexões de Economistas Baianos 2022 : Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado / Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira, Lucas Spinola Souto e Lívio Andrade Wanderley (Organizadores).

- Salvador : CORECON- BA, 2022. 323 p.

- ISBN: 978-65-88656-04-4

1. Desenvolvimento econômico – Bahia. 2. Economia brasileira. 3. Economia baiana. I. Pessoti, Gustavo Casseb. II. Cerqueira, Ana Cristina. III. Souto, Lucas Spinola. IV. Wanderley, Lívio Andrade. V. Título.

CDU 338.1

ORGANIZADORES

Gustavo Casseb Pessoti
Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Desenvolvimento Análise Regional do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade de Salvador (PPDRU/UNIFACS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Ex-presidente do Corecon/BA nos anos de 2014, 2015 e 2017 e vice-presidente nos anos de 2020 e 2021. E-mail: cassebpessoti@gmail.com.

Ana Cristina Cerqueira
Economista, mestre em Economia pela Unicamp e assessora técnica da Superintendência de Planejamento Estratégico da SEPLAN-BA.

Lucas Spínola
Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Unifacs. Doutorando em Ciências Contábeis pela UNB.

Lívio Andrade Wanderley
Doutor em Administração (FGV/SP). Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA). E-mail: livio@ufba.br.

AUTORES:

Claudia Monteiro Fernandes: Economista, mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles (INCT/UFRJ), Programa 'A Cor da Bahia' e Grupo Periféricas (FFCH/UFBA).

Helcio de Medeiros Junior: Economista aposentado do Instituto Pereira Passos, Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) com Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs) e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

Fabrício Ferreira Caetano Santos: Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista FAPESB. Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 991068270. E-mail: ffcsantos@uesc.br.

Fernando Pedrão: Doutor e Docente Livre pela Universidade Federal da Bahia.

Gesner Brehmer de Araújo Silva: Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). Mestre em Planejamento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: gesnerbrehmer@hotmail.com.

Gustavo Casseb Pessoti: Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Desenvolvimento Análise Regional do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade de Salvador (PPDRU/UNIFACS). Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI/BA. E-mail: cassebpessoti@gmail.com.

Lucas Gonçalves Souto: Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: lucasgsouto1@hotmail.com.

Lívio Andrade Wanderley: Doutor em Administração (FGV/SP). Professor do Programa de Pós-graduação em Economiada Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA). E-mail: livio@ufba.br.

Noélio Dantaslé Spinola: Professor Titular de Economia Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Pt. Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona – Es.

Vaner José do Prado: Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Unifacs e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

COAUTORES:

Alex Gama: Economista (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Assessor Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Professor da Unifacs.

Carolina de Andrade Spinola: Professora da Universidade Salvador (Unifacs), Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB) e pesquisadora do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: carolina.spinola@unifacs.br.

Cristiano Cassiano de Araujo: Doutor em Geografia (UFBA). Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA). E-mail: cristianocassianodearaujo@gmail.com.

Jadson Santana: Mestre em Administração Pública (NPGA/UFBA). Graduado em Ciências Econômicas (Unifacs). Graduado em Administração (Uneb). Técnico da Coordenação de Estatística (Coest) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). E-mail: jadsonsantana@seiba.gov.br.

Laumar Neves de Souza: Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

Mônica de Moura Pires: Doutora em Economia Rural. Professora do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 3680-5043. E-mail: mpires@uesc.br.

Renato Barbosa Reis: Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Análise Espacial para o Desenvolvimento (GPAED). E-mail: renato.reis@unifacs.br.

Rondinaldo Silva das Almas: Doutor em Planejamento Regional pela Universidade de Barcelona. Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB). E-mail: rondinaldo.silva@uesb.edu.br.

Ticiana Grecco Zanon Moura: Doutora em Economia. Professora do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 3680-5003. E-mail: tgzmoura@uesc.br.

Urandi Roberto de Paiva Freitas: Mestre em Ciências Econômicas (ME/UFBA). Graduado em Ciências Econômicas (Ufba). Coordenador da Coordenação de Estatística (Coest) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). E-mail: urandifreitas@sei.ba.gov.br.

Sumário

Apresentação 10

Gustavo Casseb Pessoti
Presidente do CORECON-BA

Introdução 11

Lívio Andrade Wanderley

SEÇÃO I 13
O que o panorama internacional aponta para a economia baiana

A esfinge baiana 14

Fernando Pedrão

Dinâmicas de comércio internacional e o contexto pandêmico: uma análise da relação Bahia-Mercosul através das exportações e importações no biênio 2019-2020 28

Gesner Brehmer de Araújo Silva

SEÇÃO II 46

Panorama econômico: os desafios que persistem

O descolamento das Teorias do Desenvolvimento: e o caso da Bahia 47

Noélio Dantaslé Spinola

Evolução espacial do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a urgência do planejamento urbano e regional 75

Helcio de Medeiros Junior

Laumar Neves de Souza

Aglomeração e polarização econômica do Setor de Serviços no estado da Bahia 115

Lucas Gonçalves Souto

Rondinaldo Silva das Almas

Vantagens e desvantagens competitivas do Setor de Reciclagem no estado da Bahia: uma análise por mesorregiões entre 2007 e 2015 157

Lívio Andrade Wanderley

Cristiano Cassiano de Araujo

Análise espacial dos determinantes da pobreza na Bahia 191

Fabrício Ferreira Caetano Santos

Mônica de Moura Pires

Ticiana Grecco Zanon Moura

Cenários econômicos perspectivos para Salvador na próxima década de 2021-2030 239

Gustavo Casseb Pessoti

Alex Gama Q. dos Santos

Jadson Santana

Urandi R. Paiva Freitas

SEÇÃO III **267**

Panorama social: recortes de breves avanços de desafios estruturais

Democratização na Educação Superior para superar desigualdades: a Lei de Cotas no Brasil e na UFBA 268

Claudia Monteiro Fernandes

Distância para a cidadania na Bahia: o acesso aos documentos certificadores sob a ótica de Christaller 301

Vaner Prado

Laumar Neves de Souza

Renato Reis

Carolina Spínola

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos o mais novo trabalho do Conselho Regional de Economia da Bahia intitulado “Reflexões de Economistas Baianos 2022”, um livro cuja proposta é se tornar uma referência literária sobre as análises da economia baiana contemporânea e, ao mesmo tempo, um importante instrumento de planejamento público e privado da Bahia.

Desde sua origem ainda em meados dos anos 2000, “Reflexões de Economistas Baianos” tem sido o principal veículo de comunicação do Conselho Regional de Economia da Bahia (CORECON-BA) para análises da realidade socioeconômica da Bahia, democratizando um espaço para as manifestações mais plurais e representativas das visões dos mais diferentes Economistas Baianos, dos setores públicos e privados, representantes da academia ou não.

Este documento do ano de 2022 buscou analisar e interpretar, com base no ponto de vista de diferentes especialistas baianos, as transformações recentes na economia baiana e as perspectivas (ou não) para um novo ciclo de crescimento econômico para o estado da Bahia, mais sustentável do que aquele que vigorou durante a segunda década do século XXI. Nesse volume de Reflexões, os organizadores Ana Cristina Cerqueira, Roberto Lucas Spinola Souto e Livio Andrade Warderley priorizaram a construção de capítulos cujas análises fizessem algumas elucubrações sobre as tendências esperadas para o desenvolvimento da Economia Baiana nos próximos anos.

Esperamos que essa obra seja de grande utilidade para academia, para os setores que estudam e planejam as políticas públicas de desenvolvimento do estado, bem como para todos os pesquisadores que desejam conhecer a evolução econômica da Bahia ao longo dos últimos anos. Essa publicação insere-se na nova proposta do Conselho Regional de Economia da Bahia (CORECON-BA), qual seja, a de ser um órgão extremamente vigilante com as principais questões que estão relacionadas com a Economia da e na Bahia. Reforçando, dessa maneira, a importância das análises econômicas bem como o papel dos Economistas para discutir e propor alternativas para o planejamento e desenvolvimento econômico do estado da Bahia.

Gustavo Casseb Pessoti
Presidente do CORECON-BA

INTRODUÇÃO

Os anos de 2020 e 2021 nos impuseram limitações diversas em razão da crise pandêmica. Não obstante, o Conselho Regional de Economia – 5ª Região (CORECON – BA) com perseverança e capacidade adaptativa manteve as suas atividades fiscalizadora da profissão, além de ter promovido atividades de interesse do economista através da publicação anual do livro "Reflexões de Economistas Baianos". Bem como a realização de debates, plenárias ampliadas, cursos, etc., sob um novo *modus operandi* de atuação através de trabalhos *home office* e de eventos através da prática de *live*. Em 2022, vivemos um novo momento na vida em sociedade, tendo em vista a retomada normal do cotidiano, ainda que com algumas restrições. Neste ano, apresenta-se mais uma publicação do já tradicional livro que reflete olhares de economistas baianos sobre temas correlatos a economia brasileira, baiana e de reflexões amplas.

O livro "**Reflexões de Economistas Baianos – 2022**" disponibiliza para os economistas reflexões analíticas realizadas por profissionais residentes no estado da Bahia, tal que seus trabalhos estão distribuídos em três seções que acolhe os dez textos do livro que abordam temas de reflexão teórica e de estudos empíricos com foco de análise sobre a Bahia.

A seção 1 composta por dois textos intitula-se "**O que o panorama internacional aponta para a economia baiana**". Conta com uma reflexão de Fernando Cardoso Pedrão sob o título *"A esfinge baiana"*, em que transita por uma diversidade de aspectos tendo como objeto a Bahia sob a crise socioeconômica inerente a reprodução do capital e conflitos de interesses políticos, com as interfaces externas. O texto de Gesner Brehmer de Araújo Silva intitulado "*Dinâmicas de comércio internacional e o contexto pandêmico: uma análise da relação Bahia-Mercosul através das exportações e importações no biênio 2019-2020*", trata de uma análise de dados em que constata a queda no fluxo de comércio baiano com o Mercosul, especialmente em relação as exportações no período da pandemia do covid-19.

A seção 2 sob o título "**Panorama econômico: os desafios que persistem"** estando constituído de cinco textos, sendo o primeiro de autoria Noelio Dantaslé Spinola, com o título de *"O descolamento das teorias do desenvolvimento: e o caso da Bahia"*, que buscou abordar as novas contribuições relacionadas com os programas de promoção do desenvolvimento econômico num contexto de economia-mundo, e a sua eficácia no caso da Bahia. O segundo trabalho da seção de Helcio de Medeiros Junior e Laumar Neves de Souza, intitulado, *''Evolução espacial do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a urgência do planejamento urbano e regional*" aborda o mundo do trabalho na RMS, no contexto da crise iniciada em 2014 com o agravante da pandemia e os efeitos da reforma trabalhista, fazendo uso de método técnicos visando contribuir na avaliação de planejamento e políticas públicas. O trabalho de Lucas Gonçalves Souto e Rondinaldo Silva das Almas denominado "*Aglomeração e Polarização Econômica do Setor de Serviços no Estado da Bahia*", estuda o setor de serviço na Bahia, focando o papel da sua aglomeração como efeito polarizador na atração de renda e população em determinadas regiões do Estado, fazendo uso da técnica do Índice de Concentração normalizado (ICn) como instrumento de identificação regional. O quarto texto escrito por Livio Andrade Wanderley e Cristiano Cassiano de Araujo com o título "*Vantagens e desvantagens competitivas do setor de reciclagem no estado da Bahia: uma análise por mesorregiões entre 2007 e 2015*", realiza um estudo sobre a importância do setor de reciclagem por mesorregiões do Estado da Bahia, buscando através de uma das versões do modelo *shif-share* detectar dinamismos ou não dessa atividade econômica. E o quinto texto de autoria de Gustavo Casseb Pessoti, Alex Gama Q. dos Santos, Jadson Santana e Urandi Roberto P. Freitas intitulado "Cenários econômicos perspectivos para Salvador na próxima década de 2021-2030" que apresenta os entraves para o crescimento econômico da capital baiana e uma proposta de cenários econômico para a quebra da atual lógica de crescimento de Salvador.

A seção 3 constituída de três artigos e intitulada "**Panorama social: recortes de breves avanços de desafios estruturais**". Escrito por Fabricio Santos, Mônica Pires e Ticiana Moura com o título "*Análise espacial dos determinantes da pobreza na Bahia*", buscou retratar a questão da pobreza na Bahia, destacando uma análise multidemsnional e relacionando a ausência de políticas públicas realmente capazes de mitigar o problema. O texto de Claudia Monteiro Fernandes intitulado "*Democratização na educação superior para superar desigualdades: a Lei de Cotas no Brasil e na UFBA*", aborda a relevante temática sobre a política de ações afirmativas mudando a composição dos alunos das universidades brasileiras, destacando-se o seu

impacto na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E o artigo de autoria de Vaner Prado, Laumar Neves de Souza, Renato Reis e Carolina Spínola, intitulado "*Distância para a cidadania na Bahia: o acesso aos documentos certificadores sob a ótica de Christaller*", faz-se um estudo para apreender o alcance espacial da oferta de serviços para três documentos certificadores da cidadania (RCN, a CI e CNH) no Estado da Bahia, fazendo uso da Teoria do Lugar Central de *Christaller.*

Esta edição do ano de 2022 disponibiliza para a comunidade baiana e, em especial, para pesquisadores acadêmicos e economistas em geral, algumas abordagens de temas sobre a economia do estado da Bahia, tal que possa subsidiar informações relativas aos panoramas de comércio externo, econômicos, sociais e seus desafios futuros, inaugurando o ano em que se sinaliza a normalidade das atividades econômicas e sociais no pós-covid-19. O Conselho dos Economistas da Bahia (CORECON-BA) continua perseverante em se colocar por mais um ano na interlocução da entidade dos economistas com a sociedade, visando através desta edição o interesse intelectual e base de consulta para os interessados.

Livio Andrade Wanderley

SEÇÃO I
O que o panorama internacional aponta para a economia baiana

A esfinge baiana

Fernando Pedrão

Dinâmicas de comércio internacional e contexto pandêmico: uma análise da relação Bahia-Mercosul através das exportações e importações no biênio 2019-2020

Gesner Brehmer de Araújo Silva

A ESFINGE BAIANA

Fernando Pedrão[1]

1. Introdução

A Bahia se encontra sob bloqueio econômico e social determinado pela combinação de fatores externos negativos, que imobiliza a economia brasileira, combinados com desastres regionais específicos, junto ainda com fatores internos que se manifestam na apatia e na incompetência técnica dos políticos profissionais. As condições concretas do estado têm sido ignoradas em favor da reprodução da classe política. Um estado maior que a França, com grandes regiões claramente definidas por suas bacias hidrográficas, não tem planejamento para o desenvolvimento desde 1970, e por extensão não tem planejamento regional. Aderiu às políticas nacionais do conservadorismo, de Roberto Campos a Paulo Guedes, e não formulou políticas estaduais de desenvolvimento. Ignorando os efeitos acumulativos das secas, os governos baianos fecharam os órgãos responsáveis das bacias hidrográficas. Fecharam a Secretaria de Indústria, fecharam as superintendências de recursos minerais e de recursos hídricos.

Este estudo não pode dar conta desse desastre completo em sua complexidade, mas tem que escolher um ângulo de abordagem. Assim, o tema central deste estudo é a tendência incoercível à crise do capitalismo dependente, reflexo da disputa de poder das potências hegemônicas. Esse movimento hoje se apresenta no plano internacional na conversão de um conjunto de crises conjunturais em uma crise econômica estrutural e em guerra latente. Tal crise inibe as possibilidades e as perspectivas da economia brasileira e de modo especial da economia baiana.

É uma crise diferente de anteriores, porque tem raízes concretas no modo de articulação de produção e circulação das economias neodependentes. É um ponto que nos obriga a incluir peculiaridades que nos separam dos modos europeus, que tampouco foram reconhecidos pelos estudos do desenvolvimento. O foco é a relação entre circulação e reprodução do capital[2]. Impulsionado pelos sistemas de interesses externos,

---

[1] Docente Livre e Doutor pela UFBA.

[2] Esse aspecto da economia capitalista que foi apontado por Rosa Luxembourg, que foi explorado por autores como Kolakowski, que foi considerado por Féldmann, ficou fora da contestação linear marxista, que por isso não atentou às peculiaridades das economias latino-americanas.

o sistema de circulação do capital, animado pelo circuito de comercialização de bens salário, opera com uma lógica financeira diferente daquela que sustenta a produção monopolizada. Por sua vez, a reprodução regional do capital é minada por transferências regionais, principalmente operadas pelo sistema bancário.

A tendência entrópica do sistema de relações comerciais, com restrições de grupo de renda que se transformam em diferenças de classe, gera um descompasso estrutural na balança comercial que se traduz em requisitos crescentes de capital, obrigando os dependentes a aceitar a predominância de capital especulativo com o correspondente aumento de risco. Estudos pioneiros de relações inter-regionais na Bahia não deram conta dos efeitos acumulativos da centralização regional da economia brasileira e dos efeitos devastadores do atraso induzido. Neste, juntam-se as filtrações de poupança para o exterior e a drenagem de poupança da Bahia para aplicações no Sudeste realizadas pelos bancos, inclusive pelo Banco do Brasil. A propalada escassez de poupança sempre foi um argumento do capital financeiro para induzir políticas convenientes ao capital especulativo.

Na Bahia, as perdas das principais mercadorias de exportação – cacau e fumo – nunca foram repostas e o fracasso da indústria subsidiada apoiada em petróleo não se repôs. Alterações na articulação entre o sistema produtivo e os sistemas de infraestrutura de apoio tornaram-se obstáculos ao desenvolvimento do sistema produtivo e as principais obras em andamento respondem a lógicas externas à região. A Bahia continua com relações inadequadas entre seu oeste e seu litoral, assim como entre toda sua região sul e a região metropolitana. Falta uma política regional e não há política alguma para o Semiárido que hoje representa mais de 70% do território do estado.

Esse movimento expõe as contradições da relação entre a esfera econômica e a esfera política, que operam com diferentes consistências sistêmicas. Esse movimento ainda se coloca sobre perdas sistêmicas, reveladas pela expansão do território semiárido e pela degradação de bacias hidrográficas que tendem a ser praticamente irrecuperáveis e não poderiam ser ignoradas pelo planejamento estadual. É uma problemática cuja complexidade requer um esforço interpretativo muito acima do imediatismo das políticas públicas habituais, pelo que demanda um esforço de refundação teórica, de reconstrução institucional e autonomia de pensamento em relação com o contexto federal.

Este estudo se coloca em uma perspectiva histórica de avaliação crítica do processo socioeconômico da Bahia, onde os fracassos econômicos se combinam com o imobilismo ideológico da política, reiteradamente conservadora, desprovida de criatividade. Aponta à necessidade de políticas fundamentais e não apenas esporádicas. Noutras palavras, implica em romper com o imediatismo que impregna a política brasileira.

O desafio representado pela Bahia requer um esforço de interpretação desempenado do momento atual do sistema de poder no Brasil, na relação entre a gestão social e a dos recursos físicos, considerando o aprofundamento das tensões sociais e a entropia progressiva dos recursos físicos. O aumento do território semiárido corresponde a um aumento da exclusão social, pelo que o processo de atraso pode ser descrito como de entropia social. A falência do sistema conservador aponta, além disso, para a crise da relação do sistema político com o sistema econômico[3].

Juntam-se fatores negativos externos e internos com uma conjuntura internacional desfavorável[4] e um cenário nacional marcado por imobilismo ideológico, alienação do bloco dirigente e transferência regional de recursos pelo sistema bancário. A combinação de dificuldades internacionais com a estagnação inflacionária da economia nacional soma-se ao esgotamento dos motores de crescimento da economia baiana, projetando cenários que obrigam a examinar prioridades para uma retomada da expansão da economia regional.

2. Desastre *ad portas*

Há uma crise brasileira que envolve todas as crises regionais e que se abastece delas. A Bahia se encontra em uma das maiores crises de sua história, comparável à do açúcar no fim do século XVII5 e do cacau e do fumo em 19206, quando o bloqueio do mercado externo revelou o significado do modo escravista e de seus desdobramentos.

---

[3] Assim como a visão paulista transformou filosofia em escritório de contabilidade e a reação carioca transformou economia em bloco de carnaval.

[4] Na Bahia sempre houve uma pretensão de relações internacionais próprias, independentes da federais, mas sempre foi um tema tratado de modo individualizado e artesanal, sem institucionalização adequada, nem políticas definidas.

[5] Ver de Stuart Schwartz, *Segredos internos* (1995).

[6] Ver do IEFB (1959).

Acumularam-se os efeitos negativos do desastre da industrialização subsidiada, de políticas de infraestrutura desastrosas7 e da falta de políticas estaduais de desenvolvimento8. Hoje, em uma conjuntura negativa que se pereniza com falta de mercado e pandemia, está paralisada pelo mesmo imobilismo ideológico que sustenta o conservadorismo nacional, pautado em incompetência. O pendor imediatista eliminou o ministério de planejamento que já estava reduzido a oficina de orçamento. O autoritarismo brasileiro jamais foi compatível com a racionalidade do planejamento.

No Brasil, desde o início da ditadura, a simplicidade teórica de Roberto Campos e Mário Simonsen, que foram consagrados como sumidades pelos conservadores, inauguraram a obediência ao pragmatismo norte-americano: uma economia sem tempo nem espaço que sobreviveu às custas da expansão da fronteira agrícola, desmatamento e expulsão de caboclos. Uma retomada de desenvolvimento requer uma autocrítica que envolve a maturidade de uma depuração ideológica.

3. Os vestígios fumegantes

Não há como penetrar na esfinge baiana sem optar por veracidade, compromisso social e liberdade. Retomar a tradição anarcosocialista radical que vem desde a revolução da Sabinada9 e contracena com o clientelismo autoritário cevado nos vestígios da Ditadura. Revalidador da cadeia semi-dinástica que elege filhos e netos de políticos profissionais que não representam forças sociais. É a política antisocial do centrão, de políticos que concedem à sociedade o que devem a ela.

Há pelo menos duas dimensões do passado que se combinam e só se percebem por uma historiografia fática aparentemente neutra, mas reveladora da espiral concêntrica dos ciclos da história baiana que passa pelas tentativas utópicas de planejameto e recai

---

[7] O projeto de transposição de águas do rio São Francisco, sem políticas de proteção das cabeceiras e que não contempla a Bahia, é de burrice equivalente à construção de Sobradinho e tão antissocial como Itaparica.

[8] O planejamento na Bahia foi burocratizado e passou pelo mesmo esvaziamento que o nacional, com funções complementares e não de superação de atraso, condicionado por conveniências de acordos partidários. Claramente, onde a chamada classe política exerce sua influência deletéria.

[9] Um destaque especial deve ser dado à *História Baiana,* de Antonietta Nunes (2017) que descreve a relação entre a aparência formal e os ciclos do poder que transcorreram sob o princípio subjacente de uma colônia independente. A Sabinada foi o movimento ideologicamente mais avançado da regência, seguidor da Revolução Francesa, primeiro movimento republicano brasileiro que reteve poder por onze meses e propôs igualdade de direitos das mulheres e abolição da escravatura.

no imobilismo da burocratização. Os vestígios do passado constituem um peso a ser superado e acionado de modo positivo. Os vestígios do passado colonial escravista que persistem em modos culturais mal disfarçados, embebidos em falsa gentileza com as classes populares, constituem o pano de fundo de um sistema político autocrático que se reproduz em controle de municípios por políticos fisiológicos aparelhados no sistema público como capim braquiária. Esse sistema que foi implantado por Joaquim Seabra, funcionou como mediador entre o poder de grandes propriedades do Recôncavo e do Agreste e os capitais mercantis e industriais sobreviventes do debacle da primeira industrialização. A base desse sistema foi a sociedade pós-colonial escravista, que foi arruinada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial no fumo e no cacau, mas subsistiu por meio do controle ideológico da classe média alienada.

Em sua manobra defensiva o sistema regional abandonou a liderança tradicional do Recôncavo açucareiro, passou a se apoiar no sistema de grandes propriedades no território político do estado, resultando em governadores de Jequié: Régis Pacheco, Lomanto Jr. e César Borges; e do Rio São Francisco: Antônio Balbino e Luiz Viana.

Uma recomposição do poder de Salvador sobre o estado veio com o planejamento da década de 1950, com nova industrialização e nova estratégia de transportes10. Mas o governo do estado continuava dependendo das exportações tradicionais de cacau, fumo e do extrativismo, cujo papel continuou sendo menosprezado apesar de ser a principal fonte de renda das grandes propriedades na maior parte do estado11.

A hipótese de um modelo regional baiano, primeiro aventada pelo governador Otavio Mangabeira12 e assumida pelo varguismo de Antônio Balbino e Rômulo Almeida, implicava em uma ruptura com a lógica da reprodução do atraso que sustentava a do bloco dominante mercantil representado pela Associação Comercial da Bahia13 que é um

---

[10] Até aquele momento não havia estrada asfaltada nem para Feira de Santana. A BR-116 começou em 1967 e a BR-101 em 1972. A estrada BA-242 veio a ser a primeira que ligaria o litoral ao vale do Rio São Francisco.

[11] Estimativas de produto social em 1959 indicavam que a Bahia produzia 55 itens de extrativismo vegetal e animal e a exportação clandestina de madeira continuou destruindo a mata atlântica do sul do estado.

[12] O governador Mangabeira, com seu projeto de modernização civilizada, contratou Ignácio Tosta Filho para elaborar um projeto de desenvolvimento para a Bahia.

[13] Em 1884 a Associação Comercial da Bahia produziu um documento em defesa da escravidão. O golpe da República foi conduzido por aliança do Exército com os setores escravistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O imperador, que era abolicionista, impediu que André Rebouças e o Almirante Tamandaré esmagassem os golpistas na Praça 15. Batalhões de negros libertos, veteranos do Paraguai se

morto vivente a serviço do pacto local. Mas foi uma lógica de desenvolvimento conciliadora que tentou resgatar os escombros da velha indústria têxtil, combinando modernização com tradição. Foi surpreendida pelo processo que desencadeou, pela lógica do grande capital subsidiado. Era a visão bismarckiana de um nacionalismo econômico e político[14] fundada na hegemonia do Rio de Janeiro que já se desmontava, mas ainda mantinha uma presença hegemônica pela Rede Globo e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Precisava de uma formação local de capital e de uma classe empresarial nacionalista, que se revelou contraditória no Brasil da década de 1960. Os despojos do planejamento foram apropriados pelos governos conservadores subsequentes e abasteceram o novo clientelismo.

Assim, é sobre a base contraditória de uma modernização técnica conservadora e uma política clientelista que se formou um modelo que se apresentou como centro-esquerda, que enfrentou as dificuldades de uma seca de cinco anos e uma evasão de empresas que perderam subsídios no novo liberalismo dos governos Collor e Cardoso[15]. Com o mesmo dogmatismo que transformou um partido de trabalhadores em um partido de classe média. A Bahia oficial abandonou o semiárido porque não sabe o que fazer com ele.

Observe-se que desde o governo Roberto Santos na década de 1970, a Bahia não produziu proposta alguma de planejamento para o desenvolvimento. Com sua economia em retrocesso, necessitando reverter os desastres financeiros do polo petroquímico, a Bahia não construiu nenhum projeto significativo de desenvolvimento, perdeu capacidade de planejamento e não produziu nenhuma política de ciência e tecnologia, quando as únicas alternativas de recomposição da economia dependem de elevação tecnológica.

4. A questão de identidade

A crise deflagra a questão de identidade, inevitável porque esta região é diferente das outras e o seu processo de mudança também tem originalidade. A totalidade em qualquer momento contém uma multiplicidade em transição e essa fluidez acaba sendo a

---

apresentaram para lutar contra a República escravista. Racismo e americanofilia pautaram a república de Floriano Peixoto que exerceu dominação interna como exército de ocupação.

[14] Sobre esse modelo, ver as obras de Hélio Jaguaribe.

[15] As empresas do polo tinham um desconto de 29% no preço do gás que era sua matéria-prima.

responsável da identidade fugidia dos integrados à estrutura social. Esse processo da crise é fruto da dialética específica da modernização desta região, porque, como diz Meszaros “a estrutura social é impensável sem sua dimensão histórica articulada” (p. 95, 2011). O sistema social é fruto da infusão cultural que fez a passagem do mundo rural ao urbano. O metabolismo social foi responsável pela interpenetração de valores culturais que fizeram as formas específicas de ambivalência social. A experiência da Bahia mostra a impossibilidade de tratar os problemas de classe de modo linear, o que implica que a leitura racional histórica tem que admitir os componentes de irracionalidade dos fundos tribais, indígenas e negros e de suas derivações em religiões e práticas anímicas em geral com sua infantilidade atrativa.

5. A modernização incipiente

Na superação da economia escravista e com a mecanização da produção, a Bahia protagonizou uma modernização incipiente, restrita a setores da produção têxtil, de efeitos muito limitados na formação de mercado, que não resistiram à especulação financeira da Primeira República, mas contribuíram para criar um bloco dominante regional em associação do comércio exportador com grandes propriedades primitivas, exportando couros e peles sem cortume, rochas, granitos e outros minerais sem beneficiamento. O primitivismo da produção cacaueira se expandiu a quase todas as exportações, exceto pelo fumo que foi um grande artesanato de qualidade alemão. O descaso por tecnologia tem sido um traço essencial desse sistema regional que combinou a feudalização política com uma economia subordinada.

Em suma, esse modo colonial de modernização incipiente apoiou-se em desvalorização da terra e do trabalho. Assim, é a mazela da repressão da independência, que alinhou a classe dominante baiana ao autoritarismo do Estado Novo, representado por Pinto Aleixo e Juracy Magalhães, criando o espaço repetitivo do Carlismo. Para uma análise objetiva do processo baiano, portanto, é necessário distinguir os deslocamentos entre os fatores externos e os internos, para entender que as limitações do mercado regional, que obstruíram a formação de uma classe média, deram ao bloco dirigente a oportunidade de comandar a atualização do atraso.

A Bahia sobreviveu a duas tentativas de modernização, com variados significados sociais, mas sempre comandados pelas políticas de preservação do sistema de poder que se tornou cada vez mais difícil de carregar pelo bloco conservador, de comprovada mediocridade. Hoje, a Bahia se encontra em um momento de ruptura econômica e esgotamento político pelo esvaziamento do modelo de industrialização dependente, com perspectivas negativas da mesmice da produção rural, dependência energética, inclusive com um setor turístico desnacionalizado e alienado. Somaram-se os fracassos do Polo PKetroquímico, do Centro Industrial de Aratu e dos estaleiros de Maragogipe, com efeitos regressivos no mercado de trabalho, pressionando de volta a produção rural com o retorno de trabalhadores a suas origens rurais.

A crise econômica estrutural baiana deriva da combinação de fatores negativos de uma conjuntura nacional desastrosa, fruto da acumulação de erros derivados de um liberalismo ultraconservador incompetente na esfera nacional, combinada com um conservadorismo regional igualmente desastroso. Esse viés conservador, que já tinha sido detectado em estudos do monopólio em São Paulo (POSSAS, 1987) marcou a composição da produção industrial baiana centrada em bens intermediários.

A insuficiência na gestão da economia nacional, que vem desde Roberto Campos e Mário Simonsen até o atual Paulo Guedes, com breves intervalos de lucidez com Delfim Neto, causou danos irreparáveis no fracasso da industrialização e na montagem de uma produção rural de monocultura absenteísta combinada com um extrativismo desnacionalizado. Em termos de desenvolvimento econômico, o Brasil é um caso de laboratório de como o reacionarismo, defensor da grande propriedade rural e do capital especulativo, determinou uma incompetência funcional do bloco dirigente. Caracterizaram-se por absoluta inépcia para trabalhar com ciência e tecnologia. Cometeram seguidos erros desnecessários, alegando que se adaptam ao mercado. Mercado representado por meia dúzia de grandes capitais, atentos às orientações dos EUA, cevado com empresas subsidiadas pelo governo.

6. Classes e sociedade extra-classes

À Bahia falta uma explicação social equivalente à que Florestan Fernandes tentou fazer para o Brasil, que aqui precisa registrar a relação básica entre inclusão e exclusão,

cruzada com a divisão capitalista entre infraestrutura e superestrutura16. Tradição e memória, profundamente falseados pela narrativa oficial da história contribuíram para criar uma imagem pitoresca distinta da realidade trágica da sociedade antagônica. É uma longa história de insurgência que criou a luta pela independência, a Sabinada, a Revolta dos Malês, Canudos e fundou o Partido Comunista.

Em um universo demarcado por inclusão econômica e cultural, onde a inclusão é controlada pelo movimento da dominação interna, a formação de classes sociais está incluída no movimento geral de estruturação cuja regra principal é a exclusão. A exclusão se mimetiza na alienação já estudada por Thales de Azevedo17. O sistema escolhe negros assimilados, funcionais à dominação e bloqueia dissidentes por manobras indiretas, hoje apoiadas pela mídia com ajuda de religiões oportunistas18. Mas a perenização da crise funciona como mecanismo de cooptação de classe média que fornece uma ocupação do sistema entre opções populares e populistas. Assim, por meio da fragilização do sistema de classes descobrem-se os pés de barro do sistema de dominação social, que encontra dificuldades crescentes para se reproduzir na hierarquia política da República. Historicamente, a estruturação social é um componente essencial da resiliência do sistema à conversão de crises conjunturais em estruturais.

7. Ascensão e queda do modo monopolista regional

Na era republicana persistiu um projeto de poder montado em capital escravista, que gerou a primeira industrialização: a “indústria” do contrabando de pedras preciosas; e construiu um sistema de infraestrutura que sucumbiu ao modelo centralista da Primeira República. O conceito de grande capital subsidiado, que continuou como filosofia do capitalismo expansivo, surgiu desde dentro da visão estatista do planejamento.

---

[16] Viraram gramscianos pensando que Gramsci era de direita, com a impunidade de quem nunca leu nada. Nunca entenderam que a academia caquética que ainda se sente californiana, ou bostoniana, não tem nada a ver com a realidade latino-americana. Continuam vendendo Keynes como se ele fosse de esquerda.

[17] O estudo controvertido sobre *As elites de cor nas Bahia* que revelou a duplicidade contida na alienação local.

[18] É preciso registrar a dinâmica da alienação incorporada na questão étnica brasileira, que vem desde seus autores que reduzem a questão racial aos negros, que apresentam o racismo como um problema linear separado do nacional e como algo equivalente ao de outros países, passando por alto o papel do racismo na formação de classes e como principal produto das classes médias animadas por capilaridade. A força social do componente negro na formação social, como André Rebouças, José do Patrocínio e Teodoro Sampaio, tem a representação dos homens do povo que fizeram a arte e a música, do Aleijadinho a Geraldo Pereira.

O sistema privatista se atualizou à sombra das obras do setor petróleo, em uma articulação com os capitais bancários formados no negócio negreiro, construindo uma aliança público-privado regional, que usou a expansão imobiliária como trampolim. Houve um salto qualitativo do sistema durante a ditadura que gerou contratos de obras públicas em barragens e estradas.

O segundo salto qualitativo mais importante foi dado pela aliança política que deu posições vantajosas aos bancos locais na participação na montagem do grupo de empresas do Polo Petroquímico, dirigidas por apadrinhados dos militares. Foi um jogo de reserva de mercado, como disse Roberto Campos com sua lucidez incômoda. O desempenho político da gestão empresarial levou a algumas falências sonoras, mas foi quando o Grupo Odebrecht mostrou mais competência em diversificação técnica e habilidade financeira e se internacionalizou, aproveitando vantagens do mercado africano

Uma questão no ar foi a decisão internacional, com esbirros nacionais, de frustrar o projeto de capital internacional formado na Bahia e que se tornou uma campanha orquestrada para destruir o Grupo Odebrecht. A campanha conduzida pela malta da operação Lava Jato teve evidente inspiração externa que no mesmo aparelhamento de poder que manipula os diversos evangélicos. A Odebrecht estava incomodando interesses maiores, principalmente depois que criou empresas nos EUA e ganhou concorrência para participar da barragem de Três Gargantas na China. Possíveis críticas a métodos de trabalho não convencem, porque são os mesmos aplicados por empresas primeiromundistas. Mas a Odebrecht estava concorrendo em áreas de interesse estratégico e foi condenado pelo liberalismo de Obama. Os paus-mandados brasileiros, Moro et caterva, são figuras descartáveis em um jogo de poder que envolve controle de mercados ascendentes. A queda da Odebrecht, ressalvadas picuinhas pessoais, marcou o limite do modelo conservador baiano.

8. A dinâmica interrupta

A Bahia desde a Ditadura é uma economia que reage a soluços de mercado. O principal ponto fraco da Bahia para projetos de desenvolvimento sempre foi a fragilidade do mercado regional, contido pela generalização da pequena produção, tanto rural como urbana, isto é, com grande parte da força de trabalho fora dos mecanismos de

assalariamento. A fratura do mercado de trabalho que mantém circuitos de produção e de consumo como mercados paralelos de alcance local, em feiras livres e pequenos centros de comércio, em todos os tamanhos de cidades, reduzem o mercado capitalista aos segmentos de classe média e de classes populares superiores, que são limitados em quantidade. A limitação de mercado reflete a pobreza generalizada, com componentes de pobreza crítica e o empobrecimento das classes médias.

A falência do modelo se dá por sua incapacidade de criar mercado consumidor suficiente para sustentar uma pequena produção capitalista incapaz de concorrer no espaço econômico nacional formado pela expansão do sistema do Sudeste comandado pela economia paulista. Por isso, é preciso procurar as alternativas regionais no mercado de cidades médias no interior do estado, primeiro como Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e logo como Cruz das Almas, Jacobina, Jequié, Vitória da Conquista, Itabuna, Senhor do Bonfim, que por se terem tornado centros educativos têm uma fixação de demanda.

9. A memória inativa

A Bahia dispõe de um grande acervo de pesquisas, dispersas ou perdidas no governo e nas universidades, cuja recuperação seria de extrema valia para sustentar projetos de desenvolvimento. A recuperação e organização dessa memória, que deveria ser incumbência de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, ficou abandonada, com projetos essenciais como o Projeto Xingó, abandonados. A recuperação da memória funcional já será difícil, dado que grande parte do material já deve estar perdida. Mas é um trabalho que deveria estar em marcha e com a mobilização das universidades. Lembrar que a principal unidade da Unicamp é o Centro de Memória e que uma tentativa de montar na UFBA um, Instituto de Estudos Avançados a estilo da USP com o reitor Felipe Serpa, não teve apoio algum do estado.

10. A perenização do ciclo

A combinação do apagamento dos motores de crescimento junto com a perpetuação da crise de saúde são sintomas de uma crise profunda que precisa ser encarada com plena objetividade, com estratégias para reversão de tendências negativas,

para políticas progressivas de mobilização social. Dado o peso da pequena economia de mercado local é inevitável contemplar ações de apoio ao pequeno comércio, com treinamento, financiamento e apoio estratégico, para fortalecer o mercado regional desde suas bases.

Com um cenário internacional de tensão crescente e perspectivas de dificuldades operacionais no plano nacional, não há cenários positivos fáceis; e é imperativo que a Bahia desenvolva uma estratégia defensiva para impedir ou atenuar tendências econômicas negativas e prevenir tensões sociais. Tal estratégia terá, por força, que retomar o relativo as relações internacionais, que é um campo já explorado nos meios acadêmicos e trabalhado pelo governo de modo artesanal. Estudos disponíveis indicam oportunidades de inciativas com países latino-americanos e africanos, que além de restituir rotas do capital mercantil podem explorar novos setores de atividade. A aproximação com a África é essencial, quando já há rotas de negócios desde a Namíbia até a Argélia, intercâmbio acadêmico e cultural, onde a Bahia tem vantagens sobre os demais estados brasileiros. A incapacidade do Brasil para desenvolver relações inteligentes com os países africanos pode ser corrigida pela Bahia.

11. A rebelião incoercível

A rebelião está latente na opressão e nas tradições inssurectas geradas pela perenização do conservadorismo. Historicamente, desenvolve-se uma relação orgânica entre forças em ascensão e em descenso que se projetam na reprodução e na mutação dos sistemas sociais em seu conjunto e em seus componentes. Tornou-se incontestável que na turbulência mundial de hoje e o Brasil por mudanças inerciais junto com mudanças provocadas que alteram sua composição interna de forças.

Mudam o horizonte móvel do sistema e suas condições de previsibilidade com o aumento do peso relativo de rendas incidentais. Aumentam componentes de incerteza técnica e de indeterminação de mercado, enquanto se mantêm plenamente previsíveis as estratégias defensivas do bloco dominante. O componente de estabilidade do sistema, cada vez mais, são os espaços de mercado no interior do estado, cabendo especial atenção para os eixos Camaçari-Mata de São João, Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana-Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista-Jequié.

Nesse contexto, o desgaste do conservadorismo, do radical e do melífluo, repetidor de clientelismo e compadrio, torna-se uma energia contraditória por sua falta de capacidade de adaptação à conjuntura, declina e tende a ser superado pelas forças populares em ascensão que incorporam elementos ideológicos mesmo que de modo residual, ou pela inércia da necessidade. É o imperativo da rebelião que representa uma crítica interna das oposições.

12. Um decálogo para a salvação

À luz do visto cabem dez recomendações:

a. Negociação com o governo de Minas Gerais para uma ação conjunta na bacia do Rio São Francisco;
b. Ativação da atividade de planejamento econômico estadual;
c. Restauração de uma Secretaria de Indústria e Comércio e a elaboração de uma política industrial;
d. Restauração da Superintendência de Recursos Minerais e da estratégia de produção mineral;
e. Criação de uma secretaria para valorização da Região Semiárida;
f. Restauração de um órgão especializado para o desenvolvimento da bacia do rio Paraguaçu;
g. Recuperação de estudos e formulação de uma política para a região cacaueira;
h. Mobilização das universidades estaduais para programas de pesquisa e ensino do interesse da sociedade baiana;
i. Instalação de programa especial para recuperação de estudos e pesquisas sobre a Bahia;
j. Implantação de consórcios com prefeituras para captar pontos de vista locais e desenvolver mobilização social.

Referências

AGUIAR, M. P. *A abertura dos portos***.** Salvador. Progresso. 1959.

ALMEIDA, R. *A participação da Bahia na vida nacional***.** Salvador. Imprensa Oficial.1956.

AMARAL LAPA, J. *A Bahia na carreira da Índia***.** São Paulo. Brasiliense. 1986.

AZEVEDO, T. *As elites de cor na Bahia***.** São Paulo. Brasiliense. 1974.

BARICKMAN, J. *Um contraponto baiano***.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

BRANDÃO, M.; PEDRÃO, F. (Org.). *Identidade e mudança.* Salvador. Ianamá.1988.

DOWBOR, L. *A formação do capitalismo dependente no Brasil.* Lisboa. Prelo. 1977.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa brasileira.* Rio de Janeiro. Globo. 1988.

GORENDER, J. *O escravismo colonial.* São Paulo. Ática. 1985.

IEFB. *A zona cacaueira.* Salvador. Progresso. 1959.

MESZÄROS, I. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.* São Paulo. Boitempo. 2011.

MOREL. M. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador. Academia de Letras.2001

NUNES, A. *História Baiana. 2 vols.* Salvador. Simões Filho. Kalamgo. 2017.

PEDRÃO, F. *As raízes da pobreza na Bahia.* Salvador. UFBA.1985.

PEDRÃO, F. *O extrativismo e a periferia da produção: a experiência da Bahia desde o fim da escravidão.* São Paulo. História econômica e história das empresas. ABPHE. 2001.

PEDRÃO, F. *O Recôncavo da Bahia na origem da indústria no Brasil.* São Paulo. ABPHE. 1999.

PEDRÃO, F. *Contingência do trabalho no novo século.* Salvador. Desenbahia. 2010.

PEDRÃO, F. *Restaurar o planejamento.* Salvador. Conjuntura & Planejamento. 2022.

PINHO, J. R.; NUNES, A. (organizadores). *Capítulos de história da Bahia.* Salvador. Eduneb. 2020.

POSSAS, M. L. *A dinâmica da economia capitalista:* uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, A. *O negro brasileiro.* São Paulo. Brasiliana. 1940.

REBOUÇAS, A. *Agricultura cooperativa.* Recife. Massangana.1980.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. São Paulo. Companhia das Letras. 1988.

SOUZA, P. C. *A Sabinada.* São Paulo. Brasiliense.1987.

DINÂMICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO BAHIA-MERCOSUL ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NO BIÊNIO 2019-2020

Gesner Brehmer de Araújo Silva [19]

Resumo

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial e com o início dos processos de globalização no final do século passado, as relações de comércio internacional vêm gradualmente ganhando maior intensidade e rapidez, tendo como resultado tanto o aumento da produção mundial, quanto o surgimento de blocos econômicos que buscavam fortalecer e dinamizar estas relações. Um desses blocos econômicos criados foi o Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, tendo como membros os países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que tinha por objetivo facilitar tanto as relações econômicas entre eles, quanto de pessoas. Contudo, o ano de 2020 foi marcado pelo surgimento da pandemia do novo coronavírus, que afetou de maneira direta todo o fluxo comercial global em virtude das medidas restritivas de circulação. Deste modo, o presente capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica de comércio internacional do estado da Bahia com o Mercosul sob à otica das exportações e importações e detectar os efeitos da pandemia nessas variáveis. De modo a cumprir os objetivos propostos, além de uma breve introdução sobre o estudo da economia internacional, do surgimento do Mercosul e da evolução econômica da Bahia, foram utilizadas as bases de dados secundárias de exportações e importações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Secretaria de Comércio e Assuntos Internacionais para compreender a pauta de importações e exportações da Bahia, e como elas se relacionam dentro do Mercosul. Os resultados obtidos sinalizam que há significativas reduções nos principais setores exportadores da economia baiana para o Mercosul no período pandêmico e pequenas quedas nas importações.

Palavras-chave: Bahia; Mercosul; comércio internacional.

[19] Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). Mestre em Planejamento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: gesnerbrehmer@hotmail.com.

INTERNATIONAL TRADE DYNAMICS AND PANDEMIC CONTEXT: AN ANALYSIS OF THE BAHIA-MERCOSUR RELATIONSHIP THROUGH EXPORTS AND IMPORTS IN THE 2019-2020 BIENNIUM

Abstract

From the end of World War II and with the beginning of globalization processes at the end of the last century, international trade relations have gradually gained greater intensity and speed, resulting in both the increase in world production and the emergence of blocks that sought to strengthen and dynamize these relationships. One of these economic blocs created was the Southern Common Market (Mercosur) in 1991, with the countries of Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay as members. 2020 was marked by the emergence of the new coronavirus pandemic that directly affected the entire global trade flow due to the restrictive measures. Thus, this article aims to analyze the dynamics of international trade between the state of Bahia and Mercosur from the perspective of exports and imports and detect the effects of the pandemic on these variables. In order to fulfill the proposed objectives, in addition to a brief introduction on the study of the international economy, the emergence of Mercosur, and the economic evolution of Bahia, the export and import databases of the Superintendence of Economic and Social Studies of the Bahia (SEI) and the Secretary of Commerce and International Affairs to understand the agenda of imports and exports in Bahia, and how they are related within Mercosur. The results obtained indicate that there are significant reductions in the main export sectors of the Bahian economy to Mercosur during the pandemic period, and small declines in imports.

Keywords: Bahia; Mercosul; international trade.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância do comércio internacional como fator relevante para o desenvolvimento econômico dos países passa longe de ser uma novidade. Conforme destacam Porto, Canuto e Mota (2017), desde o conceito de vantagem competitiva elaborado por David Ricardo (1772-1823), passando pelo modelo 2x2 fatores de Heckser-Olin e, por fim, pelo modelo de economias iguais de Krugman, os economistas se debruçam para descobrir em que medida o comércio entre países pode contribuir para o crescimento econômico dos mesmos, através do aumento da concorrência, do emprego e renda.

De fato, o comércio internacional tem sido o principal vetor do crescimento global, de convergência de renda e de redução da pobreza. Países em desenvolvimento e emergentes têm se beneficiado de oportunidades de transferência de tecnologia e por se submeter às transformações estruturais de suas economias através da integração pelo comércio internacional nas últimas décadas (CANUTO, 2016).

Lima (2006, p. 13) ressalta que:

> A economia global vem passando por um processo de intensificação dos fluxos comerciais que supera a dinâmica da própria produção mundial. [...] a proliferação de acordos comerciais (entre nações, entre estas e os blocos econômicos e estes entre si) e os tratam como decisões estratégicas que melhoram as condições necessárias para que um país seja projetado a uma posição de liderança no movimento da globalização.

Em compensação, o Brasil aparenta não apresentar um papel de destaque em relação a sua posição no comércio mundial. Canuto e Fleischhaker (2015) e Oliveira (2014) apontam que, desde meados da década de 1980, portanto antes do período da globalização, o país vem apresentando significativas perdas relacionadas a participação da indústria de transformação na economia diante de um baixo nível de renda *per capita*, o que a literatura convencionou chamar de desindustrialização[20], e que expõe os problemas estruturais pelos quais passa a economia brasileira. Ato contínuo, Lohbauer (2014) indica que se analisarmos a relação volume de comércio como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), identifica-se a economia brasileira como uma das mais fechadas do mundo.

A convergência desses problemas (indústria em queda e baixo volume de

[20] Ver Oreiro e Feijó (2010) e Rowthron e Ramaswamy (1999).

comércio internacional) foi potencializada no pós-crise de 2009, trazendo na esteira a redução do desenvolvimento econômico, o crescimento do setor de serviços (que passa a absorver boa parte da mão de obra da indústria) e que impactaram diretamente as exportações brasileiras, uma vez que, com a perda de força da indústria, o país passa a se “especializar” na produção e exportação de produtos primários.

Cervo e Lessa (2014) analisam que, no período de 2011 a 2014, o Brasil perdeu inúmeras oportunidades de combater a crise iniciada em 2008 e de penetrar de maneira mais profunda a economia internacional, devido, entre outros fatores, à escolha de uma estratégia não dequada de inserção em um novo modelo de desenvolvimento externo, preferindo voltar-se ao comércio interno. Como destacam Cervo e Lessa (2014, p. 145):

> Ora, como a economia nacional alcançara o maior índice de industrialização da América Latina, o dinamismo do comércio exterior brasileiro estava ligado ao dinamismo das exportações de manufaturados. Urgia proceder a uma reestruturação produtiva nesse sentido, para repor a pauta industrial do comércio exterior. Como não ocorreu, as estatísticas indicam consequências negativas e múltiplas.

Lacerda e Ramos (2020) e Pessoti (2020) ponderam que, os efeitos da crise econômica iniciada em 2008 provocaram um acentuado processo de estagnação da economia. Os autores destacam que o PIB *per capita* do Brasil, ou em outras palavras, a renda média do país obtida dividindo o PIB total pelo número de habitantes, não cresceu mais do que 0,3 % no biênio 2017-2019 e que, ao analisar o comportamento desta variável nos anos de 2015 e 2016, a queda é de 6%, o que configura um processo de crise econômica no Brasil, gerando não somente redução da renda dos trabalhadores mas também desemprego através do fechamento de postos de trabalho.

No seio da estagnação econômica, o ano de 2020 é marcado pela pandemia do novo coronavírus, que agrava ainda mais o processo de crise da economia brasileira, visto os impactos do vírus através do isolamento social e do fechamento de atividades intensivas de contato (setor de serviços), as quais Blanchard (2020) destaca serem as maiores geradoras de riqueza da maioria dos países.

Em face do exposto, o presente capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica de comércio internacional do estado da Bahia com o Mercosul sob à otica das exportações e importações e detectar os efeitos da pandemia nessas variáveis, visto que a economia baiana é parte da economia nacional e enfrenta problemas similares do ponto de vista da inserção no comércio internacional e dos efeitos do novo coronavírus. Para o

cumprimento desse objetivo, este capítulo utilizou as bases de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Secretaria de Comércio e Assuntos Internacionais para compreender a pauta de importações e exportações da Bahia e como elas se relacionam dentro do Mercosul.

O capítulo conta com três seções além dessa introdução: uma breve revisão sobre as teorias de comércio internacional e a criação do Mercosul; outra de análise da evolução da economia da Bahia; e a última sobre as relações de exportação e importação da Bahia com o Mercosul.

2. Breve revisão teórica sobre economia e comércio internacional e a criação do Mercosul

O estudo das relações de comércio internacional busca compreender de que modo os diversos países do mundo cooperam entre si dentro de um sistema de interdependência entre eles. Dentro desse sistema, não apenas as relações comerciais ganham importância, mas também as relações (e instrumentos) políticos, culturais, sociais e governamentais são ponderados ao analisar qualquer relação de comércio externo atual.

Lima (2006) destaca que o estudo da economia internacional começa de fato em 1758 om o ensaio *Balance of Negotiations*[21]*,* de David Hume, que debatia os efeitos da política mercantil britânica na economia nacional e na européia.

Vinte anos depois, outro britânico, Adam Smith (1996), publica sua obra celebre intitulada *The Wealth of Nations*[22]*,* no qual instaura de vez o debate sobre o intervencionismo na economia e sobre os mecanismos da “mão invisível”. Tal discussão acabaria dentre outras coisas, a levar os preços mundiais de bens comerciáveis a um ponto de equilíbrio determinado por duas grandes forças: a oferta e demanda mundiais.

A partir dos estudos de Hume e Smith, outros autores passaram a se debruçar mais a fundo sobre as relações comerciais internacionais. Dentre estas teorias, algumas ganharam destaque como a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo (1996), a Teoria 2x2 fatores, de Heckscher-Ohlin e o Modelo de Economias Iguais de Krugman e

[21] Do equílibrio das negociações (tradução nossa).

[22] A riqueza das nações (tradução nossa).

Obstfeld (2001).

Em relação às vantagens comparativas de Ricardo, estas seriam resultantes do aproveitamento das diferenças nas dotações do fator de produção trabalho. A capacidade de um país produzir um bem melhor que em outro seria explicada pela produtividade do trabalho nas indústrias do país (LIMA, 2006).

Inspirados pelos escritos ricardianos, a teoria de Heckscher-Ohlin acrescentou novos elementos ao debate. Segundo esse modelo, o determinante das vantagens comparativas não mais pode ser entendido como as dotações do fator trabalho, mas sim a abundância proporcional de outros fatores de produção como o capital (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Para que um país tenha vantagem comparativa em relação ao outro, duas condições precisam ser atendidas: i) utilizar de forma correta das diferenças das dotações dos fatores e; ii) se o comércio exterior conduzir a uma equalização entre os preços dos fatores de produção entre os países.

Já o modelo de Krugman (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001), foi baseado em um modelo de comércio internacional apoiado nas diferenças entre as técnicas de produção e no nível tecnológico utilizado para a produção desses produtos. Os autores pontuam que:

> [...] a organização da produção, as economias de escala, a concorrência imperfeita e a acumulação de capital e tecnológica (aprendizagem) conduzem a um patamar de produtividade ou de economias de escala dinâmicas que implicam o aumento do comércio internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p. 22).

Esses modelos, em diferentes períodos da história, contribuíram para tornar o campo da economia internacional um ramo importante de análise pautado nos efeitos do comércio internacional na economia real. A economia internacional ganha ainda mais importância com o processo de globalização iniciado nos anos 1990 e que perdura neste século XXI. Com o crescimento das redes de comunicações, as reduções de distâncias, as formações dos blocos econômicos, os acordos comerciais e as novas formas de produção, as nações mundiais nunca estiveram tão próximas em toda a história, seja comercializando produtos e serviços, seja com os investimentos estrangeiros diretos que movimentam vultosos fluxos de dinheiro. A economia tem se tornado cada vez mais global, sendo praticamente impossível de qualquer país não ter algum tipo de relação econômica neste contexto.

Ato contínuo, diante desse cenário, é importante entender que os blocos econômicos são instrumentos que os diversos países de uma mesma região e/ou continente utilizam a fim de formar um mercado regional comum através de facilidades que podem ser monetárias, aduaneiras ou tarifárias. Como destacam Gomes (2003) e Ohlweiller (1989), o Mercosul criado em 1991 através do Tratado de Assunção com os estados-membros Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tinha como um dos principais objetivos, promover a integração dos países da América do Sul, especialmente os do Cone Sul, nos âmbitos econômico, político e social. Igualmente, desejava preservar a democracia dos países do continente sul-americano.

A organização do Mercosul se deu através do Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que estabelecia uma estrutura institucional composta por: i) Conselho do Mercado Comum (CMC) – instrumento encarregado da direção política no processo de integração, a presidência deste Conselho é exercida de maneira rotativa, a cada seis meses, por cada um dos estados-membros; ii) Grupo Mercado Comum (GMC) – trata-se de um grupo com poder de decisão para fixar programas de trabalho e negociação de acordos com terceiros em nome do Mercosul; Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), auxilia o GMC a elaborar a política comercial do bloco, entre outros orgãos que cuidam da parte econômica e administrativa do bloco (GOMES, 2003).

Em virtude do estado da Bahia ser pertencente a um dos estados-membros do Mercosul, é importante entender quais as relações de exportação e importação a economia baiana estabelece com este bloco. Entretanto, antes dessa análise, é necessário discorrermos sobre a evolução histórico-econômica da Bahia, de modo a compreender como a análise macro da formação econômica baiana se correlacionou com o comércio externo.

3. Evolução histórico-econômica do estado da Bahia

No tocante a evolução histórico-econômica da Bahia, Pessoti e Sampaio (2009) destacam que desde o século XIX, a então Província da Bahia já possuía uma economia pautada no setor agrícola, tendo o cacau como principal fonte de desenvolvimento econômico do estado e das relações de comércio exterior. Além disso, a então Província da Bahia já possuía uma estrutura industrial pautada sobretudo no ramo têxtil, sendo também encontradas fábricas de charutos, sabonetes e do ramo metalúrgico, estas

últimas mais voltadas para o abastecimento da demanda interna.

Teixeira e Guerra (2000) e Cavalcante e Teixeira (1998) argumentam que, somente a partir dos anos 1950 que o estímulo à indústria passou a ser retomado através de intervenções estatais planejadas, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador (RMS), com a oferta de terrenos infraestruturados e incentivos fiscais dos quais surgiram grandes obras importantes e históricas para a industrialização baiana nas décadas seguintes, a saber a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec).

Uderman (2005) e Pessoti e Pessoti (2010) ressaltam que a partir desses grandes empreendimentos há uma mudança significativa no modelo de estrutura produtiva da economia baiana, que perde de vez a característica de economia agroexportadora e consolida a feição de desenvolvimento da indústria baseado na produção de bens de consumo intermediários, principalmente setores siderúrgico-metalúrgico e petroquímico, com o objetivo de servir como atividade complementar às dinâmicas industriais do Sudeste do país.

A partir dos anos 1980, sem poder contar mais com o apoio do Estado nacional na dinamização das economias menos favorecidas, coube aos estados subnacionais desenvolver um processo autônomo na condução do planejamento econômico. Aqueles que outrora galgaram um processo de acumulação capitalista (poupança) conseguiram manter o status dominante. Os outros, excluídos historicamente deste processo, tiveram que abrir suas economias ao capital estrangeiro, sobretudo, com o apoio dos incentivos fiscais (LACERDA; PESSOTI; JESUS, 2013).

Essa dinâmica dos anos 1980 encontra continuidade nas décadas seguintes na economia baiana, que em uma tentativa de reorganização das contas públicas, permitiu o estado a ter acesso a financiamentos de instituições para execução de obras de infraestrutura e de programas fiscais como o Probahia e o Desenvolve, atraindo grandes indústrias de diversos setores, de modo a promover tanto a diversificação da estrutura industrial do estado quanto maiores conexões com o setor internacional.

Contudo, esta tentativa de diversificação econômica não encontra sucesso e a economia baiana continuou atrelada a um modelo quase inalterado voltado a produção de bens de consumo intermediários, ancorados na força do setor químico e petroquímico e

altamente concentrados em torno da RMS. Lacerda, Pessoti e Jesus (2013) destacam que:

> Os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável dos territórios do estado. A evolução econômica da Bahia sempre apresentou um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de um grupo restrito de mercadorias no cenário internacional (p. 152).

Nos anos 2000, a economia baiana experimenta a introdução de novos setores industriais, tais como papel e celulose, calçadista e automobilístico e a expansão dos setores já tradicionalmente fortes, o que permitiu a Bahia alcançar um grau de diversificação significativo, de modo a ampliar o rol de produtos a serem comercializados no mercado externo, aumentando os fluxos comerciais e financeiros e o nível das exportações.

A crise de 2008 causou profundos impactos ao redor do mundo, incluindo a economia brasileira. Sobre estes efeitos, Lima e Deus (2013) destacam que:

> Dado o papel fundamental das expectativas dos agentes, o setor bancário reagiu com muita prudência e retraiu consideravelmente o crédito na economia brasileira, levando, consequentemente, as empresas a reverem seus planos de produção e de investimento. A forte retração da oferta de crédito bancário tanto no mercado doméstico como a interrupção de linhas externas foram condições suficientes para provocar uma redução na demanda interna e ancorar as expectativas de inflação (p. 55-56).

O segundo efeito recorrente da crise de 2008 se dá nas transações de capitais no país e no preço da moeda internacional. A rápida e desordenada desvalorização do câmbio provocou uma forte desestabilização na economia brasileira. Várias empresas do setor produtivo, principalmente as exportadoras, sofreram fortes prejuízos com a valorização do real. Além da própria redução das exportações, algumas empresas que se voltam para o mercado externo realizaram grandes quantidades de operações de *forward target* no período anterior a crise.

Entretanto, medidas anticíclicas por parte do estado foram tomadas para a contenção da crise pós-2008, conforme salienta Nascimento, Britto e Santana (2017):

> A economia brasileira, por sua vez, recupera-se lentamente, deixando incertos os horizontes possíveis de sua evolução macroeconômica. A conjuntura atual combina inflação baixa, taxa Selic em queda, tímida reativação do mercado de trabalho, dificuldades fiscais relevantes, níveis de arrecadação tributária ainda baixos e capacidade ociosa na indústria. Essa conjunção de fatores não permite

> vislumbrar, em médio e longo prazos, uma saída sustentável para a crise, ainda que a elevada capacidade ociosa dos fatores de produção enseje um crescimento da produção no curto prazo. Por sua vez, a economia baiana ressente-se da grave crise que atingiu os setores da indústria e de serviços. Embora haja uma desaceleração no ritmo de queda destes, os indicadores não registram, diferentemente do que ocorre em outros estados, resultados positivos para estes setores. Portanto, a retomada da economia baiana ocorre de forma mais lenta em comparação com a economia nacional em seu conjunto (p. 32).

Aliado a este cenário de lenta recuperação econômica após crise de 2008, o ano de 2020 é marcado pela pandemia do novo coronavírus que impactou palpavelmente as relações de comércio exterior. Com as restrições impostas pelo distanciamento social e o trabalho remoto, inúmeras transações deixaram de ser realizadas. Surgiram problemas de reabastecimento com a falta de componentes e/ou insumos ou até mesmo de atrasos na produção dos grandes mercados globais, o que acabou por gerar escassez de determinados produtos dos mais variados setores.

Em face do exposto, a última seção deste artigo pretende estudar e analisar a dinâmica do comércio internacional da Bahia com o Mercosul sob à otica das exportações e importações e detectar os efeitos da pandemia nessas variáveis. É feita uma análise comparativa nos anos de 2019 e 2020. A escolha por estes dois anos se deu tanto para demonstrar as principais relações e dinâmicas internacionais da Bahia frente ao Mercosul, quanto para compreender os efeitos da pandemia do novo coronavírus nas referidas variáveis (exportação e importação).

4. Dinâmicas de comércio internacional e a pandemia: análise da relação Bahia-Mercosul através das exportações e importações no biênio 2019-2020

Antes de analisar as dinâmicas de comércio internacional em relação ao Mercosul e detectar os efeitos da pandemia nestas dinâmicas,torna-se necessário compreender o contexto no qual a economia baiana está inserida, que é a economia brasileira. O comportamento da balança comercial brasileira (a diferença entre exportações e importações em um determinado período de tempo) é um importante indicador comparativo de desempenho seja entre países, nações ou regiões.

Os dados da Tabela 1 são referentes ao comportamento da balança comercial brasileira no biênio 2019-2020(antes e durante a pandemia). Os dados demonstram que há variação negativa tanto do ponto de vista das exportações (-6,88%), quanto das importações (-10,38 %) e da corrente de comércio (a soma das exportações mais importações), que tem uma redução de 8,42%, o que demonstra a relevância dos efeitos

da pandemia do novo coronavírus no fluxo de comércio internacional brasileiro.

Tabela 1 – Balança comercial brasileira no biênio 2019-2020 (valores em US$ 1.000 FOB)

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	225.383.482	209.878.385	-6,88
Importações	177.347.935	158.937.295	-10,38
Saldo	48.035.548	50.941.090	6,05
Corrente de comércio	402.731.417	368.815.680	-8,42

Fonte: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020). Elaboração própria.

Em relação à balança comercial da Bahia no biênio 2019/2020, é observada também uma tendência que acompanha a balança comercial brasileira, do ponto de vista da queda das exportações, importações e corrente do comércio. Entretanto, um dado chama a atenção em relação a economia brasileira que são as importações baianas, com queda de quase 30%, que resulta em uma queda da corrente de comércio de mais de 15 %. Os dados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 1 – Balança Comercial da Bahia no biênio 2019-2020 (valores em US$ 1.000 FOB)

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	8.168.158	7.838.197	-4,04
Importações	6.772.305	4.755.363	-29,78
Saldo	1.395.853	3.082.834	120,86
Corrente de comércio	14.940.463	12.593.560	-15,71

Fonte: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020). Elaboração própria.

Segundo o Boletim de Comércio Exterior da Bahia (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020), o resultado obtido pelas exportações baianas em 2020 foi motivado basicamente:

> [...] pela queda nos preços médios dos produtos vendidos ao exterior, que se desvalorizaram 25,5% no ano (sempre comparado com 2019), já que o volume embarcado (*quantum*) exibiu crescimento de 28,7% em comparado ao mesmo período. Pesaram ainda positivamente no resultado, o ajuste da taxa de câmbio nominal, com desvalorização média de 30% do real em relação ao dólar; a safra recorde de grãos e o voraz apetite chinês no mercado de *commoodities* (p. 3).

Para compreender a acentuada queda das importações baianas no biênio

2019/2020, é necessário analisar de forma detalhada os principais setores da economia baiana, a fim de entender o impacto de cada um nas importações gerais. Os dados contidos na Tabela 3 demonstram que os bens de consumo intermediários (produtos químicos, metalúrgicos, borracha, papel, celulose entre outros), os combustíveis e lubrificantes e os bens de consumo não-duráveis (alimentos, cosméticos, medicamentos entre outros), foram os principais afetados nas importações do biênio, uma vez que os setores químico e o petroquímico são historicamente, os protagonistas da economia baiana.

Além disso, os dados da Tabela 3 demonstram que do ponto de vista da importação, o setor de bens intermediários participa com mais de 1/3 das importações do estado (75,17%), sendo seguido de longe pelo setor de bens de capital (15,84%) e pelos combustíveis e lubrificantes (4,28%).

Tabela 2 – Importações da economia baiana no biênio 2019-2020 por setor e categoria de uso (valores em US$ 1.000 FOB)

Discriminação	2019	2020	Var. %	Part. %
Bens intermediários	4.960.601	3.574.453	-27,94	75,17
Bens de capital	814.514	753.480	-7,49	15,84
Combustíveis e lubrificantes	763.271	203.616	-73,32	4,28
Bens de consumo duráveis	103.750	127.297	22,70	2,68
Bens de consumo não duráveis	128.395	93.441	-27,22	1,96
Bens não especificados anteriormente	1.774	3.076	73,40	0,06
Total	**6.772.305**	**4.755.363**	**-29,78**	**100,00**

Fonte: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020).

Elaboração própria.

Em relação as importações da Bahia perante o Mercosul no biênio 2019-2020, os dados da Tabela 4 demonstram que há uma pequena variação negativa de 0,66 % no valor das importações *Free on Board*[23](FOB) por US$ 1.000 dólares: US$ 712.011 em 2019 e US$ 707.339 em 2020. Entretanto, há variação positiva de 23,78% nas toneladas

[23] Nesta metodologia de comércio internacional, **o comprador assume todos os riscos e custos** com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada a bordo do navio. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador.

importadas pela Bahia frente ao Mercosul no mesmo período observado: 760.943 toneladas em 2019 contra 941.919 em 2020.

Tabela 4 – Importações baianas por blocos econômicos no biênio 2019-2020

Blocos econômicos	Peso (ton) 2019	Peso (ton) 2020	Var. %	(US$ 1000 FOB) 2019	(US$ 1000 FOB) 2020	Var. %	Part. %
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	375.814	433.985	15,48	956.427	918.762	-3,94	19,32
União Europeia – EU	1.330.964	1.271.943	-4,43	1.128.874	903.689	-19,95	19,00
América do Norte	2.753.395	1.777.779	-35,43	1.506.061	867.460	-42,40	18,24
Mercosul	**760.943**	**941.919**	**23,78**	**712.011**	**707.339**	**-0,66**	**14,87**
América do Sul, Central e Caribe (Exceto Mercosul)	1.388.733	820.067	-40,95	1.024.081	562.507	-45,1	11,83
Outros	2.803.606	1.708.964	-39,04	1.444.850	795.607	-44,9	16,73
Total	**9.413.455**	**6.954.658**	**-26,12**	**6.772.305**	**4.755.363**	**-29,7**	**100,00**

Fontes: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020).

Elaboração Própria.

No que tange as exportações, os dados da Tabela 5 demonstram uma dinâmica diferente das importações no mesmo período observado. Chama a atenção a variação negativa das exportações baianas em relação ao Mercosul (-30,12%): US$ 490.432 em 2019 e US$ 339.427 em 2020; e redução também nas toneladas exportadas: 242.066 em 2019 e 205.494 em 2020.

Tabela 5 – Exportações da Bahia por blocos econômicos no biênio 2019-2020

Blocos econômicos	Peso (ton) 2019	Peso (ton) 2020	Var. %	(US$ 1000 FOB) 2019	(US$ 1000 FOB) 2020	Var. %	Part. %
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	7.068.896	10.371.736	46,72	3.810.819	4.123.088	8,19	52,60
União Européia – EU	2.550.967	2.542.485	-0,33	1.378.704	1.181.575	-14,3	15,07
América do Norte	835.135	745.915	-10,7	1.164.100	1.063.503	-8,64	13,57
Mercosul	**242.066**	**205.494**	**-15,1**	**667.305**	**466.309**	**-30,1**	**5,95**
América do Sul, Central e Caribe (Exceto Mercosul)	253.005	232.349	-8,16	490.432	339.427	-30,8	4,33
Outros	422.530	542.191	28,32	656.799	664.295	1,14	8,48
Total	**11.372.598**	**14.640.171**	**28,73**	**8.168.158**	**7.838.197**	**-4,04**	**100,00**

Fonte: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020).

Elaboração Própria.

Como forma complementar as análises feitas até o momento neste capítulo, cabe também uma análise sobre os principais setores exportadores da Bahia no biênio 2019-2020. Os dados na Tabela 6 demonstram que, historicamente, os principais segmentos exportadores da Bahia, tais como Petróleo e Derivados e Químico e Petroquímicos, apresentaram quedas bastante significativas no preço médio. Além disso, o segmentos de Químico e Petroquímicos e Metalúrgico apresentam reduções tanto no preço médio quanto nos valores exportados.

Tabela 6 – Os dez principais setores exportadores da economia baiana no biênio 2019-2020 em termos percentuais e variação do preço médio

Segmentos	Valores (US$ 1000 FOB)		Var.	Part.	Var. % Preço médio
	2019	2020	%	%	
Soja e Derivados	1.472.765	1.710.853	16,17	21,83	0,61
Petróleo e Derivados	902.735	1.165.606	29,12	14,87	-35,73
Papel e Celulose	1.171.045	1.007.883	-13,93	12,86	-22,04
Químicos e Petroquímicos	1.156.126	786.907	-31,94	10,04	-24,89
Algodão e Seus Subprodutos	577.909	567.746	-1,76	7,24	-6,60
Metais Preciosos	434.748	522.158	20,11	6,66	21,39
Metalúrgicos	862.804	493.048	-42,86	6,29	-37,19
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	123.982	275.972	122,59	3,52	-17,69
Minerais	163.094	239.026	46,56	3,05	-25,62
Cacau e Derivados	197.294	200.420	1,58	2,56	3,28

Fonte: Brasil (2021) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020).

Elaboração Própria.

Ato contínuo, os dados analisados indicam que as dinâmicas de comércio internacional da economia baiana dentro do mercado internacional se dão, sobretudo, na produção e exportação de *commodities* agrícolas (soja e derivados) e produtos derivados da indústria química e petroquímica (petróleo e derivados), além de papel e celulose, cujos principais destinos são a Ásia e a União Européia como blocos econômicos, tendo a China como principal destino das exportações baianas. Sob a ótica da importação, a inserção no mercado internacional se dá nos bens intermediários e de capital advindos principalmente da Ásia e dos Estados Unidos. Neste sentido, o Mercosul ainda não encontra o protagonismo na dinâmica internacional, embora encontre relevância tanto no

destino das exportações, quanto das importações.

Esses resultados corroboram com análises feitas por De Negri (2006), Spínola (2004), Pessoti e Sampaio (2009) e Silva *et al* (2013), que destacam que no contexto internacional, historicamente a Bahia sempre obteve destaque em produtos semimanufaturados e manufaturados e em exportações agrícolas. Os autores, entretanto, chamam a atenção ao fato de que esses setores são menos dinâmicos e competitivos em relação aos padrões internacionais de comércio, sendo necessário pensar em um novo modelo de inserção internacional baseado na produção sobretudo, de tecnologia. Como destacam Silva *et al.* (2013, p.155), "o fato da pauta de exportação baiana ser especializada em produtos oriundos de firmas dominadas por fornecedores revela a defasagem tecnológica em que se encontra atualmente o setor industrial da economia baiana".

Nesse sentido, torna-se crucial para promover uma maior inserção da economia baiana no mercado externo, que sejam firmadas parcerias entre as empresas e o setor público no sentido de propor iniciativas voltadas ao aproveitamento da tecnologia. Essas iniciativas devem focar na captação de indústrias para o estado de modo a criar complexos tecnológicos, bem como no investimento na capacitação da mão de obra existente no estado através de incentivos na educação e na tecnologia em diversos setores para a produção de eletrônicos, inteligência artificial, nanotecnologia, internet das coisas, produtos farmacêuticos, além do fortalecimento da indústria química, setor historicamente forte da economia baiana.

Em face do exposto, as medidas acima citadas contribuirão tanto para o aumento da competitividade das exportações baianas, quanto para o aumento da inserção e da diversificação da Bahia no mercado internacional, hoje "limitada" apenas em *commodities* e produtos oriundos do setor químico e petroquímico.

5. Considerações finais

As últimas três décadas foram marcadas por intensas transformações do ponto de vista dos fluxos comerciais globais, que impuseram inúmeros desafios para as economias nacionais, principalmente as economias fora do principal eixo mundial, para se realocarem nessas novas configurações. Aliado a esse processo, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus, que impôs medidas restritivas de

distanciamento social, trazendo novas configurações do ponto de vista das relações globais tanto de exportação, quanto da importação de novos produtos, o que acabou por frear e atrasar inúmeras transações globais, reduzindo este fluxo.

A proposta deste capítulo consistiu em analisar a dinâmica de comércio internacional do estado da Bahia com o Mercosul sob à otica das exportações e importações e detectar os efeitos da pandemia nessas variáveis. Como resultados obtidos, foi observado que a Bahia tem em suas principais conexões globais com as *commodities* agrícolas e de produtos derivados da indústria química e petroquímica, cujo principal destino não é o Mercosul, e sim a a China, União Européia e Estados Unidos, além de apresentar significativas quedas em suas relações com esses parceiros comerciais .Além disso, os desafios impostos para a economia baiana neste século passam pela capacidade do estado de se inserir nos fluxos globais de inovação e tecnologia, que permitirão a Bahia tanto uma maior dinâmica no comércio mundial, quanto um maior desenvolvimento econômico para os próximos anos.

Referências

BLANCHARD, O. A crise econômica do Covid. *Revista The Economist*, Londres, p. 1- 20, 2020.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Exportação e Importação Geral*. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso em: 20 ago. 2021.

CANUTO, O. What happened to world trade? *Capital Finance International*, Londres, p. 14-18, Spring, 2016.

CANUTO, O.; FLEISCHHAKER, C. Currency depreciation is silver lining of Brazil´s recession. *Financial Times*, Londres, 9 dec., 2015.

CAVALCANTE, L. R.; TEIXEIRA, F. L. Maturidade tecnológica e intensidade em pesquisa e desenvolvimento: o caso da indústria petroquímica no Brasil. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 5, n. 12, p. 121–144, maio/ago. 1998.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 2, p.133-151, 2014.

CUNHA, R. C.; WANDERLEY, L. A. Uma análise das exportações baianas e da influência chinesa com base no modelo gravitacional. *In*: PESSOTI, Gustavo Casseb; WANDERLEY, Livio Andrade (org.). *Reflexões de economistas baianos 2013*. Salvador: Corecon, 2013. p. 145-188.

DE NEGRI, F. Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras. *In*: DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mário Sérgio (org.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: IPEA, 2005. Cap. 3, p. 75-118.

GOMES,E.B. A supranacionalidade e os blocos econômicos. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*.v 38, n.00,p.159-183.2003.Curitiba.2003.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. *Economia internacional*: teoria e política. São Paulo: Pearson, 2001.

LACERDA, A. C.; RAMOS, A. P. Pandemia e economia: desafios para o Brasil. *Revista Economistas*, Brasília, ano 11, n. 36, p. 8-13, abr./jun. 2020.

LACERDA, F. C.; PESSOTI, G. C.; JESUS, J. A. Transformações estruturais, (des) concentração espacial e inserção internacional: Uma análise para a economia baiana com base na teoria da base produtiva. *Revista Nexos Econômicos*, Salvador, v. 7, n. 1, p.141-177, jan. /jun. 2013.

LIMA, R. S. *Inserção internacional do Nordeste brasileiro*: o caso da Bahia, Ceará e Pernambuco. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. *Revista Cadernos de Economia*, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013.

LOHBAUER, C. Abertura comercial brasileira: o possível e o desejável. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 121, p. 62-69, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, C.; BRITTO, E.; SANTANA, P. M. Economia baiana: retrospectiva 2017 e perspectivas. *Revista Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 27, n. 2, p. 31- 53, jul./dez. 2017.

OHLWEILER, O.A.A era dos blocos econômicos. Revista Indicadores Econômicos (FEE), Porto Alegre, v.17, n.02, p.139-158,1989.

OLIVEIRA, S. E. M. C. *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional*: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 12, n. 22, p. 28-45, dez. 2010.

PESSOTI, G. C. Uma nova década perdida. *Revista Economistas*, Brasília, ano 11, n. 36, p. 24-29, abr./jun. 2020.

PESSOTI, G, C.; SAMPAIO, M. G. V. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. *Revista Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 162, p. 36-49, jan./mar. 2009.

PORTO, P. C. S.; CANUTO, O.; MOTA, A. A. L. As possibilidades de inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. *Informe GEPEC*, Toledo, v. 21, p. 10-27, jan./jun. 2017.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade, and deindustrialization. *IMF Staff Papers*, Washington, D.C., v. 46, n. 1, p. 18-41, Mar. 1999.

RUIZ, R. M. *Polarização e desigualdades*: o desenvolvimento regional na China (1949-2000). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006.

SILVA, M. S. *et al*. Padrão de especialização tecnológica e competitividade das exportações baianas. *Revista Desenbahia*, Salvador, v.12, n. 21, p. 131-162, set. 2015.

SMITH, A.. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

SPINOLA, N. D. A economia baiana: os condicionantes da dependência. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 6, n.10, p. 88-99, jul. 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Estatísticas de comércio exterior*. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=900&Itemid=216. Acesso em: 30 ago. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDO ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*. Salvador: SEI, dez. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2020.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica**.** *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87–98, jul. 2000.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: Características gerais e mudanças estruturais recentes. *Revista Desenbahia*, Salvador, n. 3, v. 2, pp. 07-34, 2005.

SEÇÃO II
Panorama econômico: os desafios que persistem

O descolamento das Teorias do Desenvolvimento: e o caso da Bahia

Noélio Dantaslé Spinola

Evolução espacial do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a urgência do planejamento urbano e regional

Helcio de Medeiros Junior

Laumar Neves de Souza

Aglomeração e polarização econômica do Setor de Serviços no estado da Bahia

Lucas Gonçalves Souto

Rondinaldo Silva das Almas

Vantagens e desvantagens competitivas do Setor de Reciclagem no estado da Bahia: uma análise por mesorregiões entre 2007 e 2015

Lívio Andrade Wanderley

Cristiano Cassiano de Araujo

Análise espacial dos determinantes da pobreza na Bahia

Fabrício Ferreira Caetano Santos

Mônica de Moura Pires

Ticiana Grecco Zanon Moura

Cenários econômicos perspectivos para Salvador na próxima década de 2021-2030

Gustavo Casseb Pessoti

Alex Gama Q. dos Santos

Jadson Santana

Urandi R. Paiva Freitas

O DESCOLAMENTO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: E O CASO DA BAHIA

Noelio Dantaslé Spinola[24]

Natura non facit saltum
(Marshall, Darwin, Aristóteles).

1. Introdução

Neste artigo pretende-se analisar os esforços de promoção do desenvolvimento local em regiões periféricas da América do Sul, especificamente no estado da Bahia que possui um território marcado por severas diferenciações edafoclimáticas e econômicas, onde múltiplas utilizações espaciais regidas pela ótica da acumulação capitalista ditam rumos condicionados pelas exigências do mercado internacional e determinados pelos seus processos específicos de acumulação do capital, muitas vezes divergentes ou descompromissados com processos locais de fomento econômico.

Vale observar que o estado da Bahia em termos absolutos de importância econômica no Brasil, constitui a sua 7ª economia entre 27 estados, sendo a 1ª em termos da região Nordeste composta por nove estados. Espacialmente possui um território que mede 559.951 Km², ocupando 6,59% do território brasileiro e 36,34% do Nordeste. Em termos físicos é maior do que a França e sendo praticamente do tamanho da Península Ibérica[25].

Apesar da sua posição na economia do Brasil, com um PIB estimado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 84,7 bilhões de reais, para o ano de 2021, a Bahia, neste mesmo ano, com uma população de 14,9 milhões de habitantes dos quais 1/3 na área rural[26] é apontada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como o estado com a maior concentração de pessoas em situação de extrema pobreza. São 2,4 milhões de

---

[24] Professor Titular de Economia Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Pt. Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona – Es.

[25] O território baiano corresponde a 97% do território da Península Ibérica.

[26] A taxa de urbanização da Bahia, segundo os dados do IBGE varia de 72% considerando os municípios como um todo e 67% computando apenas as sedes municipais. Existem controvérsias entre os demógrafos quanto aos critérios adotados pelo IBGE para a determinação das taxas de urbanização.

baianos com rendimento mensal individual inferior a R$ 70,00. O estado ocupa a 19ª posição na renda *per capita* entre os 27 estados brasileiros. Esta é a realidade sobre a qual trabalhamos.

Aqui, também se examinam os novos aportes teóricos que pretendem instrumentar a teoria do desenvolvimento regional, com abordagens gestadas a partir da ruptura do denominado paradigma fordista e responder com maior eficácia às características e peculiaridades de economias menos desenvolvidas e, muitas vezes, ainda não absorvidas pelo processo de globalização. Neste sentido, serão discutidos os aspectos teleológicos de categorias tais como desenvolvimento local, endógeno, autossustentável, integrado e comunitário que representam diferentes estratégias e, por isto mesmo, comportam diferentes abordagens.

Além desta introdução e de uma conclusão, este estudo é composto por quatro partes que tratam das contribuições aportadas no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2022, e de questões operacionais relacionadas com as aplicações dos instrumentais teóricos relacionados com o desenvolvimento local e o desenvolvimento endógeno.

2. Ciclo de vida da teoria do desenvolvimento

A preocupação com o processo de acumulação de riquezas, ou de capital como pretendem muitos, é remota na história da humanidade. Sobre ele e os instrumentos necessários para a sua produção debruçaram-se os escribas do Torá, gregos como Xenofonte, Aristóteles e Platão e reis como o lendário Cresus, da Lídia (561/546 a.C.) que, segundo Spinola (2011), há 2.500 anos criou o *electrum-stater* tido como a primeira moeda do mundo. Nas palavras dele:

> Tesoureiros com o pé no chão descobriram o que os magos não viram: o homem comum e os comerciantes da Lídia intuitivamente atribuíam valores de troca a pedaços de prata e ouro, que viravam **meios de pagamento.** Reis perceberam que alguém podia ganhar dinheiro com dinheiro: martelaram símbolos no metal, padronizaram a relação ouro/prata (*ratio*) e cobraram pela **senhoriagem.** Nasce a **moeda.** (Grifos nossos) (SPINOLA, 2011, p.19).

Mercantilistas, fisiocratas e posteriormente os clássicos, já nos séculos XVIII e XIX, direta ou indiretamente também se preocuparam com as questões vinculadas ao crescimento econômico que com o tempo, se transformou (para alguns) em

desenvolvimento econômico. O escocês Adam Smith (1723/1790) foi escolhido pelo *mainstream* como o pai da ciência econômica com o seu *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776). Nesta obra nasce a teoria do desenvolvimento econômico.

A consolidação da disciplina como o suporte teórico das políticas econômicas dos países, notadamente o planejamento regional, somente ocorreu no mundo ocidental, principalmente nos países subdesenvolvidos, a partir das décadas de 1930 e 1940 no bojo da revolução keynesiana que eclodiu em 1936, como uma resposta ao fracasso do paradigma liberal, desmoralizado pela Grande Depressão de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial como resultado das macro decisões emanadas da conferência de *Bretton Woods*.

Também no Brasil, refletindo a conjuntura internacional, as preocupações com o desenvolvimento e a sua discussão pelas diversas correntes de pensamento, tiveram início nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo no período imediato ao pós-guerra e no contexto de uma época de reconstrução mundial, mediante a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), do Plano Marshall para a Europa e da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), de onde brotaram o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID)[27] e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), este último é sem dúvida um dos maiores celeiros de ideias e proposições para a promoção do desenvolvimento econômico nos países da América Latina e o Caribe.

No Brasil foi preponderante, nesta época, a influência do pensamento keynesiano nas análises formuladas por autores estrangeiros dedicados ao estudo do subdesenvolvimento, entre os quais Raul Prebisch, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal e Ragnar Nurkse, e brasileiros como Celso Furtado, Roberto Campos, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Maria da Conceição Tavares, entre outros que contribuíram para a formação das diretrizes da CEPAL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundamentando teoricamente o planejamento que veio a desenvolver-se no país, inclusive o modelo de substituição

[27] Uma réplica do BIRD para a América Latina

de importações e, politicamente, o que se convencionou denominar de paradigma nacional-desenvolvimentista.

Numa revisão histórica, notadamente dos aspectos sociais, são questionáveis os resultados da experiência brasileira de planejamento do seu desenvolvimento. É inegável o expressivo *crescimento econômico* do país na segunda metade do século XX, sobretudo no período que vai de 1954 até 1980, graças à realização de muitas das medidas e ações preconizadas nos diversos planos elaborados no período. Porém, não foi atingido o padrão de desenvolvimento econômico desejável e, ao encerrar o século, se observou a manutenção de um considerável desequilíbrio inter-regional, acentuada concentração da renda e a permanência de uma elevada parcela da população vegetando abaixo da linha de pobreza, continuando o país dependente, em grande escala, dos humores do capitalismo internacional.

No final da década de 1980, marcado pela avalanche do neoliberalismo e do Consenso de Washington, as teorias do desenvolvimento entraram em recesso no Brasil, no bojo das ideias do Estado Mínimo e na abolição do planejamento econômico estatal. A propósito da crise atravessada pela Teoria do Desenvolvimento, vale transcrever o testemunho de Satrústegui (2009), quando diz:

> A lo largo de las últimas décadas, la economía del desarrollo y, más en general, los estudios sobre desarrollo – entendidos de manera amplia como el análisis de las condiciones capaces de favorecer el progreso y el bienestar humanos - atraviesan por una cierta crisis. Frente al vigor y la relevancia de los debates habidos durante la segunda mitad del siglo XX, pareciera que en la actualidad los estudios sobre desarrollo han ido perdiendo importancia en el ámbito de las ciencias sociales, en favor de enfoques centrados en el corto plazo y/o en el análisis coyuntural de realidades particulares. Ello no es ajeno a la complejidad del marco en el que se inscriben actualmente los procesos de desarrollo, caracterizado por la interacción de fenómenos económicos y sociales que operan en diferentes ámbitos y escalas, que van de lo local a lo global, y que abarcan un creciente número de temas. Tampoco debe pasarse por alto la situación por la que atraviesan las ciencias sociales y muy especialmente la economía cuyas corrientes dominantes han demostrado una notable incapacidad para enfrentar el estudio de no pocos problemas del mundo actual, y para integrar en el debate algunos enfoques que han ido surgiendo más recientemente. Es preciso resaltar a este respecto el devastador efecto producido por el reduccionismo conceptual y metodológico que ha ido imponiéndose en ciertos ámbitos académicos, el cual ha dejado a los estudios sobre desarrollo huérfanos de algunas perspectivas de épocas anteriores y dotados de menos instrumentos para, paradójicamente, tener que afrontar el análisis de fenómenos mucho más complejos (un problema que ya fue apuntado hace casi tres décadas por Hirschman, 1980, al

> referirse a la “vuelta a la monoeconomía” en su famoso ensayo **Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo**).

No seu lamento o velho professor Hirschman antevia, com efeito, a revolução neoliberal e a volta do paradigma que ele denominava de *monoeconomia*, ou seja, a validade da aplicação universal da teoria econômica gestada no primeiro mundo. Dizia Hirschman (1980, p.1057):

> *Entiendo por rechazo de la tesis monoeconómica* ***la concepción de que los países subdesarrollados se separan como un grupo, mediante varias características económicas específicas comunes a ellos, de los países industriales avanzados****, y que el análisis económico tradicional, concentrado en estos últimos países, deberá modificarse, en consecuencia, en algunos aspectos importantes, cuando se aplique a los países subdesarrollados.* (Grifos nossos).

Hirschman clamava, com razão, contra o efeito devastador produzido pelo reducionismo conceitual e metodológico que passou a dominar a academia, deixando desestruturados os estudiosos das questões vinculadas ao desenvolvimento, vez que os novos instrumentos apresentados não estavam à altura da análise e enfretamento de uma problemática cada vez mais complexa. Hirschman considerava a Economia do Desenvolvimento como uma subdisciplina derivada da Teoria Econômica. No seu rigor científico não acreditava que esta pudesse assumir um status mais amplo. Segundo ele (1980, p. 1073):

> Ya he señalado que los críticos neoclásicos hicieron algunas observaciones válidas, así como los neomarxistas plantearon varias dudas serias, sobre todo en las áreas del control extranjero excesivo y de la distribución desigual del ingreso. **Pero tales críticas debieran conducir normalmente a algunas reformulaciones y eventualmente al fortalecimiento de la estructura de la economía del desarrollo. Ahora no ocurrió así. No apareció ninguna síntesis nueva.** Pueden ofrecerse varias explicaciones. Por una parte, la economía del desarrollo había sido construida sobre un concepto, el "país subdesarrollado típico", que se volvió cada vez menos real a medida que el desarrollo proseguía a tasas muy diferentes y asumía formas muy distintas en los diversos países de la América Latina, Asia y África. La ley del desarrollo desigual de Lenin, formulada originalmente para las grandes potencias imperialistas, se aplicaba al Tercer Mundo. (…) **El concepto de un cuerpo unificado de análisis y de recomendaciones de políticas para todos los países subdesarrollados, que contribuyó en buena medida al surgimiento de la subdisciplina, se convirtió en cierto sentido en una víctima del éxito mismo del desarrollo y de su desigualdad.** (…)Lo que pareció una incapacidad para montar un contraataque vigoroso contra la alianza no santa de neomarxistas y neoclásicos pudo haberse derivado de una duda creciente en las propias fuerzas, basada en desgracias mucho más graves que la "mala asignación de recursos" de los neoclásicos o la "nueva dependencia" de los neomarxistas. **No todo el grande y talentoso grupo de economistas del desarrollo que se, había formado en la nueva rama del conocimiento enmudeció de repente. Muchos se retiraron de la posición de que "todas las cosas juntas son buenas" ala de "la buena ciencia**

> **económica es buena para el pueblo".** En otras palabras, en lugar de suponer que el desarrollo económico haría progresar otros campos, estos autores consideraron legítima una operación basada en un supuesto implícito del óptimo de Pareto: como las reparaciones de la plomería o el mejoramiento del control del tránsito, los esfuerzos técnicos de los economistas mejorarían las cosas en un área al mismo tiempo que, en el peor de los casos, dejaban otras cosas sin cambio alguno, de modo que la sociedad en su conjunto mejoraría. La política del desarrollo económico se degradaba aquí, en efecto, a una tarea técnica ocupada exclusivamente de los mejoramientos de la eficiencia. Se creaba y buscaba así la ilusión de que al limitarse a los problemas pequeños, eminentemente técnicos, la economía del desarrollo podría seguir adelante a pesar de los cataclismos políticos. (Grifos nossos).

3. Nova economia regional, ou variações em torno do mesmo tema?

Em termos internacionais, o aparente esgotamento do modelo "fordista" de produção[28] e as transformações dos processos produtivos a partir da década de 1970, demonstrado pelo declínio persistente de regiões fortemente industrializadas (BENKO;LIPIETZ, 1995), e a expansão econômica de novas regiões (STORPER;SCOTT, 1995), conduziram, a partir da década de 1990, a substanciais mudanças nas teorias e políticas de desenvolvimento regional.

Porém, aos apressados em incluir o Brasil nos novos estágios que são identificados para a evolução econômica e industrial dos países do primeiro mundo, como o pós-fordismo, por exemplo, vale observar a seguinte colocação de Lipietz (1995): "el porvenir de Brasil queda abierto a tres posibilidades: una vuelta al taylorismo primitivo, una consolidación del fordismo periférico e incluso una evolución hacia el fordismo con evoluciones locales hacia los aspectos toyotistas".

No curso das mudanças que se registraram no primeiro mundo, foram construídos novos aportes teóricos em parte devidos à "descoberta" dos distritos industriais marshalianos na Terceira Itália por Arnaldo Bagnasco (1977), Carlos Triglia (1986) e Sebastiano Brusco (1986) e ao trabalho seminal de Michael Piore e Charles Sobel (1984) com a proposta de um novo paradigma tecnológico, o da **especialização flexível,** cuja forma especial seria o distrito industrial·,

[28] Segundo Martinelli e Schoenberger, *apud* Benko (1994, p.103) este esgotamento é mais ficção do que realidade. Eles afirmam que, *para os oligopólios e para as empresas gigantes, produção e concorrência são perfeitamente compatíveis com um aumento da flexibilidade.* Da mesma forma Bussato e Costa Pinto (2005) acrescentam que *o movimento de reestruturação produtiva (flexibilização/fragmentação da produção) se vincula a uma nova divisão internacional do trabalho, associada, muito mais, à descentralização da produção da grande firma, mantendo ou até mesmo ampliando o controle, do que aos movimentos autônomos das pequenas e médias empresas, estruturadas em novos distritos industriais marshallianos.*

complementada por inúmeras outras contribuições importantes de Becattini (1989) Scott e Storper (1995) e Walker (1989), sendo lançadas as bases de uma nova teoria do desenvolvimento.

A questão dos desequilíbrios regionais e do subdesenvolvimento, que se agravaram a partir da nova ordem produtiva internacional, passaram a ser objeto de novas abordagens que corresponderam a duas categorias analíticas relativas aos enfoques do **desenvolvimento sustentável** e do **desenvolvimento local**.

O enfoque do desenvolvimento sustentável surgiu logo após a Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, promovida pela ONU, em 1972. Foi gerado como uma reação de vários intelectuais, às propostas de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jürgen Randers, e William W. Behrens III, pesquisadores do "Clube de Roma," os quais, no estudo *Limites do Crescimento,* produzido em 1973, concluíram que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos. O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente "catástrofe" mundial.

Intelectuais, dos próprios países desenvolvidos, consideraram que em sua tese sombria Meadows e o seu grupo estavam preconizando o fim do crescimento da sociedade industrial e das perspectivas dos países subdesenvolvidos, visto que a partir dela, se motivaria o bloqueio do desenvolvimento dos países pobres, com uma justificativa ecológica. Entre os opositores a Meadows destacam-se o canadense Maurice Strong que lançou em 1973 o conceito de **ecodesenvolvimento**, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Como uma derivação do conceito, surgiu, em 1987, a expressão **desenvolvimento sustentável** adotada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, em seu relatório *Our Common Future* também conhecido como Relatório Brundtland.

Esse novo conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Cúpula da Terra de 1992 (Eco-92) – no Rio de Janeiro. Segundo Ignacy Sachs os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida;

preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação. Constitui assim a grande preocupação dos adeptos do desenvolvimento sustentável, o futuro das novas gerações e a premência de políticas que possam conduzir a humanidade a um desenvolvimento harmônico e, prioritariamente, sustentável nos períodos vindouros.

Há, porém quem discorde de certas aplicações dos conceitos de sustentabilidade. Este é o caso de Herman Daly, um dos criadores do conceito de **crescimento deseconômico[29].** Segundo Mander e Goldsmith (1996) Daly afirma que **o crescimento econômico sustentável simplesmente já não é uma opção tida como séria**. Nem o é o desenvolvimento, pelo menos no sentido em que o termo é utilizado (envolvendo crescente exploração dos recursos). Daly acredita ser possível e desejável um desenvolvimento qualitativo, que aumente a qualidade de vida das pessoas, sem exploração excessiva dos recursos e, portanto sem aumentar o impacto no ambiente natural.

Daly (*apud* MANDER; GOLDSMITH, 1996) afirma que nas suas dimensões físicas, a economia é um subsistema do ecossistema da Terra, que é finito, não expansível e materialmente fechado. À medida que cresce, o subsistema econômico incorpora uma cada vez maior proporção do ecossistema total em si, querendo atingir o limite, a 100 por cento. Então, o seu crescimento não é sustentável. O termo *crescimento sustentável* quando aplicado à economia é um mau oximoro – contraditório enquanto narrativa, não evocativo enquanto poesia. Ainda segundo Daly (*apud* MANDER; GOLDSMITH, 1996):

> (…) os economistas dirão que o crescimento no PNB é uma mistura de aumentos quantitativos e qualitativos e por isso não sujeito a leis físicas. E têm alguma razão. Mudanças quantitativas e qualitativas são coisas muito diferentes, sendo por isso melhor estar separadas e conhecidas por nomes diferentes quando as procuramos num dicionário. ***Crescer* significa aumentar naturalmente no tamanho, com a adição de material através de assimilação ou acreção, *Desenvolver* significa expandir ou realizar o potencial de; fomentar gradualmente para um estádio mais pleno, maior, ou melhor. Quando alguma coisa cresce, fica maior. Quando algo se desenvolve, fica diferente**. O ecossistema da Terra desenvolve-se, mas não cresce. O seu subsistema, a economia, deve eventualmente parar de crescer, mas continuar a desenvolver-se. **O termo**

[29] O crescimento deseconômico ocorre quando o incremento na produção acontece com um custo em recursos e em bem-estar maior do que o dos itens produzidos.

> ***desenvolvimento sustentável,*** **portanto, faz sentido quando usado em economia, mas apenas se for compreendido como *desenvolvimento sem crescimento* -** melhoramento qualitativo de uma base económica física que é mantida numa situação estável através de uma exploração de matéria-energia dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. **Actualmente o termo *desenvolvimento sustentável* é usado como sinónimo para o oximoro *crescimento sustentável.* Deve ser salvo deste engano**. (p.208). Grifos nossos.

Não obstante, é o enfoque do **desenvolvimento local** que predomina no exame do contexto regional, influenciando as proposições de políticas para o enfrentamento dos problemas gerados pelas desigualdades regionais. Este enfoque ganhou substancial alento na Europa, mercê do seu processo de unificação política e, sobretudo econômica, quando as propostas de desenvolvimento local encontraram espaço para aplicação devido à conjuntura favorável (na época) e aos substanciais recursos disponíveis para o financiamento de projetos dos sistemas produtivos locais que até então operavam em condições precárias[30].

Na verdade, o desenvolvimento local apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região do que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento "por baixo", opondo-se ao desenvolvimento por cima, que fundava as práticas anteriores. O desenvolvimento local preconiza a flexibilidade opondo-se à rigidez das formas de organização clássica; uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se as estratégias centralizadas de manejamento do território. "[...] O desenvolvimento local tem conteúdo regional ou mesmo microrregional nos países desenvolvidos, mas pode ser aplicado no Terceiro Mundo a países em seu conjunto" (BENKO 1998, p. 228). [31]

Com bastante propriedade, já em 1998, Gonzalez preocupado com o rigor científico, na abordagem desta questão, alertava quanto a um problema de base que consistia em: "diferenciar lo que significa el término local. "(…) Se debe partir del

---

[30] Programa Leader da União Européia.

[31] Segundo Arocena (1995) (…) *desde nuestra óptica, el desarrollo local no dispone de un cuerpo teórico propio o autónomo de las "teorías del desarrollo". Por el contrario, existen diversas teorías del desarrollo que tienen diferentes implicancias en su forma de ver lo local.*

presupuesto inicial que **desarrollo local no equivale a desarrollo localizado,**[32] siendo necesario no confundir estos términos si se quiere asimilar los principales presupuestos del D.L." (GONZALEZ, 1998, p.5)

O desenvolvimento **localizado** na opinião de González (1998) trata-se de um desenvolvimento econômico e social, localizado em um espaço concreto dentro de uma dinâmica geral cambiante. É um **processo geral que afeta todas as estruturas produtivas e sociais e que se distribuem por todos os territórios afetados pelo mesmo.** Já o desenvolvimento **local** (endógeno) "es un proceso diferente en el sentido que es voluntario y concertado por una colectividad en la que se pone em marcha un proceso diferenciado de su entorno próximo, mediante la introducción de puntos innovadores que añaden valor añadido a sus actividades productivas y cotidianas" (GONZALEZ, 1998 p.5). (Grifo nosso).

Numa crítica que consideramos procedente ao "localismo", Brandão (2002) afirma ironicamente que o espaço local e regional tudo pode, segundo esta posição que atualmente domina o debate, posto que

> [...] o âmbito urbano-regional é hoje o 'marco natural' da atividade econômica. É mais que a empresa, cada vez mais dependente de seus entornos e das sinergias deste; é mais que o Estado-nação, desbordado pelos processos de globalização e menos capaz de articular-se com a diversidade dos atores econômico sociais privados (BORJA;CASTELLS, 1997, p. 250).

Entende-se também o desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento e **mudança estrutural** que se produz como consequência das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da **introdução de inovações** o que gera o aumento do bem estar da população de uma cidade. "En ese sentido, el desarrollo local es un proceso mucho más sociopolítico que económico en sentido estricto. Los desafíos son mucho más de articulación de actores y capital social, que de gestión local" (GALLICCHIO, 2004).

Baquero (1999) afirma que a despeito de não depender especificamente da gestão governamental, os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças

[32] Ainda existe muita confusão conceitual em torno do que seja desenvolvimento local. O desenvolvimento local no entendimento de Gonzalez corresponde ao que alguns estudiosos, no Brasil, denominam de desenvolvimento endógeno**.**

à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento que é gerado quando as **instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente**.

Mas é importante notar que esses processos de desenvolvimento dependem, e muito, das construções sociais, que se expressam nas dimensões simbólicas. Assim sendo, no seu planejamento não podem deixar de ser levados em consideração fatores intangíveis que regem determinada comunidade, tais como os valores, as crenças, os ritos, a tradição, os conhecimentos atávicos, a confiança na relação comunidade / agentes, e as experiências coletivas marcantes que resultam numa teia comportamental, normalmente denominada de cultura.

O desenvolvimento endógeno também obedece a uma visão territorial (e não funcional) dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também que é um agente de transformação local.

Observa-se a marca da teoria schumpteriana do desenvolvimento capitalista em toda a formulação básica desta "teoria" do desenvolvimento endógeno. **Uma teoria que não se aplica aos países subdesenvolvidos,** notadamente às suas regiões mais atrasadas, como no caso do Nordeste Brasileiro e o estado da Bahia.

Souza (1999, p.189) afirma que *"*a teoria schumpteriana é mais adequada para países com elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias próprias*".* E conclui dizendo que "essas condições nem sempre se verificam nos países subdesenvolvidos. E o problema da teoria schumpteriana, como de qualquer outra teoria sobre o desenvolvimento econômico **é a dificuldade da sua generalização"** (Grifo nosso). Isto nos remete às observações de Hirschman, comentadas anteriormente.

Vale repetir, então, que **sem um prévio estoque local de capital humano qualificado torna-se impossível a ocorrência do desenvolvimento endógeno** que depende no que tange a este capital humano, de um processo típico de *embeddedness* ou enraizamento na comunidade. A inexistência desta cumplicidade

é uma restrição que torna inviável a ocorrência de processos de desenvolvimento endógeno em muitos estados brasileiros, notadamente os do Norte e Nordeste e em particular a Bahia.

Esta impossibilidade ou inviabilidade exige que nas análises urbanas se leve em conta a observação de Pedrão (2002) de que **o lado econômico não pode ser plenamente exposto, sem que se reconheçam seus nexos sociológicos e antropológicos.** Ou seja, os relacionamentos que têm lugar nas cidades, no nível das práticas e no das instituições urbanas, com seus efeitos na ação dos agentes urbanos nos processos de produção e do consumo.

Na análise de cidades em diferentes contextos é oportuno o registro da observação de Hirschman (1958), de que, tanto no sentido geográfico quanto no econômico, o desenvolvimento constitui um processo necessariamente desequilibrado. **A expansão continuada do desenvolvimento em torno de uma cidade, região ou país pode representar o atraso sobre outra cidade, região ou país qualquer.** A ausência da percepção desta peculiaridade tem comprometido muitos projetos que desperdiçam as possibilidades de formação de redes ou de criação de efeitos *linkage* em relações de complementaridade.

> Nevertheless, our diagnosis has one special characteristic: it is not concerned with the lack of one or even of a several needed factors or elements (capital, education, etc.) that must be combined with other elements to produce economic development, **but with the deficiency in the combining process itself**. Our diagnosis is simply that countries fail to take advantage of their development potential because, for reasons largely related to their image of change, they find it difficult to take the decisions needed for development in the required number and at the required speed (HIRSCHMAN, 1958, p. 25). (Grifo nosso).

Ao tratar-se de estudos relacionados com as perspectivas de desenvolvimento de núcleos urbanos, torna-se importante observar que o conceito de urbanização está ligado ao uso do solo e ao processo de apropriação do espaço geográfico a nível econômico e cultural.

Segundo Pedrão (2002, p. 20) na análise urbana, os processos sociais têm que ser datados e localizados, postos em perspectiva do espaço-tempo real dos acontecimentos que perfazem a experiência de cada cidade e em sua relação com as demais.

Entende-se que há processos próprios de cada cidade, que se projetam no movimento geral da urbanização, confirmando ou modificando as posições de cada uma delas no sistema de cidades. Assim, os movimentos que criam e transformam cidades têm efeitos que se estendem além de qualquer cidade em particular e interessam à sociedade em seu conjunto. Isto é o que afirma Rochefort (1998, p. 19) quando aborda o estudo da rede urbana e de uma região: "o espaço não se recorta em zonas simples e autônomas comandadas por um centro urbano dotado de todos os equipamentos necessários à vida dessa porção de espaço." E acrescenta que:

> "**o estudo dessa realidade geográfica repousa, por conseguinte, em primeiro lugar, na análise dos tipos de centros de serviços e de suas respectivas zonas de influência, apreendendo-os nas suas relações recíprocas, e depois na organização do espaço que dai resulta do duplo ponto de vista da localização dos diferentes centros e da divisão do espaço em zonas organizadas" (**ROCHEFORT, 1998, p. 19) (Grifo nosso).

Nas pesquisas que, em seus resultados esperados, deverão contribuir para o aperfeiçoamento do processo de planejamento regional com ênfase na dinâmica do local, torna-se necessário destacar que, segundo Birkholz (1983) se o planejamento territorial é a expressão espacial dos planos de natureza econômica e social, todos os planos de natureza econômica, social e territorial, devem ser formulados integralmente considerando suas interdependências, como também **é imprescindível a inter-relação entre os planos nacionais, regionais, sub-regionais e locais.**

Vale também lembrar a observação de Singer (1975, p. 148-151), ao considerar que: **"a vocação de uma região depende de sua história**, de seus aspectos naturais, **de sua localização** e da **vontade política de quem dirige os seus destinos"** e a "racionalidade do planejamento consiste em promover as atividades que correspondem à vocação da metrópole superando eventuais obstáculos que a economia de mercado não pode vencer espontaneamente". Singer também adverte que **"**há um movimento centro-periferia e periferia-centro, formando uma rede urbana em constante processo de transformação, **distribuindo recursos de formas desiguais** que requerem novas transformações e garantem a hegemonia das grandes cidades na rede urbana" (SINGER, 1975). (Grifos nossos).

Porém **o que mais importa no planejamento é que a sua base teórica explique e reflita a realidade estudada**. A construção desta base a partir de experiências forjadas em outros países, com realidades diferenciadas, exige que se promovam estudos comparativos e intercâmbio de experiências, objetivando a criação de mecanismos de

ajustamento e estratégias de ação compatíveis com a realidade objeto da aplicação dos estudos.

Desde a década de 1980 vêm sendo intensificado no Brasil os programas de desenvolvimento local sob a liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com ativa participação de outros organismos de fomento regionais federais e estaduais.

Os programas em execução foram conceitualmente influenciados pela experiência aglomerativa dos distritos industriais italianos e do Vale do Silício, na Califórnia, no âmbito do paradigma da especialização flexível[33], A despeito da existência de produção teórica amplamente diversificada no país, sobretudo na área acadêmica, destaca-se a contribuição do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) que vem, há muitos anos, com o apoio de organismos internacionais desenvolvendo projetos de pesquisa na área da inovação. O IE/UFRJ opera a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) uma rede de pesquisa interdisciplinar que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil e organizações do exterior.

A abordagem do problema no Brasil iniciou-se com o conceito de ***cluster.*** Segundo define a RedeSist, o termo *cluster* associa-se à tradição anglo-americana e, genericamente, refere-se a aglomerados de empresas, desenvolvendo atividades similares. Ao longo de seu desenvolvimento, o conceito ganhou nuances de interpretação. No âmbito da teoria neoclássica, a nova geografia econômica utiliza o termo como simples aglomeração de empresas (a abordagem de Krugman). Este termo ainda é bastante utilizado no país, notadamente pelo apelo que representa sobre os nativos as expressões na língua inglesa. Posteriormente surgem os arranjos produtivos locais, conhecidos pela sigla **APL** uma versão brasileira. Em 2003 a RedeSist assim o definia: "(…)são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – **que apresentam vínculos mesmo que incipientes**" (Grifo nosso).

O argumento básico do enfoque conceitual e analítico adotado pela RedeSist era de que: "**onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em torno da mesma**, envolvendo atividades e atores relacionados à aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos"(REDESIST, 2005). Esta interpretação, que nos parece muito extensiva,

[33] Que mais parece um modismo do que uma construção teórica a ser levada a sério.

serviu de justificativa para os projetos mais exóticos de fomento às APLs nas regiões menos desenvolvidas do país.

Na tradição brasileira de solução dos problemas por decreto, existem formalmente no papel muitos projetos desta natureza e, sob este escopo, constituem na prática, muitas vezes, *factoides* ou elementos embrionários. Como exemplo do que já ocorreu com outros termos no passado, são expressões de palavras *totêmicas*, como, por exemplo: *polo, desenvolvimento local, apls, desenvolvimento endógeno*, e *geração de emprego e renda* que contagiam o país e são colocadas nos palanques políticos e difundidas pela mídia. E todo administrador de projetos, notadamente no setor público, corre atrás dos seus *clusters*, *apls* etc., sem importar-se muito com os fundamentos teóricos da questão. Aspectos culturais, sociológicos, tecnológicos etc. são ignorados e numa perspectiva "orwerliana" reescreve-se a história ajustando a realidade à necessidade midiática e política dos protagonistas, sem qualquer consideração pela fragilidade, inadequação e até a inexistência dos atores principais.

Na Bahia, por exemplo, foram "identificados" 14 APLS pelo Governo do Estado[34]. **Na prática são todos factoides**. Observe-se o seguinte trecho de avaliação elaborado pela própria Redesist: "[...] a pouca interação empresarial e as escassas articulações entre as empresas e com outras instituições, como universidades e centros de pesquisas, dificultam ações que estimulem uma maior cooperação local e a competitividade". Observa-se, assim, que "existe pouca iniciativa em direção à cooperação por parte dos próprios empresários." As empresas dos APLs, de modo geral, "ainda não perceberam as oportunidades de atuarem de forma articulada e próximas as universidades, centros de pesquisa e outras instituições locais". De maneira compatível com a tipologia apresentada por Di Tommaso e Dubbini (2000), e diante de outras características das empresas presentes nos APLs apoiados.

De acordo com a tipologia proposta por Mytelka e Farinelli (2000),

> "pode-se, em linhas gerais, classificar os APLs locais nas áreas de piscicultura, caprinovinocultura, sisal, rochas ornamentais e derivados de cana como sendo "aglomerados informais que reúnem micro e pequenas empresas com nível tecnológico relativamente baixo em relação à fronteira

[34] Em um projeto vinculado à Redesist e financiado pelo Banco Mundial.

> tecnológica da indústria ou à articulação interempresarial que gera a dinâmica dos APLs".

De modo geral "impera a produção familiar, os proprietários possuem limitada capacidade gerencial. Os trabalhadores geralmente possuem baixa qualificação e pouco ou nenhum aprendizado contínuo é oferecido de forma a promover uma melhoria sustentada das suas habilidades" (MYTELKA; FARINELLI, 2000) Ainda de acordo com as autoras, nesses aglomerados "a coordenação e a formação de redes entre empresas tendem a ser fracas e caracterizam-se por uma perspectiva limitada de crescimento, competição acirrada, pouca confiança e baixo compartilhamento de informações" (MYTELKA; FARINELLI, 2000). Ainda de acordo com a tipologia proposta pelas autoras, os APLs de TI, fornecedores da cadeia automotiva, confecções, transformações plástica, fruticultura e turismo podem se enquadrar como aglomerados organizados, onde existe alguma interação entre os atores locais. "Pode-se observar, também, **de forma bastante tímida**, alguma coordenação local, mão-de-obra com certa qualificação, presença de capacidade gerencial, **mas não se verifica uma capacidade inovativa contínua** (REDESIST, 2009)" (Grifos nossos).

Não se objetiva negar os esforços de promoção do desenvolvimento local que existem desde os anos 60 do século passado, mobilizados notavelmente pela antiga Sudene[35], que foi buscar na Índia e na Holanda modelos de intervenção que se ajustassem à realidade nordestina das pequenas e médias empresas com a formação nos estados dos núcleos de apoio industriais (Nais) embriões do que viria a ser o Sebrae[36]. Na prática o que ocorre é uma mudança de rótulo, com o olho nas necessidades de aparecer na mídia com uma "novidade".

4. As dimensões de um desenvolvimento inviável

Ao tratar-se das questões relacionadas com o desenvolvimento, notadamente o regional, não se pode deixar de considerar a observação de Furtado (1979), de que este consiste em um processo que passa por diversas fases onde devem ser observadas pelo menos três dimensões:

---

[35] A Sudene que existiu até o final da década de 1960 e que foi destruída pelo golpe militar de 1964.

[36] Este é um capítulo interessante da história das políticas de fomento ao desenvolvimento regional que ainda não foi contado.

1. A dimensão do incremento da eficácia do sistema social de produção;
2. A dimensão da satisfação das necessidades elementares da população;
3. A dimensão da consecução de objetivos aos quais aspiram grupos dominantes de uma sociedade e que competem com a utilização de recursos escassos.

Também Baquero (1999) e Male (2001), identificam três dimensões importantes do desenvolvimento: a primeira de caráter econômico, que permite aos empresários e agentes econômicos locais usar eficientemente os fatores produtivos e alcançar os níveis de produtividade que lhes assegura serem competitivos nos mercados; a segunda, de cunho sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais formando um sistema denso de relações que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento local endógeno; e, a terceira e última, de caráter político, que instrumentaliza, mediante as iniciativas locais, a criação de um entorno local que estimule a produção e favoreça o desenvolvimento.

Observa-se, porém, que as dimensões previstas para a ocorrência do desenvolvimento econômico, apesar do aumento da eficiência do sistema de produção nas regiões, não constituem uma condição suficiente para que se satisfaçam melhor as necessidades elementares da população local. **Inclusive observa-se que a degradação das condições da vida de algumas populações é consequência da introdução de técnicas mais avançadas** (Furtado, 1979).

A este respeito, Nurkse (1965) afirma que **nos países pobres as próprias forças do mercado perpetuam a pobreza,** dado que, para sair dela, são necessários investimentos para criar um sistema que possibilite aumentar a produtividade dos pobres e a sua inserção no mercado. A dificuldade desta situação decorre, não somente da escassa poupança e do nível cultural dos pobres, mas, também, da falta de incentivos e benefícios para a construção de estruturas que modernizem e aglomerem atividades pouco intensivas de capital, conferindo-lhes, não obstante, escalas de produção competitivas.

Da mesma forma, Hirschman (1958) assinala que a maioria dos países pobres só possui recursos para inversão em alguns poucos projetos modernos e que, portanto, podem conseguir o crescimento equilibrado somente no longo prazo,

mediante um processo sequencial de construir primeiro uma e depois outra indústria, corrigindo em cada passo o desequilíbrio considerado como o mais daninho para se chegar mais próximo a uma estrutura mais equilibrada.

Assim, diante de tudo isso, como diria Arrighi (1997) **existe uma ilusão desenvolvimentista que ignora completamente o sistema consolidado de trocas desiguais entre os países, estados ou regiões industrializadas e os países, estados ou regiões pobres que sobrevivem em sua periferia**. Ou, como vaticinou Walerstein (1998), que **a existência da periferia e semiperiferia é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial** (Grifo nosso).

Na mesma linha de raciocínio, Corsi (2002) afirmava que o destino dos países periféricos seria determinado, em grande medida, pela dinâmica das estruturas da economia mundial, deixando em segundo plano as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais, assim como as lutas sociais internas a cada país. Segundo ele durante os últimos 25 anos, devido ao fracasso dos programas de desenvolvimento, houve um maior distanciamento das regiões ricas das subdesenvolvidas. E, por esta razão, o avanço alcançado por alguns países periféricos durante os anos 50 a 70, só fez retroceder nas décadas seguintes. Assim, o que foi alardeado neste período como uma possibilidade de superação e atraso dos países subdesenvolvidos, foi revertido em tendência ao desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista.

As trocas desiguais que sempre existiram e, ao que parece, continuarão existindo entre o núcleo orgânico e a periferia, estão caracterizadas como um mecanismo de polarização núcleo-orgânico-periferia, na qual a mão de obra e o capital são elementos de transferências unilaterais importantes e cruciais na constituição e reprodução desta estrutura econômica capitalista mundial. Desta forma, resolver o problema entre o núcleo orgânico e a periferia tendo como foco principal a industrialização é uma “fonte de ilusões desenvolvimentistas” (ARRIGHI, 1997).

Por isso **a questão do incremento das desigualdades sociais em escala mundial é bastante complexa e não pode, de maneira simplista, ser reduzida ao incremento da desigualdade entre regiões pobres e ricas do mundo**. O aumento da miséria não é apenas observado nas regiões periféricas, mas também

ganhou relevância em várias regiões nos próprios países que compõem o núcleo orgânico do sistema capitalista (ALTVATER, 1995; HOBSBAWM, 1995). Muitos autores, entre eles Castoriadis (1982), consideravam, até há pouco tempo atrás, com base na experiência da chamada "Era de Ouro" do capitalismo (1945-1973), que esse problema estaria superado nos países desenvolvidos, mostrando que o sistema capitalista poderia vencer a pobreza. Estavam enganados. As contradições e desigualdades, que estão presentes de forma marcante em um mundo cada vez mais integrado, também aparecem no interior de cada país e de cada cidade do mundo. Mesmo no centro do sistema. Ou seja, o contraste entre os ricos e os pobres, presente em quase toda grande cidade do mundo é similar ao que se manifesta entre as regiões pobres e ricas do planeta.

É importante afirmar, a partir dessa realidade que, tanto os países centrais quanto os periféricos necessitam apoiar-se em políticas que combinem uma acelerada formação de capital humano associada a esforços que busquem promover o desenvolvimento tecnológico voltado para o comércio exterior, orientado para acelerar os ganhos de competitividade. Observa-se, dessa forma, que nenhum país avançado chegou ao seu nível de desenvolvimento econômico e social, sem o suporte da ciência e tecnologia (C&T), visto que não existe o primeiro (desenvolvimento), sem a contribuição do segundo (C&T).

Assim sendo, o principal objetivo de uma política de fomento é o de promover sistemas produtivos eficientes, baseados também em setores como o de serviços, tornando-os capazes de acompanhar a dinâmica do progresso técnico internacional, promovendo o bem-estar geral da sociedade como um todo.

5. Crescimento econômico, formação de enclaves e desenvolvimento na Bahia

Segundo Eduardo Giannetti da Fonseca (1992) na sua leitura sobre o papel do capital humano na filosofia de Alfred Marshall, a análise do papel do capital humano no processo econômico baseia-se na idéia de que, **para aumentar a produção *per capita* e vencer o atraso econômico, é necessário investir no fator de produção *homem*.** Existe uma estreita relação entre nutrição, saúde e educação, de um lado, e capacidade de trabalho, iniciativa e inovação de outro. **A**

pobreza e a incompetência estão intimamente interligadas em nível microeconômico.

Certamente aqui se encontra a razão da dificuldade de promover-se o desenvolvimento econômico de regiões como o Nordeste brasileiro e no caso especificamente a Bahia. Na introdução deste trabalho apresentamos estatísticas relacionadas com a pobreza no estado, cabe agora adicionar outros elementos relacionados com a educação popular.

Segundo os dados da PNAD-C (2022), na Bahia,1,8 milhão de baianos com 15 anos ou mais são analfabetos absolutos, ou seja, não sabem ler e escrever. Isso corresponde a 16,7% da população do estado nessa faixa etária. Na PEA, 55,4% não possui o Ensino Fundamental completo, não passam da quarta série. São analfabetos funcionais. Em síntese, a cada 10 pessoas na Bahia, 7 estão incapacitadas para desenvolver qualquer tipo de trabalho qualificado.

O quadro aqui descrito, que, pasmem, já foi muito pior no final do século passado, é produto da ausência de uma política de formação de capital humano a partir da educação básica que é da pior qualidade no estado, do desaparelhamento das universidades, confinadas a uma produção medíocre de conhecimentos e pouca interação com a sociedade, associadas à carência de investimentos em capital físico ou, mais precisamente, em infra-estrutura, uma vez que a região precisa criar condições favoráveis à formação de aglomerações de atividades mercantis, cidades de porte médio, além de externalidades para o capital privado (redução dos custos de transação, de produção e de transporte; acesso a mercados, etc.).

A deficiência de capital humano pode ser expressa pela ausência de empresários locais com vocação industrial. Para suprir esta carência estrutural de empreendedores, segundo os padrões schumpeterianos, coube ao Estado o ônus de importá-los de outras regiões do que resultou a formação de vários pequenos enclaves e a implantação de muitas empresas do gênero *footloose* sem qualquer compromisso local ou regional.

Agravando o quadro insiram-se as limitações do mercado provocadas pela pobreza da maioria da população baiana. Com todas essas limitações a Bahia, a partir da década de 1970, apostou todas as suas fichas no fomento à

industrialização. Utilizou como armas as políticas de incentivos fiscais e da oferta de externalidades geradas a partir da construção de distritos industriais no interior e da implantação de polos de desenvolvimento, intermediado por complexos produtores na área da metalurgia, petroquímica e metais não-ferrosos.

A opção pela criação de polos de desenvolvimento, no entanto, mostrou-se inadequada, já que a condição de polo decorre da capacidade de inovação da indústria motriz e de uma estrutura jurídico-administrativa endógena, responsável pela ação motriz-inovadora, inexistentes nos modelos baianos que acabaram sendo geridos por grupos empresariais externos sem maiores comprometimentos com a região.

A promoção da industrialização, baseada na teoria de polos de desenvolvimento a *la* Perroux (1961), não conseguiu criar as condições necessárias para a sua implantação. Isto porque o princípio da constituição de uma região polarizadora supõe um nível de geração de demanda induzida suficiente para estabelecer uma forte complementaridade produtiva via trocas intrarregionais de insumo-produto, os *backward linkage effects*, e os *forward linkage effects* estudados por Hirschman.

O ambiente regional perrouxiano constituído requeria que os sistemas produtivos fossem geradores de externalidades via interdependências setoriais e complementaridades produtivas da rede urbana regional, para que eles pudessem criar um mecanismo de retroalimentação entre sua base exportadora, o crescimento da renda regional e as atividades residenciais. Nesse sentido, a maior restrição para os sistemas produtivos periféricos capturarem as externalidades perrouxianas, em nível nacional, é a forte segmentação regional dos mesmos, expressa pela predominância de regiões de baixa renda e a distribuição significativamente desigual da renda regional.

Desta forma, na prática, a experiência baiana de industrialização apresentou dificuldades de aplicação dos princípios da polarização para a promoção do desenvolvimento regional, visto que a “Teoria da Localização” e a “Teoria dos Polos” fornecem explicações que não se vinculam entre si e são de harmonização complicada.

Assim sendo, a Bahia cresceu economicamente, mediante a formação de enclaves, especialização na produção de bens intermediários, importação de empresas, empresários e mão de obra qualificada o que, naturalmente não contribuiu para o seu desenvolvimento *lato sensu.* Isto porque, a despeito do aparente progresso material e dos avanços tecnológicos espelhados em alguns segmentos, o conjunto dos benefícios gerados por tais iniciativas nunca estiveram disponíveis para os milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual.

6. Considerações finais

De tudo que foi dito resta concluir que a única saída para a promoção do desenvolvimento econômico da Bahia e das demais regiões atrasadas do Nordeste brasileiro concentra-se na mobilização de esforços consistentes e eficazes de formação de capital humano de qualidade e da criação de mecanismos que evitem os vazamentos e retenham este capital no território.[37]

Mas, contrariando nosso sôfrego imediatismo, temos que aprender com Aristóteles, Darwin e Marshall que também na economia *Natura non facit saltum.* Ou como diz Eduardo Giannetti da Fonseca (1992, p. 85) “não existe nenhuma fórmula mágica ou plano mirabolante que permita elevar da noite para o dia a eficiência dos esforços produtivos”. O processo de formação de capital humano e crescimento orgânico descrito por Marshall é por natureza *lento*.

Diante do exposto, conclui-se também que a teoria do desenvolvimento local e endógeno não se aplica na semiperiferia. Isto porque não existe espaço, recursos humanos e institucionais qualificados para o surgimento espontâneo dos processos de desenvolvimento das cidades, nos moldes do modelo schumpeteriano de crescimento que considera o progresso técnico (inovações) como elemento fundamental.

Como a economia é afetada pelas mudanças do mundo que a rodeia, as causas e a explicação do desenvolvimento devem ser buscadas, também, fora dos

[37] Neste caso específico é importante observar que geograficamente, no Brasil, a Bahia constitui “um estado de meio”. É passagem obrigatória dos fluxos migratórios que se deslocam do Nordeste para o Sudeste?/Sul e vice-versa, que contribuem para ampliar exogenamente os seus números de pobreza.

estudos da Teoria Econômica. Um dos pilares fundamentais da política de desenvolvimento local reside na substancial melhoria de qualificação dos recursos humanos por meio da adequação da oferta de capacitação às necessidades dos diferentes sistemas produtivos locais. A isto se podem associar iniciativas que favoreçam a difusão das inovações no tecido produtivo da localidade ou do território.

Também se pode e deve esquecer determinados pré-requisitos da teoria do desenvolvimento endógeno, certas regras tecnológicas da inovação e o fantasma da globalização, cujos arautos pretendem transformar cada local numa função do mundo – o que é uma fantasia até certo ponto irresponsável – e ajustarmos nossas técnicas e procedimentos à nossa realidade. Podemos e devemos como faz com muita competência o Sebrae, produzir efeitos catalisadores de modernidade (sem violentar a cultura local) em comunidades artesanais, como ocorre com as rendeiras do Nordeste e outras atividades artesanais. Quando trabalhamos sem paternalismo às atividades enraizadas histórica e culturalmente no seio das comunidades, não corremos o risco da alta mortalidade que assola as pequenas e médias empresas fomentadas Brasil afora, sem maiores critérios de avaliação antropológica.

Apesar da criação de um ambiente inovativo constituir uma medida de longo prazo caracterizada pelo engajamento gradativo das pessoas de boa qualificação nas causas de inovação e modernização tecnológica, mediante programas de qualificação seja de pessoal, seja das atividades técnicas e produtivas e, principalmente, a indução da cooperação entre os atores envolvidos, seja entre firmas competidoras ou entre usuários e produtores, existe um grau elevado de inovação primitiva que se observada segundo padrões sociológicos e antropológicos poderá ser fomentada e certamente produzirá resultados alentadores.

Desta forma, como alertou o eminente professor Hirschman, a retomada da discussão acerca do desenvolvimento parece indispensável nos dias de hoje, seja em razão da situação de estagnação econômica e da deterioração das condições sociais de vastas regiões da periferia capitalista nesse contexto de globalização, seja em razão dos próprios limites ecológicos da sociedade de consumo. O grande desafio consiste em repensar o desenvolvimento levando em consideração esse conjunto de problemas, despindo-se dos preconceitos elitistas herdados do primeiro

mundo e construindo modelos e padrões econômicos coerentes com a nossa realidade.

Referências

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista.In: *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 24, Dez 1996.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*. ANPEC, 7 a 10 dez. 1999, Belém/PA, Anais... Belém, 1999.

AROCENA, José. *El desarrollo local como desafío contemporáneo*. Montevideo: CLAEH-Nueva Sociedad, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do Desenvolvimento*. Petropolis: Vozes, 1997.

ARTHUR, W. Brian. *Increasing returns and path dependence in the economy*. USA: The University of Michigan Press, 1994.

BAGNASCO, Arnaldo. *Tre Italie*. La problematica territoriale dello sviluppo econômico italiano. Bolonha: Il Mulino, 1977.

BAQUERO, Antonio Vazques. El cambio del modelo de desarrollo regional y los nuevos procesos de difusión en España in: *Estudios Territoriales* nº20, 1986.

BAQUERO, Antonio Vazques. *Desarrollo, redes e innovación*. Lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Editorial Pirámide, 1999.

BAQUERO. Antonio Vazques. *Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

BECATTINI, Giacomo. Riflessione sul distretto industrialle marshaliano come concetto socio-economico. *Stato e Mercato*, n° 25, abril 1989.

BENKO, Georges. The Impact of Technopoles on Regional Development. In: *A Critical Review.* Draft Paper, International Conference on „Building Competetive Regional Economies: UP-grading Knowledge and Diffusing Technology to Local Firms" Modena, Italy. 1998.

BENKO, Georges; LIPIETZ, A. (Org.) *As regiões ganhadoras*. Oeiras, 2005.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. Evolução do conceito de planejamento territorial. In: BRUNA, Gilda Collet. (Org.). *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo: Nobel: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

CASTELLS, Manuel.; BORJA, Jordi. *La ciudad multicultural*. La factoría, v. 2, 1997.

BRANDÃO, Carlos Antônio Brandão. *Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento.* In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais... Curitiba-PR, maio de 2002

BRUSCO, Sebastiano. Small firms and industrial districts: the experience of Italy, *in:* KEEBLE, D.; WEVER E. (Orgs.). *New firms and regional development in Europe.* Beckenham, Kent: Croom Helm, 1986.

BUSSATO, Maria Isabel; COSTA PINTO, Eduardo. *A nova Geografia Econômica:* uma perspectiva regulacionista. I ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA – SALVADOR-BA – SET./2005.

CANTILLON, Richard.*Paris: Essai sur la nature du commerce en général (1755)* apud Costa in Lopes 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* Rio e Janeiro: Zahar, 1970.

CASTORIADIS, Cornelius; REYNAUD, Guy; FORTES, Luiz Roberto. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra 1982.

CORSI, Francisco Luiz. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 19, 2002.

COSTA, José Silva. (Org.) *Compendio de Economia Regional.* Coímbra (Pt): APDR, 2005.

DI TOMMASO, M. R.; DUBBINI, S. *Towards a theory of the small firm: theoretical aspects and some policy implications*. 2000.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O capital humano na filosofía social de Marshall.*Revista de Economia Política*, vol. 12, n°2 (46), abril/junho de1992.

FRIEDMANN, John; ALONSO, William. (Orgs.). *Regional development and planning:* a reader. Cambridge, Mass: MIT Press, 1964.

FURTADO, Celso *Creatividad y dependencia*. México, D.F. Siglo Veintiuno Editores, 1979.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1982.

GALLICCHIO, Enrique. *El desarrollo local en América Latina*. Estrategia política basada en la construcción de capital social. Montevidéu: CLAEH, 2004.

GOLDEINSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GONZÁLEZ, Román Rodríguez. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos*. Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, nº1, novembro de 1998

HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development.* New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, Albert O. Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo. *El Trimestre Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, v.47, n.188, 1980

HOBSBAWM, Erick. J. *A era dos extremos*. O breve século XX : 1914-1991. São Paulo : Companhia das Letras. 1995.

JEVONS, Stanley. *Investigations on Currency and Finance***.** London: 1884.

JIMÉNEZ, Edgar M. Evolución de los Paradigmas y Modelos Interpretativos del Desarrollo Territorial. Serie: *Gestión Public,a* n.11/Cepal. Chile, 2001.

KALDOR, Nicholas. The case for regional policies. *Scottish Journal of Political Economy***,** 17, 3, p. 337-348, 1970.

KRUGMAN, Paul. *Geography and Trade.* London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

LASTRES Helena M. M. *Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas*: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais. Rio de Janeiro: RedeSist, 2004.

LASTRES, Helena. M. M. et. al. *Globalização e Inovação Localizada.* Brasília. IBICT;MCT, 2003.

LIPIETZ, Alain. El mundo del postfordismo. *In*: *Revista Nuestra Bandera/Utopías*, nº 166, Madrid - 1995

MALÉ, Jean-Pierre. Desarrollo local, reto estratégico para Centroamérica em el siglo XXI. El desarrollo local y descentralización em Centroamérica. *Primera Conferencia Centroamericana*, San Salvador, El Salvador, 2001.

MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. *Economia local, Economia global*: a controversia. Lisboa: Piaget, 1996.

MARKUSEN , Ann. et al. *Second tier cities, rapid growth beyond the metropolis*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1999.

MARKUSEN, Ann. .Área de Atração de Investimentos em Espaço Econômico Cambiante: Uma Tipologia de Distritos Industriais. *Nova Economia*, v.5, n.2. Belo Horizonte, 1995.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001. Primeira edição: 1890.

MEADOWS, Donella *et al*. *Limites do crescimento*. Rio de Janeiro: Perspectiva 1973 .

Mytelka, L.; FARINELLI, F. Local clusters, innovation systems and sustained competitiveness. *UNU/INTECH Discussion Paper*, n. 2005. 2000.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões sub-desenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NURKSE, Ragnar. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957

PEDRÃO, Fernando. *A economia urbana*. Ilhéus: Editus, 2002.

PERROUX, François. Economie et société. *Les Etudes Philosophiques*, v. 16, n. 2, 1961.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. *In*: SCWARTZMANN, J. (org). *Economia regional e urbana*: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD-C). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgações estruturais e especiais*. 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas. Acesso em: 17 out. 2022.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The Second Industrial Divide*: Possibilities For Prosperity. USA: Basic Book, 1984.

PONSARD, Claude. *Histoire des Théories Economiques Spatiales*. Rennes, Armand Colin - CNRS, 1958.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1949.

REDE DE SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS (REDESIST**).** Instituto de Economia da UFRJ*. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais:* Rio de Janeiro, 2004.

REDE DE SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS (REDESIST**).** Instituto de Economia da UFRJ. *Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas* (Glossário) Rio de Janeiro: 2005.

RESENDE, Marco Flavio da Cunha; GONÇALVES, Flávio. *Uma extensão ao modelo schumpeteriano de crescimento endógeno***.**. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2003.

RICHARDSON, Harry W. *Economia regional*: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas*: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

SATRÚSTEGUI, Koldo Unceta. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo: una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. Montevideo: CLAES: *Carta Latinoamericana*: contribuciones en desarrollo y sociedad en América Latina. N° 7, Abril de 2009.

SCHMITZ, Hubert. *Flexible specialization:* a new paradigm of small-scale industrialization? Sussex: IDS, 1988.

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SILVA FILHO, Guerino Edécio da; CARVALHO, Eveline Barbosa Silva. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 467-482, 2001.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975. (Edições CEBRAP)

SMITH, Adam. *Um inquérito sobre a causa da riqueza das nações*. Lisboa: Goulbekian, 1989.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A Implantação de Distritos Industriais como Política de Fomento ao Desenvolvimento Regional: O Caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico.* Ano III. Nº 04 – Julho de 2004. Salvador.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. *A trilha perdida*: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2009.

SPÍNOLA, Noenio Dantaslé. *Dinheiro, Deuses & Poder*.São Paulo: BM&F, 2011

STEUART, James*. An inquiry into the Principles of Political Economy* (1767) *apud* Costa in Lopes 2005, p.35.

STÖHR, W.; TAYLOR, D.R.F. (Orgs.). *Development from above or below.* Chichester: Wiley, 1981.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. The wealth of regions: market forces and policy imperatives in local and global context. *Futures*, v. 27, n. 5, p. 505-526, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico***.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIGLIA, C. Small firm developments and political subculture in Italy. *In: European Sociological Review*, 2, 161-175, 1986.

VEIGA, José Eli. *O principal desafio do século XXI*. 2005.

WALKER, Richard. The geographical organization of production systems. *Society and Space*, 6, 377-408. 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of World-Systems. *Analysis Review*, New York, v. XXI, n. 1, p. 103-112, 1988.

WILLIAMSON, Oliver. E. *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1985.

EVOLUÇÃO ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: A URGÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Helcio de Medeiros Junior[38]

Laumar Neves de Souza[39]

1. Introdução

A distribuição espacial da atividade econômica no século XXI resultou de momentos distintos, ao longo do século anterior, que conjugaram diferentes etapas de industrialização e levaram a que a Região Sudeste e São Paulo, principalmente, alcançassem a condição de principal centro industrial regional do país. Às demais economias subnacionais, periféricas e polarizadas pelo centro, restou ajustar seus sistemas produtivos à concorrência, estabelecendo a divisão inter-regional do trabalho atual, cabendo à Bahia contar com atividades industriais intermediárias e complementares ao polo dominante (TEIXEIRA; GUERRA, 2000), com pouca influência no mercado interno (AZEVEDO, 2000).

Nos anos 1990, em razão do estímulo do Estado ao investimento privado, as atividades petroquímicas, químicas e da indústria de transformação ocuparam a periferia da capital baiana, e o perfil industrial atual da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se consolidou com as duplicações da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), em São Francisco do Conde, e do Polo Petroquímico, em Camaçari, que contou, mais recentemente, no início dos anos 2000, com a instalação da Ford[40]. Também nos anos 2000, tal região experimentou e/ou foi palco

---

38 Economista aposentado do Instituto Pereira Passos, Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) com Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs) e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

39 Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

40 Esse empreendimento foi descontinuado, em 2020, em função da decisão tomada por essa montadora de fechar sua planta industrial, situação essa que, obviamente, trouxe efeitos colaterais bastante adversos para a atividade econômica no estado da Bahia, dado que encolheu o tamanho da sua indústria, o que, por óbvio, repercutiu negativamente no seu mercado de trabalho, notadamente na sua fração mais dinâmica, dado que oportunidades de trabalho tanto direta quanto indiretamente foram eliminadas. Projeções do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari davam conta de que 12 mil

de processos de metropolização turística, com a inauguração do Complexo Turístico Costa do Sauipe, fato esse que, como não poderia deixar de ser, trouxe repercussões importantes do ponto de vista das atividades levadas a termo pelo setor de serviços. Graças a essas mudanças, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia passou a representar 4,0% do PIB nacional em 2010, contra os 2,4% de 1980, consolidando o estado como a principal unidade da Federação da Região Nordeste (MEDEIROS JUNIOR, 2019).

O resultado histórico da formação socioespacial e econômica da RMS pode ser observado a partir da distribuição da geração de riquezas (PIB) por setor econômico e da busca da força de trabalho pela sobrevivência mediante sua condição de inserção no seu mercado de trabalho. Tendo estas evidências como premissas a serem obtidas na sequência da exposição, o presente trabalho acompanha espacialmente a evolução do mercado de trabalho da RMS nos anos mais recentes, em face da recessão que se instaurou na economia brasileira, entre 2014 e 2016, e da crise dela decorrente, que ainda perdura e que foi agravada em função da ocorrência da pandemia do novo coronavírus (covid-19). O estudo também conjectura sobre os efeitos da Reforma Trabalhista implementada em fins de 2017 sobre a demanda de trabalho, em acréscimo à crise reinante e da necessidade de ações planejadas urbana e regionalmente para contrapor a perda de unidades industriais na periferia da capital.

Para dar conta desse empreendimento investigativo, lançou-se mão fundamentalmente das informações trimestrais regionais disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A adoção desse trâmite se justifica em função de tal pesquisa, conforme enfatizado por esse instituto, permitir o acompanhamento das flutuações trimestrais e da evolução, em curto, médio e longo prazos, da força de trabalho. Ressalte-se também que a referida pesquisa traz ainda outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, em função do fato de que sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões

---

empregos diretos seriam ceifados, número esse que era três vezes maior ao contingente de trabalhadores da Ford no estado.

Metropolitanas que contêm municípios das capitais, Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina e municípios das capitais. Adicionalmente, em razão da relevância social, econômica e centralidade para o planejamento urbano e regional, se recorrerá à utilização de um de seus métodos para estimar o comportamento da ocupação da força de trabalho em 2022, com vistas a avaliar sua tendência e apoiar o planejamento de políticas públicas, tendo por referência a evolução da atividade econômica, expressa nas informações do Índice de Movimentação Econômica (IMEC) e do Índice de Atividade Econômica Regional – Bahia (IBCR-BA), disponibilizadas, respectivamente, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2022) e pelo Banco Central do Brasil (BCB) (2022).

Feitos esses esclarecimentos, deve-se pontuar que se optou por organizar este estudo em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, achou-se conveniente tecer alguns comentários acerca do que se entende por espaço, uma vez que esta investigação se arvora a realizar uma evolução espacial de um objeto determinado, que é o mercado de trabalho da RMS. Em face desse encaminhamento, optou-se também nesta seção preliminar em se investir em uma breve descrição de alguns dos principais acontecimentos que definiram as feições socioeconômicas da região em foco, bem como se envidou esforços no sentido de aferir como se dá a distribuição socioespacial e econômica da RMS, além de se caminhar na direção de detalhar os fenômenos que influenciam o comportamento do número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho metropolitano. Na segunda, a investigação se volta a descortinar os traços mais marcantes da conjuntura do aludido mercado de trabalho, bem como a especular sobre a tendência que nele poderá vir a se confirmar em termos de ocupação da sua força de trabalho.

2. Breves notas sobre o conceito de espaço e a formação histórico-econômica da RMS

De maneira prudente, considerou-se importante, antes de se abordar as estatísticas que permitem que se tenha o sentido e a dimensão da evolução espacial do mencionado mercado de trabalho, no decorrer dos anos 2010 até recentemente,

explicitar qual é o entendimento que se adotou no âmbito deste estudo para a categoria espaço, bem como trazer à baila certos fatos históricos que ajudaram a moldar os contornos presentes nas atuais tramas socioeconômicas que se desenrolam no plano da RMS.

Dando asas a esse expediente analítico, cabe, de pronto, mencionar que, ao se tratar de evolução espacial no contexto desta investigação, tomam-se de empréstimo as explicações fornecidas por Dias (2016) para o que venha a ser a categoria “espaço”. Valendo-se de uma matriz teórica de inspiração marxista, ela pontua que

> [...] o espaço é um produto consumado pelo e para o funcionamento da sociedade. Nele se inscrevem os resultados dos processos decorrentes do viver do homem na construção de sua humanidade. Ao mesmo tempo, ele se constitui numa das condições para que tais processos aconteçam. [...].
> [...] no capitalismo, o espaço comporta as relações de produção (orientadas pela divisão e organização do trabalho) e as de reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção (DIAS, 2016, pp. 101-102).

Com efeito, esta formulação é um recurso teórico/analítico absolutamente crucial no contexto desta investigação, posto que, entre outras coisas, serve para balizar/orientar a análise que procura ter clareza em relação ao papel desempenhado pela RMS, enquanto espaço onde se dão tramas de ordem econômica, política e social (CARLOS, 2011), na modernização da economia brasileira, de uma forma geral, e da economia baiana, de modo particular. Além disso, ela ajuda a rejeitar certas análises que investigam os problemas relativos ao modo de funcionamento do mercado de trabalho da RMS e que ignoram as evidentes idiossincrasias dos diferentes mercados de trabalho dos municípios que a integram (FRANCO *et al*., 2006).

Processadas essas ponderações, deve-se informar agora que, em termos oficiais, a RMS foi criada nos idos de 1973, pelo governo federal, e desde então, como muito bem asseveram Souza, Dias e Rodrigues (2009), constitui-se na mais importante região da Bahia. De modo efetivo, ainda seguindo a letra desses autores, essa importância é derivada de dois fatores: 1) de ser o espaço em que foi concentrada praticamente toda a indústria moderna do estado; e 2) de possuir o município de maior porte e mais desenvolvido do estado, Salvador, que é a capital.

Enfatize-se nesse ponto que pelo menos dois acontecimentos concorreram,

ao longo do tempo, para que esse quadro fosse desenhado. Um deles foi, indubitavelmente, o papel ocupado por Salvador no processo de formação da sociedade brasileira. Ao se fazer essa afirmação, tem-se claramente em tela o fato de essa paragem se estabelecer, em tempos imemoriais (de 1549 até 1763), como a primeira capital do Brasil, condição essa que lhe assegurou um destaque inquestionável no plano nacional em termos econômicos, sociais e políticos. Ou seja, tal cidade já nasce grande e imponente, na condição de metrópole. O outro se relaciona com a própria descoberta do chamado “ouro negro” nos seus limites territoriais, em 1938, mais precisamente no bairro do Lobato, bem como, em 1941, conforme assinalam Silva, Silva e Silva (2015), na sua região de influência imediata, no município de Candeias.

A ocorrência desses fatos, por assim dizer, configurou-se na senha que permitiu que a Bahia começasse a dar os primeiros passos mais consistentes em relação à industrialização da sua economia, com a instalação da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), no município de São Francisco do Conde, em 1950, e a consequente criação da Petrobras três anos depois. Não por acaso, já na década seguinte (1967), inaugura-se, nos municípios de Candeias e Simões Filho, o Centro Industrial de Aratu (CIA). No final da década de 1970, depois de terem desabrochado as possibilidades de investimento para consolidar o processo de industrialização que se instalara na economia brasileira, desde os anos 1930, no âmbito no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), inaugura-se o Polo Petroquímico de Camaçari (SOUZA; DIAS; RODRIGUES, 2009).

Como bem lembram esses autores, a presença deste último empreendimento na economia da RMS fez com que a Bahia perdesse seu caráter agrário-exportador, reposicionando-se nacionalmente como uma referência nos setores químico – notadamente a petroquímica – e de metalurgia.

Por conta da letargia econômica que dominou a cena nacional durante a chamada década perdida (anos 1980), a RMS só voltou a ser palco de novos investimentos industriais substantivos a partir dos anos 1990. Como levantado por Souza (2007), no intervalo de tempo que cobre os anos de 1994 a 2005, tal região abrigou 46,5% do valor total das inversões industriais (R$ 28 bilhões) que afluíram para o estado da Bahia. Ou seja, esse volume de investimento dirigiu-se para a área

que historicamente sempre se constituiu no “caminho natural” para as inversões industriais no estado da Bahia: a RMS. Isso, evidentemente, acabou reforçando ainda mais o peso e a importância de tal região no contexto da atividade econômica baiana. É, pois, na esteira dessa movimentação que a Ford, juntamente com as sistemistas, instala-se em Camaçari, fato esse que confere à Bahia o *status* de estado produtor de bens finais.

Registre-se, de igual modo, que outro vetor de crescimento na economia da RMS verificado nos anos 1990 – em função da política de redirecionamento para o setor externo patrocinada pelo governo Collor – foi a consolidação das atividades no setor turístico, que passou a explorar mais intensamente a faixa litorânea do estado, com destaque para a região do Litoral Norte.

O que acontece desse emaranhado de situações que vão sendo forjadas no interior da RMS, a partir do ocaso do século passado e início do presente, como bem esclarece Santos (2013 *apud* DIAS, 2016, p. 29), “[...] é que os capitais comercial, imobiliário e financeiro, juntamente com o Estado – sempre com papel crucial nesses processos –, assumem os postos de principais agentes na reconfiguração da metrópole baiana e de sua região oficial”.

Cabe destacar que toda essa dinâmica econômica experimentada pela RMS, no passar das últimas décadas, não resultou, como seria o ideal, na mitigação de muitas das suas desigualdades intrarregionais. Esse é o ponto de vista defendido por Silva, Silva e Silva (2015), ao considerarem que tal região adentra a segunda metade dos anos 2010

> [...] com uma grande população e com uma estrutura bastante desequilibrada quanto ao tamanho demográfico dos municípios e das cidades e à distribuição do PIB, do PIB per capita, do IDH, dos indicadores de saneamento e de desenvolvimento municipal (SILVA; SILVA; SILVA, 2015, p. 32).

Nesse sentido, não é de causar estranheza – até mesmo pela forma e velocidade com que ocorreu a industrialização e a urbanização da RMS – que a maior cidade da Bahia continue, nos dias que correm, a exercer destacada influência na organização e na dinâmica de todos os demais municípios metropolitanos, permanecendo como foco das principais demandas dos seus moradores, situação que contribui para a ampliação do seu mercado de trabalho. A validade dessa

interpretação faz com que o argumento de Borges (2003, p. 76) não tenha perecido, uma vez que Salvador continua a ser “[...] um ponto de referência para o constante ‘ir e vir’ que integra o modo de vida de contingentes numerosos de trabalhadores baianos, há décadas forçados a fazer do nomadismo um ingrediente indispensável na estratégia de sobrevivência da família”.

2.1 Distribuição socioespacial e econômica da RMS

Tomando-se como referência o último dado divulgado pelo IBGE (2021) para o PIB municipal, pode-se observar como se estabeleceu a atividade econômica entre os municípios da RMS, cuja formação espacial está refletida na Figura 1.

Figura 1 – Região Metropolitana de Salvador (RMS)

Fonte: Geoinformação (SEI, 2019).

Elaboração própria.

As informações oriundas da SEI e do IBGE demonstram que, em 2019, a cidade de Salvador, capital baiana e núcleo da RMS, gerava pouco mais da metade das riquezas (52,0%) da RMS, devido à forte concentração populacional e de negócios, com especialização econômica em serviços, que contribuíam com 65,7% do terciário metropolitano (Tabela 1). Em que pese essa caracterização, a cidade era responsável por praticamente 1⁄4 (23,4%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial, que pode ser devido às atividades manufatureiras complementares às das empresas industriais sediadas na periferia, responsáveis, em termos aproximados, pelos outros 3/4 do VAB industrial.

Tabela 1 – Participação do VAB da agropecuária, indústria e serviços dos municípios da RMS no VAB total – 2019

Municípios	PIB (%)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Camaçari	21,4	9,0	36,7	12,5
Candeias	3,8	7,2	5,7	2,9
Dias D'Ávila	2,8	1,5	6,1	1,7
Itaparica	0,2	4,1	0,1	0,3
Lauro de Freitas	5,3	1,2	4,0	6,0
Madre de Deus	0,4	1,4	0,2	0,6
Mata de São João	1,0	5,6	0,7	1,1
Pojuca	0,8	3,9	1,3	0,6
Salvador	52,0	26,9	23,4	65,7
São Francisco do Conde	6,8	7,7	15,7	3,6
São Sebastião do Passé	4,4	10,5	0,7	0,6
Simões Filho	4,4	4,9	5,0	3,9
Vera Cruz	0,4	16,3	0,2	0,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)

Em complemento ao domínio da capital no setor terciário, tem-se que os municípios, anteriormente mencionados, que receberam investimentos industriais, tais como Camaçari e São Francisco do Conde, dominam o setor secundário na periferia. Prova disso pode ser encontrada no fato de que eles respondiam, respectivamente, por cerca de 36,7% e 15,7% de todo o VAB da indústria localizada na RMS, conforme consta da Tabela 1. Isto significa dizer que esses municípios conjuntamente eram responsáveis por mais da metade (52,4%) da riqueza gerada

pelo referido setor da atividade econômica da RMS. Realidade bastante díspar da observada nos municípios que até então foram mencionados prevalece nos municípios de Candeias, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Sebastião do Passé e Vera Cruz, já que neles o setor econômico que possui maior peso na composição dos seus respectivos PIB's é precisamente o relacionado à agropecuária, tal qual também se pode constatar na Tabela 1[41].

Tabela 2 – Participação no número de Pessoas em Idade Ativa (PIA), Pessoas Economicamente Ativas (PEA), ocupadas e desocupadas segundo os municipios da RMS – 2010

Municípios	Pessoas em Idade Ativa (PIA) (%)	Pessoas Economicamente Ativas (PEA) (%)	Pessoas ocupadas (%)	Pessoas desocupadas (%)
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Camaçari	1,0	0,9	0,9	0,6
Candeias	0,4	0,4	0,4	0,2
Dias D'Ávila	0,3	0,3	0,3	0,1
Itaparica	0,6	0,5	0,5	0,7
Lauro de Freitas	4,9	5,1	5,3	4,3
Madre de Deus	0,5	0,5	0,4	0,8
Mata de São João	1,2	1,0	1,0	1,1
Pojuca	1,0	0,9	0,8	1,4
Salvador	83,1	84,1	84,4	82,3
São Francisco do Conde	1,0	0,9	0,8	1,7
São Sebastião do Passé	1,3	1,1	1,0	1,4
Simões Filho	3,5	3,3	3,1	4,5
Vera Cruz	1,1	1,0	1,0	0,9

Fonte: Censo Demográfico (2010).

A exposição dessas estatísticas expressa de maneira cabal o quão desigual foi o processo de desenvolvimento da RMS, mesmo que a ação do Estado tenha tentado minimizar a grande concentração da atividade econômica ainda existente na capital. No entanto, se o desequilíbrio econômico é um empecilho para uma maior

[41] Atentar para essas nuances no âmbito desta investigação acaba por impedir que nela se descambe para a adoção de um expediente analítico que é observado em muitos trabalhos que discutem a realidade do mercado de trabalho da RMS, e que diz respeito simplesmente ao fato de, não raras vezes, se ignorar, como alertam Franco et al. (2006, p. 427), "as evidentes especificidades dos diferentes mercados de trabalho dos municípios que integram esse aglomerado". De acordo com esses autores, as análises desse tipo frequentemente são feitas "como se a RMS fosse um bloco monolítico e homogêneo, em que cada um dos seus espaços apresentasse características, absolutamente, similares", o que obviamente não encontra respaldo na realidade concreta (FRANCO *et al*. (2006, p. 427).

densidade econômica, que venha viabilizar a diversidade econômica decorrente, o local de residência das pessoas em idade de trabalhar e da força de trabalho não acompanhou os esforços empreendidos no passado recente, com a realização de investimentos para dinamização dos territórios.

Como se pode observar pelas informações da Tabela 2, oito em cada dez trabalhadores pertencentes ao conjunto das pessoas em idade de trabalhar e que compõem a força de trabalho residem na capital, estejam eles ocupados ou desocupados. Tamanha concentração remete a questões tais como a de que a atividade industrial não proporciona necessariamente residência fixa ao trabalhador que a ela esteja ligado, sendo sua característica a de um migrante pendular que trabalha em um local e consome bens e serviços no entorno de sua residência-dormitório. Essa impressão decorre, algumas vezes, do investimento que não conta com o apoio do planejamento urbano local, oferecendo alternativas para o deslocamento definitivo do trabalhador a título de moradia, e que permanecerá pressionando o sistema de transportes de maneira precária e inferior à ideal.

Da mesma forma, a atividade primária pouco intensiva em mão de obra não costuma exigir deslocamentos pendulares e, por essa razão, não mobiliza grande quantidade de residentes externos ao local em que é desenvolvida. Assim, apesar de os territórios de Lauro de Freitas e Simões Filho, limítrofes a Salvador, terem concentração de força de trabalho superior à dos demais, mas muito inferior à da capital, mesmo que possuam maior participação no PIB de serviços, isso não é suficiente para o espraiamento desejado, levando a que sua mobilidade pendular diária partindo do núcleo ainda continue a desafiar os planejadores urbanos por um bom tempo.

2.2 Material e métodos

A formação histórico-espacial da RMS abordada anteriormente detalhou peculiaridades às quais a força de trabalho está sujeita, e que são desafios com os quais o planejamento urbano e regional precisa lidar ao criar políticas públicas que permitam a evolução espacial de forma ordenada. Em que pese as características locais, o mercado de trabalho da RMS sofre influências decorrentes de decisões

adotadas em outras escalas (regional, nacional e global), e por essa razão o exercício de prospecção deve considerá-las por meio de indicadores que as internalizem. Assim, neste esforço investigativo a previsão do número de pessoas ocupadas obtido com periodicidade trimestral da PNAD-C (2022), e mensalizada por médias móveis, terá como variável explicativa a atividade econômica da capital baiana, com base no IMEC[42]. Uma vez que as variáveis são mensuradas em unidades de medida diferentes, foram transformadas e expressas em logaritmos para que além de passarem a ter uma mesma medida, se atenuasse a influência de valores extremos que tornam a distribuição de frequência assimétrica, tornasse a variância dos dados mais estável, tendentes à distribuição normal e com estimativas mais robustas e menos sensíveis a valores atípicos.

Já quanto ao método escolhido para a previsão do número de pessoas ocupadas na RMS, optou-se pelo modelo de vetores autorregressivos (VAR, *vector autoregressive model*) por ser composto por um sistema de equações simultâneas que considera que as variáveis que o integram se interrelacionam no mesmo instante do tempo e no passado, o que permite avaliar o impacto de choques não-antecipados (estocásticos) em uma das variáveis sobre as outras do sistema. Além disso, não impõe restrições aos parâmetros *a priori* e as relações dinâmicas entre as variáveis aumentam a qualidade das previsões. A depender da relação apresentada entre as variáveis do sistema, entretanto, poder-se-á ter um modelo vetorial de correção de erro (VECM, *vector error correction model*), que incorpora relações de curto e longo prazo entre as variáveis. Uma vez estimado o modelo, sua condição de estabilidade e a distribuição dos resíduos será avaliada com vistas às previsões desejadas do número de pessoas ocupadas na RMS.

Antes da modelagem VAR, no entanto, as séries são avaliadas quanto à existência ou não de estacionariedade e conhecimento de sua ordem de integração, e após a estimação do modelo, medidas de ajustamento são utilizadas para a avaliação de sua qualidade. Maior detalhamento dos procedimentos mencionados são descritos nas subseções a seguir.

---

[42] Exercício pretérito realizado por Medeiros Junior e Souza (2019) registrou a influência da atividade econômica do estado da Bahia por meio do IBCR-BA devido à característica, à época, da atividade econômica metropolitana de Salvador. Entretanto, mudanças ocorridas desde então apontam para uma maior influência da economia da capital na ocupação da RMS.

2.2.1 Teste de raiz unitária

Conhecer a ordem de integração, ou o número de vezes que uma série deve ser diferenciada para tornar-se estacionária, é um procedimento necessário tendo em vista que, por exemplo, se duas séries exibirem forte tendência, o alto valor da estatística R^2 será devido a seu efeito, e não ao verdadeiro relacionamento entre elas (GUJARATI, 1995). O método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), usualmente utilizado para a estimação dos parâmetros de modelos de regressão, tem como premissa que a média e a variância dos fenômenos de interesse sejam estáveis ao longo do tempo, o que não é verdadeiro quando a série tem raiz unitária (RAO, 1994). Dessa forma, testes de hipótese se tornam viesados e não indicam o verdadeiro relacionamento entre as variáveis, e seus resultados tornam-se espúrios. O teste de raiz unitária comumente utilizado é o Teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF), que se baseia na regressão seguinte:

$$\nabla y_t = \alpha + \beta_t + (\rho_1 - 1)y_{t-1} - \sum_{j=1}^{p-1} \rho_{j+1} \nabla y_{t-j} + e_t \qquad (1)$$

onde: α é uma constante (ou intercepto); β_t é a tendência; ∇ é o operador diferença, representado como $\nabla_t = Y_t - Y_{t-1}$, e . Para a realização dos testes de raiz unitária foram utilizados os valores críticos tabulados por Mackinnon (1991).

2.2.2 Teste de co-integração de Johansen

O conceito de co-integração sugere que dois fenômenos possam ter relacionamento de curto prazo na medida em que a aderência entre eles for breve, provavelmente devido à influência de um terceiro fenômeno, mas caso demonstrem relacionamento de longo prazo, virão convergir para uma condição de equilíbrio natural. Assim, com o propósito de avaliar se duas ou mais variáveis integradas de mesma ordem possuem uma relação de equilíbrio no longo prazo, ou seja, se são co-integradas, torna-se necessário identificar suas ordens de integração e, uma vez identificadas, julgar se são úteis para a modelagem.

Segundo Margarido e Barros (2000), o procedimento de Johansen tem como

ponto de partida o VAR e o VECM como possibilidade (posto reduzido), tendo sua metodologia três situações distintas. Se:

> [...] o posto de Π é completo (isto é, há r = n colunas linearmente independentes) então as variáveis em z_t são I(0), enquanto que, se o posto de Π é zero então não há relacionamento de co-integração. Nenhum desses dois casos são particularmente interessantes. Mais importante, é quando Π tem posto reduzido; isto é, há r ≤ (n-1) vetores de co-integração presentes (HARRIS, 1995, p. 79).

Se r = n, z_t é estacionário e o ajuste do modelo deve ser efetuado com as variáveis em nível; se r = 0, ∇z_t é estacionário e o modelo deve ser ajustado com as variáveis diferenciadas, e; por fim, se 0 < r < n, deve-se testar quais colunas de α são iguais a zero. Dado que Π pode ser formulado como $\Pi = \alpha\beta'$, onde α e β correspondem a matrizes de dimensão (n X r), implica que é estacionário, donde se conclui que existem r vetores de co-integração, que são exatamente as *r* colunas de *β* (MARGARIDO; BARROS, 2000).

Para testar a hipótese nula de que existem pelo menos *r* vetores de co-integração, dois testes são propostos por Johansen e Juselius (1990). A hipótese nula é representada matematicamente como: $H_0: \lambda_i = 0$, sendo i = r+1,..., n, ou seja, somente os primeiros r autovalores (λ) são diferentes de zero, e essa restrição pode ser imposta para diferentes valores de *r*. O passo seguinte consiste na comparação do valor do logarítmo da função de verossimilhança do modelo com restrição com o logarítmo da função de verossimilhança do modelo sem restrição. Esse teste é denominado de estatística traço, e é representado como:

$$\lambda_{trace} = -2\log(Q) = -T\sum_{i=r+1}^{n}\log(1-\widehat{\lambda_i}) \qquad (2)$$

onde, Q = (função de verossimilhança restrita maximizada ÷ função de verossimilhança sem restrição maximizada) e r = 0, 1, 2,..., n-2, n-1. Os valores críticos dessa estatística encontram-se em Johansen e Juselius (1990), enquanto os valores tabelados para modelos contendo intercepto podem ser obtidos em Osterwald-Lenum (1992). Se os valores calculados de λ_{trace} forem maiores que os respectivos valores tabelados, ou se o P-valor do teste for inferior ao nível de significância utilizado, implica dizer que a hipótese nula de não co-integração é rejeitada. Para se determinar o número de vetores de co-integração, esse teste deve ser realizado até o momento em que a hipótese nula passa a ser aceita

(MARGARIDO; BARROS, 2000).

O segundo teste de significância é a estatística λ_{MAX}, ou de máximo autovalor, cuja especificação é:

$$\lambda_{MAX} = -Tlog(1 - \hat{\lambda}_{r+1}) \qquad (3)$$

onde, $\widehat{\lambda_i}$ são os valores estimados dos autovalores, e r = 0, 1, 2,..., n-2, n-1. Neste caso, a hipótese nula é de que existem r vetores de co-integração, enquanto a hipótese alternativa é de que existem r + 1 vetores de co-integração. Se os valores calculados de forem maiores que os respectivos valores tabelados, ou se o P-valor do teste for inferior ao nível de significância utilizado, implica dizer que a hipótese nula de não co-integração é rejeitada. Para se determinar o número de vetores de co-integração, esse teste deve ser realizado até o momento em que a hipótese nula passa a ser aceita (MARGARIDO; BARROS, 2000).

Os resultados possíveis do teste de co-integração, considerada a condição do sistema, sugerem que se o *Rank* (ou posto) for igual a zero (*Rank* = 0), ou seja, não houver nenhum vetor de co-integração, então não há relacionamento de longo prazo entre as variáveis e deve-se estimar um modelo VAR com as variáveis diferenciadas; se o *Rank* (ou posto) for maior do que zero e menor do que o número de variáveis do sistema (0 < r < n), estima-se um modelo VEC com as variáveis defasadas e no qual se poderão observar relações de curto e longo prazo, e; se o número de vetores de co-integração for igual ao número de variáveis do sistema (r = n), então o *Rank* é completo (ou pleno) e deve-se estimar um modelo VAR com as variáveis em nível. Uma vez que os coeficientes do modelo VAR não têm sentido econômico, a situação mais interessante é aquela na qual o modelo VEC é indicado.

2.2.3 Modelo de vetores autorregressivos (VAR)

Modelos VAR têm sido considerados úteis para analisar relações entre variáveis e impactos dinâmicos provocados por perturbações aleatórias no sistema que as compõe, e surgiram como alternativa aos modelos de equações múltiplas, ou simultâneas, conforme designado por Sims (1980). As autorregressões vetoriais supõem que todas as variáveis utilizadas são endógenas, e a estrutura de

relacionamento, mesmo que por interferência possa ser modificada, considera *a priori* que o presente e o passado de uma das variáveis computadas tenham influência no comportamento presente e passado das demais. Margarido, Turolla e Fernandes (2001), citando Harris (1995), detalham:

> [...] partindo-se de "um vetor z_t com n variáveis endógenas potenciais, é possível especificar o seguinte processo gerador e modelar z_t como um vetor autorregressivo (VAR) sem restrição envolvendo *k* defasagens de z_t" (HARRIS, 1995 *apud* MARGARIDO; TUROLLA; FERNANDES, 2001, p. 16).

O modelo VAR(p)[43] pode ser representado como:

$$z_t = A_1 z_{t-1} + \cdots + A_k z_{t-k} + \Phi \mathrm{D}_t + u_t \tag{4}$$

sendo que, $u_t \sim IN(0, \sum)$, z_t é um vetor *(n X 1)* e cada elemento A_i é uma matriz de parâmetros de ordem *(n X n)* e D_t representa termos determinísticos, tais como, constante, tendência linear, *dummies* sazonais, *dummies* de intervenção, ou qualquer outro tipo de regressor que são considerados fixos e não estocásticos. No caso da metodologia de Johansen também se torna necessário determinar a(s) ordem(ns) da(s) defasagem(ns) de z_t, pois esse procedimento tem como base a hipótese de que ao se introduzir um número suficiente de defasagens é possível se obter uma estrutura de resíduos bem-comportados, isto é, estacionários. Para a tomada de decisão em relação ao número de defasagens que devem ser aplicadas para se obter uma estrutura de ruído branco (*white noise*), utiliza-se os critérios AIC *(Akaike information criterion*), SBIC (*Schwarz bayesian criterion*) ou HQIC (*Hannan-Quinn information criterion*).

A equação (4) pode ser modificada em termos de um VECM, cujo formato é o seguinte:

$$\nabla z_t = \Gamma_1 \nabla z_{t-1} + \cdots + \Gamma_{k-1} \nabla z_{t-k+1} + \Pi z_{t-k} + \Phi D_t + u_t \tag{5}$$

onde, $\Gamma_i = -(I - A_1 - \ldots - A_i)$, $(i = 1, \ldots, k - 1)$, e $\Pi = -(I - A_1 - \ldots - A_k)$. Segundo Harris (1995), a principal vantagem de se escrever o sistema em termos do modelo de correção de erro está relacionado ao fato de que, nesse formato, são incorporadas

[43] Em que *p* é o número de defasagens utilizadas no sistema. Segundo Harris (1995), este tipo de modelo "foi defendido principalmente por Sims (1980) como uma forma de estimar relacionamentos dinâmicos entre variáveis endógenas conjuntas sem a necessidade de impor *a priori* fortes restrições (tais como relacionamentos estruturais particulares e/ou a exogeneidade de algumas das variáveis)" (HARRIS, 1995, p.77).

informações tanto de curto quanto de longo prazo via ajustes nas variações em z_t, as quais são dadas pelas estimativas dos parâmetros Γ_i e Π. Visto com maior nível de detalhes, o termo Π é representado como:

$$\Pi = \alpha \beta' \tag{6}$$

sendo que α representa a velocidade de ajustamento dos parâmetros da matriz no curto prazo, enquanto β é uma matriz de coeficientes de co-integração de longo prazo, em que o termo $\beta' z_{t-k}$ que está embutido na equação (4), representa as $n-1$ relações de co-integração no modelo multivariado, assegurando dessa forma que z_t converge para uma solução de equilíbrio no longo prazo (MARGARIDO; TUROLLA; FERNANDES, 2001).

Uma vez estimado o modelo VAR(p) (ou VECM(p)), é possível observar o comportamento temporal presente e futuro das variáveis do sistema em resposta à influência de uma delas, permitindo avaliar: i) se é positivo ou negativo, temporário ou permanente, e; ii) qual a contribuição relativa de cada uma das variáveis do sistema para a explicação da variância dos resíduos das demais. No primeiro caso (i), chama-se Função de Impulso-Resposta ou de Resposta ao Impulso (FIR ou FRI) o método para avaliar o comportamento da variável que se quer observar (de interesse, ou de resposta) a partir de um choque não-antecipado na magnitude de um desvio-padrão no termo de erro da variável que a influenciará (ou de impulso). Já no segundo caso (ii), chama-se Decomposição da Variância do Erro de Previsão (DVEP) o método para observar a proporção da variação total de uma das variáveis devida a choques individuais nos resíduos dela própria e das demais variáveis do sistema, permitindo também analisar as relações de causalidade entre elas. Além disso, se porventura um choque não-antecipado nos resíduos de uma das variáveis não explicar nenhuma parcela dos resíduos de outra variável, considera-se esta exógena ao sistema, mas caso explique pouco, que esta seja fracamente exógena.

2.2.4 Medidas de avaliação do ajustamento do modelo e estabilidade

Com o propósito de avaliar o quanto as estimativas pontuais geradas a partir do modelo se aproximam dos valores observados nas séries, o julgamento da

eficácia de seu ajustamento se dará por meio de medidas tais como o Erro Quadrático Médio (EQM ou MSE, *mean squared error*)[44], o Coeficiente de Regressão (R^2)[45] que mede a proporção da variação da variável-objetivo explicada pela regressão, e os coeficientes de desigualdade de Theil (1966), U[46] e U1[47], sendo que este pode ser decomposto em três tipos de desvio, denominados Viés das Médias (U^M), Viés das Variâncias (U^S) e Erro de Correlação Imperfeita (U^C).

Os resultados esperados para a adequação do modelo estimado em termos de eficácia do ajustamento (acurácia) em relação às medidas é que o EQM (MSE) seja próximo de zero, o R^2 esteja próximo de 1, e os Coeficientes de Desigualdade de Theil se aproximem de zero, sendo que o primeiro (U) seja ao menos menor do que 1 para que o modelo estimado seja superior a um modelo ingênuo (*naive*), justificando o esforço empreendido e para que não seja descartado. Já para o segundo coeficiente (U1), no que diz respeito a cada um dos desvios, segundo Theil (1961, p. 37) "*a distribuição mais desejável de desigualdade para as três fontes de erro é* $U^M = U^S = 0$ *e* $U^C = 1$".

Por fim, conforme sugerido por Lütkhepohl (2005), a condição de estabilidade do modelo para fins de previsão deve ser satisfeita, o que implica que os autovalores da matriz de coeficientes devam estar dentro do círculo unitário, bem como que haja normalidade dos resíduos, como se busca observar com base em

---

[44] $EQM = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}(y_t - \hat{y}_t)^2$, onde n é o número de observações, y_t são os valores observados e $\hat{y}_t$ os valores previstos.

[45] $R^2 = 1 - \frac{\sum_{i=1}^{n}(y_t-\hat{y}_t)^2}{\sum_{i=1}^{n}(y_t-\bar{y})^2}$, onde n é o número de observações, y_t são os valores observados, $\hat{y}_t$ os valores previstos, e $\bar{y}$ é a média das observações.

[46] $U = \frac{\sqrt{\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}(y_t-\hat{y}_t)^2}}{\left[\sqrt{\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}{y_t}^2}+\sqrt{\frac{1}{n}\sum_{n}^{1}\hat{y}^2}\right]}$, onde n é o número de observações, y_t são os valores observados e $\hat{y}_t$ os valores previstos.

[47] $U1 = \frac{\sqrt{\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}(y_t-\hat{y}_t)^2}}{\sqrt{\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}(y_t)^2}}$, onde n é o número de observações, y_t são os valores observados e $\hat{y}_t$ os valores previstos. A decomposição de U1 se dá na seguinte forma seguinte: $U^M = \frac{(\overline{\hat{y}_t} - \bar{y})}{EQM}$, como o viés das médias onde é a média dos valores preditos e a média dos valores observados; $U^S = \frac{(\sigma_{\hat{y}}-\sigma_y)}{EQM}$ como o viés das variâncias onde $\sigma_{\hat{y}}$ é o desvio padrão dos valores preditos e σ_y é o desvio padrão dos valores observados, e; $U^C = \frac{2(1-\rho)\sigma_{\hat{y}}\sigma_y}{EQM}$ como o viés da correlação imperfeita onde ρ é o coeficiente de correlação entre os valores observados e os valores preditos. Para maiores detalhes, ver Medeiros Junior (2001).

alguns testes estatísticos, tais como Doornik-Hansen (DH), Shapiro-Wilk (SW), Lilliefors e Jarque-Bera (JB), cujas hipóteses nulas de normalidade requerem que seus resultados sejam superiores a valores de referência, ou que o p-valor do teste seja superior ao nível de significância adotado.

3. Mercado de trabalho Metropolitano de Salvador: elementos conjunturais e exercício de antecipação

Assim como em qualquer mercado de trabalho – e longe da definição *mainstream* neoclássica/novo clássica do *locus* econômico no qual o confronto equilibrado entre oferta e demanda de trabalho determina o preço de venda da força de trabalho (salário) e o nível de emprego –, na RMS se observa o desnível de poder (OFFE; HINRICH, 1989) entre os trabalhadores ofertantes de força de trabalho (desejosos em realizar sua humanidade por meio do exercício do trabalho e em busca de sobrevivência) e os capitalistas demandantes de trabalho, na direção dos quais os primeiros se deslocam espacialmente (GAUDEMAR, 1977). Já os últimos, por sua vez, em razão do exército industrial de reserva (EIR) – formado pelo contingente de ofertantes, ou o número de pessoas desocupadas/PD que não logrou êxito ao buscar uma ocupação no mercado de trabalho –, se favorecem da condição conflitante e desequilibrada a seu favor para extrair mais-valia e submeter, por meio da absorção da melhor alternativa (capacitação) ao menor custo (expropriação), a força de trabalho a uma maior intensidade do trabalho e a seu prolongamento, depreciando seu salário em relação ao vigente e reduzindo a capacidade do trabalhador de repor sua força de trabalho (MARINI, 2011) para acumular capital.

Tais estratégias são estruturadas pela combinação de ações que conformam o arranjo capitalista flexível-neoliberal, consubstanciadas no aprofundamento da reestruturação produtiva do último quarto do século passado com o apoio de proposições normativas que vêm alterando a legislação trabalhista e norteando a política econômica do governo desde os anos 1980. Nesse particular, a adoção do regime de metas de inflação (RMI), em 1999, sem a preocupação com o nível de emprego, principal variável social, leva a que se sacrifique em demasia a geração de produto e a demanda por bens e serviços, para regozijo dos formuladores da política econômica e defensores do regime e pauperização da população, em geral, e trabalhadora, em particular. Tal escolha política demonstra qual classe é

desprestigiada no conflito capital-trabalho.

Para que se observe o resultado das opções políticas implementadas no âmbito do referido arranjo, tomou-se por base, como já mencionado, os dados produzidos pela PNAD-C para o ano de 2014, em razão dele marcar, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas, o início de um processo recessivo que se abateu sobre a economia nacional, bem como aqueles relativos aos anos de 2019 (momento esse que antecede a crise pandêmica do novo coronavírus e para o qual é possível captar os primeiros reflexos da Reforma Trabalhista que foi sancionada em 2017) e 2021 (período em que os efeitos colaterais adversos da referida crise ainda se faziam presentes, em que pese o registro de uma alta do PIB da ordem de 4,6%, comparativamente ao ano imediatamente anterior, que marcou, por assim dizer, o auge da aludida pandemia da covid-19).

Enfatize-se, neste ponto, que todos os dados referentes aos aludidos anos estão compilados na Tabela 3 e dizem respeito aos recortes espaciais que são privilegiados neste exercício investigativo, que são a RMS e a capital Salvador. Ao frisar essa questão dos recortes, deve-se levar em conta que as informações que dizem respeito à RMS como um todo incorporam as relativas à capital, fato esse que sugere que o dinamismo dos movimentos de ambos os recortes espaciais determina qual deles predomina nos indicadores que balizam a análise que se empreende nesta investigação. Desse modo, se a variação aferida para a RMS for superior à medida para Salvador, a periferia da capital capitaneou a mudança, e se, ao inverso, a variação da capital superar a da RMS, o núcleo foi determinante para o resultado. Essa abordagem metodológica resulta do fato de que, na aplicação da PNAD-C, além de a amostra não discriminar a periferia, não sanciona a obtenção de valores absolutos por diferença entre os resultados de ambos os recortes espaciais.

Uma vez tendo feito essas ponderações no tocante aos elementos que estruturam a Tabela 3, convém agora realizar o escrutínio do conjunto das informações que ela encerra. Para dar conta dessa tarefa da maneira mais adequada possível, revela-se por demais prudente ter como pano de fundo não apenas alguns dos elementos que nortearam e, portanto, deram o tom da política macroeconômica que prevaleceu no período 2014-2019, mas também aqueles que

dizem respeito às mudanças na legislação trabalhista que trouxeram, por assim dizer, situações, para dizer o mínimo, deveras desconfortáveis para os trabalhadores, de uma forma geral, na medida em que os priva de um conjunto de direitos e os coloca sob a perspectiva de vivenciarem relações de trabalho marcadas, como nunca antes, pelo selo da precarização.

Tabela 3 – Indicadores do mercado de trabalho da RMS e da cidade de Salvador – 2014/2019/2021

Indicadores	2014		2019		2021	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	RMS	Salvador
População (mil pessoas)	3.777	2.796	3.928	2.873	3.982	2.900
Em idade de trabalhar (mil pessoas)	3.051	2.288	3.269	2.414	3.280	2.399
Na força de trabalho (mil pessoas)	2.182	1.647	2.319	1.704	2.120	1.547
Ocupada (mil pessoas)	1.873	1.433	1.910	1.431	1.648	1.244
Desocupada (mil pessoas)	308	213	410	274	472	304
Fora da força de trabalho (mil pessoas)	869	6.420	949	710	1.161	852
Taxa de participação (%)	71,5	72,0	71,0	70,6	64,6	64,5
Taxa de desocupação (%)	14,1	12,9	17,7	16,0	22,3	19,6
Rendimento médio habitual (R$)[1]	2.510	2.734	2.513	2.759	2.011	2.236

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contíniua (2022).
[1]Do trabalho prinicipal, a preços do quarto trimestre de 2021.

Para sustentar esse ponto de vista, recorre-se fundamentalmente à força de dois argumentos. O primeiro se alicerça no entendimento de que a leitura liberal ortodoxa do cenário econômico feita tanto pelo ministro da Fazenda em fins de 2014, Joaquim Levy, quanto pelas outras autoridades econômicas que o sucederam, depois do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, nos governos Temer e Bolsonaro, levou a que medidas de política econômica contracionistas, sem compromisso com o gradualismo, afundassem a economia em uma crise que impactou a atividade econômica e que se arrastou potencializada até o momento presente no mercado de trabalho e nas economias regionais em geral, em função dos efeitos nefastos advindos da pandemia do novo coronavírus. Já o segundo, por seu turno, encontra respaldo na formulação lançada pelos críticos da Reforma

Trabalhista, ocorrida, como já se disse, em 2017, de que ela, longe de significar uma mudança para melhor na esfera da relação capital-trabalho no país, se prestou, na prática, a devastar direitos trabalhistas (ANTUNES, 2018), o que, diga-se de passagem, há anos estava sendo intentado pela classe empresarial brasileira e pelos seus representantes no plano político.

No que tange especificamente a esse último ponto, são por demais elucidativas as colocações de Krein e Gimenez (2018), as quais caminham na direção de apontar que:

> A reforma trabalhista significa uma mudança substantiva no padrão de regulação do trabalho no Brasil, pois altera mais do que as relações de emprego, tendendo a produzir efeitos deletérios sobre a economia, o mercado de trabalho, a proteção social e a forma de organização da sociedade brasileira (KREIN, GIMENEZ, 2018, p. 15).

De posse desse repertório argumentativo, pode-se, agora, partir para analisar as informações que expressam a dinâmica do mercado de trabalho da RMS no período privilegiado nesta investigação, dando ênfase a tudo que se processou na sua periferia e no seu centro dinâmico (a capital Salvador). Seguindo esse diapasão, percebe-se de pronto que, entre os anos de 2014 e 2019, tanto na periferia da RMS quanto em Salvador, foram computadas elevações no número de pessoas em idade de trabalhar (PIT) e da força de trabalho (PFT), movimentos esses que se fizeram acompanhar por ampliações nos contingentes que dizem respeito às pessoas fora da força de trabalho (PFFT).

Ao se procurar esmiuçar a magnitude dessas oscilações, constata-se, de saída, que no que se refere ao crescimento médio da PIT, a oscilação mais pronunciada se deu na periferia da RMS (1,4% ao ano) e não em Salvador (1,1% a.a.). Já em relação ao comportamento da força de trabalho (PFT), apurou-se, de igual modo, uma elevação mais acentuada na RMS como um todo (1,2% a.a.) *vis a vis* a contabilizada em Salvador (0,7% a.a.), indicando que os residentes na periferia optaram por ingressar no mercado de trabalho com maior ímpeto do que os do núcleo, tendo como objetivo uma ocupação na própria periferia ou na capital.

Em razão de sua opção, e uma vez que o conjunto dos ocupados (PO) na RMS aumentou 0,4% a.a., enquanto em Salvador se manteve virtualmente estável (-0,03% a.a.), somente alguns dos trabalhadores residentes na periferia lograram

sucesso em ocuparem-se, ao passo que aqueles que não conseguiram engordaram o contingente de desocupados (PD), com maior acréscimo do que na capital: 5,9% a.a. contra 5,2% a.a., respectivamente. Como resultado dessa movimentação, o EIR dos residentes na capital perdeu representatividade no conjunto da RMS, haja vista que, em 2014, representou 69,2% de todo esse contingente, e, em 2019, passou a responder por 66,8%.

Acredita-se que uma movimentação mais pronunciada deste último agregado populacional, que tanto interessa dentro da lógica de funcionamento do mercado de trabalho, só não foi registrada, no período em tela, muito provavelmente, em função da consistente expansão verificada no conjunto de pessoas fora da força de trabalho (PFFT), a qual, em termos médios, levando-se em conta os recortes espaciais privilegiados neste estudo, se situou no patamar de 10% (PFFT).

Na perspectiva de complementar o cenário que foi traçado até aqui, torna-se adequado voltar o olhar desta investigação para a avaliação de alguns indicadores dos mais tradicionais de qualquer mercado de trabalho, a saber: taxa de participação, taxa de desocupação e rendimento médio habitual. No caso específico do primeiro deles, não causa surpresa o fato dele ter perdido força, tendo em vista a palidez do quadro econômico que se configurou entre os anos de 2014 e 2019, apresentando tanto no conjunto da RMS quanto em Salvador isoladamente um discreto movimento de recuo, uma vez que cedeu, respectivamente, do patamar de 71,5% para 71%, e de 72% para 70,6%.

Em se tratando do segundo indicador, o desenho que emerge é indubitavelmente impactante, pois ele apresenta um vigoroso e indesejado movimento de elevação, saindo, nos dois espaços privilegiados nesta análise (RMS e Salvador), de patamares nada confortáveis (14,1% e 12,9%, em 2014) para níveis absolutamente preocupantes (17,7% e 16%, em 2019). Por esses números é possível perceber que o agravamento do desemprego se deu de modo ainda mais intenso na periferia da RMS, pois aí o indicador em tela expandiu-se 3,6 p.p. do que em Salvador, espacialidade para a qual ele se ampliou em cerca de 3,1 p.p.

Definitivamente, em face da prevalência dessa atmosfera nada alvissareira, não seria razoável supor que os trabalhadores da RMS como um todo e de Salvador de forma particular vivenciassem condições de remuneração que lhes fossem

favoráveis no intervalo de tempo em questão. Isso porque, suas remunerações médias habituais praticamente não se moveram positivamente, saindo, no primeiro caso, de R$ 2.510 para R$ 2.513, e de R$ 2.734 para R$ 2.759, o que indica muito claramente que eles perderam poder de compra e que, por via de consequência, tiveram mais dificuldade para garantir as suas próprias reproduções materiais.

Como se vê, o mercado de trabalho metropolitano se mostrou absolutamente hostil para reajustar os rendimentos dos trabalhadores, dado que as oscilações observadas nesse quesito foram ínfimas. Ao se buscar as possíveis causas dessa ocorrência, impõe-se primeiramente arguir que, no período em foco, o mercado de trabalho em questão – mimetizando, a bem da verdade, as movimentações que se apresentavam no plano nacional -, se tornou um ambiente em que, mais do que nunca, prevalecia uma concorrência muito intensa pelos postos de trabalho existentes, cenário esse que, indubitavelmente e a um só tempo, desfavorece aquele contingente populacional que oferece a sua força de trabalho em troca de uma remuneração e privilegia o grupo formado pelo demandantes de força de trabalho, no caso os capitalistas, na medida em que os torna ainda mais poderosos no plano da relação capital-trabalho, o que lhes deixa mais “confortáveis” para rejeitarem os anseios dos trabalhadores por melhores remunerações.

Outra ocorrência que ajuda a explicar a referida e quase que imperceptível variação positiva do rendimento médio habitual dos trabalhadores metropolitanos foi o estancamento, no governo Temer, ainda em 2017, da política de valorização do salário-mínimo. Naquela época, o mandatário de plantão determinou que o salário-mínimo fosse fixado em R$ 937, valor esse que era inferior ao que havia sido anteriormente proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso, o qual se situava no patamar de R$ 946. Para completar o “pacote de maldades” contra os trabalhadores, o referido governo não poupou esforços para aprovar a Reforma da Previdência, a qual também é peça fundamental no quebra-cabeça que ajuda a explicar a quase que total rigidez do rendimento médio habitual que vem se fazendo alusão.

Para entender o porquê disso é preciso recorrer, mais uma vez, aos argumentos lançados por Krein e Gimenez (2018) quando avaliam o verdadeiro sentido da reforma em pauta e são categóricos ao afirmarem que ela:

> [...] modifica os elementos centrais da relação de emprego, uma vez que: (1) amplia as possibilidades de utilização de modalidades de contratação a termo e introduz a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do *home office*; 2) viabiliza inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em favor da empresa; 3) permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário. Em outras palavras, ela constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho (KREIN; GIMENEZ, 2018, p. 15).

Considerando-se agora os resultados expostos na Tabela 3 para o segundo período (2019-2021), tem-se que a força de trabalho (PFT) experimentou contração, revertendo, portanto, a pouco contundente tendência de expansão que ela esboçou no período imediatamente anterior (-1,8% a.a. na RMS e -1,9% a.a. em Salvador). Movimento esse que se fez acompanhar por uma ampliação vigorosa do contingente de pessoas fora da força de trabalho (PFFT) na RMS e na capital (4,1% a.a. e 3,7% a.a., respectivamente), reproduzindo *ipsis litteris* a movimentação que já tinha sido constatada no período anterior, só que desta vez com mais intensidade, o que sugere inequivocamente que muitos trabalhadores desistiram de buscar ocupação.

Com efeito, a retração da ocupação que se fez alusão assumiu níveis significativos e bastante preocupantes. Para se ter uma ideia mais precisa dessa dinâmica, basta indicar que no conjunto da RMS foram ceifados cerca de 262 mil postos de trabalho entre os anos de 2019 e 2021, o que se traduz em um decréscimo médio anual da ordem de -7,1%. Importante frisar que Salvador respondeu isoladamente por algo em torno de 71,4% do citado arrefecimento da ocupação metropolitana, uma vez que viu reduzir o seu contingente de ocupados de 1.431 mil, em 2019, para 1.244 mil, em 2021, contexto esse que implicou uma queda média anual que se encontra no patamar de -6,8%.

Avançando ainda mais na leitura das informações que permitem verificar como se deu a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho metropolitano no período mais recente (2019-2021), cumpre fazer mais alguns breves comentários no tocante ao comportamento da ocupação.

Dando vazão a esse intento, impõe-se, de pronto, a necessidade de vaticinar que, nesse particular, o cenário era deveras preocupante, haja vista que, num curto espaço de tempo, tal mercado de trabalho eliminou cerca de 262 mil postos de trabalho, situação essa que é prova inconteste do espraiamento dos efeitos

colaterais adversos derivados, a rigor, em função da ocorrência de uma espécie de “tempestade perfeita” que se abateu sobre a economia nacional e que foi pavimentada por um contexto absolutamente claudicante em termos de crescimento econômico, o qual, para não faltar com a verdade, há longa data, já se manifestava e que foi severamente agravado pela crise sanitária, tendo em vista que ela demandou das autoridades públicas a tomada de certas medidas de natureza sanitária que impuseram limites ao pleno e livre funcionamento de um cem número de segmentos da atividade econômica, o que, por óbvio, provocou reveses do ponto de vista da ocupação, seja porque muitas empresas, no caos econômico que se configurou, passaram a não ter estímulo e nem, muito menos, razão/motivo para expandir a contratação de trabalhadores, seja porque muitos trabalhadores autônomos, os quais, o mais das vezes, desenvolvem atividades laborais no âmbito da informalidade se viram impedidos de trabalhar, o que os fez, certamente, enfrentar dificuldades seríssimas para garantir as suas próprias reproduções materiais, bem como daqueles indivíduos que integram as famílias às quais pertecem e que lhes são dependentes.

Submetendo agora as informações que dão conta do comportamento do contingente de desocupados na RMS no período mais recente (2019-2021) a rigoroso escrutínio, salta aos olhos o fato dela ter se ampliado proporcionalmente mais na periferia da RMS (7,3% a.a.) do que na capital (5,3% a.a.). Esse é definitivamente um dado muito interessante, visto que ele se presta a confirmar a expansão do EIR fora do núcleo da RMS que interessa a esta investigação, verificada, num primeiro momento, quando se comparou os números que davam conta do contingente de desocupados nos anos de 2014 e 2019. De modo mais preciso, verificou-se que paulatinamente a representatividade dos desocupados de Salvador no âmbito do EIR metropolitano vem perdendo força, posto que ela recuou de 69,2% para 66,8% entre os anos de 2014 e 2019, e se limitou ao patamar de 64,4% no derradeiro ano que é coberto por este exercício investigativo.

No que respeita à PFFT, pode-se dizer que o período 2019-2021 foi simplesmente pródigo no sentido de ampliá-la, haja vista que para ele se contabilizou expansões exuberantes da ordem de, respectivamente, 10,6% para a RMS e de 9,5% para Salvador.

Com o intuito de captar de modo completo o fenômeno de esgarçamento que o mercado de trabalho metropolitano vem sendo palco nos últimos anos, e que foi agravado indiscutivelmente entre os anos de 2019 e 2021, cumpre, assim, como se fez antes, tecer mais algumas considerações em relação à sua dinâmica de operação e funcionamento. Assim sendo, não se pode deixar de comentar que a pressão exercida pelos trabalhadores sob esse mercado diminuiu sobremaneira, como eloquentemente evidenciam as taxas de participação apuradas, em 2021, tanto na RMS (64,6%) quanto em Salvador (64,5%), as quais se situavam bem abaixo dos níveis em que se encontravam, respectivamente, em 2019 (71% e 70,6%).

Empenhando-se para não deixar dúvida quanto à ocorrência do referido quadro de esgarçamento, parte-se para descrever o modo como a taxa de desocupação foi catapultada nos dois espaços que são privilegiados nesse exercício investigativo, indo parar em níveis verdadeiramente estratosféricos. No caso especificamente da RMS, o qual se revelou mais grave, a taxa de desocupação saltou de 17,7%, em 2019, para 22,3%, em 2021, movimento esse que representou uma variação de 4,6 p.p.. Quando traduzida para valores absolutos, expressava uma realidade de quase meio milhão de trabalhadores desocupados (mais precisamente 472 mil), número esse que é recorde em toda a série histórica da PNADC. De igual modo, em Salvador a oscilação medida para tal indicador assumiu uma dimensão menos impactante, dado que ele pulou de 16%, em 2019, para 19,6%, em 2021, alteração que correspondeu a uma variação de 3,6 p. p..

A movimentação que representa uma espécie de tiro de misericórdia nos trabalhadores metropolitanos, e que confere um respaldo ainda mais inequívoco ao ponto de vista aqui defendido de que o mercado de trabalho que os abriga experimentou um quadro de esgarçamento, diz respeito ao verdadeiro colapso que eles vivenciaram em termos do rendimento médio habitual que passaram a auferir em 2021. De modo geral, esse decréscimo de rendimento, verificado entre os anos de 2019 e 2021, foi ligeiramente mais pronunciado na periferia da RMS (10,5% a.a.) do que no seu núcleo (10% a.a.). O registro de tal situação assume contornos ainda mais dramáticos quando se leva em conta que, como já se fez menção, entre os anos de 2014 a 2019 o rendimento deles manteve-se praticamente estagnado, o que

denota que eles certamente já vinham passando agruras para dar conta das suas respectivas reproduções materiais, bem como das famílias que integram.

Diante da configuração desse cenário, não há como deixar de fazer uma reflexão crítica da mais alta relevância no âmbito deste exercício analítico, e que compreende o entendimento de que a evolução do mercado de trabalho na RMS *vis-à-vis* a política econômica implementada pelos diferentes governos que foram se sucedendo no período de 2014 a 2021, a julgar pelo comportamento apreciado nos subperíodos, mostrou que a interpretação neoclássica/novo-clássica, que nele prevaleceu, de que ofertantes e demandantes de força de trabalho se ajustam no mercado de trabalho com a escolha pelo desemprego voluntário para os descontentes com o salário real oferecido não se aplica, mas sim que o nível de emprego é determinado a partir do que ocorre no mercado de bens e serviços (KEYNES, 1996).

Isso foi eloquentemente evidenciado, por exemplo, entre 2019 e 2021, mas não apenas. Neste período, em função da queda acentuada da atividade econômica devido às influências decorrentes do período recessivo combinado com as reformas trabalhista e previdenciária, bem como à crise sanitária decorrente do novo coronavírus, não só a oferta de trabalho se reduziu como a demanda de trabalho se tornou mais hostil em relação ao período anterior, o que levou a que parte da força de trabalho tenha abdicado de inserir-se (aumento da PFFT) devido à impossibilidade de ingresso no mercado por desalento, e não por desistência voluntária. Além disso, a continuidade da elevação do EIR (PD) a níveis nunca alcançados em ambos os recortes espaciais demonstra a necessidade imperiosa de ocupação para a população trabalhadora, em um cenário pouco receptivo.

3.1 A ocupação metropolitana em 2022 e o planejamento urbano e regional

Uma vez que a recuperação da atividade econômica pós-recessão tem ocorrido de forma mais lenta do que a observada em episódios anteriores, e que a absorção de maior contingente de força de trabalho pelo capitalista contratante depende da evolução do mercado de bens e serviços, procurou-se avaliar de maneira prospectiva as condições de ingresso no mercado de trabalho no início de 2022. Para tanto, tendo como premissa que há, nos fenômenos econômicos,

relações defasadas que permitem antecipar tendências com o uso de ferramental estatístico adequado, buscou-se avaliar o comportamento da ocupação com base em um indicador de atividade econômica que melhor expressasse a realidade da RMS. Nesse sentido, foram estudados, como mencionado anteriormente, dois indicadores: o IMEC e o IBCR-BA. Uma vez que as séries de ambos os indicadores são mensais, e a ocupação oriunda da PNAD-C é trimestral, procurou-se mensalizar esta última por médias móveis para que se pudesse contar com maior quantidade de informações, respeitando-se os dados trimestrais[48] (Figura 2).

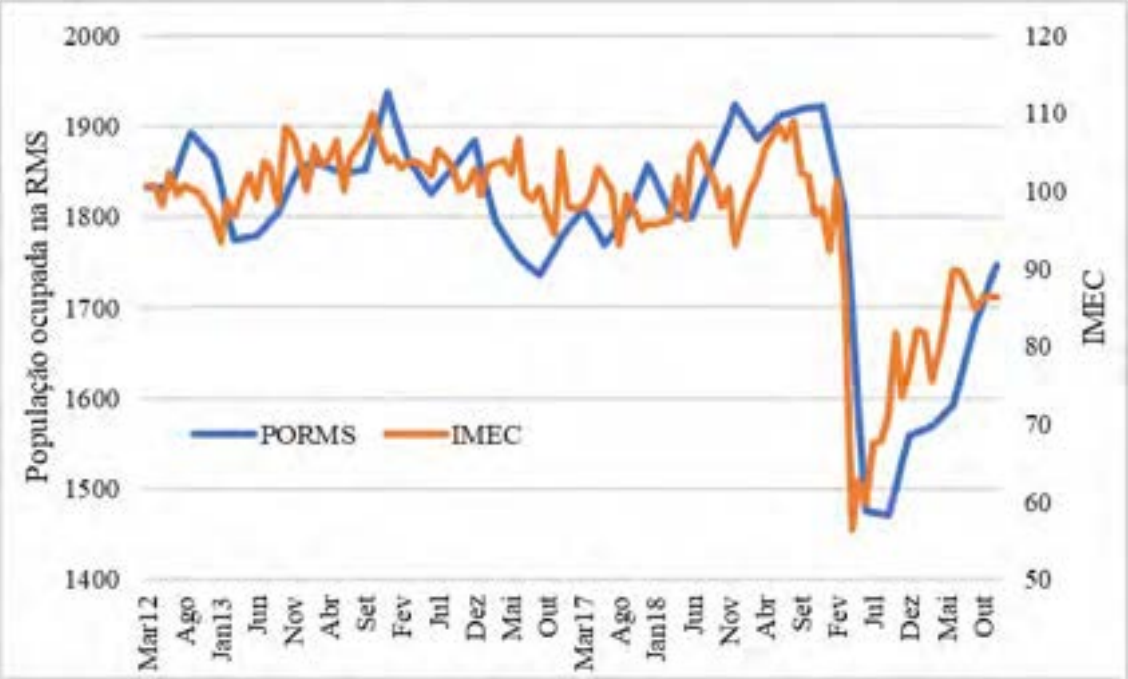


Figura 2 – Número de pessoas ocupadas e Índice de movimentação econômica

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (2022) e SEI (2022).

Elaboração própria

Como mencionado anteriormente, tendo em vista que a atividade industrial está sediada na periferia da capital, o comportamento da ocupação metropolitana demonstrou ser mais sensível à evolução do IBCR-BA do que à do IMEC, conforme Medeiros e Souza (2019) assinalaram. Entretanto, em razão das mudanças ocorridas desde então, com o fechamento de importantes unidades industriais, a ocupação (PORMS) passou a apresentar maior sensibilidade à evolução do IMEC do que à do IBCR-BA, passando a ser mais dependente da cidade de Salvador,

[48] As séries tomaram como referência o período de março de 2012 a dezembro de 2021, num total de 118 observações.

núcleo da RMS.

3.1.1 Modelo de previsão, função de resposta ao impulso e decomposição da variância dos erros de previsão

A observação do comportamento das séries do número de pessoas ocupadas na RMS (PORMS) e do IMEC demonstrou razoável alinhamento (Figura 2), sugerindo na prática o que teoricamente é esperado, que a demanda de trabalho reaja às variações do nível de atividade econômica (KEYNES, 1996).

Com vistas à estimação do modelo de previsão, as séries foram transformadas por meio da aplicação de logaritmos (LPORMS e LIMEC) para que tivessem a mesma unidade de medida, e foram testadas quanto à presença de sazonalidade: somente a ocupação apresentou essa característica, que foi dessazonalizada (LPORMSdes). Um outro aspecto considerado quanto à evolução das séries foi o comportamento atípico ocorrido entre o primeiro e o terceiro semestres de 2020, em razão da crise sanitária, o que requereu a análise da presença de valores discrepantes (*outliers*). A avaliação implementada a partir do método X-13 ARIMA-SEATS demonstrou entre os meses de março e setembro de 2020 uma série de efeitos combinados de *outliers* de diferentes características, que de maneira conjunta se configurou como uma variável de intervenção do tipo *extend pulse*[49]. Assim, com o propósito de captar o efeito causado pela crise sanitária e incorporá-la ao modelo de previsão, foi criada uma variável *dummy* para o período mencionado denominada “Pandemia”.

Cumpridas as etapas mencionadas relacionadas à avaliação do comportamento das séries, foram ambas submetidas ao teste de raiz unitária para observar sua ordem de integração.

As séries foram avaliadas a partir das informações oferecidas pelo critério de informação de Schwarz em nível e diferenciadas (Tabela 4), e ambas se tornaram estacionárias após a aplicação de uma diferença, demonstrando assim caracterizarem-se como diferença estacionária. No passo seguinte, relativo à avaliação se possuem ou não relação de co-integração, previamente se buscou

[49] Para maiores informações sobre os diferentes tipos, ver Margarido (2021).

obter o número de defasagens ideal para a execução do teste de Johansen, e apesar da divergência apresentada pelo critério de Akaike, a escolha por três defasagens indicada pelos outros critérios tomou por base o proposto pelo critério de Schwarz (SBIC), o mais utilizado segundo a literatura de séries temporais (Tabela 5).

Tabela 4 – Defasagens e valor mínimo do critério de informação bayesiano de Schwarz, estatísticas dos testes de raiz unitária e ordem de integração das séries

Séries	Defasagem e valor mínimo do critério de informação bayesiano (SBIC)	Estatísticas			Ordem de integração
		τ_τ (1)	τ_μ (2)	τ (3)	
LPORMSdes					
Em nível	Lag 2 = -6,6943	(6)-3,22	(6)-2,72	-0,26	I(0)
Diferenciada	Lag 1 = -6,6636	(5)-3,83	(4)-3,85	(4)-3,86	I(1)
LIMEC					
Em nível	Lag 1= -2,7203	-2,95	-2,27	-0,33	I(0)
Diferenciada	Lag 0= -2,6950	(4)-12,46	(4)-12,51	(4)-12,56	I(1)

Fonte: Dados do estudo

Notas: (1) Modelo com consntante e com tendência; (2) Modelo com constante e sem tendendência; (3) Modelo sem constante e sem tendência; (4) Significativa ao nível de 1%; (5) Significativo ao nível de 5%; (6) Significativo ao nível de 10%.

Tabela 5 – Número de defasagens para o teste de cointegração de Johansen para variáveis LPORMSdes e LIMEC, segundo os critérios de informação de Akike, Bayesiano de Schwarz e Hanna-Quinn – mar/2012-dez/2021

Defasagem e valor do teste	Critério		
	AIC (1)	SBIC (2)	HQIC (3)
Defasagem	5	3	3
Valor	-10,2913	-9,8983	-10,0991

Fonte: Dados do estudo

Notas: *(1) Akaike information criterion; (2) Schwarz bayesian information criterion; (3) Hannan-Quinn information criterion.*

Obtida a defasagem para a realização do teste de Johansen, procedeu-se à sua execução com base nas estatísticas Traço (*Trace test*) e do Máximo autovalor (*Lmax test*) com as variáveis do estudo, a *dummy* "Pandemia" como regressor exógeno e a inclusão de uma constante sem restrições como termo determinístico[50]

[50] Para mais detalhes, ver Margarido (2020) e Harris e Sollis (2003).

(caso 3), e os resultados se encontram nos Quadros 1 e 2. O teste Traço teve início com a hipótese nula de que não havia nenhum vetor de co-integração (H0: *Rank* = 0), rejeitada devido à probabilidade de ser falsa ser inferior ao nível de significância utilizado (10%) conforme indica o P-valor do teste (0,0%), em favor da hipótese alternativa de que haveria ao menos um vetor (H1: *Rank* > 0)[51]. Da mesma forma, a hipótese nula de que só haveria um vetor de co-integração (H0: *Rank* = 1) também foi rejeitada em favor da hipótese alternativa (H1: *Rank* > 1) de que há mais de um vetor (Quadro 1), ou seja, 2, o mesmo número de variáveis do sistema.

Quadro 1 - Teste de co-integração de Johansen para a estatística $\lambda_{traço}$ entre as variáveis LPORMSdes, LIMEC e Pandemia - MAR 2012-DEZ 2021

H_0: Rank=r	H_1: Rank>r	Autovalor	Traço	P-valor
0	0	0,2591	43,77	0,0000
1	1	0,0775	9,28	0,0026

O mesmo diagnóstico pode ser feito quanto ao teste do Máximo autovalor, que teve início considerando a hipótese nula de que não havia nenhum vetor de co-integração (H0: *Rank* = 0), rejeitada em benefício da existência ao menos um vetor, e que também ocorreu no teste seguinte, no qual a hipótese nula (H0: *Rank* = 1) também foi rejeitada em benefício da hipótese alternativa (H1: *Rank* 1+1) de que há mais de um, ou seja, 2, o mesmo número de variáveis do sistema, como se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Teste de co-integração de Johansen para a estatística λ_{max} entre as variáveis LPORMSdes, LIMEC e Pandemia - MAR 2012-DEZ 2021

H_0: Rank=r	H_1: Rank+r	Autovalor	Máximo autovalor	P-valor
0	0	0,2591	34,49	0,0000
1	1	0,0775	9,28	0,0023

Uma vez que há duas variáveis no sistema (n = 2) e ambos os testes sugeriram a existência de dois vetores de cointegração (r = 2), então o *Rank* (ou posto) é pleno (n = r) e deve-se estimar um VAR com as variáveis em nível. Por contar com duas variáveis, o modelo VAR(2) gera duas equações e as estatísticas respectivas a cada uma com seus parâmetros de avaliação. Entretanto, como nesta

[51] A probabilidade de se cometer o erro do tipo I (rejeitar a hipótese nula de que não há vetor de co-integração e errar) não existe (0,0%), e inferior ao nível de significância de 10%.

investigação o propósito é o de avaliar o ajuste para o número de pessoas ocupadas na RMS (LPORMSdes), então só são mostrados os resultados a ela relacionados (Quadro 3).

Quadro 3 - Modelo VAR(2) para a variável LPORMSdes e medidas de avaliação do ajustamento do modelo - MAR 2012-DEZ 2021

Variáveis	Coeficiente	Erro-padrão	Valor t	P-valor
Constante	0,5223	0,1310	3,99	0,0001
$LPORMSdes^{\nabla}1$	1,3268	0,0932	14,24	1,0E-26
$LPORMSdes^{\nabla}2$	−0,4104	0,0804	-5,11	1,4E-06
$LIMEC^{\nabla}1$	0,0412	0,0138	2,99	0,0035
$LIMEC^{\nabla}2$	−0,0182	0,0139	-1,31	0,1931
Pandemia	−0,0184	0,0043	-4,25	4,6E-05
Média var. dependente	7,4904	D.P. variável dependente		0,0649
Soma resíd. quadrados	0,0054	E.P. da regressão		0,0070
F(5, 110)	1937,94	P-valor (F)		1,80E-105
Rô	-0,1083	Durbin-Watson		2,2148
Medidas de avaliação do ajustamento do modelo				
R-quadrado	0,9888	R-quadrado ajustado		0,9883
Erro quadrático médio	0,0005	Theil U		0,0005
Theil U1		0,0009		
- viés das médias (U^M)		0,00		
- viés das variâncias (U^S)		0,09		
- erro de correlação imperfeita (U^C)		0,91		

Com base nas informações disponíveis, excetuando-se o parâmetro do logaritmo do índice de movimentação econômica defasado em dois períodos (LIMEC∇2), todos os demais se mostraram significativos (a 1%, inclusive), e as medidas de avaliação do ajustamento do modelo foram satisfatórias, com R^2 próximo de 1 e EQM e Índices de Desigualdade de Theil U e U1 próximos de zero, sendo essa a situação desejada, além do que a distribuição dos erros de U1 indicaram resultados próximos ao ideal sugerido por seu criador (THEIL, 1961).

A condição de estabilidade do modelo, por seu turno, avaliada com base nos autovalores da matriz de coeficientes (Figura 3), demonstra que é estável e adequado à previsão porque as raízes se encontram dentro do círculo unitário, apesar da desejada normalidade dos resíduos não se verificar (p-valores inferiores a 10%) como demonstram os resultados dos testes constantes no Quadro 4, sendo este um problema que não afeta o propósito da construção do modelo de previsão.

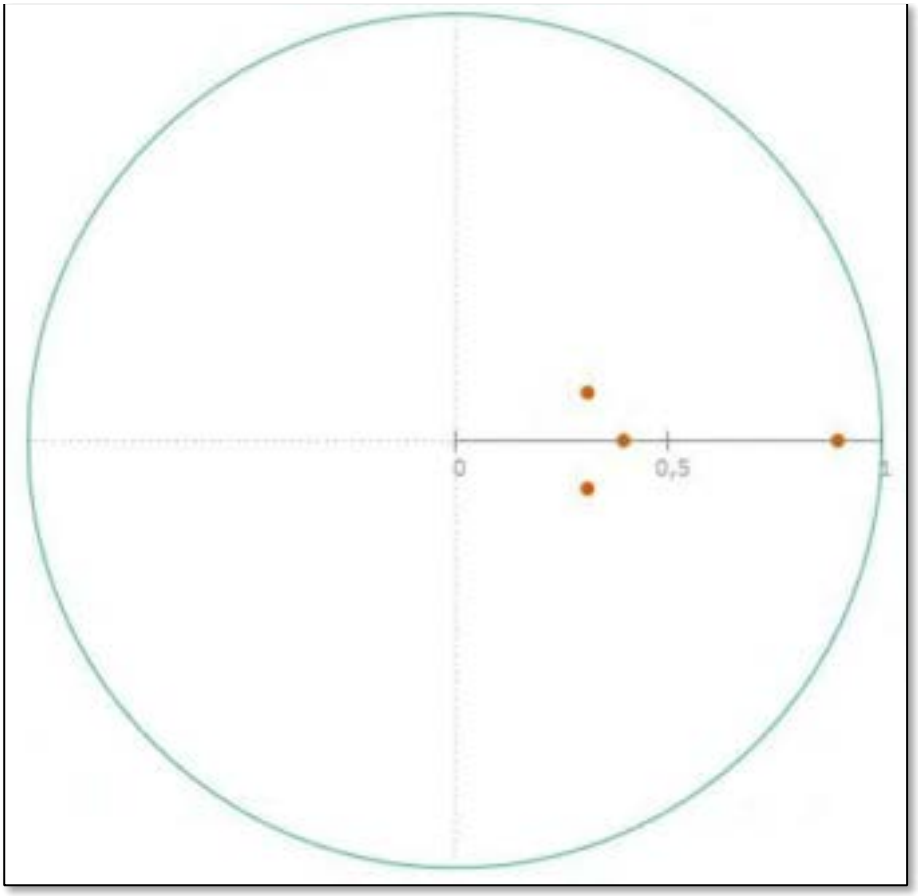


Figura 3 – Raízes da inversa do VAR em relação ao círculo unitário

Fonte: Dados do estudo

Quadro 4 - Testes de normalidade dos resíduos da equação do logaritmo do número de pessoas ocupadas na RMS - MAR 2012-DEZ 2021

Teste	Valor	P-valor
Doornik-Hansen (DH)	152,4470	7,87E-34
Shapiro-Wilk (SW)	0,8349	4,66E-10
Lilliefors	0,1327	0,00
Jarque-Bera (JB)	502,2350	8,73E-110

Por fim, por meio da Função de Resposta ao Impulso (FRI, ou FIR) se procurou observar a influência da atividade econômica (IMEC) no número de pessoas ocupadas da RMS, e o resultado foi condizente com o que teoricamente se esperaria. Conforme demonstrado na representação esquerda da Figura 4, um choque positivo não-antecipado da atividade impulsiona de maneira relevante a

demanda de trabalho com duração de aproximadamente três meses, influência essa que não é permanente e se reduz posteriormente de maneira suave.

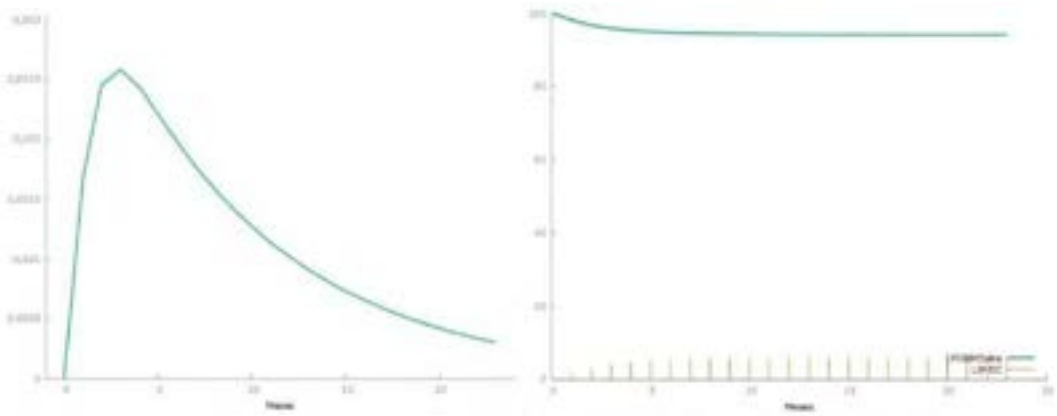


Figura 4 – Função de resposta ao impulso do número de pessoas ocupadas na RMS em relação à atividade econômica e decomposição da variância dos erros de previsão

Fonte: Dados do estudo

Já quanto à disseminação da influência da variação causada no número de pessoas ocupadas na RMS após um choque não-antecipado de um desvio-padrão, como demonstrado na representação à direita da Figura 4, observa-se que após 24 meses 94,1% do valor da ocupação deve-se a ela mesma, cabendo apenas 5,9% da contribuição à atividade econômica, o que mostra que seu impacto inicial é permanente e leva a que as influências se disseminem ao longo do tempo.

3.1.2 Evolução esperada do número de pessoas ocupadas: planejamento urbano e regional e políticas públicas

Após a avaliação do modelo ajustado indicar sua adequação para a previsão do número de pessoas ocupadas na RMS, foram geradas estimativas para a variável de interesse desta investigação doze passos à frente, com o objetivo de antecipar sua evolução considerando suas relações contemporâneas e defasadas com o nível de atividade econômica (Figura 5).

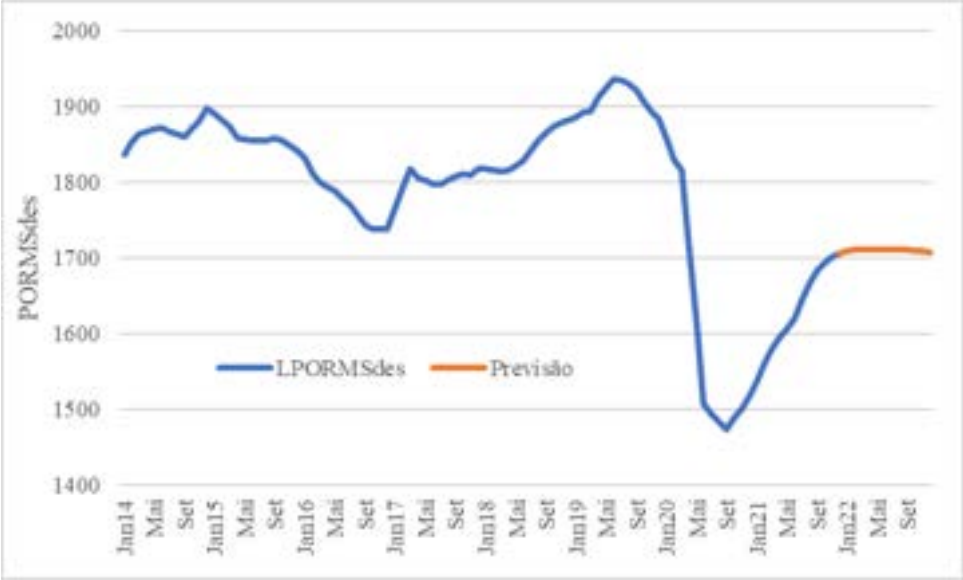


Figura 5 – Previsão do número de pessoas ocupadas na RMS
Fonte: Dados do estudo

Segundo as estimativas oriundas do modelo econométrico ajustado com dados até o fim do ano anterior, a recuperação da ocupação demonstrada em 2021 não se manterá ao longo de 2022, tendendo à estabilidade em termos dessazonalizados devido em grande parte às influências negativas que pairam sobre a atividade econômica metropolitana. Apesar das iniciativas por parte do governo federal de incentivar o consumo com a liberação de recursos sistemáticos desde o último trimestre de 2021, o estímulo à atividade econômica não é sustentável, o que virá causar uma provável interrupção da demanda de trabalho com estagnação da ocupação. Além disso, os últimos aumentos consecutivos da taxa de juros virão cobrar seu preço deprimindo a atividade econômica, e como efeito secundário, na ocupação. Tal situação causará maior pressão social, uma vez que o estoque de força de trabalho que perdeu emprego devido à crise sanitária e econômica decorrente continuará pressionando o mercado de trabalho em busca de ocupação.

Além disso, tendo em vista as mudanças ocorridas na participação regional da atividade econômica, com perda relevante de unidades industriais na periferia da capital, o contingente dispensado das empresas virá se deslocar em direção ao núcleo da RMS em busca de sobrevivência, o que exigirá do poder público planejamento urbano condizente para lidar com as necessidades que virão se manifestar, bem como repensar regionalmente os estímulos à realocação ou criação

de novas atividades fora da capital para reter a mão de obra que ofertará força de trabalho na capital. Em termos do mercado de trabalho, a criação de políticas públicas ativas e passivas alinhadas à assistência social necessária aos desempregados ganhará urgência. Como já se tem observado, a maior liberdade dada ao capitalista contratante para dar continuidade à acumulação de capital a partir da flexibilização do mercado de trabalho decorrente da Reforma Trabalhista, levará a que a força de trabalho se veja cada dia mais em condição precária e vulnerável, dada a legislação nociva à realização da humanidade do trabalhador em benefício de maior extração de mais-valia para o empregador.

4. Considerações finais

A formação socioespacial singular da RMS, com oito em cada dez integrantes da força de trabalho metropolitana ainda residentes na capital, apesar dos esforços de distribuição da atividade econômica na periferia, leva a que a mobilidade pendular consuma parte do tempo que deveria ser dedicado à reprodução da força de trabalho cotidianamente. Além disso, e por força da necessidade em vender-se para sobreviver, o EIR, que leva a que historicamente a taxa de desocupação da RMS seja uma das maiores do Brasil, busca incessantemente uma ocupação. Desde antes, mas de maneira pior após a entrada e saída da recessão recente e na crise presente, tal ocupação tem se tornado não só difícil quanto cada vez mais precária, com maior prejuízo para os residentes do entorno da capital.

Se, dadas essas condições, se adicionam a opção de política econômica de 2015 sem compromisso com o gradualismo conforme as decisões de orientação liberal, e a entrada em vigor da Reforma Trabalhista em fins de 2017, vê-se que, no conjunto, apesar do discurso político sugerir o contrário, as ações buscaram levar ao limite, e ainda além, a superexploração do trabalho para a extração de excedentes dos trabalhadores em volumes cada vez maiores tem sido o projeto político que se beneficiou da crise sanitária para reduzir salários e aumentar a vulnerabilidade da força de trabalho. A julgar pelas estimativas para o comportamento da ocupação na RMS ao longo de 2022, o excedente de mão de obra não encontrará condições dignas para reinserção no mercado de trabalho na quantidade necessária. Por outro

lado, uma vez que as influências sobre a atividade econômica e seus efeitos secundários na ocupação evoluem sistematicamente, sugere-se a atualização do exercício preditivo realizado nesta investigação à medida que a realidade se impuser, como ferramenta de planejamento urbano e regional em apoio à gestão metropolitana.

Tal é o intento dos agentes do arranjo capitalista flexível-neoliberal, que, em defesa dos interesses do capital, se valem da posição que ocupam para sugerir e deliberar por seu aprofundamento. Aos *policy makers* de perfil técnico e cônscios da necessidade de uma relação capital-trabalho mais equilibrada, cabe sugerir opções que apoiem o planejamento urbano e regional, bem como ações sociais que compensem a insensibilidade neoliberal, que, no limite, virão esgarçar o tecido social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, José S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 49-67, jun. 2000.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR). *Índice de Atividade Econômica Regional em 2021*. 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202202/br202202b4p.pdf . Acesso em: 18 out. 2022.

BORGES, Ângela. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social*: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano*: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em: 17 out. 2022.

COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS (CODACE). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), 27 maio 2009.

DIAS, Patricia Chame. *Trabalho e lazer na metrópole*: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Salvador. 2016. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FRANCO, Daniela Cerqueira *et al*. O mercado de trabalho metropolitano: retirando o foco de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 15, n. 4, p. 427-440, mar. 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GUJARATI, Damodar N. *Basic Econometrics*. New York: McGraw-Hill, 3rd ed. 1995.

HARRIS, Richard I. D. *Cointegration analysis in econometric modelling*. London: Prentice Hall, 1995. 176p.

HARRIS, Richard I. D.; SOLLIS, Robert. *Applied time series modeling and forecasting*. England: John Willey & Sons, 2003. 302 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto dos Municípios: Tabelas*. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas. 2019. Acesso em: 17 out. 2022.

JOHANSEN, Soren; JUSELIUS, Katarina. Maximum likelihood estimation and inference on cointegration with applications to the demand for money. *Bulletin of Economics and Statistics*, Oxford, v.52, n.2, p.169-210, 1990.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Organizadores: José Dari Krein, Denis Maracci Gimenez, Anselmo Luis dos Santos. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

LÜTKEPOHL, Helmut. *A new introduction to multiple time series analysis*. Berlin: Springer-Verlag, 2005.

MACKINNON, James G. Critical values for cointegration tests. In: ENGLE, Robert F.; GRANGER, W. J. *Long-run economic relationships*: readings in cointegration. New York: Oxford University Press, 1991.

MARGARIDO, Mario Antonio. *Teoria e aplicações de modelos de séries temporais em economia*. São Paulo: Independente, 2020.

MARGARIDO, Mario Antonio. *Modelos de séries temporais*: teoria e prática com aplicações no software Gretl. São Paulo: Pezco Editora, 2021. 358 p.

MARGARIDO, Mario Antonio; BARROS, Geraldo S. C. Transmissão de preços agrícolas internacionais para preços agrícolas domésticos no Brasil. *Agricultura São Paulo*, SP, 47(2), p. 53-81, 2000.

MARGARIDO, Mario Antonio; TUROLLA, Frederico A.; FERNANDES, J. M.. Análise da elasticidade de transmissão de preços no mercado internacional de soja. *Pesquisa & Debate*, SP, v. 12, n. 2(20), p. 5-40, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. *Trabalho e desenvolvimento regional*: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro. 2018. 241 f. Relatório (Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador-Unifacs, Salvador, 2019.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Previsão e planejamento: antecipando a tendência do emprego formal na cidade do Rio de Janeiro em 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20100401, abr. 2010. Disponível em: http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=37716903ab5640a29322221bcbd99cda. Acesso em: 22 jun. 2010.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. *Indicador antecedente para a economia carioca*. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de; SOUZA, Laumar Neves de. *Evolução espacial do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador nos anos 2010*: um exercício de antecipação. ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., Salvador. Anais... Salvador, UFBA, 2019.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, jan./abr. 2017.

OSTERWALD-LENUM, Michael. A note with quantiles of asymptotic distribution of the maximum likelihood cointegration rank test statistics, *Bulletin of Economics and Statistics*, Oxford, v.54, n. 3, p.461-72. 1992.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD-C). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgações estruturais e especiais.* 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas. Acesso em: 17 out. 2022.

RAO, B. Bhaskara. Editor’s introduction. In: RAO, B. Bhaskara. *Cointegration for the applied economist*. New York, ST. Martin’s Press. 1994.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Salvador e sua região metropolitana: mudanças recentes, conflitos e perspectivas institucionais. *GeoTextos*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 13-40, dez. 2015.

SIMS, Christopher A. Macroeconomics and reality. *Econometrica*, v. 48, p. 1-48, jan. 1980.

SOUZA, Laumar Neves de. *Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS*. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, Laumar Neves de; DIAS, Patrícia Chame; RODRIGUES, Flávia Santana. Estudo dos municípios da metrópole baiana a partir de alguns indicadores do mercado de trabalho. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 11, n. 20, p. 41-55, jul. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Geoinformação*. Salvador, BA, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (SEI). Índice de Movimentação Econômica (Imec). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=284. Acesso em: 17 ago. 2022.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

THEIL, Henri. *Applied economic forecasting*. Amsterdam: North-Holland, 1966. 474 p.

THEIL, Henri. *Economic forecasts and policy*. Amsterdam: North-Holland Pub. Co., 1961.

AGLOMERAÇÃO E POLARIZAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DA BAHIA

Lucas Gonçalves Souto[52]

Rondinaldo Silva das Almas[53]

1. Introdução

O setor de serviços desempenha expressiva participação na economia em comparação aos outros setores. Segundo dados do Banco Mundial (2020), o setor respondeu por 61,2% da economia mundial no ano de 2018. No Brasil, segundo a pesquisa trimestral realizada pelo IBGE (2018), no ano de 2017 os serviços responderam por 73,3% do PIB a preços básicos.

Os serviços englobam uma série de atividades econômicas como educação, saúde, artes, atividades administrativas, dentre outros. Muitos autores discutem o papel do setor na economia, tratando de temas como a sua definição e discussões a respeito de sua produtividade ou improdutividade.

Alguns autores, de maneira a auxiliar na identificação dos serviços, elencam características comuns nessas atividades: em sua maioria, os serviços são difíceis de serem transportados; normalmente envolvem contato direto entre consumidor e produtor; são intangíveis; e os seus usuários têm de se deslocar para algum lugar onde encontre a atividade que demanda.

A aglomeração e a polarização econômica de uma atividade econômica é centro de discussão de diversos autores, que procuram entender de que maneira esses fenômenos surgem e quais os seus efeitos para a economia regional. Assim, esses fenômenos têm grande ligação com o setor dos serviços, já que, dadas as principais características do setor (intangibilidade, inestocabilidade, intransportatividade e intensa relação produtor-comprador), há necessidade de deslocamento do consumidor até o local onde o serviço é oferecido, o que favorece a aglomeração e a polarização econômica, notadamente quanto à variável renda.

[52] Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: lucasgsouto1@hotmail.com

[53] Doutor em Planejamento Regional pela Universidade de Barcelona. Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB). E-mail: rondinaldo.silva@uesb.edu.br.

Analisando os dados da Bahia, no ano de 2017, o setor de serviços foi responsável por 70,85% do PIB em valores correntes (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020) e por 81,16% dos empregos formais (BRASIL, 2022). Assim, considerando a relevância deste setor para a economia baiana, o objetivo deste trabalho foi identificar e analisar as aglomerações de serviços no estado, buscando entender, na literatura econômica, o conceito dos serviços e suas características, e os principais aspectos teóricos inerentes à aglomeração e à polarização econômica.

Admitiu-se como hipótese básica que regiões com aglomerações de serviços desempenham uma função polarizadora ao atrair renda e população das demais regiões menos especializadas. A fim de identificar as aglomerações de serviços na Bahia, foi aplicado o Índice de Concentração normalizado (ICn), desenvolvido por Crocco e outros (2006), que utiliza em sua formulação outros três indicadores de especialização produtiva (QL, HHm e PRe). Considerando que cada um desses índices tem distinta capacidade de representar as forças aglomerativas, o ICn utiliza a análise dos componentes principais para cálculo do peso de cada índice para atingir o resultado final.

Os dados utilizados para cálculo do ICn foram obtidos através de duas fontes. Foram utilizados informações de número de vínculos empregatícios fornecidos pela Relação Anual de Informações Anuais (RAIS) (BRASIL, 2022) e o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) municipal realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2020).

2. Conceitos e espeificidades do setor de Serviços

Existem diferentes conceitos contemporâneos a respeito dos serviços. No Brasil, predominam as concepções de Kon (2004) e Meirelles (2006). A abordagem teórica de Meirelles (2006, p. 130, grifo do autor) afirma que “[...] a natureza específica das atividades de serviço reside no fato de serem essencialmente *realização de trabalho* — independentemente das características formais do processo produtivo ou do produto resultante deste processo”. Dessa forma, a autora encara os serviços em sua essência como trabalho e, logo, estes podem ocorrer em todos os setores da economia.

A autora extrai três postulados da hipótese de que serviço é realização de trabalho: i) o serviço pode ser realizado não apenas por recursos humanos (trabalho humano) mas também por máquinas e equipamentos (trabalho mecânico), logo, não se enquadram somente como atividades de serviços aquelas intensivas em recursos humanos mas também aquelas identificadas como capital-intensivas; ii) serviço é trabalho em processo, ou seja, trabalho em ação e, portanto, o resultado desse trabalho pode ser um bem tangível ou não, físico ou uma informação, sendo que o importante para caracterizar o serviço é a realização de trabalho; iii) todo serviço é trabalho, mas nem todo trabalho é serviço, o que significa que não existe uma relação biunívoca entre trabalho e serviço podendo haver, dessa forma, serviço em potencial em todas as etapas dos processos econômicos onde se realiza trabalho (MEIRELLES, 2006).

Por sua vez, Kon (2004) destaca duas óticas diferentes na definição das atividades de serviços. A primeira refere-se ao conjunto de unidades de produção que atua para oferecer um serviço e que estatisticamente equivale a um ramo ou setor de produção. Num segundo momento a segunda ótica encara as ocupações de serviços nos demais ramos de atividade econômica, podendo ser encontrados tanto na agropecuária quanto na indústria, sendo possível enquadrar o conceito de Meirelles (2006) nesta última ótica.

Posto isso, Kon (2004, p. 25) define os serviços como as “[...] atividades econômicas que produzem utilidades relativas a tempo, lugar, forma, e benefícios psicológicos”. Como exemplo, Kon (2004) cita, dentre outros, o caso do serviço doméstico que poupa o tempo de quem o contrata e, também, o caso da loja de departamento que dispõe os bens em um local frequentado mais facilmente pelo consumidor. Ao final, conclui que “[...] as atividades de serviços tanto facilitam a produção e a distribuição de bens quanto atendem a necessidades da vida pessoal dos indivíduos” (KON, 2004, p. 25).

Kon (2004) também ressalta que as recentes transformações tecnológicas foram responsáveis por alterar algumas características do setor de serviços, tais como a intensidade de trabalho em alguns gêneros de serviços e localização dos serviços. Dessa maneira, por conta do surgimento das novas tecnologias, alguns tipos de serviços assumem processos mais dependentes de máquinas e

equipamentos, enquanto outros ainda são vinculados ao capital humano, exemplificado, respectivamente, pelos serviços de comércio por meio de máquinas automatizadas de venda e os serviços profissionais, de mão de obra qualificada e não qualificada, respectivamente.

Em segundo lugar, devido ao avanço dos meios de comunicação, aumentaram as possibilidades de contato entre produtor e consumidor por longas distâncias, podendo ser citados diversos exemplos, como o comércio eletrônico, os serviços bancários realizados digitalmente, dentre outras assessorias realizadas pela internet (KON, 2004). Meirelles (2006), por outro lado, argumenta que existem abordagens diferentes na classificação dos serviços e estas se baseiam na sua oferta — as características da produção e de seu produto — ou na sua demanda, ou seja, as funções desempenhadas pelo setor e a qual público se destinam.

Com base na oferta, as características principais são: o fluxo, variedade e uso intensivo de recursos humanos. Como fluxo, a produção e consumo dos serviços ocorre simultaneamente e, com base nesse conceito, resultam outros: a inestocabilidade, ou seja, o serviço é consumido tão logo é gerado; e a intangibilidade, isto é, os serviços são bens intangíveis, acontecem por meio de um valor agregado a um objeto ou pessoa. Assim, pode-se entender que os serviços são de difícil mensuração, principalmente, por não ser possível medir a sua produtividade por meios quantitativos, somente por sua qualidade (MEIRELLES, 2006).

A segunda característica citada, a variedade, refere-se à diversidade com que os serviços podem ser produzidos, bem como às diferentes margens de lucros que as empresas de serviços podem apropriar. Por fim, relativamente ao uso intensivo de recursos humanos, refere-se à predominância do uso deste fator no setor dos serviços, apesar do progresso técnico ter conquistado mais espaço na sua produção, e, sobretudo porque os serviços constituem uma atividade interativa, sendo realizada por meio de contato entre o produtor e o consumidor do serviço (MEIRELLES, 2006).

3. Abordagens teóricas da Economia Regional

Considerando que o presente trabalho consiste em uma investigação sobre um setor de atividade econômica (os serviços) e sua possível configuração aglomerativa e polarizadora, serão feitas, inicialmente, análises dos principais elementos teóricos da economia regional que possam auxiliar na compreensão do fenômeno. As principais teorias de Economia Regional conhecidas surgiram no contexto do século XX e seus autores as desenvolveram em razão de suas insatisfações com as ideias preponderantes de desenvolvimento regional dominantes à época.

3.1 François Perroux e a Teoria dos Polos de Crescimento

Perroux (1977) observa que na economia ocorre o surgimento e o desaparecimento de indústrias e também a variação dos fluxos de produção industrial que se alteram ao longo do tempo e de maneiras diferentes em cada região. Assim, refuta o crescimento como algo equilibrado e homogêneo. Em resumo, o autor afirma que "[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda a parte. Ao contrário manifesta-se em pontos ou pólos [*sic*] de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia" (PERROUX, 1977, p. 146).

No desenvolvimento de sua teoria dos polos de crescimento, o autor destaca o papel da indústria motriz na economia, caracterizada por taxas de crescimento de seu próprio produto superiores à taxa de crescimento do produto global, sendo também responsável por influenciar na criação de uma relação de interdependência com as outras indústrias, já que suas ações em busca de lucro, tanto ao comprar ou vender no mercado de fatores, são relevantes e afetam a si mesma e às outras indústrias no mercado de bens e fatores de produção e, portanto, na tomada de decisões ao buscar o lucro (PERROUX, 1977).

As contribuições percebidas da indústria motriz na economia incluem: a sua própria participação na economia global; o suplemento no produto das outras indústrias que induz no ambiente; e, o mais importante, a sua capacidade de suscitar imitações e constituir exemplo para outras firmas, que resultam em iniciar mudanças

institucionais, a exemplo de flexibilizações jurídicas e políticas públicas (PERROUX, 1977).

Em seu estudo, Perroux (1977) analisa o complexo industrial, que é formado por firmas de diferentes ramos e que mantêm uma interação entre si, sendo fornecedoras e consumidoras umas das outras. Ao observar o complexo industrial, o autor chama a atenção para a relação estabelecida entre essas unidades, por meio de cooperação ou conflito nos seus objetivos, que acaba por exercer influência nas vendas de mercadorias e compra de serviços e, consequentemente, sobre os preços. O resultado dessa interação, segundo o autor, provoca a expansão e o crescimento dos complexos industriais (PERROUX, 1977).

Após verificar os elementos-chave para o crescimento do complexo industrial, o autor identifica um elemento que contribui para o crescimento destes é a "aglomeração territorial". Segundo Perroux (1977, p. 154) em um

> [...] pólo [*sic*] industrial complexo, geograficamente aglomerado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos. A aglomeração industrial-urbana suscita tipos de consumidores com padrões de consumo diversificados e progressivos [...] Necessidades coletivas (habitação, transporte, serviços públicos) emergem e se encadeiam. Rendas da terra vêm somar-se aos lucros dos negócios. No âmbito da produção, tipos de produtores (empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais) formam-se e mutuamente se influenciam, criam suas tradições e eventualmente participam do espírito coletivo.

Em resumo, a aglomeração territorial contribui ao acrescentar novas atividades econômicas como construção civil e serviços públicos, intensificando o crescimento econômico do centro urbano em questão.

Conforme manifesta o autor, a partir de um polo industrial aglomerado que conta com concentração de recursos humanos e capitais fixos, dá-se origem a outros centros urbano-industriais. Com a interação desses centros, os efeitos estendem-se também para outras regiões, verificando-se uma ampliação nos horizontes econômicos dos polos de crescimento. Por fim, os polos de crescimento podem ser resumidos da seguinte forma:

> [...] um grupo de indústrias inter-relacionadas através de suas ligações de insumo-produto, a partir de uma indústria principal, aglomeradas geograficamente. As inovações surgiriam a partir da indústria principal, e seriam induzidas ao restante do grupo, que cresceria em ritmo mais forte do que as indústrias estranhas à aglomeração (ALMAS, 2014, p. 73-74).

É possível concluir que o crescimento econômico para Perroux ocorre de maneira heterogênea entre as regiões, marcado principalmente por uma concentração dos fluxos econômicos nos polos de crescimento. Nas palavras de Perroux (1977, p. 155):

> O crescimento do mercado no espaço [...] é precisamente o contrário do crescimento igualmente distribuído: opera-se por concentração dos meios em pontos de crescimento no espaço, de onde se irradiam, em seguida, correntes de trocas.

Ao final, é possível inferir da teoria de Perroux (1977) que o crescimento econômico não ocorre de maneira homogênea entre as regiões. Antes, acontece por meio de uma polarização da atividade econômica nas regiões que apresentem as melhores condições. Além disso, o crescimento das atividades de serviços se intensifica à medida que a aglomeração aumenta, sendo elas também responsáveis por aumentar o processo de aglomeração, estabelecendo assim um círculo virtuoso.

3.2 Douglass North e a Teoria da Base de Exportação

O contexto teórico em que a Teoria da Base de Exportação de North (1977) foi elaborada era do desenvolvimento econômico em estágios, teoria que tinha Hoover e Fischer (1977) como os principais expoentes. North (1977), por sua vez, percebeu que embora a teoria do desenvolvimento regional em estágios era aplicável ao contexto econômico da Europa, não era suficiente para explicar o desenvolvimento econômico das regiões do Pacífico Noroeste e dos Estados Unidos, já que, em seus estágios iniciais, estas economias não se basearam na subsistência, mas se desenvolveram por meio de relações capitalistas marcadas principalmente pela produção de artigos primários para o comércio exterior.

Dessa forma, o autor propôs elaborar uma nova teoria que fosse correspondente com a realidade percebida por ele. O ponto de partida para a teoria de North (1977) foram os *insights* oriundos dos estudos de Harold Innis[54] sobre a economia canadense, em que o autor ressaltou a relevância dos produtos primários exportáveis.

[54] Innis, Harold A. "The Importance of Staple Products." (1930). Approaches to Canadian Economic History, ed. W. T. Easterbrook and Melvin H. Watkins. Toronto: McClelland and Stewart, 1967.

Apesar do termo se referir aos produtos primários como recursos cultivados ou extraídos da natureza, North (1977) não exclui os produtos dos setores secundário e terciário. Assim, para não descartar os produtos industriais ou as atividades dos serviços como componentes da base de exportação, o autor utiliza o termo produto (ou serviço) de exportação para se referir ao item individual e o termo base de exportação quando se refere ao conjunto de itens exportáveis que são base da economia.

Definidos esses conceitos, North (1977), em análise da base de exportação, identificou que as economias buscavam formas de reduzir os custos da produção, sobretudo, os custos de transferência. Nesse sentido, por meio de financiamento privado ou do governo eram realizados esforços para construção de rodovias, portos e ferrovias, tomando por objetivo a finalidade de reduzir os custos e, assim, tornar os produtos mais competitivos para o comércio entre regiões.

Além dos esforços despendidos para redução dos custos de transferência, a base de exportação era responsável por proporcionar diversas transformações em toda a economia regional a exemplo do "[...] desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares" (NORTH, 1977, p. 301). Tais melhorias realizadas na economia também tinham como resultado externalidades positivas para a produção de outros artigos de exportação, tornando a sua produção mais competitiva.

Os efeitos da base de exportação para a economia local estendem-se para a formação e desenvolvimento dos centros comerciais que acabam tornando-se também em origem das exportações e destino das importações. Dessa maneira, segundo North (1977), os centros urbanos crescem com base nas vantagens locacionais, entendidas nesse caso como os menores custos de transferências e processamento dos artigos de exportação. Após esse processo, surgem outras atividades para subsidiar a indústria de exportação, como indústrias fornecedoras de matéria-prima e atividades de serviços financeiros.

Analisando a teoria de base de exportação de North (1977) é possível observar que o aspecto fundamental para o crescimento de uma região trata-se de sua base de exportação. Desse modo, o sucesso de uma região dependerá da

demanda dos seus produtos (ou serviços) de exportação, podendo ser influenciado por um aumento na renda na área do mercado ou numa mudança nos gostos ou preferências dos consumidores externos à região. Outro aspecto que pode influenciar no desenvolvimento regional é uma melhoria em sua posição dos custos de processamento ou de transferência, logo, dos produtos de exportação em relação às regiões competidoras.

Assim, o autor cita as principais razões para o êxito ou fracasso da base de exportação de uma região. São elas: a mudança na demanda exterior à região; a disponibilidade de um recurso natural (em abundância ou escassez); os custos de terra ou trabalho em relação aos de uma região competidora; e as mudanças tecnológicas que alteram a composição relativa dos insumos (NORTH, 1977).

A exemplo do estudo de Perroux (1977), outra proposição importante para North (1977) é de que as regiões crescem de maneira desigual, sobretudo, considerando que um aumento (ou redução) na demanda dos produtos de exportação de uma região, que podem ocorrer por diversos fatores, têm efeitos sobre toda a economia regional, ao induzir ou retrair investimentos.

3.3 A Teoria dos Lugares Centrais de Christaller

Outra contribuição importante para o estudo da economia regional foi a do geógrafo alemão Walter Christaller que, em seu livro *Central Places in Southern Germany* (1933), buscou formular uma teoria que demonstrava haver um padrão econômico no tamanho, distribuição e povoamento das cidades (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

A teoria de Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) foi elaborada a partir de alguns conceitos. O primeiro deles trata do alcance ou raio de ação de consumo e significa a distância que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem. Esse alcance poderá variar a depender da distância do consumidor para o centro urbano que comercializa o determinado bem, pois nesse caso, estão implicados os custos de transporte, que reduzirão a capacidade de consumir do sujeito que estiver mais distante do centro.

O segundo conceito trata-se do limiar mínimo e envolve a procura mínima que um determinado bem apresenta sem incorrer em prejuízos ao fornecedor. A partir dessa definição, Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) classifica os bens e serviços naqueles com menor limiar mínimo, como armazéns e lojas de conveniência, ofertados em número maior de localidades centrais e, portanto, “bens de ordem inferior”; e os bens e serviços com alto limiar mínimo, como joalherias e lojas de pele, ofertados em um número reduzido de lugares centrais e, portanto, “bens de ordem superior”. Tendo em vista que o consumidor se desloca ao centro mais próximo que lhe fornece um bem, o limiar mínimo, num sentido espacial, poderia ser traduzido num mapa como a dimensão mínima da área de mercado necessária para que haja lucro.

Com base nos conceitos elaborados, Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) definiu que a distribuição dos centros urbanos ao longo do espaço ocorre de maneira que as suas áreas de influência formam hexágonos regulares para atender aos consumidores, resultando em uma estrutura semelhante a uma colmeia, conforme ilustrado na Figura 1.

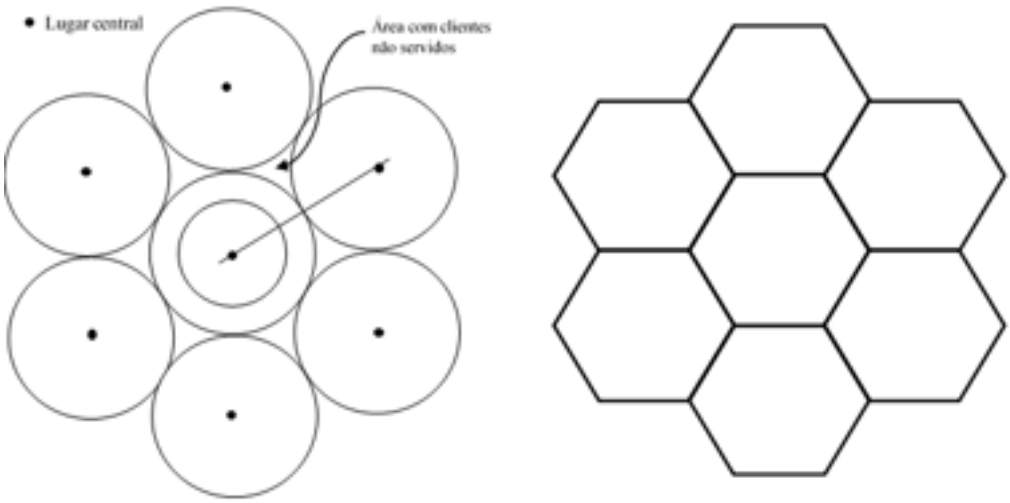


Figura 1 – A formação dos hexágonos de Christaller

Fonte: Monasterio e Cavalcante (2011)

No caso de uma estrutura com círculos, haveria espaços vagos, em que alguns centros não seriam atendidos. Por outro lado, a estrutura dos hexágonos permitiria que os seguintes princípios fossem atendidos: minimização do número de centros, minimização dos custos de transporte para os consumidores, e minimização

das áreas que são compartilhadas por mais de um ofertante. Além disso, todo o espaço seria coberto com áreas de mercado hexagonais em que os ofertantes estariam localizados em seus centros (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

A partir disso, Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) classifica os centros urbanos em quatro ordens: superior, média, inferior e mais baixa. Aqueles de ordem mais baixa oferecem um conjunto de bens de ordem mais baixa, e sua área de mercado é igual à área mínima do bem que tiver o limiar mais alto. Levando em consideração que essa regra ocorre para os níveis de ordem subsequentes, um bem com limiar maior não poderá ser encontrado em centros de ordem mais baixa, somente em centros de ordem elevada. Por fim, no centro de limiar mais elevado, são ofertados todos os bens que não são encontrados nos centros de ordem inferior.

Na Figura 2, é possível visualizar a ordem dos centros e as suas respectivas áreas de mercado. Conforme apresentado anteriormente, os centros de ordem superior apresentam as maiores áreas de mercado e tem distância equivalente entre os centros de mesma ordem.

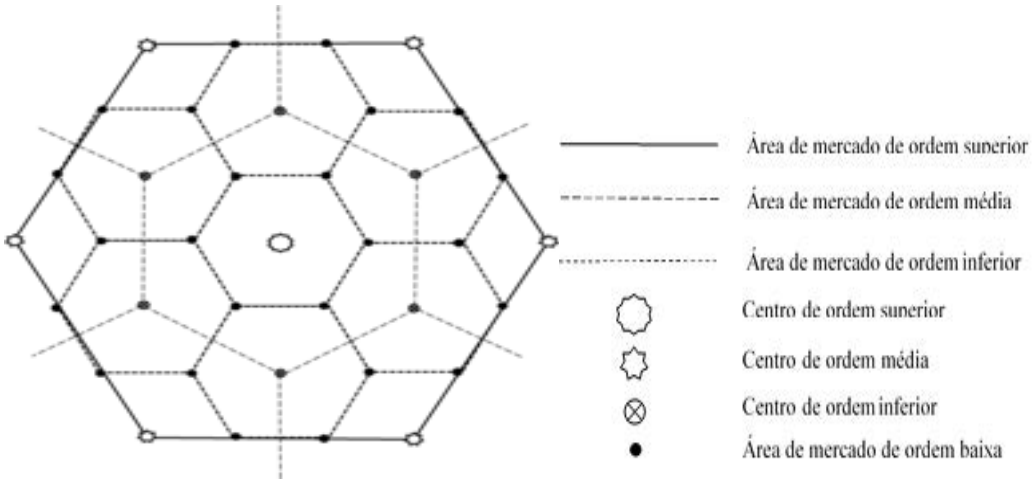


Figura 2 – Ordens de centros e áreas de mercado associadas

Fonte: Bradford *et. al*. (1987)

Ademais, Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) acrescenta que a ordem dos centros teria influência sobre a distribuição populacional, de maneira que os centros de ordem superior, por ofertarem uma maior variedade de bens e serviços, empregariam um maior número de pessoas e, consequentemente, apresentariam uma maior população.

Desse modo, a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987) pode ser resumida pelo raio de ação de um bem e de que maneira esse raio influencia na distribuição espacial e hierárquica dos centros urbanos. Apesar do rigor da teoria de Christaller (1933, *apud* BRADFORD *et. al*., 1987), a sua teoria trouxe como principal contribuição a ideia da hierarquia entre os centros urbanos exercida a partir de suas áreas de mercado.

3.4 Uma breve revisão dos conceitos

Com base nos conceitos e teorias vistos nas seções anteriores, vale ressaltar alguns elementos que serão considerados para a análise das próximas seções. Na perspectiva das contribuições de autores brasileiros, foram vistas as definições de serviços segundo as visões de Kon (2004) e Meirelles (2006), em que a primeira vê a atividade como uma forma de produzir utilidades relativas a tempo, lugar, forma, e benefícios psicológicos, enquanto a segunda observa os serviços como uma realização do trabalho.

Além dos conceitos analisados, de maneira geral foram observadas diversas características comuns aos serviços. Kon (2004) resumiu as principais delas sendo: materialidade, efemerialidade, interação consumidor-produtor, intensidade do trabalho, localização, eficiência e estocagem. Tais características são fundamentais para definir as características de aglomeração e polarização do setor de serviços.

Tendo em vista as características de imaterialidade, efemerialidade, interação consumidor-produtor e inestocabilidade, os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente, o que requer que o consumidor tenha de se mover ao local onde a atividade é ofertada. Esse fator tem por consequência o papel polarizador dos serviços, pois considerando a viabilidade econômica da atividade, os serviços tendem a ser localizados em centros urbanos, onde maior número de consumidores poderá ter acesso a eles.

Analisando esse aspecto, as teorias de economia regional examinadas trazem contribuições importantes ao fornecer elementos capazes de interpretar o papel polarizador dos serviços. Os fatores analisados em cada teoria são capazes de explicar os determinantes locacionais das atividades dos serviços, tomando por

base a dinâmica das aglomerações econômicas.

A Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1977) agrega ao trazer o conceito de que as regiões se desenvolvem a partir de centros urbanos que concentram recursos humanos e capitais fixos. Nota-se que, para esse autor, o desenvolvimento ocorre de maneira heterogênea, considerando que os fluxos econômicos tendem a se concentrar nos polos de crescimento.

North (1977) introduz por meio da teoria da base de exportação, o entendimento de que as regiões se desenvolvem com base na especialização produtiva em algum bem ou serviço que produza e no qual apresente vantagens locacionais. Assim, no caso dos serviços, essa teoria ajuda a entender de que forma a especialização em uma atividade contribui para o crescimento de uma região.

Por fim, Christaller (1933) contribui através de sua Teoria dos Lugares Centrais ao analisar os aspectos que envolvem a determinação do centro de uma região. Esse conceito contribui no entendimento de que as regiões tendem a concentrar seus fluxos econômicos em centros urbanos devido a fatores como a demanda pelo bem ou serviço na região e os custos com deslocamento.

Com base nas teorias analisadas e nas características dos serviços, tem-se que essa atividade e suas aglomerações são responsáveis por influenciar na formação de centros regionais. Essa compreensão é a base para a análise proposta neste trabalho que utiliza método quantitativo de análise regional para identificar os principais municípios com maior capacidade de polarização econômica no estado da Bahia, a ser desenvolvido nas próximas seções.

4. Aspectos gerais da Economia Baiana

4.1 Histórico da Economia Baiana

A Bahia durante o período colonial foi centro político e econômico do governo instalado no território brasileiro, passando por diversos ciclos econômicos até meados do século XX, dentre eles o açúcar, o cacau e o algodão. Cada um desses ciclos marcou um período específico da história baiana, trazendo diversos efeitos para a dinâmica do estado, tanto econômicos quanto sociais.

Conforme Araújo (2000), que trata da Bahia durante o período colonial, a economia do estado produzia bens para exportação e, por isso, era significativamente dependente da demanda externa. A dinâmica econômica baseada na produção de bens para exportação permaneceu até meados do século XX. No início do século XX, a indústria era incipiente, contando apenas com a manufatura do açúcar refinado, produtos do fumo e a tecelagem.

Ao analisar a conjuntura apresentada, Pinto de Aguiar (2020) denominou o atraso econômico da Bahia como o “enigma baiano”, tendo em vista que o estado era rico em recursos naturais e humanos em comparação com outras regiões, mas estava atrasado industrialmente. O autor identificou que as principais razões para o atraso na industrialização baiana eram: causas institucionais, crédito escasso, técnica atrasada, pouco espírito de iniciativa, instrução reduzida, dentre outros.

A solução encontrada pelo autor para mitigar o atraso industrial estava no planejamento, que daria as diretrizes para que a economia alcançasse o desenvolvimento. Assim, Pinto de Aguiar (2020) defendia que a Bahia deveria adotar medidas de integração econômica com os demais espaços do país, não procurando uma concorrência com as demais economias, mas sim buscando integrar-se à sua produção, trabalhando de maneira complementar a estes, de maneira que todos pudessem se beneficiar.

A partir do problema identificado, diversos estudos foram iniciados com o objetivo de entender como a Bahia poderia se desenvolver através do avanço industrial. Dentre os projetos realizados, destacam-se o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb) elaborado pela Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE) e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado pelo economista Celso Furtado.

Teixeira e Guerra (2000) relataram os resultados dos planejamentos elaborados. Em relação ao Plandeb, apesar de não ter sido aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, alguns de seus projetos foram executados, resultando na implantação de frigoríficos de carnes e peixes e fábricas de calçados e laticínios. Em contrapartida, os diagnósticos realizados pelo GTDN resultaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na década de 1960 que, seguindo o objetivo do grupo de Celso Furtado,

visava promover a industrialização na região com base em incentivos fiscais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Os resultados das estratégias da SUDENE foram percebidos a partir da fundação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1967, que gerou um grande número de empregos e atraiu diversas indústrias. Além disso, o governo estadual realizou investimentos em infraestrutura, construindo portos, ferrovias, rodovias, além de infraestruturas para fornecer energia, água, etc. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Conforme apontam Teixeira e Guerra (2000), com os esforços para o desenvolvimento da Bahia realizados nas décadas de 1950 e 1960, o estado mudou a sua estrutura produtiva durante a década de 1970, ocasião em que a indústria passou a desempenhar papel de maior destaque. Assim, principalmente por meio da indústria petroquímica e metalúrgica, a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira, fornecendo bens intermediários para outras indústrias produtoras de bens finais e instaladas no Centro-Sul do Brasil.

Durante a década de 1970, também houve esforços para o desenvolvimento industrial no interior da Bahia que também tinham como objetivo o fortalecimento das cidades médias do estado. O projeto entendia que através do dinamismo de novos centros no estado, seria possível diminuir a desigualdade entre as regiões. Ocorreu então a instalação do Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana e, posteriormente, em outras cidades do interior como Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié (SPINOLA, 2001).

Na década de 1980, a economia industrial baiana, tendo em vista que provia bens intermediários para outros setores do país, sofreu com a retração econômica enfrentada no cenário nacional. Apesar disso, o impacto foi mitigado, pois a indústria petroquímica encontrou fatores internacionais positivos e passou a exportar boa parte de sua produção. Os efeitos negativos também foram minimizados na indústria metalúrgica a partir da operação de metalurgia de cobre em 1982 e da expansão industrial da Caraíba Metais, uma das principais no setor, em 1987 (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Na década de 1990, devido à instabilidade econômica vivenciada pelo Brasil,

a economia baiana teve um baixo crescimento. O cenário econômico nacional apresentava um “[...] forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, [que] provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 92). Devido a isso, ao contrário da década anterior, a indústria petroquímica não conseguiu utilizar o mercado externo como escoadouro de sua produção, passando por maiores dificuldades.

Nesse momento, houve uma maior preocupação em tornar a dinâmica da economia baiana mais diversificada, de maneira a conter os efeitos negativos da crise econômica vivenciada e das que viriam. Assim, as atividades ligadas à produção de papel e celulose ganharam maior destaque, sobretudo no extremo sul do estado, que apresentava condições que favoreciam a expansão da atividade.

Apesar da expansão de uma nova atividade econômica no estado, os principais segmentos (petroquímico, metalúrgico e de celulose) da economia baiana eram atividades que apresentavam baixo potencial para impulsionar o crescimento econômico de outros setores e regiões do estado (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Com relação ao período de superação do enigma baiano, experimentado a partir do desenvolvimento industrial, Alban (2005) faz uma análise identificando que apesar dos desafios de crescimento terem sido superados, o mesmo não pode se dizer a respeito dos indicadores sociais, já que os avanços ocorridos foram tímidos, semelhantes aos outros estados nordestinos. O autor exemplifica que, para o ano de 1999, embora o IDH do estado tenha crescido, permanecia entre os dez piores do país.

Segundo Alban (2005), o avanço econômico não foi refletido na esfera social, dessa forma, identificou esse cenário como o “novo enigma baiano”. As causas para o novo enigma ocorrem devido à inadequação das políticas de desenvolvimento que não encaravam os problemas estruturais da economia baiana (ALBAN, 2005).

Alban (2005) ressalta ainda que a economia do estado se concentra na RMS, que polarizou o processo de desenvolvimento industrial ao redor de Salvador, conforme observado anteriormente. Essa região, por sua vez, apresenta um IDH

mais elevado em comparação com às outras regiões do estado, bem como um maior dinamismo econômico, maior número de empresas de serviços e comércio e, também, uma maior classe média urbana.

O autor complementa que o atraso econômico se dá pela falta de integração da economia baiana, sugerindo que as políticas econômicas sejam baseadas no fortalecimento da infraestrutura de outras regiões do estado e, portanto, das cidades médias, permitindo, dessa forma, uma interiorização do desenvolvimento econômico.

A partir do histórico da economia baiana apresentado previamente, Pessoti e Silva (2011) resumem os três principais condicionantes da economia baiana, que ajudam a entender a dinâmica da evolução da economia baiana durante o período analisado.

Os autores citam como primeiro fator um estado subnacional e periférico, ou seja, o poder administrativo tem pouca autonomia nas decisões que afetam a conjuntura econômica, bem como detém a maioria de seus indicadores sociais abaixo da média brasileira, o que implica com que suas "[...] condições estruturais da sustentabilidade da acumulação capitalista sejam precárias, a exemplo do nível de escolarização da população em idade ativa (PIA), da distribuição de renda, da infraestrutura econômica e da situação dos centros de pesquisas e outros" (PESSOTI; SILVA, 2005, p.10).

A segunda causa refere-se ao recorte político-administrativo da Bahia, em que sua configuração econômica não foi herdada de uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social, mas, sobretudo, da sua formação política e histórica, ou seja, a economia colonial e o modelo de substituição de importações. Tal modelo colaborou para o crescimento econômico do estado, no entanto, foi concentrado em uma região e não resultou na melhoria dos indicadores sociais. Assim, restam outros problemas a serem resolvidos, a exemplo do desenvolvimento do Semiárido baiano, que ocupa dois terços do território e onde residem 43% da população baiana, assim como a falta de integração econômica entre as regiões do estado, que acabam se relacionando com a economia de outros estados ou ficam polarizadas, o que poderia ser solucionado com o fortalecimento das cidades médias no estado (PESSOTI; SILVA, 2005).

O último aspecto refere-se à maneira como a economia baiana se relaciona com a dinâmica da economia brasileira. Nesse caso, os autores citam que

> [...] a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; é fornecedor de mão de obra, uma vez que perde população com os processos migratórios. (PESSOTI; SILVA, 2005, p.12).

4.2 Contexto atual da economia baiana

A partir do histórico da economia baiana apresentado, vale entender alguns aspectos socioeconômicos do estado, como populacionais, territoriais e econômicos, a fim de contextualizar a análise a ser realizada.

Em observação aos dados populacionais da Bahia, segundo o Censo Demográfico de 2010, a população total para o estado foi de 14.016.906 pessoas, ocupando o quarto lugar entre os estados mais populosos do Brasil e correspondendo a 7,34% da população brasileira, enquanto que a população estimada para o ano de 2020 era de 14.930.634 pessoas (IBGE, 2020).

Através da Tabela 1, é possível identificar como está distribuída a população do estado nas cidades mais populosas do estado (IBGE, 2018).

Tabela 1 – Estimativa populacional dos dez municípios mais populosos da Bahia – 2018

Posição	Município	População	Percentual em relação à população baiana total
1	Salvador	2.857.329	19,38%
2	Feira de Santana	609.913	4,14%
3	Vitória da Conquista	338.885	2,30%
4	Camaçari	293.723	1,99%
5	Juazeiro	215.183	1,46%
6	Itabuna	212.740	1,44%
7	Lauro de Freitas	195.095	1,32%
8	Ilhéus	164.844	1,12%

9	Teixeira de Freitas	158.445	1,07%
10	Jequié	155.800	1,06%
Total		5.201.957	35,28%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Observando a Tabela 1, é possível identificar a concentração populacional, sobretudo no município de Salvador, em que reside cerca de um quinto da população do estado. A RMS[55] têm três municípios na lista dos dez municípios mais populosos do estado, são eles: Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, que detém a 1º, a 4º e a 7º posição, respectivamente. Considerando a estimativa populacional de 14.812.617 pessoas para o ano de 2018 na Bahia e o total de 3.899.533 pessoas na RMS, tem-se que apenas essa região concentra 26,45% da população baiana.

Com relação aos dados territoriais, de acordo com o estudo "Área territorial brasileira" (IBGE, 2017), a Bahia dispõe de uma área territorial de 564.732,450 km², sendo o quinto estado do Brasil em extensão territorial e possuindo um território superior a vários países desenvolvidos no mundo. Além dos dados territoriais e populacionais, restam ser apresentados os dados econômicos do estado da Bahia. Dessa forma, a Tabela 2 contempla os dados referentes a evolução do PIB, população e PIB per capita do período de 2002-2019.

Tabela 2 – Evolução do PIB, população e PIB per capita – 2002-2017

Anos	PIB Total (Valores correntes - R$ Milhão)	Índice do PIB Real (2002 = 100)	Taxa de crescimento do PIB (%)	População	PIB Per Capita (Valores correntes R$ 1,00)	Índice do PIB Per Capita Real (2002 = 100)	Taxa do PIB Per Capita (%)
2002	58.843	100	...	13.323.212	4.416,58	100	...
2003	67.174	102,3	2,3	13.435.612	4.999,71	101,5	1,5
2004	77.932	112	9,4	13.682.074	5.695,90	109,2	7,6
2005	88.292	116,6	4,1	13.815.334	6.390,86	112,7	3,2

[55] A Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi estabelecida pela Lei Complementar 14 de 8 de junho de 1973, compondo os seguintes municípios: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Através de suas emancipações, os municípios Dias D'Ávila (1985) e Madre de Deus (1990) passaram a integrar a RMS. Em 03 de janeiro de 2008, foram adicionados os municípios São Sebastião do Passé e Mata de São João através da Lei Complementar Estadual nº 30/08. Por último, o município Pojuca foi adicionado à RMS através da Lei Complementar Estadual nº 32/09 de 22 de janeiro de 2009.

2006	95.348	120,1	3	13.950.146	6.834,90	114,9	2
2007	109.330	126	4,9	14.080.670	7.764,51	119,5	3,9
2008	121.667	132,4	5,1	14.502.575	8.389,37	122	2,1
2009	137.942	132,1	-0,3	14.637.364	9.424,00	120,5	-1,2
2010	154.420	140,1	6,1	14.021.432	11.013,11	133	10,3
2011	166.603	143	2,1	14.097.534	11.817,87	135	1,5
2012	182.573	147,2	3	14.175.341	12.879,59	138,2	2,4
2013	204.844	149,2	1,3	15.044.137	13.616,22	131,6	-4,8
2014	223.930	152,7	2,3	15.126.371	14.803,95	133,9	1,8
2015	245.044	147,4	-3,4	15.203.934	16.117,12	128,6	-3,9
2016	258.649	138,2	-6,2	15.276.566	16.931,10	120	-6,7
2017	268.661	138,3	0,0	15.344.447	17.508,67	119,5	-0,4
2018*	287.073	139,7	1,1	14.812.617	19.380,29	124,9	4,5
2019*	299.567	141,4	1,2	14.873.064	20.141,57	125,9	0,8

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Em análise dos dados contidos na Tabela 2, é possível identificar o crescimento econômico expressivo durante a década de 2000. A partir do ano de 2011, as taxas de crescimento são menores em comparação com o período anterior e em 2015, a economia baiana entrou em recessão, recuperando-se a partir do ano de 2017 e crescendo em taxas inferiores a 2% nos anos seguintes.

Com relação ao PIB per capita, nota-se que cresceu expressivamente até o ano de 2012, tendo decrescido a partir do ano seguinte e até 2019, quando apresentou leve recuperação. Assim, em análise dos dados apresentados, é possível constatar que a crise econômica iniciada em 2015 teve efeitos significativos para a economia baiana, não tendo se recuperado até o momento.

Para prosseguir, vale entender de que maneira a economia baiana está estruturada atualmente. Dessa forma, a Tabela 3 permite analisar o Valor Agregado (VA) de cada setor para o PIB do estado durante o período de 2002 a 2019.

Tabela 3 – Valor Adicionado (VA) (em valores correntes) por grandes setores do PIB baiano – 2002-2019

	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor Serviços		
Ano	**R$ milhão**	**%**	**R$ milhão**	**%**	**R$ milhão**	**%**	**Total**
2002	6.612	13,10%	11.848	23,47%	32.015	63,43%	50.475
2003	7.612	13,16%	14.018	24,23%	36.229	62,62%	57.859
2004	8.696	13,10%	17.167	25,86%	40.517	61,04%	66.380
2005	7.732	10,32%	20.014	26,71%	47.176	62,97%	74.922
2006	7.958	9,86%	20.683	25,64%	52.037	64,50%	80.678
2007	9.837	10,45%	22.418	23,83%	61.835	65,72%	94.090
2008	10.249	9,80%	25.845	24,70%	68.539	65,50%	104.633
2009	10.606	8,76%	30.277	24,99%	80.254	66,25%	121.137
2010	10.709	7,91%	36.740	27,13%	87.966	64,96%	135.415
2011	11.886	8,16%	34.634	23,77%	99.207	68,08%	145.727
2012	12.779	8,02%	35.142	22,06%	111.375	69,92%	159.296
2013	13.102	7,35%	36.471	20,46%	128.688	72,19%	178.261
2014	15.484	7,89%	41.143	20,97%	139.576	71,14%	196.203
2015	17.854	8,27%	47.768	22,12%	150.363	69,62%	215.985
2016	16.534	7,24%	54.109	23,70%	157.687	69,06%	228.330
2017	15.827	6,70%	52.984	22,44%	167.264	70,85%	236.075
2018	22.066	8,74%	59.611	23,61%	170.809	67,65%	252.486
2019	18.978	7,21%	62.263	23,64%	182.123	69,15%	263.364

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Em análise da Tabela 3 é possível identificar a perda de participação da agropecuária na economia baiana ao longo dos últimos vinte anos. Os setores da indústria e dos serviços cresceram a sua participação durante o período, sendo este último é o que atualmente detém o maior percentual da atividade econômica. É possível identificar também que apesar da crise econômica vivenciada em 2015, os setores da indústria e de serviços permaneceram crescendo em VA durante os anos seguintes.

A Figura 1 permite analisar o Produto Interno Bruto (PIB) municipal dos municípios baianos a partir de *percentis*, em que os valores extremos de uma distribuição de dados são destacados, sendo possível considerar os menores e os maiores valores como *outliers*.

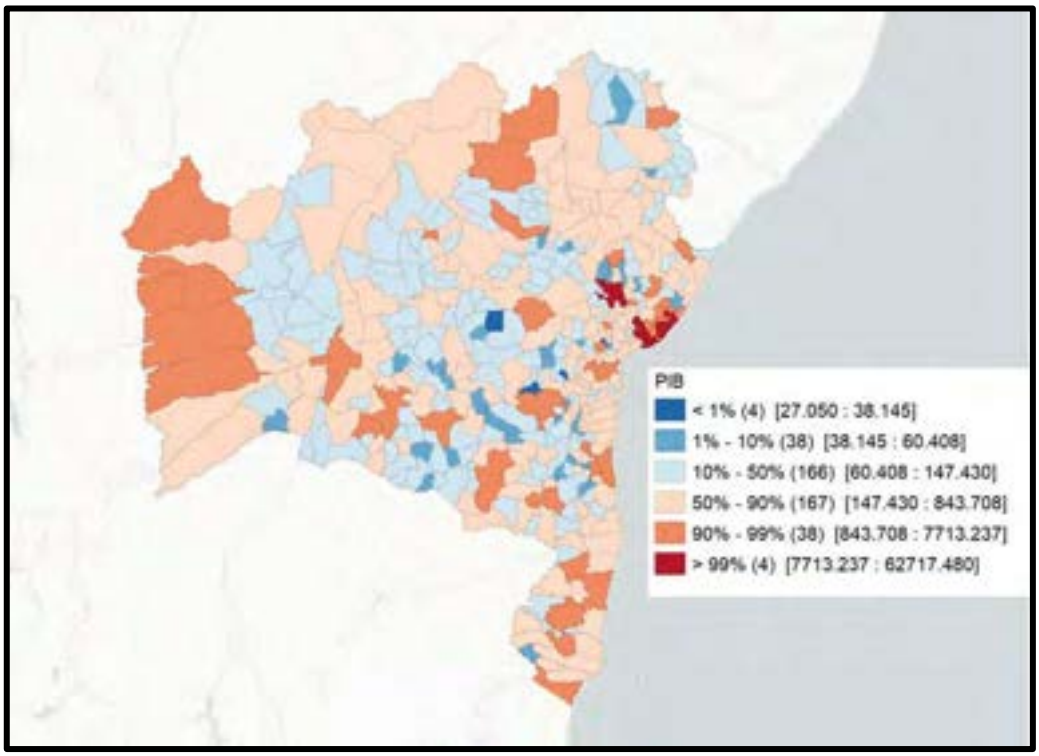


Figura 1 – Produto Interno Bruto (PIB) (em R$ milhões) – Municípios da Bahia – 2017

Fonte: Elaboração própria a partir de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Em análise da Figura 1, é possível identificar poucos municípios com PIB superior a 7 bilhões de reais, assim como a concentração econômica na RMS. Na Tabela 4 estão contidos os maiores PIBs do estado e o valor adicionado de cada setor na composição do produto.

Tabela 4 – Valor Adicionado (VA) e PIB do Estado da Bahia – 2017

Ordem	Municípios	Valor Adicionado (R$ milhões)			Impostos Sobre Produtos (R$ milhões)	PIB (R$ milhões)
		Agropecuária	Indústria	Serviços (Incluindo Adm. Pública)		
1	Salvador	45,82	7.295,62	47.172,87	8.203,17	62.717,48
2	Camaçari	13,09	9.919,87	7.620,52	5.549,75	23.103,23
3	Feira de Santana	50,96	2.403,52	9.154,16	2.048,64	13.657,30
4	São Francisco do Conde	12,44	5.481,42	2.913,91	1.803,90	10.211,68
5	Vitória da Conquista	93,65	840,14	4.774,96	773,92	6.482,66
6	Lauro de Freitas	1,86	1.139,83	4.253,02	892,06	6.286,76
7	Simões Filho	6,33	1.458,78	2.753,22	1.103,73	5.322,07
8	Luís Eduardo Magalhães	601,24	990,83	2.490,96	721,70	4.804,73
9	Itabuna	16,06	562,36	2.986,66	418,99	3.984,07
10	Barreiras	654,40	469,16	2.413,31	353,09	3.889,95
11	Candeias	11,73	1.558,16	1.645,41	654,29	3.869,59
12	Ilhéus	117,80	909,85	2.281,95	532,80	3.842,40
13	Juazeiro	221,06	380,36	2.646,81	452,65	3.700,88
14	Alagoinhas	59,36	801,86	1.955,45	692,87	3.509,54
15	Dias d'Ávila	2,11	1.484,32	1.163,16	407,01	3.056,59
16	Paulo Afonso	25,58	1.405,82	1.295,71	160,66	2.887,78
17	Porto Seguro	95,17	205,58	2.307,94	211,89	2.820,58
18	Eunápolis	107,62	650,17	1.554,56	316,09	2.628,45
19	Jequié	40,51	417,69	1.829,47	269,70	2.557,37
20	São Desidério	1.502,25	152,78	602,89	97,64	2.355,57
	Bahia	**15.826,85**	**52.984,31**	**167.263,52**	**32.588,16**	**268.660,84**

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Em análise da Tabela 4, o município de Salvador é destaque novamente, sendo a maior economia da Bahia e representando percentualmente 23,3% do PIB do estado, enquanto que a RMS responde por 44%. Ademais, a economia de Salvador tem 75,21% de seu produto baseado nos serviços, pois oferta uma gama de atividades de serviços bem como é o centro da Administração Pública do estado.

Além disso, nas 20 principais economias do estado, é possível identificar que os serviços são o setor preponderante em 18 municípios, ficando em segundo lugar apenas em Camaçari, onde a indústria é destaque, e em São Desidério, que tem a agropecuária como principal setor.

Na Tabela 5 é possível observar a estrutura do setor de serviços na Bahia. Em análise da tabela é possível identificar que os setores que apresentam maior participação nos serviços são: administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social; e o comércio, manutenção e reparação de veículos. A maior participação da administração pública no setor de serviços indica uma maior dependência da economia no setor público, situação que ocorre com frequência em municípios com baixo dinamismo econômico.

Tabela 5 – Estrutura (%) do Setor de Serviços na Bahia – 2002-2018

Anos	Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Serviços de alojamento e alimentação	Serviços de informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	Educação e saúde mercantis	OUTROS SERVIÇOS (Artes + Serviços Domésticos)	Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	Serviços Domésticos
2002	13,2	5,4	4,2	4,7	6,3	16,7	7,6	30,3	6,2	5,5	0	0
2003	16,3	5,1	3,3	5,0	4,9	16,1	8,5	29,8	6,1	4,8	0	0
2004	17,3	5,3	3,4	4,7	4,7	15,6	9,0	29,0	5,9	5,1	0	0
2005	17,3	5,5	5,1	4,5	4,7	14,6	8,7	29,7	4,6	5,2	0	0
2006	17,3	5,6	3,7	4,5	4,6	14,1	8,8	30,8	5,0	5,7	0	0
2007	19,5	5,8	3,8	4,1	4,4	13,3	10,6	28,8	4,6	5,2	0	0
2008	20,4	6,7	3,3	3,7	4,0	14,1	8,8	29,3	4,4	5,3	0	0
2009	20,8	6,2	5,0	3,2	4,2	13,4	8,7	29,0	4,2	5,3	0	0
2010	20,2	6,7	4,0	3,1	4,6	13,4	9,9	29,3	4,2	4,8	2,7	2,1
2011	19,8	7,1	4,7	2,8	4,3	13,2	10,0	29,3	4,2	4,5	2,5	2,0
2012	19,0	6,9	4,1	2,6	4,5	15,2	9,7	28,8	4,6	4,7	2,7	2,0
2013	19,8	6,9	4,4	2,5	4,1	14,2	9,5	28,4	5,6	4,6	2,7	1,9
2014	18,9	6,6	4,6	2,3	4,6	14,4	10,0	28,8	5,3	4,4	2,5	2,0
2015	17,9	7,2	4,3	2,3	5,0	14,7	8,8	29,5	6,0	4,4	2,3	2,1
2016	18,0	5,6	4,2	2,1	5,5	14,9	8,8	29,5	6,9	4,4	2,3	2,1
2017	18,0	6,3	4,6	2,2	5,3	14,6	8,6	29,4	6,7	4,3	2,3	2,0
2018	18,4	6,1	5,3	2,4	5,0	13,7	9,0	28,8	7,2	4,2	2,2	2,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Nota: No período de 2002-2009, atividades como "Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades" e "Serviços domésticos" foram divulgadas como "Outros Serviços".

5. Análise da aglomeração econômica do Setor de Serviços no estado da Bahia

As seções anteriores trouxeram conceitos e contribuições importantes a respeito do setor de serviços bem como de suas características polarizadoras. A partir disso, esta seção procura desenvolver a metodologia e aplicá-la, com o objetivo de identificar as aglomerações do setor de serviços na Bahia e, posteriormente, analisá-los.

5.1 Aspectos teóricos do Índice de Concentração normalizado (ICn)

A partir do contexto teórico previamente apresentado e dos dados a respeito da economia baiana, nesta seção será apresentado o Índice de Concentração normalizado (ICn), considerado como central para a análise da pesquisa proposta neste trabalho, tendo em vista o objetivo de identificar a capacidade de polarização do setor de serviços no estado da Bahia.

O Índice de Concentração normalizado (ICn) foi elaborado por Crocco e outros (2006) que tinham por objetivo desenvolver uma metodologia que permitisse identificar as aglomerações produtivas locais, também chamados de clusters. Vale ressaltar que o conceito de aglomerações implica em uma concentração setorial e espacial de firmas (SCHMITZ; NADVI, 1999, *apud* CROCCO *et al*, 2006), bem como envolve

> [...] elementos relacionados à intensidade das trocas intra-aglomeração, à existência de relações de cooperação, ao grau de especialização e desintegração vertical da aglomeração, ao ambiente institucional voltado para dar suporte ao desenvolvimento da aglomeração entre outros (CROCCO *et al*, 2006, p. 213).

Com base no conceito das aglomerações produtivas locais, os autores procuram definir um indicador que permita captar as seguintes características dos *clusters*:

> [...] 1. a especificidade de uma atividade dentro de uma região; 2. o seu peso em relação à estrutura industrial da região; 3. a importância do setor nacionalmente; 4. a escala absoluta da estrutura industrial local. (CROCCO *et al*., 2006).

Desse modo, os autores indicam três índices para compor um único indicador de concentração espacial de uma atividade econômica: o Quociente

Locacional (QL), o índice de Hirschman-Herfindahl modificado (HHm) e a participação relativa da atividade de emprego na região de referência (PR).

O primeiro deles, o Quociente Locacional apresenta a seguinte formulação:

$$QL = \frac{\frac{E_j^i}{E_j}}{\frac{E_J^i}{E_J}}$$

em que: E_j^i= Emprego ou PIB do setor *i* na região *j*;

E_j= Total de empregos ou PIB total da região *j*;

E_J^i= Emprego ou PIB do setor *i* na região de referência;

E_J= Total de empregos ou PIB total na região de referência.

Com base no cálculo do QL é possível comparar a estrutura econômica entre duas regiões diferentes. Assim, caso o resultado seja maior que a unidade, isto significa que a economia da região *j* é mais especializada no setor *i* do que na região de referência. No caso de ser inferior à unidade, ocorre o contrário: a economia da região é menos especializada no setor *i* do que na região de referência.

Apesar disso, Crocco e outros (2006)ressaltam que o QL pode apresentar algumas distorções, sobretudo ao não considerar a dimensão da estrutura econômica das regiões. Desse modo, em regiões de pouca relevância econômica o indicador pode resultar em um número maior que 1 sem que isto signifique a existência de especialização produtiva.

A fim de mitigar as distorções que podem ser causadas pelo QL, bem como contemplar as outras características dos clusters, os autores introduzem na sua metodologia outros indicadores.

O segundo indicador, o Índice de Hirschman-Herfindahl modificado (HHm), tem por objetivo captar a relevância do setor na estrutura produtiva local e apresenta a seguinte formulação:

$$HHm = \frac{E_j^i}{E^i} - \frac{E_j}{E_J}$$

em que: E_j^i= Emprego ou PIB do setor *i* na região *j*;

E^i= Total de empregos ou PIB total do setor *i* na região de referência;

E_j= Total de empregos ou PIB da região *j*;

E_J= Total de empregos ou PIB total da região de referência.

O HHm permite comparar os empregos do setor *i* na região *j* relativamente ao setor *i* da região de referência com o peso da estrutura produtiva na estrutura da região de referência. Caso o resultado obtido seja positivo, a estrutura setorial local é mais importante que a estrutura produtiva local. Quando a estrutura setorial é menos relevante que a estrutura produtiva local, o índice apresenta resultado negativo.

Desse modo, o HHm é útil para estudo de regiões pequenas, com emprego setorial diminuto e estrutura produtiva pouco diversificada. Nessa situação, o QL tenderia a sobrevalorizar o peso de um determinado setor para a região. Para evitar esse problema, o HHm consegue captar o real peso do setor ao levar em consideração a relevância do setor na estrutura produtiva da economia de referência

Em seguida, Crocco e outros (2006) acrescentam outro indicador que permite entender a importância do setor em comparação com a região de referência, o indicador de Participação Relativa (PR), representado pela seguinte fórmula:

$$PR = \frac{E_j^i}{E_J^i}$$

em que: E_j^i= Emprego ou PIB do setor *i* na região *j*;

E_J^i= Total de empregos ou PIB total do setor *i* na região de referência.

Dessa forma, esse indicador tem por objetivo calcular o peso do setor na região estudada em comparação com o mesmo setor na região de referência. Esses três indicadores apresentados são utilizados pelos autores para compor um último índice que permite calcular a concentração de uma atividade econômica em uma

região, sendo chamado de Índice de Concentração normalizado (ICn), que por sua vez é representado pela seguinte fórmula:

$$ICn_{ij} = \theta_1 QLn_{ij} + \theta_2 HHmn_{ij} + \theta_3 PRn_{ij}$$

Tendo em vista que cada um dos indicadores apresentados anteriormente tem distinta capacidade de representar as forças aglomerativas, o ICn por meio de análise dos componentes principais, calcula o peso de cada um dos indicadores, representado pelo símbolo θ, para a atividade econômica referida.

A análise dos componentes principais, por sua vez, trata-se de uma análise multivariada, que, conforme definido por Bezerra (2007, p. 81) "[...] procura uma combinação linear entre as variáveis, de forma que o máximo de variância seja explicado por essa combinação". Para a análise dos componentes principais, os dados de cada variável são devidamente padronizados e, após a aplicação do método, tem-se como resultado as combinações das variáveis não correlacionadas que são chamadas de componentes principais e seu número é sempre menor ou igual ao número de variáveis originais.

Para a obtenção dos resultados, a análise dos componentes principais é realizada por meio do *software* estatístico SPSS. Conforme o método proposto por Crocco e outros (2006), para o cálculo dos pesos (θ) são utilizados resultados intermediários da análise dos componentes principais, que nesse caso são a matriz de coeficientes e a variância dos componentes. A matriz dos coeficientes permite "calcular qual a participação relativa de cada um dos indicadores em cada um dos componentes, e dessa forma entender a importância das variáveis nos componentes" (CROCCO *et al*., 2006, p. 223).

Desse modo, para efeito de demonstração, tem-se na Tabela 6 os autovalores da matriz de correlação ou a variância explicada pelos componentes principais, em que é obtida a variância explicada por cada componente que somadas, ao final, resultam em 100% da variância explicada.

Tabela 6 – Os autovalores da matriz de correlação ou variância explicada pelos componentes principais

Componente	Variância explicada pelo componente	Variância explicada total
1	β_1	β_1
2	β_2	$\beta_1 + \beta_2$
3	β_3	$\beta_1 + \beta_2 + \beta_3$ (=100%)

Fonte: Crocco e outros (2006)

Já a Tabela 7 traz os autovetores da matriz de correlação, que segundo Crocco e outros (2006, p.223) permitem calcular "[...] a participação relativa de cada um dos indicadores em cada um dos componentes, e dessa forma entender a importância das variáveis nos componentes. Para tanto, efetua-se a soma da função módulo dos autovetores associados a cada componente [...]".

Tabela 7 – Matriz de coeficientes ou autovetores da matriz de correlação

Indicador Insumo	Componente 1	Componente 2	Componente 3
QL	α_{11}	α_{12}	α_{13}
HHm	α_{21}	α_{22}	α_{23}
PRe	α_{31}	α_{32}	α_{33}

Fonte: Crocco e outros (2006)

Os componentes mencionados são obtidos através das fórmulas relacionadas abaixo.

$$|\alpha_{11}| + |\alpha_{21}| + |\alpha_{31}| = C_1$$

$$|\alpha_{12}| + |\alpha_{22}| + |\alpha_{32}| = C_2$$

$$|\alpha_{31}| + |\alpha_{32}| + |\alpha_{33}| = C_3$$

O próximo passo consiste em dividir o módulo de cada autovetor pelo componente que está associado, conforme relacionado na tabela abaixo.

Tabela 8 – Matriz de autovetores recalculados ou participação relativa dos indicadores em cada componente

Indicador	Componente 1	Componente 2	Componente 3
QL	$\alpha'_{11} = \frac{\lvert\alpha_{11}\rvert}{C_1}$	$\alpha'_{12} = \frac{\lvert\alpha_{12}\rvert}{C_2}$	$\alpha'_{13} = \frac{\lvert\alpha_{13}\rvert}{C_3}$
HHm	$\alpha'_{21} = \frac{\lvert\alpha_{21}\rvert}{C_1}$	$\alpha'_{22} = \frac{\lvert\alpha_{22}\rvert}{C_2}$	$\alpha'_{23} = \frac{\lvert\alpha_{23}\rvert}{C_3}$
PRe	$\alpha'_{31} = \frac{\lvert\alpha_{31}\rvert}{C_1}$	$\alpha'_{32} = \frac{\lvert\alpha_{32}\rvert}{C_2}$	$\alpha'_{33} = \frac{\lvert\alpha_{33}\rvert}{C_3}$

Fonte: Crocco e outros (2006)

Por fim, o cálculo de cada peso (θ) consiste na soma dos produtos de cada α'_{ij} com o seu autovalor correspondente, representado da seguinte forma:

$$\theta_1 = \alpha'_{11}\beta_1 + \alpha'_{12}\beta_2 + \alpha'_{13}\beta_3$$

$$\theta_2 = \alpha'_{21}\beta_1 + \alpha'_{22}\beta_2 + \alpha'_{23}\beta_3$$

$$\theta_3 = \alpha'_{31}\beta_1 + \alpha'_{32}\beta_2 + \alpha'_{33}\beta_3$$

Em que:

θ_1 = Peso do QL;

θ_2 = Peso do HHm;

θ_3 = Peso do PRe.

Assim, tem-se o resultado do peso de cada indicador para a utilização na fórmula do Índice de Concentração normalizado (ICn).

5.2 Panorama das regiões centralizadoras da Bahia

A metodologia apresentada permitiu analisar a aglomeração do setor de serviços nos municípios baianos. Para tanto foram utilizados dados de número de vínculos empregatícios fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (BRASIL, 2018) no ano de 2018 e o PIB municipal do setor de serviços

disponibilizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020) para o ano de 2017.

Os resultados obtidos através do cálculo do ICn também serão analisados por meio de mapas elaborados através do *software* Geoda que permite dividir as classificações em percentis, conforme observado anteriormente.

O ICn calculado com base nos dados de vínculos empregatícios teve como média para os municípios baianos o valor de -1,19. Na Figura 2 é possível observar os resultados obtidos através do cálculo do ICn.

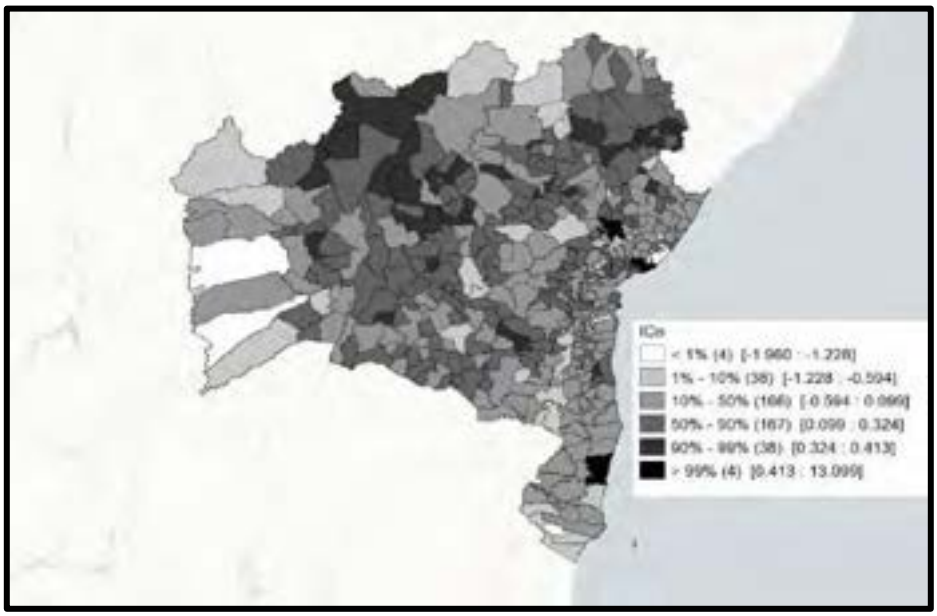


Figura 2 – Resultado ICn dos dados de emprego para os municípios baianos – 2018
Fonte: Elaboração própria com base em dados de RAIS (BRASIL, 2022)

Na Figura 2 apresentada, identifica-se que alguns municípios com ICn elevado estão dispostos no litoral do estado, enquanto que as demais regiões do estado não apresentam resultados de grande destaque. Na Tabela 9 é possível observar a relação dos 20 municípios com maiores ICn em conjunto com outros dados utilizados no cálculo.

Tabela 9 – Os Vinte maiores ICn em emprego dos serviços no estado da Bahia – 2018

Ordem	Município	QL padronizado	HHm padronizado	PRe padronizado	ICn	Total Empregos	Total Empregos - Serviços	Percentual Serviços
1	Salvador	0,51111	19,13470	19,82208	13,0985	770.251	698.576	90,7%
2	Lauro de Freitas	0,36706	2,12456	2,65947	1,7216	110.132	97.537	88,6%
3	Porto Seguro	0,54292	0,76450	0,63776	0,6448	29.327	26.736	91,2%
4	Feira de Santana	-0,35681	-1,00693	2,47567	0,4472	11.7012	91.100	77,9%
5	Irecê	0,65523	0,35594	0,18471	0,3961	11.710	10.870	92,8%
6	Itabuna	0,02748	0,25784	0,86563	0,3957	41.556	34.716	83,5%
7	Remanso	1,04138	0,15186	-0,03131	0,3869	3.354	3.305	98,5%
8	Pilão Arcado	1,08351	0,08958	-0,07160	0,3676	1.910	1.894	99,2%
9	Itaparica	1,06868	0,09641	-0,06689	0,3664	2.081	2.059	98,9%
10	Buritirama	1,13331	0,04833	-0,09745	0,3625	990	989	99,9%
11	Cafarnaum	1,14014	0,04202	-0,10124	0,3615	856	856	100,0%
12	Cícero Dantas	1,05306	0,09585	-0,06661	0,3610	2.096	2.069	98,7%
13	Banzaê	1,14014	0,03338	-0,10627	0,3571	680	680	100,0%
14	Sítio do Quinto	1,14014	0,03156	-0,10733	0,3561	643	643	100,0%
15	Souto Soares	1,14014	0,03122	-0,10753	0,3560	636	636	100,0%
16	Fátima	1,11659	0,04148	-0,10119	0,3534	861	858	99,7%
17	Olindina	1,09412	0,05559	-0,09236	0,3533	1.175	1.167	99,3%
18	São Gabriel	1,10511	0,04606	-0,09827	0,3520	965	960	99,5%

19	Bom Jesus da Serra	1,14014	0,02189	-0,11295	0,3512	446	446	100,0%
20	Brotas de Macaúbas	1,14014	0,02179	-0,11301	0,3511	444	444	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de RAIS (BRASIL, 2022)

Inicialmente, percebe-se que o estado da Bahia não possui muitos municípios com fatores aglomerativos, tendo em vista que houve apenas dois resultados com ICn superior à unidade. Ademais, nota-se também que o município de Salvador tem grande potencial aglomerativo, pois apresentou ICn muito superior à média do estado, além de superar em grande número a segundo posição na lista.

Apesar disso, é possível identificar que o resultado apresentado evidencia algumas distorções, tendo em vista que, alguns municípios relacionados com maiores resultados do ICn não apresentam uma economia tão dinâmica e com um setor de serviços com participação relevante na economia do estado. Na Tabela 10, é possível observar os municípios que tiveram PR superior a 0,5%.

Tabela 10 – Principais municípios em Participação Relativa (PR) no emprego dos serviços no estado da Bahia – 2018

Ordem	Município	PR	Ordem	Município	PR
1	Salvador	38,06%	13	Alagoinhas	0,94%
2	Lauro de Freitas	5,31%	14	Jequié	0,91%
3	Feira de Santana	4,96%	15	Santo Antônio de Jesus	0,86%
4	Vitória da Conquista	2,91%	16	Eunápolis	0,84%
5	Camaçari	2,15%	17	Luís Eduardo Magalhães	0,80%
6	Itabuna	1,89%	18	Paulo Afonso	0,72%
7	Porto Seguro	1,46%	19	Mata de São João	0,67%
8	Ilhéus	1,42%	20	Candeias	0,60%
9	Juazeiro	1,31%	21	Irecê	0,59%
10	Barreiras	1,25%	22	Cruz das Almas	0,53%
11	Simões Filho	1,22%	23	Valença	0,51%
12	Teixeira de Freitas	1,06%			

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS (BRASIL, 2022)

Comparando o resultado das duas tabelas anteriores, é possível identificar que apenas os seis primeiros municípios da Tabela 9 possuem participação no emprego dos serviços da Bahia superior a 0,50%. O motivo dessa distorção nos resultados está conforme ressaltado na seção a respeito da metodologia, na formulação do Quociente Locacional (QL), que tende a superestimar um setor em economias pouco diversificadas e com emprego diminuto. Em análise da Tabela 9, nota-se que 14 dos municípios com maiores ICn têm menos de 4.000 empregos, tendo boa parte alocadas no setor de serviços, não sendo, portanto, relevantes para a economia do estado.

Outra possível explicação para as distorções identificadas nos resultados do ICn deve-se à informalidade da economia, tendo em vista que os dados da RAIS se referem apenas a empregos formais. Ao não abranger as informações de empregos informais, o cálculo dos indicadores pode sobrevalorizar o resultado de um setor que apresente menor informalidade que os demais. Assim, em complemento a essa análise do ICn com empregos formais, foi realizado também o cálculo desse indicador com base nos dados do PIB (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020).

A Figura 3 apresenta o resultado do ICn calculado para cada município baiano com base nos dados do PIB de 2017 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020), tendo como média o valor de $1{,}88e^{-10}$.

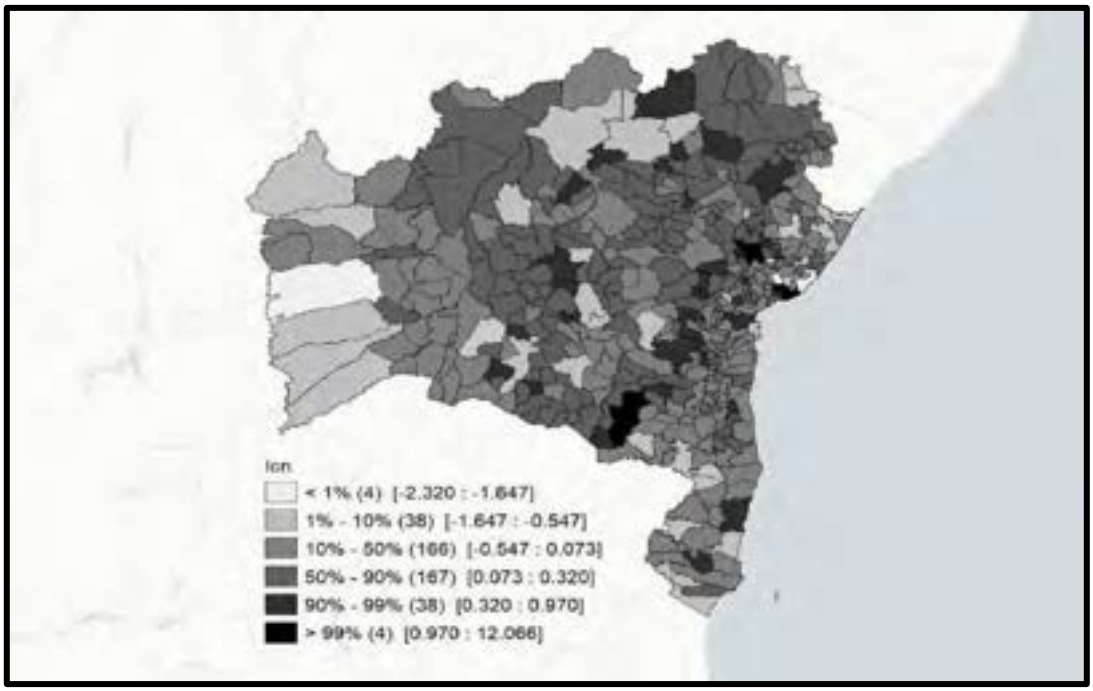


Figura 3 – Resultado ICn dos dados do PIB para os municípios baianos – 2017

Fonte: Elaboração própria a partir de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Ao comparar os mapas apresentados, é possível confirmar Salvador e Lauro de Freitas como municípios com potencial aglomerativo. A Tabela 11 lista o resultado do ICn para os municípios baianos calculado com base nos dados do PIB de 2017 em conjunto com o resultado dos indicadores utilizados no cálculo.

Tabela 11 – Os vinte maiores ICn com base em PIB dos serviços no estado da Bahia – 2017

Ordem	Municípios	QL padronizado	HHm padronizado	PRe padronizado	ICn
1	Salvador	0,840603	16,416548	19,216884	12,066436
2	Feira de Santana	0,254786	1,784372	3,339116	1,821999
3	Vitória da Conquista	0,627579	1,402443	1,958440	1,337381
4	Lauro de Freitas	0,254786	0,827139	1,958440	1,040815
5	Itabuna	0,627579	0,884959	1,268102	0,935431

6	Juazeiro	0,467811	0,663318	1,268102	0,815612
7	Porto Seguro	1,000372	0,882710	0,577765	0,812495
8	Teixeira de Freitas	0,840603	0,617383	0,577765	0,679911
9	Irecê	0,947115	0,312546	0,577765	0,627538
10	Santo Antônio de Jesus	0,521067	0,398954	0,577765	0,505978
11	Jequié	0,361298	0,400560	0,577765	0,451394
12	Guanambi	0,467811	0,237702	0,577765	0,440508
13	Itatim	1,266652	0,107930	-0,112573	0,427118
14	Capim Grosso	1,213396	0,137482	-0,112573	0,417402
15	Seabra	1,160140	0,159967	-0,112573	0,405621
16	Milagres	1,266652	0,034049	-0,112573	0,405530
17	Cipó	1,213396	0,049468	-0,112573	0,391684
18	Poções	1,106884	0,147118	-0,112573	0,383516
19	Itaparica	1,160140	0,078699	-0,112573	0,381874
20	Cândido Sales	1,160140	0,065529	-0,112573	0,378026

Fonte: Elaboração própria a partir de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Novamente, ao analisar os dados da Figura 3 e da Tabela 11 é possível identificar que o município de Salvador possui significativa aglomeração de serviços no estado. Além disso, dessa vez, outros municípios que possuem participação relevante na economia baiana tiveram maiores resultados no ICn, como é o caso de: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas, Itabuna, Juazeiro, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Irecê, Santo Antônio de Jesus, Jequié e Guanambi. Nos demais municípios contidos na lista é possível observar que o resultado maior no

ICn se deve ao resultado do QL, que conforme explicado anteriormente, está possivelmente enviesado devido aos fatores mencionados. Vale ressaltar que esses municípios também não apresentam participação relevante na economia baiana, sendo destacado através do resultado negativo no indicador de Participação Relativa (PR) padronizado.

Apesar de alguns municípios terem obtido um resultado maior no ICn, ao comparar esse indicador com o de Salvador, nota-se que esse último apresenta aglomeração de serviços significativamente maior, indicando maior concentração econômica neste município.

Em análise dos resultados obtidos e tomando como métrica o ICn > 1, os demais municípios que apresentaram especialização produtiva nos serviços foram: Feira de Santana, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

O resultado do ICn, calculado tanto com base no PIB quanto nos dados de emprego, demonstra a concentração econômica em Salvador e em Lauro de Freitas que fazem parte da RMS. Conforme discutido na seção 3.1, a economia do estado tem boa parte de sua população e economia concentrada na RMS, não havendo outras regiões que apresentem a mesma pujança econômica.

Ademais, outro fato que pesa para os resultados obtidos é o baixo dinamismo econômico e a estrutura produtiva pouco diversificada das demais regiões econômicas. Esses dados são ressaltados através dos resultados menores no ICn e também ao observar as distorções identificadas no cálculo do Quociente Locacional (QL), o que por sua vez, evidenciam estas características na economia baiana.

Pode se acrescentar também que os resultados obtidos se relacionam com a discussão teórica realizada na seção que trata das teorias de polarização. Nessa seção, foi considerado que as regiões crescem de maneira heterogênea, já que os municípios com os maiores resultados podem ser identificados como polos, que concentram atividade econômica dos serviços e também a população do estado.

Além disso, conforme destacado por Perroux (1977), as atividades do polo são responsáveis por beneficiar a sua região. Essa característica, por sua vez, pode ser observada ao analisar os resultados de Salvador e da RMS, que é beneficiada

através das economias externas geradas como: melhor infraestrutura, perfil de trabalhadores com melhor capacitação e maior oferta de bens e serviços presente nessa região.

Pode-se supor, também, que, com base na Teoria da Base de Exportação de North (1977), os municípios destacados apresentam especialização produtiva na atividade de serviços, podendo ser responsáveis pelo desenvolvimento dessas regiões, já que criam vantagens locacionais e contribuem para reduzir os custos de transferência.

A maior oferta de serviços, por sua vez, acaba atuando como uma forma de atrair população e renda. Assim, devido às características intrínsecas dos serviços assim como os aspectos de polarização, tem-se que os municípios com maior resultado do ICn são, conforme identificado por Christaller (1933, *apud* BRADFORD; KENT, 1987), centros de ordem superior, tendo em vista que os consumidores tendem a se deslocar para esses municípios pois contam com serviços especializados e com maior diversificação.

6. Considerações finais

A literatura econômica aponta diversas características dos serviços que influenciam na economia regional e especialmente na formação de aglomerações econômicas. Nesse sentido, esse trabalho teve por objetivo identificar as aglomerações de serviços na Bahia, baseando-se na hipótese de que o setor desempenha função de polarização econômica.

A partir do arcabouço teórico, foi possível compreender o conceito dos serviços e de que maneira a atividade se distingue dos demais setores. Já as teorias da economia regional permitiram analisar os fenômenos da aglomeração e polarização econômica a partir de diversos autores. Com base na literatura discutida, foi realizada conexão entre as teorias e ressaltado que os serviços possuem alta capacidade aglomerativa levando em conta suas características, a exemplo da necessidade de que a atividade seja desenvolvida em contato estreito entre consumidor e produtor.

Para fundamentar a hipótese admitida, foi aplicado o método de análise de especialização produtiva formulado por Crocco e outros (2006), conhecido como Índice de Concentração normalizado (ICn), que foi calculado utilizando dados de produto e emprego, sendo posteriormente analisados os resultados através de mapas e tabelas.

Os resultados obtidos através da aplicação do indicador mostraram que o estado da Bahia, com exceção do município de Salvador, não apresenta aglomerações de serviços significativas. Apesar dos resultados terem sido inferiores ao ICn de Salvador, foi possível identificar aglomeração produtiva, mesmo que em escala menor, em outros três municípios do estado: Feira de Santana, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

Observando os municípios que apresentaram aglomeração produtiva dos serviços, atesta-se para a concentração econômica na RMS e nos municípios do seu entorno, visto que a Bahia não apresentou, com exceção de Vitória da Conquista no sudoeste do estado, regiões com desempenho econômico dos serviços com capacidade de aglomeração semelhante.

Analisando os resultados sob o ponto de vista das teorias de polarização econômica, pode-se concluir que o município de Salvador e os demais que compõem a RMS são responsáveis por polarizar a economia do estado, já que apresentaram os maiores resultados para o ICn, população e produto no estado da Bahia.

Apesar dos resultados verificados, vale ressaltar que o ICn utilizado apresentou limitações, pois em sua formulação, o QL superestimou o setor de serviços em municípios com baixo dinamismo econômico e estrutura pouco diversificada o que, apesar da dificuldade apresentada, ressalta essas características na economia baiana.

Por fim, outra possível dificuldade metodológica que pode ser aprofundada em estudos futuros refere-se à informalidade na economia baiana, que impede uma análise mais conclusiva sobre o setor de serviços no estado. Supondo que o setor de serviços conta com diversos empregos na informalidade, não foi possível identificar de maneira precisa o peso do setor na economia.

Referências

AGUIAR, Pinto de. Por Que Não se Industrializa a Bahia? PESSOTI, Gustavo Casseb. In: *Memórias da Economia Baiana*. Salvador: SEI, 2020.

ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: *Encontro Nacional da Anpur*, 11., Salvador, 23 -27 de maio de 2005.

ALMAS, Rondinaldo Silva das. *Setor de serviços e dinâmica econômica regional no estado da Bahia*. Barcelona. 413 f. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, 2014.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. *Total GDP 2018*. World Bank, 2020. Disponível em: < https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 19 out. 2022.

BEZERRA, Francisco Antônio. Análise fatorial. *In*: L. J. Corrar; E. Paulo e J. M. Dias Filho (Eds.). *Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.* Atlas, São Paulo, p. 73-130, 2007.

BRADFORD, Michael. G. *et al*. Geografia Humana: teorias e suas aplicações. 1987.BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, 2022. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/. Acesso em: 19 out. 2022.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em: 19 out. 2022.

CROCCO, Marco Aurélio, *et, al*. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. *Nova Economia* 16(2), p. 211–241, 2006.

HOOVER, Edgar M.; FISCHER, Joseph L. Estudo sobre o crescimento econômicoregional. *In:* SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional:* textos escolhidos.Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume e valores correntes jul.set. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_3tri.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*. Rio de Janeiro, 2017. 82. p. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 20 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2018*. IBGE/DPE/COPIS, 2018. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2020*. IBGE/DPE/COPIS, 2020. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/. Acesso em: 19 out. 2022.

KON, Anita. *Economia de Serviço:* Teoria e Evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MEIRELLES, Dimária Silva. O conceito de serviços. *Revista de Economia Política,* São Paulo.Vol. 26, n. 1 (101), p. 119-136, jan-mar. 2006.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. CRUZ, B. de. [Org. *et al*.]. *Economia regional e urbana:* teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

NORTH, Douglass C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. *In:* SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional:* textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1977.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO (OECD). *Gross Domestic Product.* Disponível em: https://stats.oecd.org/. Acesso em: 10 nov. 2020.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. *In:* SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional:* textos escolhidos**.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1977.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SILVA, Denis Veloso. Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. *Revista Desenbahia*, Salvador, n. 15, p. 7-36, set. 2011.

SPINOLA, Noélio Dantas. A implantação de Distritos Industriais Como Política de Fomento ao Desenvolvimento Regional: O Caso da Bahia. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, Salvador – BA. nº 4, Julho de 2001, p.28-48.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *PIB estadual anual: tabelas e gráficos*. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=1139. Acesso em: 17. out. 2022.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos de industrialização na Bahia: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, n. 10, v. 1, jul. 2000.

VANTAGENS E DESVANTAGENS COMPETITIVAS DO SETOR DE RECICLAGEM NO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE POR MESORREGIÕES ENTRE 2007 E 2015

Lívio Andrade Wanderley[56]

Cristiano Cassiano de Araujo[57]

1. Introdução

A evolução do setor de reciclagem no Brasil vem ganhando uma dimensão com o passar dos anos que pode ser baseada em elementos que conjugam a necessidade do desenvolvimento de três pilares da vida em sociedade: o econômico, o ambiental e o social. Econômico, porque a recuperação e a transformação de materiais recicláveis pode gerar um ganho de escala no âmbito comercial e industrial; o ambiental em face de, quanto mais materiais forem reciclados, menor a quantidade de materiais destinados aos aterros sanitários; e o social, porque hoje os catadores de materiais recicláveis são profissionais reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), além do que, as cooperativas espalhadas pelo Brasil já reconhecem o trabalho destes agentes, gerando incremento do nível de emprego na Bahia.

Do ponto de vista geoeconômico, é importante ter em mente o potencial dessa atividade numa dada espacialidade, no intuito de saber as limitações e capacidades de seu dinamismo. O objetivo do artigo é identificar dinamismo de quatro subclasses de materiais recicláveis analisada por mesorregião, relativos as influências do estado, da estrutura produtiva, dos fatores locais e se as alocações ou não de subclasses propiciam (des) vantagens competitivas. Com isso, pretende-se aferir através de dados sobre emprego entre 2007 e 2015 do sistema da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quais são as capacidades de dinamismos das mesorregiões em relação a este nicho de mercado.

Nesse contexto, é pertinente avaliar as atividades do setor de reciclagem

[56] Doutor em Administração (FGV/SP). Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA). E-mail: livio@ufba.br

[57] Doutor em Geografia (UFBA). Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA). E-mail: cristianocassianodearaujo@gmail.com

quanto a sua importância em relação as mesorregiões baianas. O artigo tem como um de seus propósitos, fazer diagnósticos que indiquem dinamismos, segundo um critério de hierarquização de subclasses de atividades e mesorregiões, tendo como referência o *quantum* de efeitos do modelo *Shift-Share* que contribuem no dinamismo de cada subclasse e cenários de competitividade.

Considerando o desenvolvimento do setor de reciclagens no estado e a relevância de aspectos econômico, ambiental e social, analisam-se desempenhos em termos de dinamismo ou não, segundo as atividades de recuperação de materiais descritos nas quatro subclasses em estudo, já processados e em vias de reprocessamento em sua condição de insumo, contribuíndo para o incremento da indústria de transformação e na mitigação de resíduos que venha a prejudicar o meio ambiente, e do aspecto social, através do incremento do emprego configurado no indicador de efeito de crescimento total.

O artigo se constitui desta introdução (Seção 1) e aditam-se as seções em que faz um breve panorama do setor de reciclagem no Brasil e Bahia (Seção 2), seguido da apresentação do modelo *Shift-Share* (Seção 3), tendo na Seção 4 a análise dos resultados da aplicação do modelo, tal que se interpreta a existência de dinamismo ou não de subclasses, ao tempo em que se faz um rank e hierarquiza-se as atividades de reciclagens por mersorregiões e na Seção 5, as considerações finais.

2. Desenvolvimento

2.1 O setor de reciclagem

A reciclagem é uma atividade emergente no Brasil, tendo ocupado um papel importante na sociedade brasileira desde da década de 1990. A sua relevância perante vários segmentos produtivos não se limita apenas ao seu uso enquanto fontes de energia na linha de produção de indústrias, substituindo as matérias-primas, mas, e principalmente, no que diz respeito ao aproveitamento de materiais tidos como descartáveis na fabricação de novos produtos. Dessa forma, tem-se a “reciclagem” enquanto mecanismo potencial na formação de um mercado, possibilitando dinamismo econômico e geração de emprego e renda.

2.1.1 Setor de reciclagem no Brasil

Com crescimento nos últimos vinte anos, a reciclagem no Brasil alcançou índices que apresentam um viés analítico para o exame dentro da cadeia industrial, onde a colocação a seguir, é mais do que pertinente:

> [...] na última década a indústria brasileira conseguiu elevados índices de reciclagem para certos tipos de materiais, de modo que o país possui a hegemonia percentual e tecnológica dos processos de reciclagem destes materiais, notadamente as latas de alumínio e a reciclagem das embalagens de Tetra Pak. A eficiência empresarial revela que a reciclagem destes materiais está conduzida pela motivação econômica da atividade, delegando a um segundo plano a relevância ambiental e social da reciclagem" (FIGUEIREDO, 2012, p. 2).

De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2015) e a Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos (IPEA, 2010), dois dos principais trabalhos a respeito do tema e que congregam dados das principais instituições que versam sobre o assunto, tal motivação econômica pode ser encontrada no Gráfico 1, desenvolvido pelo IBGE, e que demonstra não apenas o crescimento do setor, como também os principais materiais da cadeia produtiva. O corte temporal é de 1993, ano em que o instituto iniciou a análise deste nicho de mercado, até o ano de 2012.

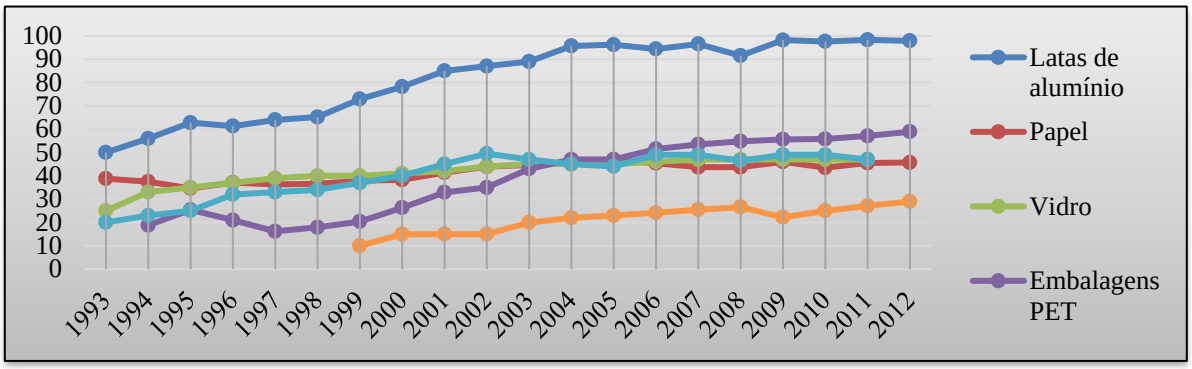


Gráfico 1 – Proporção de material reciclado em atividades industriais no Brasil – 1993-2012
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

O potencial desse mercado é o que mais chama a atenção de vários analistas, pois, até o ano de 2010, autores como Sayago e outros (1998) e Calderoni (1999) procuraram encontrar um meio de mensurar este potencial, objetivando apresentar à comunidade acadêmica, aos gestores públicos e à iniciativa privada os valores que este nicho de mercado possuía e, consequentemente, as variadas

implicações que poder-se-ia oferecer com a organização do mesmo.

No entanto, foi no ano de 2010 que o IPEA, considerando esses autores, desenvolveu uma metodologia para se ter uma medida confiável que apresentasse os valores anuais deste mercado, ao mesmo tempo que oferecessem um panorama para o estudo acerca do seu aproveitamento. E os números, para a época e para os dias de hoje, foram substanciais. De acordo com a instituição, a conclusão apresentada indicava que os benefícios potenciais da reciclagem, caso todo o resíduo reciclável que é encaminhado para aterros e lixões nas cidades brasileiras fosse reciclado, em reais correntes de 2007, estariam estimados em R$ 8 bilhões anuais.

O Quadro 1 transcreve a capacidade desperdiçada deste nicho de mercado.

Quadro 1 – Estimativas dos benefícios econômicos e ambientais da Reciclagem – 2010

Materiais	Benefícios relacionados ao processo produtivo (R$/t)		Benefícios (custos) associados à gestão de resíduossólidos (R$/t)		Benefício por tonelada (R$/t)	Quantidade disponível nos resíduos coletados (t/ano)	Benefício potencialtotal (R$ mil/ano)
	Benefícios econômicos	Benefícios ambientais	Coleta	Disposição final			
Aço	127	74	-	-	88	1.014	89.232
Alumínio	2.715	339	-	-	2.941	166	488.206
Celulose	330	24	136	23	241	6.934	1.671.094
Plástico	1.164	56	-	-	1.107	5.263	5.826.141
Vidro	120	11	-	-	18	1.110	19.980
TOTAL	4.456	504	136	23	4.395	14.487	8.094.653

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010)

Por meio do Gráfico 1 e da Tabela 1, conclui-se que este setor é, indubitavelmente, dentre os setores da economia brasileira, um dos mais capacitados em termos de recursos, não somente pela abundância de sua matéria-prima, ou seja, resíduos, mas, igualmente, mediante a capacidade de crescimento perante o setor industrial, embora apresente alguns descompassos no que diz respeito à integração interinstitucional para o seu crescimento.

2.1.2 Setor de reciclagem na Bahia

O Sebrae (2017), apresenta informações sobre as empresas do setor de reciclagem do território baiano. Quanto às paticipações empresariais desse setor no estado, as microempresas não individuais são as de maiores pesos, com 52%. Ao nosso ver, essa situação explicita uma tendência já compreendida: a de que a reciclagem pode ser uma atividade econômica desenvolvida quase que de maneira individual, necessitando ao mesmo tempo, ser potencializada em maior escala, no intuito de alcançar maiores e melhores resultados. Quanto ao tempo de funcionamento, 29% das empresas entrevistadas estão na ativa há pelo menos 15 ou 20 anos. Já para 24% tem entre 5 e 10 anos de funcionamento. Em 18% estão entre 10 e 15 anos de funcionamento. Os 12% restantes se dividem de forma igualitária em dois grupos: 6% tem mais de 20 anos de funcionamento; e para os outros 6% o tempo de funcionamento compreende entre 6 meses e 1 ano. Tal contexto apresenta um número considerável e que reflete nesse mercado que essas empresas perduram independente das crises, apresentando-se as suas crendenciais em um mercado que resiste ao tempo mediante a sua importância.

Tem-se no perfil financeiro das empresas pesquisadas que, 59%, não se encontram endividadas, e 35% demonstraram graus de endividamento. Coincidentemente, esses números são os mesmos em relação aquelas empresas que buscaram crédito junto às instituições formais. Ainda segundo o mesmo estudo (SEBRAE, 2017), 83% das empresas buscaram crédito para a formação de capital de giro, e apenas 17% visando o incremento da produção. Quanto a dívida das mesmas, têm-se que 51% está com situação regular. Dentre as que não se encontram em situação regular, 28% citaram que a situação é preocupante mas sob controle e a participação restante está em situação muito preocupante.

Quanto aos gargalos ou entraves desse setor, a exemplo da situação econômica na qual o país enfrenta desde 2013, obviamente houve impactos no setor de reciclagem, e, dependendo da escala, distintas influências se deram nas oportunidades e nos planos de negócios. Os gargalos constituem as dificuldades que devem ser superadas pelas empresas de reciclagem junto ao mercado. Entre os entraves foram identificados quatro que tiveram grande destaque, a saber: i) falta de conscientização e de qualificação dos gestores públicos; ii) poucos programas de

coleta seletiva; iii) o alto valor dos tributos no setor e; iv) o pouco envolvimento da população na separação dos materiais. Mesmo assim, a maior parte dos empresários pesquisados não vê ameaça para o segmento no médio prazo. Do total, 24% acreditam que uma ameaça é a concorrência informal. Já paraoutros 24% a maior ameaça é a continuidade da crise econômica. Na visão de 47% dos entrevistados, a crise afetou moderadamente o seu negócio. E24% não sentiram os impactos da mesma e 29% teve seu negócio afetado gravemente. Essa perspectiva se equilibra quando se discorre a respeito dos planos de investimentos para os próximos dois anos, quando 24% dos entrevistados variaram suas respostas entre "sem previsão de investimentos" e "investimentos moderados e pequenos". Todavia, 28% estão planejando grandes investimentos, o que denota a confiança de alguns empreendedores no setor e no mercado.

A capacidade de atendimento das empresas de reciclagem em atender as demandas com presteza e eficiência é um requisito para qualquer empreendimento seja qual for o mercado, uma vez que, quando a demanda é atendida pela oferta do serviço, o ciclo de produtividade fica mais fácil de vigorar. E no caso da reciclagem, os dados são um tanto preocupantes, já que 76% das empresas entrevistadas estão abaixo da capacidade de atendimento. De forma desagregada, 41% pouco e 35% muito abaixo. Tal situação assinala que, muito provavelmente, a quantidade de recicláveis que estão chegando a essas empresas ou é ínfima ou é muito maior no que diz respeito à sua capacidade de processamento, o que denota um problema quanto à demanda deste mercado.

2.2 Modelo *Shift-Share* Analysis

Este modelo é uma ferramenta de cálculo de componentes que geram indicativos de crescimento de setores econômicos e regiões, ocasionados por atributos de natureza espacial, estrutural, regional e alocativo. Na literatura, há um acervo vasto de trabalhos sobre, sendo que as referências seminais são de Dunn Jr. (1960) que apresenta uma tautologia composta de três componentes que apreende mudanças, entre intervalo de tempo, de natureza espacial, estrutural e regional. Têm-se também as publicações de Stilwell (1969) e Edwards e outros (1978) que

propõem formas de cálculos visando detectar reestruturações na composição de setores por região. Por sua vez, Esteban-Maquillas (1972), introduz na componente regional uma variável homotética, evitando que o efeito estrutural interfira no regional, além de viabilizar a análise de competitividade. Já Arcelus (1984) desagrega componentes da versão de Dunn Jr. (1960) com uso de variável homotética e grau de especialização. A versão de Haynes e Machunda (1987) faz testes de aditividades no cálculo das componentes. Knudsen e Barff (1991) discutem um modelo tautológico fundado em variáveis aleatórias. E mais recentemente, de Fernandez e Menendez (2005) e tantos outras publicações internacionais.

Vários autores nacionais aplicaram o modelo *Shift-Share* Analysis com fins diversos, tendo sido publicados artigos como o de Carvalho (1979), que analisou os indicadores de Dunn Jr. (1960) para efeito de estudo de vantagens comparativas na região Centro-Oeste do Brasil. Haddad e outros (1989) que estudou as taxas de crescimento regional resultantes de atributos estruturais e/ou regionais. Por sua vez, Pereira e Campanile (1999) que aplicam para o estado do Rio de Janeiro visando diagnosticar as atividades do petróleo, do setor extrativo mineral e agricultura. Além desses citados há outros autores que também aplicaram o modelo *Shift-Share*.

2.2.1 Versão de Esteban-Maquillas

A análise regional do estado da Bahia utilizou a base de três bancos de dados da União: CNAE[58], RAIS[59] e CAGED[60], utilizando-as a partir das sete mesorregiões do estado da Bahia – Extremo Oeste Baiano, Vale São Franciscano da Bahia, Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Centro Sul Baiano e Sul Baiano – para analisar quatro subclasses da atividade de reciclagem – Recuperação de sucatas de alumínio, Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio, Recuperação de materiais plásticos, e Recuperação de materiais não especificados anteriormente. O objetivo do estudo é elaborar

[58] Classificação Nacional de Atividades Econômicas, gerido pelo IBGE.

[59] Relação Anual de Informações Sociais.

[60] Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; tanto a RAIS quanto o CAGED são vinculados ao Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do Ministério do Trabalho e Previdência, antigo Ministério do Trabalho (MTE).

diagnósticos sobre os perfis de dinamismos quanto ao crescimento entre períodos de tempo dessas subclasses da atividade de reciclagem.

A construção da matriz de informações faz uso da variável emprego formal das subclasses e mesorregiões baianas. O nível de emprego é representado pela letra L, a matriz se constitui, em suas linhas, as quatro subclasses e, nas colunas, pelas mesorregiões baianas. A linguagem dessa matriz se baseia nas amplitudes: espacial, sendo o conjunto de todas as subclasses e mesorregiões $\sum i \sum j\ \boldsymbol{L}_{tt}$; local, correspondendo a cada subclasse e mesorregião $\boldsymbol{L}_{ij}$; regional, formada pelo conjunto de todas as mesorregiões de cada subclasse $\sum i \boldsymbol{L}_{it}$; e setorial constituída pelo conjunto de todas as subclasses de cada mesorregião $\sum j \boldsymbol{L}_{tj}$.

Quadro 2 – Matriz de informações do estado da Bahia para cada ano

Subclasses	Mesorregiões: (j)	$\sum j = t$
(i)	L_{ij}	$\sum iL_{it}$
$\sum i = t$	$\sum jL_{tj}$	$\sum i \sum jL_{tt}$

Fonte: Elaboração própria

Sendo: *L = Emprego; Lij = Emprego de cada subclasse i em cada mesorregião j; Lit = Emprego de cada subclasse i em todas as mesorregiões j; Ltj = Emprego total das subclasses de cada mesorregião j; Ltt = Emprego total das subclasses e das mesorregiões da Bahia; i = Subclasses (i = 1, ..., n); j = Mesorregiões da Bahia (j= 1,...,m); n = Número de subclasses; m = Número de mesorregiões da Bahia; t = Somatórios das subclasses ou das mesorregiões.*

Quadro 3 – Matriz de taxas de crescimento entre dois anos

Subclasses	Mesorregiões: (j)	$\sum j = t$
(i)	ηij	ηit
$\sum i = t$	ηtj	ηtt

Fonte: Elaboração própria

Sendo: *ηij = Taxa de crescimento do emprego de cada subclasse i em cada mesorregião j; ηit = Taxa de crescimento do emprego de cada subclasse i em todas as mesorregiões j; ηtj = Taxa de crescimento do emprego total das subclasses por cada mesorregião j; ηtt = Taxa de crescimento do emprego total das subclasses e das mesorregiões da Bahia.*

A versão de Esteban-Maquillas substitui a variável base efetiva da versão de

Dunn Jr. (1960) por uma variável base homotética no efeito regional, visando eliminar influência do efeito estrutural, resultando na introdução de um efeito alocativo que possibilita avaliar a capacidade competitiva regional. O significado da variável homotética envolve qual o emprego que uma subclasse i, em uma mesorregião j, teria se a estrutura da produção e emprego fosse igual à do estado da Bahia. Homogeneizando as estruturas produtivas das mesorregiões com a do estado e detectados diferentes dinamismos de subclasses entre as mesorregiões, resultam-se de distintos atributos de natureza regional. O cálculo da variável homotética se expressa, a seguir:

$$Lij_0^H = (Lit_0 * Ltj_0) / Ltt_0 \qquad (1)$$

Utilizando-se como variável base o emprego homotético $\mathbf{Lij_0^H}$ em substituição ao emprego efetivo no efeito regional $Lij_0\ (\eta ij - \eta it)$ da versão de Dunn Jr. (1960), elimina-se a influência do efeito estrutural, viabilizando identificar distintas competitividades de subclasses entre as mesorregiões através do efeito de crescimento regional competitivo (ECRC).

$$CRC = Lij_0^H(\eta ij - \eta it) \qquad (2)$$

O efeito de crescimento alocativo (ECA) possibilita fazer diagnósticos sobre (des)vantagens competitivas de uma mesorregião em relação à sua amplitude regional. Esse efeito é composto pelo Grau de Especialização $(Lij_0 - Lij_0^H)$ de cada mesorregião por subclasse em relação ao ano base, e pelo Indicador de Competitividade ($\eta ij - \eta it$) que relativiza as taxas de crescimento entre os anos base e corrente.

$$ECA = (Lij0 - Lij0^H)\ (\eta ij - \eta it) \qquad (3)$$

O efeito de crescimento global (ECG), medido através de $Lij_0 \eta tt$ apreende graus de (in)dependência da atividade local em relação ao Estado, e o efeito de crescimento estrutural (ECE) obtido através de $Lij_0(\eta it - \eta tt)$, detecta graus de dinamismos da composição das subclasse na mesorregião, em comjunto, com os efeitos regional competitivo (ECRC) e alocativo (ECA), obtém-se a medida do efeito de crescimento total (ECT) na expressão de Esteban-Maquillas, como descrito, a seguir:

$$ECT = ECG + ECE + ECRC + ECA$$

$$\Delta Lij = Lij_0\eta tt + Lij0(\eta it - \eta tt) + Lij_0^H(\eta ij - \eta it) + (Lij_0 - Lij_0^H)(\eta ij - \eta it) \qquad (4)$$

$$ECT = \Delta Lij = L^1ij - L^0ij \text{ ou } ECT = Lij^0\eta ij \qquad (5)$$

Diante de quatro efeitos de crescimento, trinta combinações podem ser simuladas visando obter o resultado da ECT por subclasse e mesorregião, viabilizando avaliar os pesos de cada efeito, além de se fazer análise de competitividade através do efeito de crescimento alocativo, segundo os cenários do Quadro 4.

Quadro 4 – Análise de competitividade, Efeito Alocação: ECAij = (Lij - Lij_0^H)(ηij - ηit)

Grau de Especialização	*Indicativo de Competitividade*	*Efeito Alocação ou Especialização*	*Natureza das (Des)Vantagens Competitivade Subclasses e Mesorregiões*
GE =(Lij_0 – Lij^H)0	*IC = (ηij - ηit)*	*ECAij*	
+	+	+	1) Vantagens competitivas (Especialização competitiva) (VCE)
-	-	+	2) Vantagens competitivas (Não especialização não competitiva) (VCNE)
-	+	-	3) Desvantagenscompetitivas (Não especializaçãocompetitiva) (DCNE)
+	-	-	4) Desvantagenscompetitivas (Especialização nãocompetitiva) (DCE)

Fonte: Elaboração própria

2.3 Análise dos resultados

O diagnóstico setorial do nicho de mercado da reciclagem em cada uma das suas mesorregiões da Bahia, identifica através das análises das componentes *Shift-Share*, quanto: 1) ao grau de integração mesorregional com o estado; 2) à estrutura da atividade de reciclagem, se a mesma gera dinamismo ou não; 3) à capacidade competitiva, ou não, das subclasses por mesorregião e; 4) ao fato de as mesorregiões se especializarem ou não, gerando (des)vantagens competitivas.

Esta análise apoia-se no Quadro 6 através dos pesos dos efeitos de

crescimentos, representados pelas suas percentagens em relação a efeitos de crescimento total (ECT) por subclasse e mesorregião. Os quatro efeitos diagnosticam o desempenho do crescimento de cada subclasse, efetua um rank de subclasses e hierarquiza por mesorregiões e subsidia ações econômica, ambiental e social. As interpretações dos resultados das participações envolvem os efeitos dos seus pesos no efeito de crescimento total: 1) global, significando o que se adiciona para cada subclasse e mesorregião, quando ocorre um incremento no período com igual taxa de crescimento do emprego da Bahia; 2) estrutural, identificando razões estruturais de produção e, sob a ótica da mesorregião, a composição de suas subclasses com maior ou menor dinamismo; 3) regional, representando a capacidade competitiva da mesorregião e; 4) alocativa, correspondendo à participação da posição da (des)vantagem competitiva.

No Quadro 6, nota-se também a presença de outras três variáveis: o grau de especialização, que relativiza os níveis de empregos efetivos com os homotéticos por subclasses e mesorregiões no ano base, (L^0ij – Lij^{0H}); o indicador de competitividade, que avalia o dinamismo das mesorregiões através das diferenças de taxas de crescimento, (ηij - ηit); e a análise das (des) vantagens competitivas através do efeito alocação (ECAij) e interpretadas segundo o Quadro 2[61]. Essa análise possibilita a definição de prioridades de intervenção em mesorregiões no tocante à opção a ser dada às atividades de reciclagem, contribuindo para metas de políticas de desenvolvimento regional. A análise do efeito alocação com base no Quadro 5, identifica vários cenários para cada subclasse de reciclagem, segundo o número de mesorregiões.

Quadro 5 – Número de cenários de (des)vantagem competitiva de subclasses, por mesorregiões – 2007-2015

Subclasses	Cenários das (Des) Vantagens Competitivas de Subclasses em Números de Mesorregiões			
	VCE	VCNE	DCNE	DCE
Recuperação de sucatas de alumínio.	0	4	1	2

Continuação

[61] As subclasses com restrições na base de dados serão analisadas apenas quanto ao efeito de crescimento alocativo e as (des) vantagens competitivas.

Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio.	2	3	0	2
Recuperação de materiais plásticos.	1	2	2	2
Recuperação de materiais não especificados, anteriormente.	2	1	2	2
Total de cenários	5	10	5	8
Número de mesorregiões	5	6	4	6

Fonte: Quadro 6.

Em cinco mesorregiões têm-se 5 situações de vantagens competitivas especializadas (VCE), significando os melhores desempenhos, tendo em vista as mesorregiões terem se especializado nas atividades de reciclagens que indicam capacidades competitivas. Em seis mesorregiões constataram-se 10 cenários de vantagens competitivas não especializadas (VCNE), dado que elas se mostraram não competitivas ao tempo em que as mesorregiões não se especializaram nessas subclasses.

Em quatro mesorregiões acusam-se 5 casos de desvantagens competitivas não especializadas (DCNE), sinalizando dinamismo não aproveitado, já que se apresentaram competitivas, ao tempo em que as mesorregiões não se especializaram nestas subclasses. Em seis mesorregiões verificaram-se 8 cenários de desvantagens competitivas especializadas (DCE), pois as mesorregiões se especializaram nessas atividades sem competitividades.

Quadro 6 – Participação dos efeitos *Shift-Share* no efeito total de cada subclasse de reciclagem por cada mesorregião – 2007-2015

Subclasses	Participação dos Efeitos de Crescimento no ECT (%)				ECT Total u.e.	Grau de Especialização	Indicador de Competitividade	Efeito Alocação	(Des)Van-tagem Competitiva
	ECG/ECT	ECE/ECT	ECRC/ECT	ECA/ECT		$(L^{0}ij - Lij^{0H})$	(ηij - ηit)	ECAij	
EXTREMO OESTE BAIANO									
Recuperação de sucatas e alumínio	(-78,36)	(67,67)	(3,64)	(117,05)	-12	+17,46	-0,80	-14,05	DCE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	na	na	Na	na	na	-0,42	-5,72	+2,42	VCNE
Recuperação de materiais plásticos	na	na	Na	Na	na	-1,18	-0,52	+0,61	VCNE
Recuperação de mat. não especif. anteriormente	na	na	Na	na	na	+14,14	+0,08	+1,18	VCE
VALE SÃO FRANCISCANO DA BAHIA									
Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	Na	na	na	-2,71	-0,14	+0,37	VCNE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	na	na	Na	na	na	-8,73	-5,72	+49,95	VCNE
Recuperação de materiais plásticos	(-52,24)	(0,22)	(173,56)	(-21,54)	-25	-3,54	-1,52	+5,38	VCNE
Recuperação de mat. não especif. anteriormente	(-64,80)	(75,19)	(74,09)	(15,53)	-79	+16,98	-0,72	-12,27	DCE
CENTRO NORTE BAIANO									
Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	Na	na	na	-4,10	-0,14	+0,57	VCNE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	40,63	404,55	-329,53	-15,65	18	+0,63	-4,44	-2,82	DCE
Recuperação de materiais plásticos	(-144,84)	(0,61)	(78,51)	(165,72)	-44	+82,78	-0,88	-72,92	DCE
Recuperação de mat. não especif, anteriormente	na	na	Na	na	na	-78,32	+0,08	-6,56	DCNE
NORDESTE BAIANO									
Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	na	na	na	+1,94	-0,14	-0,27	DCE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	6,53	65,02	4,50	23,95	8	+0,84	+2,28	+1,92	VCE
Recuperação de materiais plásticos	na	na	na	na	0	+0,54	-0,52	-0,28	DCE
Recuperação de mat. não especif, anteriormente	(-52,24)	(60,61)	(120,71)	(-29,08)	-1	-0,32	-0,92	+0,29	VCNE
METROPOLITANA DE SALVADOR									
Recuperação de sucatas de alumínio	41,04	-30,21	94,17	-5,01	14	-0,62	+1,13	-0,70	DCNE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	6,97	69,44	13,55	10,04	397	+22,55	+1,77	+39,85	VCE
Recuperação de materiais plásticos	11,61	-0,05	493,83	-405,38	72	-73,34	+3,98	-291,88	DCNE
Recuperação de mat. não especif, anteriormente	(-482,80)	(560,18)	(18,80)	(3,81)	-33	+51,40	-0,02	-1,26	DCE
CENTRO SUL BAIANO									
Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	na	na	na	-5,31	-0,14	+0,73	VCNE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	17,41	173,38	-750,31	659,52	6	-14,53	-2,72	+39,57	VCNE
Recuperação de materiais plásticos	21,85	-0,09	92,55	-14,31	98	-7,50	+1,87	-14,02	DCNE
Recuperação de mat. não especif, anteriormente	(-963,49)	(1117,92)	(-45,14)	(-9,29)	-9	+28,33	+0,03	+0,84	VCE
SUL BAIANO									
Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	na	Na	na	-0,66	-0,14	+0,09	VCNE
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	52,24	520,13	-342,44	-129,93	6	+1,65	-4,72	-7,80	DCE
Recuperação de materiais plásticos	82,71	-0,35	11,85	5,79	12	+6,24	+0,11	+0,69	VCE
Recuperação de mat. não especif, anteriormente	36,44	-42,29	127,81	-21,97	43	-6,23	+1,52	-9,45	DCNE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: a) Os valores positivos entre parênteses são percentuais de Efeitos (-) divididos por um valor do ECT negativo; b) Os valores negativos entre parêntese são percentuais de Efeitos (+) divididos por um valor do ECT negativo.

na = Subclasses baseadas em valores simulados e não analisados por restrições na base de dados; u.e. = Unidade de emprego.

Diante da análise dos resultados dos efeitos do modelo *Shift-Share* que definem se as subclasses são dinâmicas ou não dinâmicas através do efeito de crescimento total (ECT) e baseando-se em critérios de hierarquização da importância de cada subclasse e mesorregião, tem-se no Quadro 7 os critérios de ordenação para se rankear as subclasses por mersorregiões.

Quadro 7 – Critérios de ordenação do rank das subclasses por efeitos das componentes e perfis de competitividades do modelo *Shift-Share*

Rank	ECT* u.e.	1º Critério	2º Critério
		***Quantum* de Efeitos de Crescimentos Dinâmicos (+)**	**(Des)Vantagens Competitivas**
1º	+	4 Efeitos: ECG, ECE, ECRC, ECA	VCE
2º	+	3 Efeitos: (ECG, ECR, ECA) ou (ECE, ECR, ECA)	VCE
3º	+	3 Efeitos:ECG, ECE, ECA	VCNE
4º	+	3 Efeitos: ECG, ECE, ECR	DCNE
5º	+	2 Efeitos: ECR, ECA	VCE
6º	+	2 Efeitos: (ECG, ECA) ou (ECE, ECA)	VCNE
7º	+	2 Efeitos: (ECG, ECR) ou (ECE, ECR)	DCNE
8º	+	2 Efeitos: ECG, ECE	DCE
9º	+	1 Efeito: ECA	VCNE
10º	+	1Efeito: ECR	DCNE
11º	+	1 Efeito: ECG ou ECE	DCE
Rank	**ECT* u.e.**	***Quantum* de Efeitos de Crescimentos Não Dinâmicos (-)**	**(Des)Vantagens Competitivas**
12º	-	1 Efeito: ECG ou ECE	VCE
13º	-	1 Efeito: ECR	VCNE
14º	-	1 Efeito: ECA	DCNE
15º	-	2 Efeito: ECG, ECE	VCE
16º	-	2 Efeito: (ECG, ECR) ou (ECE, ECR)	VCNE
17º	-	2 Efeito: (ECG, ECA) ou (ECE, ECA)	DCNE
18º	-	2 Efeito: ECR, ECA	DCE
19º	-	3 Efeito: ECG, ECE, ECR	VCNE
20º	-	3 Efeito: ECG, ECE, ECA	DCNE
21º	-	3 Efeito: (ECG, ECR, ECA) ou (ECE, ECR,ECA)	DCE
22º	-	4 Efeito: ECG, ECE, ECR, ECA	DCE

Fonte: Elaborado própria

* Incremento em unidade emprego (u.e.) de subclasse entre 2007 e 2015: (+) dinâmico e (-)não dinâmico.

Como esperado, o Quadro 8 mostra a Mesorregião Metropolitana de Salvador liderando, dado que se trata de uma região que historicamente tem sido a de maior concentração econômica e, mais especificamente, constatou-se que foi a única mesorregião em que foi disponibilizada as quatro subclasses em análise e a que se apresentou com todas as participações percentuais. Em sequência

hierárquica, as demais mesorregiões seguiram as seguintes ordens decrescentes de importância no setor de atividade de reciclagem: Sul Baiano, Centro Sul Baiano, Nordeste Baiano, Centro Norte Baiano, Vale São Franciscano da Bahia e Extremo Oeste Baiano. Com relação às atividades econômicas do setor, verificam-se no Quadro 8 as posições hierárquicas por mesorregião e os ranks das subclasses, segundo o Quadro 7.

Quadro 8 – Rank e posições hierárquicas das subclasses de reciclagem por mesorregiões da Bahia, segundo critérios de ordenação – 2007-2015

Rank	***Posição Meso***	**Subclasses de Atividades de Reciclagens**	**ECT * u.e.**	***Quantum* de Efeitos de e Crescimentos (+)**	**(Des) Vantagens Competitivas**
1) Metropolitana de Salvador					
1º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	397	Global, Estrutural, Regional e Alocativo	VCE
7º	*2º*	Recuperação de materiais plásticos	72	Global e Regional	DCNE
7º	*3º*	Recuperação de sucatas de alumínio	14	Global e Regional	DCNE
21º	*4º*	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	-33	Global	DCE
2) Sul Baiano					
2º	*1º*	Recuperação de materiais plásticos	12	Global, Regional e Alocativo	VCE
7º	*2º*	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	43	Global e Regional	DCNE
8º	*3º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	6	Global e Estrutural	DCE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	VCNE

Continuação

3) Centro Sul Baiano					
3º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	6	Global, Estrutural e Alocativo	VCNE
12º	*2º*	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	-9	Global, Regional e Alocativo	VCE
70	*3º*	Recuperação de materiais plásticos	98	Global e Regional	DCNE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	VCNE
4) Nordeste Baiano					
1º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	8	Global, Estrutural, Regional e Alocativo	VCE
16º	*2º*	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	-1	Global e Alocativo	VCNE
-	-	Recuperação de materiais plásticos	0	na	DCE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	DCE
5) Centro Norte Baiano					
8º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	18	Global e Estrutural	DCE
21º	*2º*	Recuperação de materiais plásticos	-44	Global	DCE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	VCNE
-	-	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	na	na	DCNE
6) Vale São Franciscano da Bahia					
16º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	-25	Global e Alocativo	VCNE

Continuação

21º	*2º*	Recuperação de materiais plásticos	-79	Global	DCE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	VCNE
-	-	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	na	na	VCNE
7) Extremo Oeste Baiano					
21º	*1º*	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	-12	Global	DCE
-	-	Recuperação de materiais plásticos	na	na	VCE
-	-	Recuperação de sucatas de alumínio	na	na	VCNE
-	-	Recuperação de materiais não especif. anteriormente	na	na	VCNE

Fonte: Elaboração própria

* ECT = Incremento do emprego de subclasse entre 2007 e 2015: (+) dinâmico e (-) não dinâmico.
na = Subclasses de atividades não analisadas (na) por restrições na base de dados.

Para efeito de análise de cada mesorregião e subclasse, fazem-se as avaliações dos efeitos de crescimento, global, estrutural, regional e alocativo, examinando se há influência positiva (expansão) ou negativa (declínio) no efeito de crescimento total. Identificam-se as mesorregiões em que as subclasses indicam ou não competitividade e quanto à (des)vantagem competitiva de cada atividade. Com base no Quadro 8, faz-se a ordenação das posições hierárquicas das subclasses por mesorregiões ancoradas no rank do Quadro 7. Essa análise subsidia informações visando tomadas de decisões de agentes, públicos e privados, nos contextos econômico, ambiental e social das subclasses e mesorregiões.

2.3.1 Metropolitana de Salvador

Essa mesorregião registra três subclasses de reciclagem com dinamismos e uma sem dinamismo em seus resultados dos efeitos de crescimento total (ECT),

abrangendo as quatro atividades em análise.

A subclasse “Recuperação de materiais metálicos – exceto alumínio”, assumiu a 10 posição e rank 10, registrando dinamismo de valor 397 u.e. provocado pelos efeitos global (ECG) com 6,97%, estrutural (ECE) com 69,44%, regional competitivo (ECRC) com 13,55%, e alocativo (ECA) com 10,04%. Tendo como consequência vantagens competitivas especializadas (VCE), já que essa mesorregião se especializou nessa atividade com indicativo de competitividade positivo.

A atividade de “Recuperação de materiais plásticos”, colocando-se na 20posição e rank 70, com dinamismo de valor 72 u.e., como consequência dos efeitos global (ECG) com 11,61% e regional competitivo (ECRC) com 493,83%, resultando em desvantagem competitiva não especializada (DCNE). Tendo em vista que a mesorregião não ter se especializado nessa subclasse, deixando de aproveitar a sua capacidade competitiva.

A de “Recuperação de sucatas de alumínio”, ficou na 30 posição e rank 70 diante de um incremento dinâmico no valor de 14 u.e. resultante dos efeitos global (ECG) com 41,04% e regional competitivo (ECRC) com 94,17% e apresenta-se com desvantagem competitiva não especializada (DCNE), dado que a mesorregião também não se especializou nessa subclasse com competitividade regional.

Por sua vez, apenas a subclasse “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente”, na 44 posição e rank 210, não apresentou dinamismo mediante seu resultado negativo de valor de 33 u.e., o qual foi resultado dos efeitos negativos de crescimento estrutural (ECE) com 560,18%, regional competitivo (ECRC) com 18,80% e alocativo (ECA) com 3,81%, registrando-se com desvantagem competitiva especializada (DCE), indicando especialização sem competitividade na mesorregião.

2.3.2 Sul Baiano

O Sul Baiano exibiu três subclasses com efeitos de crescimento total (ECT) positivos e uma atividade em que não constam as participações percentuais dos efeitos, ficando limitada a análise de competitividade regional.

A subclasse de “Recuperação de materiais plásticos”, com uma 10 posição e rank 20, apresenta-se com valor dinâmico de 12 u.e., tendo efeitos de crescimentos relevantes através do global (ECG) com 82,71%, regional competitivo (ECRC) com 11,85% e alocativo (ECA) com 5,79%, respaldando o dinamismo, além de refletir em vantagem competitiva especializada (VCE), já que a mesorregião se especializou nessa subclasse de competitividade regional positiva.

A atividade de “Recuperação de materiais não especificados anteriormente” assumindo 20 posição e rank 70, e acusando uma expansão no valor de 43 u.e., apresentando-se com os efeitos de crescimentos global (ECG) com 36,44% e regional competitivo (ECRC) com 127,81%, contudo a mesorregião não se especializando nesta subclasse incorreu em desvantagem competitiva não especializada (DCNE), dado que esta atividade indica competitividade.

No caso da “Recuperação de materiais metálicos – exceto alumínio”, colocando-se na 30 posição e rank 80, com um valor dinâmico de 6 u.e., respaldado pelos efeitos de crescimentos global (ECG) com 52,24% e estrutural (ECE) com 520,13%, por sua vez, com desvantagem competitiva especializada (DCE), pois a subclasse não indica capacidade competitiva regionalmente dado que a mesorregião se especializou nesta atividade.

A atividade de reciclagem “Recuperação de sucata de alumínio”, não contendo dados de participações percentuais dos quatro efeitos no crescimento total, ficou inviabilizada de se posicionar no Rank, no entanto, verifica-se que incorreu em vantagem competitiva não especializada (VCNE), dado que a mesorregião não se especializou nesta atividade sem competitividade.

2.3.3 Centro Sul Baiano

A mesorregião do Centro Sul Baiano se apresentou para análise do efeito de crescimento (ECT) com três subclasses, tal que duas subclasses demonstraram dinamismos e uma registrou não dinamismo, e uma atividade sem os pesos percentuais em relação ao efeito de crescimento total.

A subclasse “Recuperação de materiais metálicos – exceto alumínio” assumiu a 10 posição e rank 30, sendo dinâmica com expansão de 6 u.e., justificado

pelas participações positivas dos efeitos de crescimentos global (ECG) com 17,41%, estrutural (ECE) com 173,38% e alocativo com 659,52%, bem como ficaram na categoria de vantagem competitivas não especializadas (VCNE), dado que a mesorregião não acusou especialização em consonância com a falta de competitividade dessa atividade.

Em relação a atividade de “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente”, ficando na 20 posição e rank 120, e apesar de acusar falta de dinamismo através de um declínio de 9 u.e., provocado pelo efeito de crescimento estrutural (ECE) negativo que influenciou na ordem percentual de 1.117,92%, neutralizando os efeitos positivos dos demais efeitos. Contudo, registrou vantagem competitiva especializada (VCE) em face da mesorregião indicar especialização nessa subclasse com competitividade regional.

A subclasse “Recuperação de materiais plásticos”, situando-se na 30 posição e rank 70, mostra-se com dinamismo relativo a expansão de 98 u.e., destacando-se as participações positivas do crescimento global (ECG) com 21,85%, e do crescimento regional competitivo (ECRC) com 92,55%, apresentando-se com uma desvantagem competitiva não especializada (DCNE), tendo em vista a mesorregião não indicar ter se especializado nessa atividade com competitividade.

No que tange a “Recuperação de sucatas de alumínio” sem as participações percentuais das componentes no efeito de crescimento total, não foi possível situar o rank, muito embora apreende-se que essa atividade registrou vantagem competitiva não especializada (VCNE), pois não se verificou especialização nessa subclasse sem competitividade pela mesorregião.

2.3.4 Nordeste Baiano

Em relação a mesorregião Nordeste Baiano verificaram-se duas subclasses de reciclagens rankeadas, tal que os seus efeitos de crescimento total acusaram dinamismos e não dinamismos. Sendo as outras duas atividades sem os percentuais das participações quanto ao efeito de crescimento total (ECT).

A atividade de “Recuperação de materiais metálicos – exceto alumínio” se colocou na 10 posição e rank 10, registrando expansão com o valor 8 u.e., atestado

pelos dados positivos à cada efeito de crescimento, a saber, global (ECG) com 6,53%, estrutural (ECE) com 65,02%, regional competitivo (ECRC) com 4,50% e alocativo (ECA) com 23,95%. Apresentou-se com vantagem competitiva especializada (VCE), demonstrando não somente a competitividade desta subclasse como também o fato da mesorregião ter se especializado.

No que tange a subclasse de “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente” situou-se na 20 posição e rank 160, que retratou declínio de 1 u.e., em virtude dos resultados negativos dos seguintes efeitos de crescimento: estrutural (ECE) com 60,61%; e regional competitivo (ECRC) com 120,71%; apresentando-se com uma vantagem competitiva não especializadas (VCNE), dado que a mesorregião não priorizou a sua especialização nesta atividade, cujo indicador de competitividade foi negativo.

As subclasses de reciclagens “Recuperação de sucatas de alumínio” e “Recuperação de materiais plásticos”, não contendo os pesos percentuais em relação aos seus efeitos de crescimento total, ficaram impossibilitadas de se identificar os seus correspondentes ranks. Ao tempo em que se verificaram em ambas as subclasses os cenários de desvantagens competitivas especializadas (DCE), o que reflete no fato da mesorregião ter se especializado nessas atividades de indicadores de competitividade regional negativos.

2.3.5 Centro Norte Baiano

A mesorregião do Centro Norte Baiano, igualmente como a anterior, consta de duas atividades de reciclagens com seus ranks, de maneira que se apresentaram com os seus efeitos de crescimento total (ECT) com dinamismo e não dinamismo. As outras duas atividades não registraram dados de seus pesos das relações das componentes com o efeito de crescimento total.

A subclasse “Recuperação de Materiais Metálicos – exceto alumínio” situou-se na 10 posição e rank 80, com uma expansão de 18 u.e., em razão dos efeitos positivos de crescimento global (ECG) com 40,63% e estrutural (ECE) com 404,55% e apesar desta atividade ter se mostrado dinâmica, explicando a sua especialização pela mesorregião, apresenta desvantagem competitiva especializada (DCE) pois seu

indicador de competitividade é negativo.

No tocante a atividade de “Recuperação de Materiais Plásticos” colocando-se na 20 posição e rank 210, registrou falta de dinamismo através do declínio de 44 u.e., debitando tal resultado à influência dos efeitos negativos de crescimentos, estrutural (ECE) com 0,61%, regional (ECRC) com 78,51% e alocativo (ECA) com 165,72%, classificando-se também com desvantagem competitiva especializada (DCE), em razão de se focar sua especialização sem a devida capacidade competitiva.

As duas outras atividades sem as participações percentuais das componentes, inviabilizando situar seus ranks se apresentaram quanto as (des)vantagens competitivas da forma a seguir: “Recuperação de Sucatas de Alumínio”, classificada enquanto vantagem competitiva não especializada (VCNE), dado que a mesorregião não sinaliza prioridade em sua especialização em conformidade com o indicador de competividade negativo; e “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente”, que resultou em desvantagem competitiva não especializada (DCNE), tendo em vista a subclasse mesmo indicando competitividade positiva, não há indicativo de especialização na mesorregião.

2.3.6 Vale São-Franciscano da Bahia

A mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia se apresentou com duas atividades sem dinamismos e outras duas sem dados de participações das componentes nos seus efeitos de crescimento total (ECT).

A subclasse “Recuperação de materiais plásticos” assumiu a 10 posição e rank 160, registrando falta de dinamismo nos seus correspondentes efeitos de crescimento total (ECT), dado que essa atividade acusou valor negativo de 25 u.e., devendo-se esses resultados as influências negativas dos pesos dos efeitos de crescimento estrutural (ECE) e crescimento regional competitivo (ECRC) com os respectivos percentuais de 0,22% e 173,56%, resultando em vantagens competitivas não especializadas (VCNE), uma vez que a mesorregião não se especializou nessa atividade, ficando evidente ao se analisar os indicadores de competividade negativos.

No caso da atividade de “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente”, situando-se na 20 posição e rank 210, com declínio no efeito de crescimento total (ECT) em 79 u.e., tendo em vista as participações dos pesos dos efeitos de crescimento estrutural (ECE) com 75,19%, crescimento regional competitivo (ECRC) com 74,09% e efeito de crescimento alocativo (ECA) com 15,53%, ao tempo em que se verificou desvantagem competitiva especializada (DCE) em razão da mesorregião ter focado sua especialização nessa atividade.

As subclasses “Recuperação de sucatas de alumínio” e “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio” não sendo disponibilizado os pesos percentuais das componentes, impossibilitaram-se de se fazer os seus correspondentes ranks. Em termos de capacidades competitivas, ambas subclasses de reciclagens se apresentaram com vantagens competitivas não especializadas (VCNE), dado que a mesorregião, em consonância com a falta de competitividade dessas atividades, não focou na sua especialização.

2.3.7 Extremo Oeste Baiano

No que tange a mesorregião do Extremo Oeste Baiano apenas uma subclasse sem dinamismo foi factível identificar o seu rank, já que as três outras atividades em estudo não contiveram os pesos das componentes.

Em relação a subclasse de “Recuperação de sucatas de alumínio”, situando-se na 10 posição e rank 210, tem-se um efeito de crescimento total (ECT) sem dinamismo com um valor negativo de 12 u.e., tendo em vista os valores negativos de três efeitos de crescimento, o estrutural com 67,67%, o regional competitivo com 3,64% e o alocativo com 117,05%, resultando em desvantagem competitiva especializada (DCE), pois detectou-se especialização nesta atividade pela mesorregião.

As demais subclasses não sendo rankeadas, constataram que a atividade de “Recuperação de materiais não especificados, anteriormente” incorreu em vantagem competitiva especializada (VCE), subtendendo-se que a mesorregião se especializou nessa subclasse com indicador de competitividade positivo. Enquanto que as atividades de “Recuperação de materiais plásticos” e “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio” acusaram vantagens competitivas não

especializadas (VCNE), em razão da não especialização nessa atividade sem capacidade competitiva.

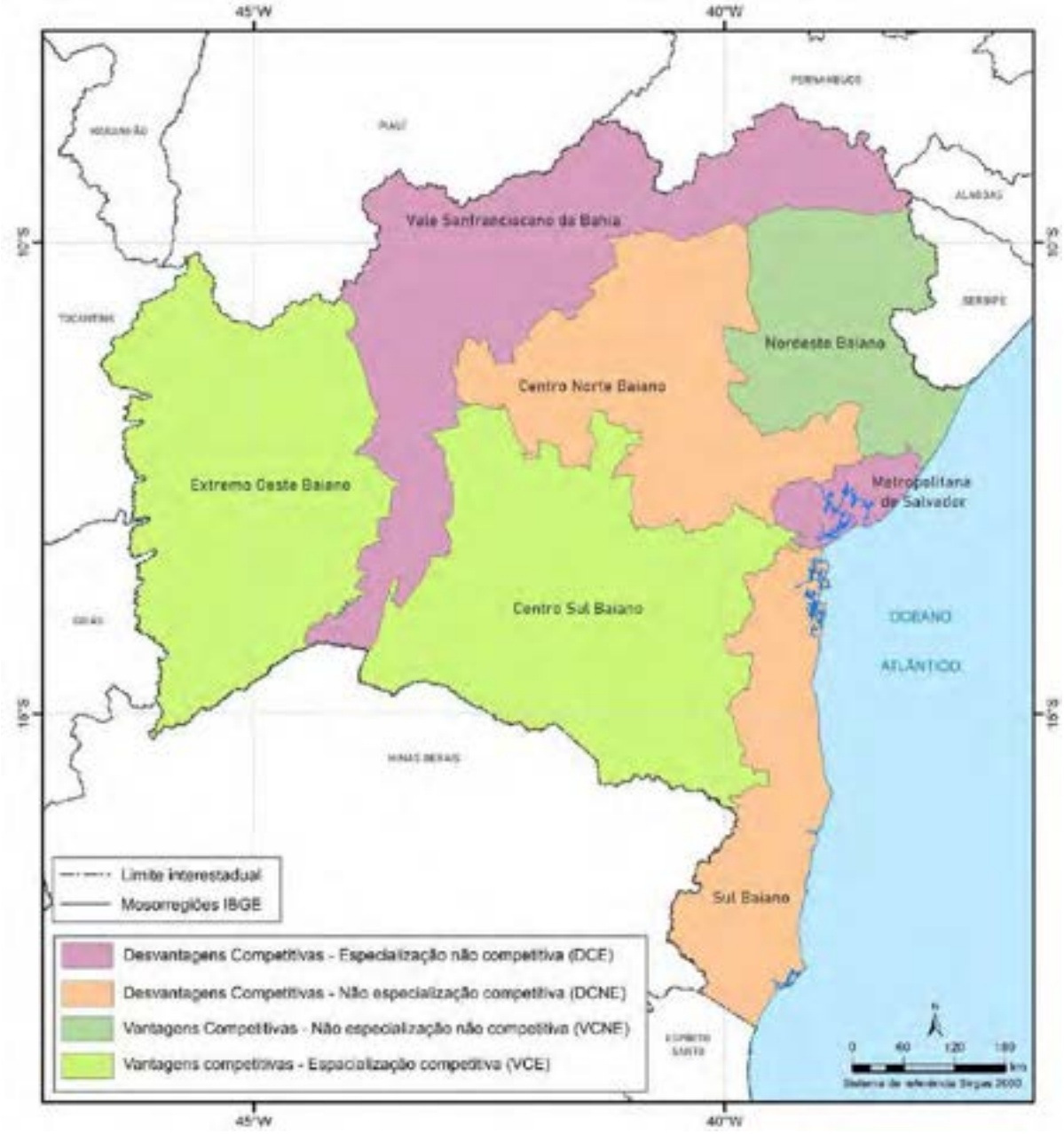
Como complemento a análise empreendida via *Shift-Share*, processou-se numa perspectiva geográfica a elaboração de quatro mapas que demonstram a alocação das vantagens e desvantagens competitivas das quatro subclasses da atividade de reciclagem nas mesorregiões do estado. O desenvolvimento dos mapas seu deu especialmente por existir uma geografia econômica do setor de reciclagem na Bahia. Ademais, faz-se necessário para os desdobramentos da análise ora empreendida, e que contempla uma agenda de pesquisa nesse campo, compreender, visualmente, a dinâmica espacial do setor à luz da representação que as mesmas apresentaram ao dimensionar as ocorrências ou não da especialização das subclasses pesquisadas no território do estado. Ei-las.

Mapa 1 – Espacialização sobre as vantagens e desvantagens competitivas da recuperação de sucatas de alumínio, analisados por mesorregiões baianas – 2005-2017

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2017).

Mapa 2 – Espacialização sobre as vantagens e desvantagens competitivas da recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio, analisados por mesorregiões baianas – 2005-2017

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2017).



Mapa 3 – Espacialização sobre as vantagens e desvantagens competitivas da recuperação de materiais não especificados, anteriormente, analisados por mesorregiões baianas – 2005-2017

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2017).

Mapa 4 – Espacialização sobre as vantagens e desvantagens competitivas da recuperação de plástico, analisados por mesorregiões baianas – 2005-2017

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2017).

3. Considerações finais

Diante da inexistência de homogeneidade entre os indicadores de crescimento das atividades, ratificando um aspecto histórico da dinâmica regional do território baiano, não se observa uma condução hermética de desenvolvimento. Ao contrário, as diferenças regionais estão presentes e proporcionam as distintas variações e resultados.

Existindo diferenças regionais no setor de reciclagem, verificaram-se através dos efeitos de crescimento total, indicações sobre dinamismos de cada subclasse causados pelo incremento estadual, mix-estrutural, influência regional e efeito alocação. Em síntese, como consta no Quadro 6, temos os seguintes aspectos dos efeitos de crescimentos e de suas participações quanto ao total de subclasses no conjunto das mesorregiões: 1) do global, foram todos positivos e com participações elevadas, sendo 59% em consonância com o dinamismo e 41% contrário ao não dinamismo; 2) do estrutural, as subclasses ficaram distribuídas com 30% de acordo e 29% em desacordo com o dinamismos e 41% em consonância com a falta de dinamismo; 3) do regional, 41% de acordo e 18% em desacordo com o dinamismo, e 35% em consonância e 6% em dissonância com o não dinamismo; 4) da alocação, 24% de acordo e 35% em desacordo com o dinamismos, 23% compatível e 18% com incompatibilidade com ausência de dinamismo.

Os estímulos para um crescimento dinâmico das subclasses se apresentaram com forte vinculo com o estado da Bahia, tendo todas com efeitos global positivo, tal que em mais de 50% delas prevaleçe o dinamismo. Nos demais efeitos, os de aspectos da estrutura produtiva, da influência regional e da alocação, os efeitos positivos para o dinamismos se limitaram a quantidade de subclasses abaixo de 50%. No entanto, independente do dinamismo das subclasses em seu efeito de crescimenbto total, os efeitos de crescimento estrutural contribuiu positivamente com 35%, o regional com 47% e o alocativo com 42%.

Esta síntese dos efeitos de crescimento em prol do dinamismos das subclasses, reflete os ranks e a hierarquização das atividades por mesorregiões. Como esperado, a Metropolitana de Salvador foi a de maior dinamismo, tendo em vista ter tido a disponibilidade de análise nas quatro subclasses e mostra-se em seu total a de maior incremento no emprego. Diante dos dois critérios adotados na

análise, as importâncias dos indutores de crescimento e as (des)vantagens competitivas, têm-se os seguintes aspectos das subclasses por mesorregiões.

Mesorregião Metropolitana de Salvador: “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio”, com dinamismo nos quatro efeitos de crescimento, vantagem competitiva especializada e de maior incremento do emprego; mostra-se como a de melhor desempenho, sugerindo-se estimular esta atividade. “Recuperação de materiais plásticos” e “Recuperação de sucatas de alumínio”, com dinamismos através dos efeitos de crescimento, global e regional, desvantagens competitivas não especializadas e alta no emprego. Requer uma avaliação *in loco* nas estruturas produtivas e os motivos da não especialização nessas atividades. “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, sem dinamismo provocado pelos efeitos de crescimento, estrutural, regional e alocativo, com desvantagem competitiva especializada, e queda no emprego. Tratando-se do pior cenário, sugere-se um detalhamento analítico na estrutura produtiva e na falta de competitividade.

Mesorregião do Sul Baiano: “Recuperação de materiais plásticos”, com dinamismo através de três efeitos de crescimento, global, regional e alocativo, com vantagem competitiva especializada, e elevação do emprego; e apesar de problemas na estrutura produtiva, apresenta-se com bom desempenho. “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, com dinamismo através de dois efeitos de crescimento, global e regional, com desvantagens competitivas não especializadas, e aumento no emprego; requerendo-se uma maior análise em sua estrutura e o porquê da não especialização pela mesorregião. “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio”, com dinamismo através de dois efeitos de crescimento, global e estrutural, com desvantagem competitiva especializada e incremento positivo no emprego; sugerindo-se avaliar o motivo da falta de competitividade regional.

Mesorregião do Centro Sul Baiano: “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio”, com dinamismo através de três efeitos de crescimento, global, estrutural e alocativo, com vantagem competitiva não especializada e alta no nível de emprego; registra bom desempenho mas requer averiguar porquê da ausência de competitividade. “Recuperação de materiais não especificada anteriormente” com

não dinamismo resultante apenas do efeito de crescimento estrutural, com vantagem competitiva não especializada, e redução no emprego; induzindo-se à necessidade de investigação *in loco* sobre a estrutura de produção e a falta de competitividade na mesorregião. “Recuperação de materiais plásticos”, com dinamismo através de dois efeitos de crescimento, global e regional, com desvantagem competitiva não especializada, e aumento no emprego; requerendo-se avaliar a estrutura produtiva e sobre a ausência de especialização neta subclasse competitiva.

Mesorregião do Nordeste Baiano: “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio”, com dinamismo através dos quatro efeitos de crescimento, com vantagem competitiva especializada, e alta no emprego; colocando-se como um dos melhores desempenhos, propondo-se a manutenção e estímulo dessa atividade. “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, sem dinamismo provocado por dois efeitos de crescimento, estrutural e regional, com vantagem competitiva não especializada e decréscimo no emprego; sugerindo-se análise empírica sobre a sua estrutura produtiva e a falta de competitividade regional.

Mesorregião do Centro Norte Baiano: “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio”, com dinamismo através de dois efeitos de crescimento, global e estrutural, com desvantagem competitiva especializada e alta no emprego; induzindo-se a avaliar a falta de competitividade. “Recuperação de materiais plásticos”, sem dinamismo em razão dos efeitos estrutural, regional e alocativa, com desvantagem competitiva especializada e declínio no emprego, fazendo-se necessário avaliar a estrutura produtiva e a falta de competitividade.

Mesorregião do Vale São Franciscano da Bahia: “Recuperação de materiais plásticos” com não dinamismo provocado pelos efeitos de crescimento estrutural e regional com vantagem competitiva não especializada e diminuição no emprego, requerendo-se uma análise sobre a estrutura e a ausência de competitividade. “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, com ausência de dinamismo provocado pelos efeitos estrutural, regional e alocativa, com desvantagem competitiva especializada e queda no nível de emprego, sugerindo-se avaliação sobre a estrutura de produção e a falta de competitividade.

Extremo Oeste Baiano: “Recuperação de sucatas de alumínio”, sem dinamismo resultante dos efeitos de crescimento estrutural, regional e alocativo, com

desvantagem competitiva especializada e declínio no nível de emprego, requerendo-se análise sobre a estrutura produtiva e a falta de competitividade.

Esses aspectos das subclasses e mesorregiões, subsidia uma avaliação sobre o setor de reciclagem na condição de insumo da indústria de transformação. O processamento de materiais e reprocessamento de resíduos como insumos produtivos, contribui para a estrutura da produção, ao tempo em que as condições favoráveis das mesorregiões contribuem para os dinamismos de subclasses, além do que, com a existência de vantagens competitivas resultantes de alocação de atividades de reciclagens, ancora o estímulo para a expansão do setor no desenvolvimento econômico e ambiental do estado da Bahia.

Em relação à questão social, traduzido neste artigo no incremento das ocupações de mão-de-obra, tem-se uma alta de 674 u.e. nas atividades dinâmicas, ou seja, “Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio” com alta de 435 u.e., especialmente, na mesorregião Metropolitana de Salvador com 397 u. e., seguido pela do Sul Baiano com 6 u.e., Centro Sul Baiano com 6 u.e., do Nordeste Baiano com 8 u.e., e do Centro Norte Baiano com 18 u.e.; “Recuperação de materiais plásticos”, com elevação de 182 u.e., destacando-se o Centro Sul Baiano com 98 u.e., além da Metropolitana de Salvador com 72 u.e. e Sul Baiano com 12 u.e.; “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, tendo alta apenas na mesorregião do Sul Baiano com 43 u.e.; “Recuperação de sucatas de alumínio”, tendo aumento apenas na Metropolitana de Salvador com 14 u.e.

Nas subclasses com não dinamismos, têm-se uma queda de 203 u.e., ou seja: “Recuperação de sucatas de alumínio”, com queda de 12 u.e. no Extremo Oeste Baiano; de “Recuperação de materiais plásticos”, com reduções no Centro Norte Baiano com 44 u.e. e no Vale São Franciscano da Bahia com 25 u.e.; e “Recuperação de materiais não especificada anteriormente”, com queda na Metropolitana de Salvador com 33 u.e., no Centro Sul Baiano com 9 u.e, no Nordeste Baiano com 1 u.e., e no Vale São Franciscano da Bahia com 79 u.e. Com base apenas nessa variável, constatou-se um saldo positivo de 471 u.e. gerados no conjunto das quatro subclasses distribuídas nas sete mesorregiões da Bahia no intervalo entre 2007 e 2015, contribuindo de certa forma para a mitigação da questão social.

A guisa de conclusão, as análises dos efeitos de crescimento das subclasses elencadas do setor de reciclagem por mesorregiões baianas, apresentaram indicativos hierarquizados que podem subsidiar tomadas de decisões de políticas de desenvolvimento regional e ambiental, e os seus reflexos quanto as políticas públicas que atenuem déficits sociais, segundo a criação de emprego neste segmento produtivo da economia baiana.

Referências

ARCELUS, Francisco J. An extension of Shift-Share Analysis. *Growth and Change*. Lexington,KY, v. 1, n. 15, p. 3-8, Jan. 1984.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cadastro Nacional de Empresas*, 2017. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=F&tipo=cnae&versao=5&view=secao. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). *Anuário RAIS*, 2017. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER) - CAGED*, 2017. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php. Acesso em: 17 mar. 2018.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo.* São Paulo: Humanitas PublicaçõesFFCLH/USP, 1999.

CARVALHO, Lívio. W. R. Uma aplicação do método estrutural-diferencial para análise do desenvolvimento do Centro-Oeste. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro,v. 33, n. 3, p. 413-440, jul./set. 1979.

DUNN JR., Edgar. S. A Statistical and Analitical Technique for Regional Analysis. *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*. Philadelphia, PA, v. 6, n. 1,p. 97-112, Jan. 1960.

EDWARDS, J. Arwel *et al*. Regional growth and structural adaptation a correction to rhe Stiwell modification. *Urban Studies*, Glasgow, v. 15, n. 1, p. 97 – 100, 1978.

ESTEBAN-MARQUILLAS, Joan Maria. Shift and share analysis revisited. *Regional and Urban Economics*, Amsterdam, v. 2, n. 3, p. 249-261, oct. 1972.

FERNANDEZ, Matías Mayor.; MENENDEZ, Ana Jesús López. Spatial shift-share analysis: new developments andsome findings for the Spanish case. *In:* Congress ff the European RegionalScience Association, 45., 2005, Amsterdam. *Anais…* Amsterdam: Vrije Universiteit, 2005.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. O desenvolvimento da indústria da reciclagem dos materiais noBrasil: motivação econômica ou benefício ambiental conseguido com a

atividade? *Scripta Nova*, Barcelona, v. XVI, n 387, 2012.

HADDAD. Paulo Roberto *et. al. Economia regional:* teorias e métodos de análise. Fortaleza:BNB/ETENE, 1989.

HAYNES, Kingsley E.; MACHUNDA, Zachary B. Considerations in extending shift-share snalysis: note. *Growth and Change*, Lexington, Ky., v. 18, n. 2, p. 69-78, Apr. 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf. Acesso em: 28 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_relatpsau.pdf. Acesso em: 25 out. 2017.

KNUDSEN, Daniel C.; BARFF, Richard. Shift-share analysis as a linear model. *Environment and Planing A*., v. 23, p. 421 – 431, 1991.

PEREIRA, André. S.; CAMPANILE, Nicole. O método estrutural-diferencial modificado: uma aplicação para o Estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 7, n.13, p. 121 – 140, 1999.

SAYAGO, Daiane Ely; OLIVEIRA, José Marcos Domingues; SERÔA DA MOTTA, Ronaldo. *Resíduos sólidos: instrumentos econômicos ambientais.* Brasília: SEPURB/MPO, 1998. 148 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS EMPRESAS (SEBRAE). Estudo de Mercado. Comércio e Serviços: reciclagem de resíduos. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Reciclagem%20de%20res%C3%ADduos%20na%20Bahia.pdf. Acesso em: 09 set. 2017.

STILWELL, Franklin J. B. Regional Growth and Structural Adaption. *Urban Studies*, Glasgow, v. 8, n. 6, p. 162-178, jun. 1969.

ANÁLISE ESPACIAL DOS DETERMINANTES DA POBREZA NA BAHIA

Fabrício Ferreira Caetano Santos[62]
Mônica de Moura Pires[63]
Ticiana Grecco Zanon Moura[64]

1. Introdução

A pobreza é um fenômeno presente em todas as sociedades. Tanto países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento enfrentam problemas em menor ou maior intensidade relacionados a este fenômeno. Todavia, os dados revelam que nos últimos 200 anos a pobreza vem se reduzindo em nível mundial, inclusive nos países localizados na África Subsaariana e América Latina (HASELL; ORTIZ-OSPINA; ARRIAGADA, 2022). No Brasil, porém, a despeito dessa redução, ainda é notável o alto nível de privação, fome, miséria dentre outros males que denotam pobreza, conforme a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020). Por outro lado, observa-se que essa redução não ocorreu de maneira homogênea para todas as pessoas e países, observando-se mais comumente um processo desigual e concentrado. É nesse sentido que a maioria dos estudos sobre pobreza se debruça não somente sobre a renda, mas também como ela é distribuída.

No Brasil, após a implantação do Plano Real, em 1994, o país experimentou uma melhora significativa nos seus indicadores de pobreza à medida que uma parcela da população teve pela primeira vez acesso à energia elétrica, educação e saneamento. Desse modo, Rocha (2000; 2011) explica que, a partir dos anos 2000, duas políticas foram responsáveis pela considerável redução da extrema-pobreza: o

[62] Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista FAPESB. Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 991068270. E-mail: ffcsantos@uesc.br.

[63] Doutora em Economia Rural. Professora do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 3680-5043. E-mail: mpires@uesc.br.

[64] Doutora em Economia. Professora do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço: Rodovia Jorge Amado, km 16, Bairro Salobrinho. Ilhéus-Bahia. Telefone: (73) 3680-5003. E-mail: tgzmoura@uesc.br.

Plano Real, que eliminou a hiperinflação, propiciando um ambiente macroeconômico mais estável e permitindo a manutenção do poder de compra dos mais pobres; e o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou, ampliou e focalizou uma série de programas assistenciais vigentes desde os anos 1990.

Na área social também houve importantes progressos: foram definidas ações como Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que permitiu acompanhar as condições socioeconômicas da população brasileira de maneira mais sistematizada (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2009). Dados do Banco Mundial (2019) mostram que entre os anos 1995 e 2017 o percentual da população brasileira em condição de extrema-pobreza passou de 13% para 4,8%, uma redução de 170% em um período de 22 anos. Entre os anos 2000 e 2012 a extrema-pobreza foi reduzida em 176% com o PIB *per capita* alcançando um crescimento médio de 2,56% a.a. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Em nível regional, porém, há elevada heterogeneidade no que diz respeito à pobreza e desigualdade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2018 revelam que a região Nordeste é a mais pobre em termos de renda domiciliar *per capita*, pois entre os 10 estados mais pobres do Brasil, sete estão na região Nordeste. A Bahia, objeto deste estudo, situa-se nesta região, a qual, por sua vez, possui, também, indicadores que revelam profunda situação de desigualdade e pobreza. De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, entre os anos 1991 e 2010, o Índice de Gini (renda) do estado da Bahia passou de 0,67 para 0,63, respectivamente, indicando uma alta concentração de renda, mesmo melhorando sua posição em relação ao ano de 1991 de mais desigual (1º posição entre os estados brasileiros), passando em 2010 a ocupar a nona posição, em relação ao critério de desigualdade em nível nacional entre os 26 estados brasileiros.

De maneira geral, a maioria dos estudos de pobreza centra-se no aspecto renda e sua distribuição, a partir de análises dos indicadores de Índice de Gini e PIB *per capita*, empregando assim uma análise unidimensional da pobreza, segundo Avila e Bagolin (2014). De fato, o aumento da renda *per capita* consoante à sua distribuição mais equânime são aspectos desejáveis, pois propiciam melhorias nas condições de vida da população. Entretanto, tais instrumentos, isolados, tornam-se

insuficientes quando se deseja compreender de maneira mais ampla esse fenômeno.

Sob esse aspecto, a partir das décadas de 1950 e 1970 emergem estudos empregando na análise da pobreza indicadores de desenvolvimento econômico e bem-estar social (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; CODES, 2008). Surge, então, o que se conhece como análise multidimensional da pobreza, a qual amplia o espectro de análise para além da renda. Mais adiante, os estudos passaram a incorporar elementos da ciência regional e modelar a forma como este fenômeno se configura no espaço. Todavia, apesar do surgimento dessa nova literatura, até onde se sabe, poucos trabalhos são aplicados à realidade do estado da Bahia (SILVA; AMARANTE; RUANA SILVA, 2014; SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2017).

Dito isso, a questão principal que se levanta neste trabalho é: como a pobreza se distribui e tem evoluído no território da Bahia? Diante disso, quais fatores ou elementos podem explicar sua existência? Assim, o objetivo deste trabalho é verificar quais os determinantes da pobreza e como ela se distribuiu no território da Bahia, tomando como referência os anos censitários 1991 e 2010. Especificamente, objetiva-se:

a) Compreender a pobreza a partir da espacialização dos indicadores de educação, habitação e saneamento, saúde, renda e desigualdade em nível municipal;
b) Identificar padrões de pobreza e agrupamentos espaciais no estado e as mudanças nesses agrupamentos entre os anos censitários analisados;
c) Estimar os fatores determinantes da pobreza nos municípios baianos.

O conhecimento mais profundo do tópico contribuirá com a literatura pois permite conhecer a magnitude do fenômeno da pobreza sob uma ótica multidimensional e examinar como se difunde no território baiano com a finalidade de identificar medidas e ações políticas que poderão ser mais efetivas no seu controle.

2. A influência do espaço nas relações econômicas

As relações humanas não ocorrem em um lugar abstrato. Existe um lugar concreto, físico, onde os seres humanos relacionam entre si: o espaço. Segundo Pires *et al.* (2018), o espaço é denominado de diversas formas, tais como: território, ambiente, região, país, dentre outros. De todas as relações humanas existentes, a ciência econômica preocupa-se, sobretudo, com o espaço econômico, que é o local onde as relações econômicas se concretizam por meio de trocas entre os indivíduos, gerando renda ou excedentes econômicos (CLEMENTE, 1994).

Os conceitos de espaço econômico foram estabelecidos inicialmente por François Perroux, partindo de três classificações: a) o espaço como conteúdo de um plano; b) como um campo de forças e c) como um conjunto homogêneo. O espaço como um plano remete à noção de planejamento das firmas ou governos; o espaço concebido como um conjunto de forças sendo uma concepção abstrata, posto como o resultado de forças de atração (forças centrípetas) e as forças de repulsão (forças centrífugas); o espaço concebido como um conjunto homogêneo envolve algum aspecto econômico de interesse, sendo delimitado por fatores comuns, como renda, preço e produção (CLEMENTE, 1994).

Nesse contexto, o elemento principal que influencia nessa dinâmica é a distância, que se revela em custos de transporte. Com efeito, os agentes econômicos (famílias, firmas e governo) procuram minimizar esses custos, fazendo com que as transações econômicas sejam maiores tanto menor seja a distância entre esses locais (PIRES *et al*., 2018).

A distância e os custos dela decorrentes envolvem o conceito de centralidade e das decisões de localização das atividades econômicas, dando origem a um lugar central. Uma região que exerce centralidade sobre um conjunto de lugares atrai para si firmas e mão de obra de maior nível educacional, concentrando atividades mais sofisticadas e especializadas que as observadas em locais adjacentes, os quais possuirão atividades pouco especializadas e, por sua vez, pouco sofisticadas. Desse modo, onde se concentram atividades econômicas mais sofisticadas resultará em um local mais desenvolvido que seu entorno.

Como se pode observar, o espaço figura como peça central nas relações

econômicas, influenciando, principalmente, nas decisões de localização de firmas. Em vista disso, é cada vez mais crescente o uso de métodos que buscam mensurar a influência do componente espacial nas discussões econômicas, a exemplo das áreas de economia do crime (SILVA JUNIOR, 2016; PLASSA; PASCHOALINO; SANTOS, 2019), crescimento econômico (ALVES; MARIA ANDRÉ; SILVA ALVES, 2019) e pobreza (GIOVANETTI; RAIHER, 2015; BARRETO; SANTOS; CARVALHO, 2017).

Silva Júnior (2016) buscou identificar se existe migração do crime entre as cidades brasileiras, bem como calcular o impacto das características socioeconômicas no comportamento das taxas de crescimento dos homicídios entre estas cidades. A taxa de homicídios foi definida como a quantidade de homicídios a cada 100 mil habitantes e o período de análise do estudo foram os anos 2000 e 2010. Para isso, o autor aplicou testes de diagnósticos de dependência espacial, estimando, posteriormente, um modelo espacial. A variável dependente foi a taxa de crescimento dos homicídios entre os anos 2000 e 2010. As variáveis independentes foram: taxa de homicídios em 2000, taxa de crescimento da população, população em 2000, renda *per capita* em 2000, Índice de Gini, proporção (%) de pobres em 2000, de desocupados, de domicílios monoparentais, de mulheres chefes de família, de jovens (15-20), de negros, de adultos com 4 anos de estudos, de analfabetos, de desocupados (jovens).

O autor constatou que o espaço é importante para o estudo da criminalidade nas cidades brasileiras. Ademais, detectou o efeito *spillover* (transbordamento) espacial, além de *clusters* com elevadas taxas de homicídios nas regiões Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste foram detectados *clusters* de comportamento oposto. Por fim, o autor encontrou *spillovers* entre a taxa de homicídios do ano 2000 e o Índice de Gini, mostrando que a desigualdade de renda é fator importante na determinação da trajetória dos homicídios nos municípios brasileiros.

Alves, Maria André e Silva Alves (2019) ao investigar o crescimento econômico dos municípios do Ceará, sob a ótica do PIB, em relação às suas estruturas produtivas, aplicaram o modelo de Durbin Espacial. Os autores verificaram que o PIB alto de um município impacta positivamente no crescimento econômico dos municípios vizinhos, e que a estrutura pecuária, de plantio e extrativa

apresentavam transbordamentos espaciais negativos no que tange ao crescimento econômico do município vizinho.

Plassa, Paschoalino e Santos (2019) buscaram encontrar padrões espaciais das taxas de homicídio no Nordeste brasileiro, explorando seus determinantes socioeconômicos no ano de 2014. Como ferramental metodológico os autores utilizaram a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) e estimaram modelos espaciais do tipo *Spatial Autorregressive Model* (SAR), *Spatial Error Model* (SEM) e *Spatial Durbin Model* (SDM). As variáveis utilizadas no estudo foram: Índice de Gini, grau de urbanização, proporção de extremamente pobres, taxa de analfabetismo, densidade demográfica e percentual de jovens entre 15 e 24 anos. Tais variáveis representaram características estruturais e socioeconômicas. A amostra foi composta dos 1.794 municípios da região Nordeste no período de 2010 a 2014. Os autores encontraram dependência espacial positiva e acentuada da taxa de homicídio na região Nordeste através da AEDE. No litoral nordestino a maioria dos *clusters* encontrados foi do tipo alto-alto. Além disto, identificaram que quanto mais desigual for a distribuição de renda do município maior será a sua taxa de homicídio. Nesse sentido, os resultados mostraram que a desigualdade de renda foi a variável de maior relevância para explicar as altas taxas de homicídios dos municípios da região Nordeste. Ao se considerar os efeitos diretos e indiretos, o impacto do coeficiente de Gini sobre a taxa de homicídio foi o mais determinante.

A incorporação do efeito espacial, através do arcabouço da Ciência Regional, inclui, de forma primária, a AEDE e, com aspecto mais robusto, a Econometria Espacial, na análise pretendida. Com a pobreza não poderia ser diferente. Muitos estudos vêm se dedicando à incorporação de uma visão multidimensional da pobreza, utilizando elementos além da renda, combinada com sua distribuição no espaço (GIOVANETTI; RAIHER, 2015; BARRETO; SANTOS; CARVALHO, 2017). O uso desta estratégia metodológica se deve ao entendimento de que o fator espaço se constitui em importante determinante das complexas dinâmicas que condicionam a pobreza.

3. O estudo da pobreza no Brasil sob a perspectiva espacial

Nesta seção, são apresentados apresentam os principais avanços no estudo dos fatores determinantes da pobreza no Brasil. Os estudos analisados foram aplicados a estados brasileiros com perfis bastante diferentes, o que favorece a riqueza da discussão e, ao mesmo tempo, demonstra que as conclusões possuem uma linha em comum.

Visando realizar uma análise multidimensional da pobreza no Rio Grande do Sul, Avila e Bagolin (2014) utilizaram quatro dimensões para a construção de um Índice Municipal de Pobreza (IPM): habitação e saneamento, educação, saúde e renda. A fim de consubstanciar as análises, os autores buscaram, também, identificar *clusters* de pobreza no estado por meio de uma AEDE. Os resultados apontaram que políticas baseadas apenas em transferência de renda não resolveriam o problema da pobreza no estado do Rio Grande do Sul. Além disto, a pobreza observada pela ótica da renda mostrou-se subestimada, pois pela ótica multidimensional, ela se mostrava mais espraiada, revelando que os índices multidimensionais foram capazes de apontar um número maior de municípios pobres comparativamente à aplicação de índices unidimensionais e, portanto, as medidas de políticas sob a ótica multidimensional teriam efeitos mais relevantes sob a solução de tais problemas.

Ainda no Rio Grande do Sul, Farias, Leivas e Menezes (2018) analisaram a dependência espacial da pobreza aplicando, além da AEDE, um modelo econométrico espacial (*Spatial Error Model*), no qual a variável dependente foi a taxa de pobreza e as variáveis explicativas foram: educação, renda e emprego. Os autores constataram que municípios com altos índices de pobreza possuíam como vizinhos municípios de mesma intensidade de pobreza. De modo oposto, municípios com baixos índices de pobreza estavam rodeados por municípios com baixos índices de pobreza. Esta pobreza, por sua vez, estava associada com o grau de formalização da população, com o Índice de Gini e com a proporção da população em domicílios com banheiro e água encanada.

No Paraná, Giovanetti e Raiher (2015) analisaram a pobreza multidimensional e seus determinantes no ano de 2010. Os autores construíram um indicador de pobreza utilizando o método *fuzzy set* e aplicaram técnicas da

econometria espacial, utilizando, no total, 14 variáveis. Os resultados encontrados mostram que os fatores que estavam diretamente associados com a pobreza no Paraná foram, respectivamente, Índice de Gini e razão de dependência. Por outro lado, o emprego formal *per capita* e o nível de escolaridade possuíam relação inversa com a pobreza no estado.

Silva, Borges e Parré (2014), analisaram a incidência da pobreza nos 399 municípios do Paraná. Como métodos de análise os autores realizaram uma AEDE e estimaram modelos econométricos espaciais (SEM, defasagem espacial e regressivo cruzado espacial), a fim de identificar os determinantes da pobreza no estado. Os autores encontraram que a pobreza de um município era explicada, em parte, pela pobreza observada nos municípios vizinhos. Além disto, aumentos percentuais na renda média e no grau de urbanização faziam com que a pobreza se reduzisse no estado. Por outro lado, aumentos percentuais no Índice de Gini aumentavam a pobreza.

Em estudo aplicado aos municípios da região Norte, Leite (2016) analisou a configuração espacial da pobreza no ano de 2010. Aplicando a AEDE a quatro variáveis, a autora identificou que a pobreza no estado era heterogênea, sendo concentrada em cinco estados: Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Desse modo, nas capitais havia menor incidência de pobreza que nas demais regiões destes estados. Os resultados mostram uma pobreza dispersa regionalmente e concentrada em municípios isolados, reiterando a importância dos formuladores de políticas em considerar os efeitos espaciais no combate à pobreza.

Romero (2006) analisou a pobreza no estado de Minas Gerais. Buscando destacar as características geográficas da população mineira e o papel destas na explicação da pobreza, o autor utilizou a AEDE para tal fim. Desse modo, verificou-se que o nível de pobreza de um município depende dos municípios que estão em seu entorno e que, portanto, municípios pobres estavam rodeados de municípios pobres e, por sua vez, municípios ricos estavam rodeados de municípios ricos. Políticas que ensejem a redução da pobreza, portanto, devem levar em consideração tais fatores, requerendo esforço adicional e coordenação entre os gestores.

Em estudo de Silva e Leite (2017), os autores salientaram que há interações

que resultam em efeitos de transbordamento da pobreza e desigualdade entre municípios do estado do Espírito Santo e municípios circunvizinhos localizados em outros estados. Eles concluíram que a presença de autocorrelação espacial entre renda e pobreza pode indicar que o desempenho socioeconômico dos municípios de uma região seja condicionado por efeitos de locais fronteiriços, os quais influenciariam a dinâmica socioeconômica de uma região.

Em estudo aplicado ao estado do Ceará, Barreto, Santos e Carvalho (2017) buscou caracterizar a pobreza nos bairros de Fortaleza. Utilizando dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, os autores utilizaram técnicas da econometria espacial a fim de identificar quais regiões eram mais afetadas pela pobreza. Os autores identificaram a presença de *clusters* de pobreza nos bairros da Capital, sendo maior quando da utilização de índices multidimensionais. Em relação aos elementos que configuravam a pobreza em Fortaleza, os autores identificaram que o Índice de Theil, a taxa de mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo eram importantes elementos.

Silva, Amarante e Ruana Silva (2014) analisaram a dependência espacial da extrema-pobreza na Bahia, a fim de verificar a existência de agrupamentos espaciais de pobreza. Modelos espaciais também foram estimados a fim de investigar as possíveis causas para a sua ocorrência e os fatores que favoreceram a perpetuação da pobreza ao longo do período analisado. Utilizando variáveis como taxa de extrema pobreza, taxa de analfabetismo, infraestrutura domiciliar e taxa de dependência, os autores encontraram a existência de dependência espacial da pobreza, identificando que a taxa de analfabetismo e a renda *per capita* foram os fatores fundamentais na determinação da pobreza dos municípios baianos em 2010.

O trabalho de Santos, Carvalho e Barreto (2017) discutiu sobre o comportamento da pobreza no estado da Bahia nos anos 2000 e 2010 através de uma análise espacial. Utilizando dados dos Censos Demográficos, do PNUD e do IPEA, os autores verificaram que mais da metade dos municípios possuía índices de pobreza multidimensional superiores à média estadual. Os *clusters* de pobreza mostraram-se mais numerosos e mais dispersos no território quando da adoção de índices multidimensionais. Chegando à mesma conclusão que o trabalho de Avila e Bagolin (2014), os autores ponderam que políticas públicas de combate à pobreza,

baseadas apenas na renda são insuficientes para combatê-la, apesar de conseguir minimizá-la.

Os estudos expostos nessa seção possuem a característica de não estimar os efeitos diretos e indiretos. De acordo com Golgher (2015), a interpretação de modelos espaciais a partir dos parâmetros estimados e não a partir dos efeitos diretos e indiretos pode conduzir a conclusões equivocadas acerca do fenômeno em questão. A partir disso, este trabalho avança no sentido de estimar os efeitos diretos e indiretos na determinação da pobreza no estado da Bahia, permitindo verificar os fatores que são relevantes na configuração da pobreza no município em si bem como nos seus vizinhos.

4. Metodologia

4.1 Área de estudo

O estado da Bahia situa-se na região Nordeste do Brasil, fazendo fronteira com sete estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco e Sergipe. A estimativa populacional para o ano de 2019 para a Bahia foi de 14.873.064 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Neste trabalho adotou-se como recorte de análise os 417 municípios da Bahia, os quais estão inseridos em 34 Regiões Geográficas Imediatas, conforme Figura 1.

4.2 Fonte de dados

Este trabalho tem como fonte o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) doPrograma das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual disponibiliza uma ampla base de dados extraída dos Censos Demográficos, do IBGE. Foram selecionadas 12 variáveis que envolvem características de desenvolvimento, desigualdade e pobreza, baseando-se em estudos expostos na Seção 3. Essas variáveis compuseram cinco indicadores: educação, habitação e saneamento, saúde, renda e desigualdade de renda e pobreza. Os dados referem-se aos anos censitários 1991 e 2010 e são apresentados no Quadro 1.

O nível de agregação dos dados utilizados neste trabalho é em nível de município, porém, para a discussão dos resultados, optou-se por utilizar o recorte de regiões imediatas, pois é o mais indicado para a construção de políticas públicas, uma vez que congregam um conjunto maior e semelhante de municípios neste tipo de regionalização.

As análises dos dados seguiram três etapas: 1) análise descritiva dos dados, a partir da média, desvio-padrão, coeficiente de variação, valores máximo e mínimo; 2) AEDE, aplicando-se a Estatística de Moran bivariada e; 3) estimação de um modelo econométrico espacial, a fim identificar os fatores relevantes na configuração da pobreza na Bahia.

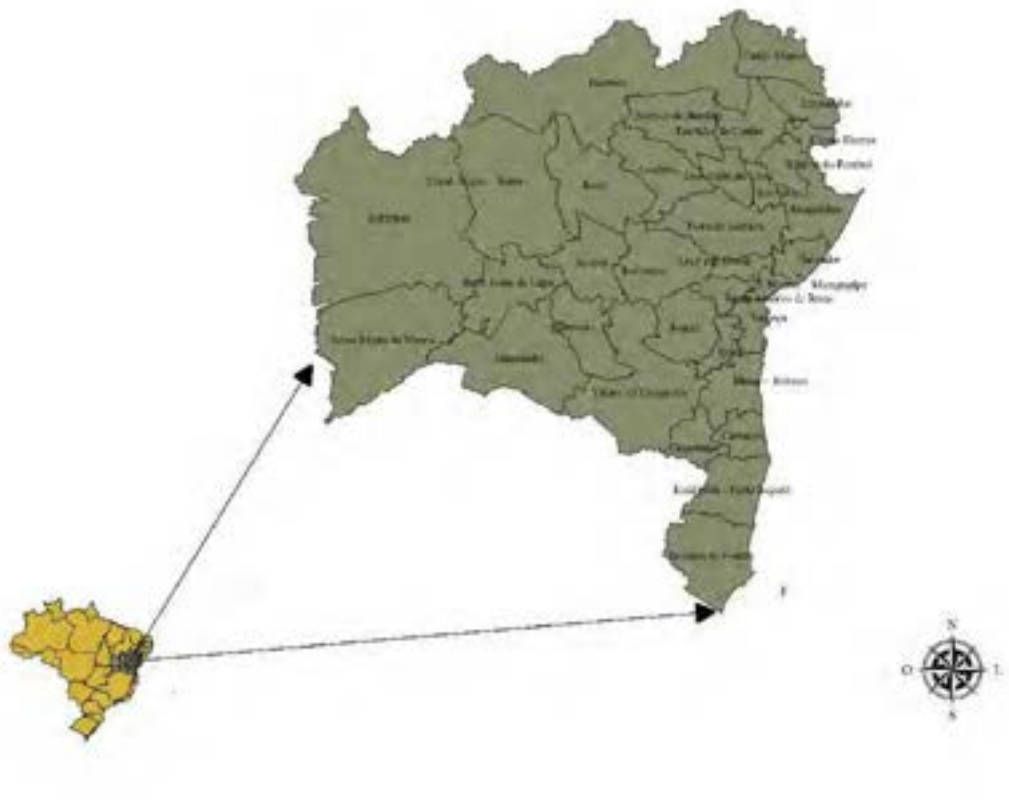


Figura 1 – Mapa esquemático do estado da Bahia e as divisões em Regiões Geográficas Imediatas (RGI) – 2020

Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro 1 – Dados utilizados para a análise da pobreza para os municípios da Bahia, para os anos censitários 1991 e 2010, conforme indicador e fonte de dados

Variável	Descrição resumida	Fonte de dados
	EDUCAÇÃO	
EDFUND	Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo	PNUD
EDMED	Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo	PNUD
EDSUP	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo	PNUD
ANALF	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	PNUD
	HABITAÇÃO E SANEAMENTO	
AGUAEC	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada	PNUD
CLIXO	Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	PNUD
ENERG	Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica	PNUD
	SAÚDE	
MORT	Mortalidade até um ano de idade	PNUD
	RENDA	
RDPC	Renda *per capita* média	PNUD
	DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA	
GINI	Índice de Gini	PNUD

PPOB	Proporção de pobres	PNUD
PRAP20	Percentual da renda apropriada pelos 20% da população com menor renda domiciliar *per capita*	PNUD

Fonte: Elaboração dos autores.

4.3 Estatística espacial

Segundo Anselin (2010), a econometria espacial surgiu como um campo de estudo marginal da Ciência Regional, sendo utilizada em trabalhos aplicados da área, tendo um crescimento exponencial também, nos últimos anos, nas Ciências Sociais, em que a principal diferença para a econometria convencional está a inclusão de efeitos espaciais nos modelos.

Nesse contexto, os efeitos espaciais consistem em dois elementos: a dependência e heterogeneidade espaciais. A dependência espacial surge através da interação dos agentes entre as regiões, no qual um elemento socioeconômico presente em uma determinada região influencia este ou outros elementos presentes nas regiões vizinhas. Por outro lado, a heterogeneidade espacial indica que o comportamento econômico não é estável através do espaço e gera padrões espaciais sob a forma de agrupamentos ao longo do conjunto de dados (VIEIRA, 2009; ALMEIDA, 2012).

Para identificar a interação entre as regiões e captar os efeitos espaciais é necessário modelar tal relação por meio de uma matriz de ponderação espacial, W, que expressa um determinado arranjo espacial das interações resultantes do fenômeno a ser estudado (ALMEIDA; PEROBELLI; FERREIRA, 2008). Desse modo, espera-se que uma região realize transações em maior proporção com uma região vizinha do que com aquelas que situam mais afastadas. Nesse sentido, cada conexão entre duas regiões é representada por uma célula da matriz, que é denominada de peso espacial. Matematicamente, a matriz de ponderação espacial é uma matriz quadrada, de dimensão $n\,x\,n$. Os pesos espaciais, W_{ij}, mostram a influência de uma região j sobre uma região i.

A matriz de ponderação espacial utilizada neste trabalho é a da distância geográfica. Nesse contexto, regiões que, geograficamente, têm uma proximidade menor, têm uma interação espacial maior. Por outro lado, regiões mais distantes geograficamente tendem a ter uma menor interação espacial (ALMEIDA, 2012). Neste tipo de matriz, o critério mais utilizado é dos vizinhos mais próximos, $W_{ij}(k)$, em que a contiguidade é o atributo mais importante para construí-la, o que se leva a uma matriz de ponderação binária. Alguns estudos, no entanto, utilizam a matriz dos

k-vizinhos mais próximos combinada com a distância euclidiana inversa (DRUKER; PENG; PRUCHA, 2013).

Formalmente, a matriz é assim especificada:

$$W_{ij} = d_{ij}^{-2}(k) \quad (1)$$

Em que d_{ij}^{-2} é a distância entre região i e todas as unidades espaciais da amostra. Isto posto, considera-se apenas os resultados referentes aos 5 vizinhos mais próximos (k).

Como procedimento seguinte da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) e a fim de se identificar a associação espacial, utiliza-se a Estatística I de Moran. Ao aplicá-la, testam-se as hipóteses de distribuição aleatória dos dados e se eles são ou não autocorrelacionados (ALMEIDA, 2012). O valor de I deve ser igual ao seu valor esperado dentro dos limites estabelecidos pela significância estatística. Nesse sentido, se o valor de I for maior que o seu valor esperado há indícios de autocorrelação espacial positiva. Porém, se o valor de I for menor que o seu valor esperado, a autocorrelação espacial é negativa. Um I de Moran positivo, portanto, indicará similaridade entre os valores do atributo observado e sua localização. Todavia, se a autocorrelação espacial for negativa, há dissimilaridade entre os valores do atributo observado e sua localização (ALMEIDA, 2012).

Formalmente, o I de Moran é dado pela seguinte expressão:

$$I = \frac{n \sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{S_0 \sum_{i=1}^{n} z_i^2} \text{(Em notação algébrica)} \quad (2)$$

$$I = \frac{nz'Wz}{s_0 z'z} \text{ (Em notação matricial)} \quad (3)$$

Em que: n é o número de regiões; z é o número de regiões; W_z representa os valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos, definido em função de uma matriz de ponderação espacial W. Assim sendo, W_{ij} refere-se à região i e à região j; S_o refere-se à operação $\sum\sum W_{ij}$, que indica que todos os elementos da matriz de pesos espaciais devem ser somadas (ALMEIDA, 2012). Para validar estatisticamente o valor do I de Moran há duas formas: a primeira é assumir que os dados seguem um padrão de uma distribuição normal. Almeida (2012) explica que, ao assumir que os dados seguem uma distribuição normal, a

variável padronizada $Z(I)$ também seguirá uma distribuição com média zero e variância unitária. A fórmula para $Z(I)$ será dada por:

$$Z(I) = [I - E(I)]/DP(I) \quad (4)$$

Em que: $Z(I)$ é a variável padronizada; $E(I)$ é o valor esperado; e $DP(I)$ é o desvio-padrão teórico de I. Assim sendo, se o valor obtido de $Z(I)$ estiver fora da área crítica, isto é, da área de aceitação ou rejeição da hipótese nula, os dados serão ou não autocorrelacionados espacialmente.

O segundo método é por meio da permutação, também conhecido como teste de pseudo-significância. Nesse teste, gera-se "[...] diferentes permutações de valores de atributos associados às regiões; cada permutação produz um novo arranjo espacial, onde os valores estão redistribuídos entre as áreas" (CÂMARA *et al.*, 2004, p. 14). Nesse método, os dados observados da variável de interesse são embaralhados aleatoriamente para todas as regiões. A partir disso, a estatística do teste é calculada para cada uma das permutações, obtendo uma referência empírica a partir dos cálculos obtidos através da estatística (ALMEIDA, 2012).

Neste trabalho, especificamente, utilizou-se o I de Moran bivariado, que revela dadas duas variáveis, estas são ou não autocorrelacionadas espacialmente. Desse modo, testa-se se uma região que possui valores altos (ou baixos) de uma variável X, se seus vizinhos terão valores altos ou baixos de uma variável Y. O sentido da autocorrelação espacial é dado pelo sinal do I de Moran e a sua intensidade é dada pela sua proximidade de 1 (GOLGHER, 2015).

Formalmente, o I de Moran bivariado é dado pela seguinte expressão:

$$I_{z_1 z_2} \frac{nz'w_{Z2}}{S_0 z'_1 z_1} \quad (5)$$

Em que: z_1 e z_2 são as duas variáveis padronizadas.

A partir da estimação do I de Moran local bivariado é possível gerar mapas de significância e de *clusters*, denominados de *Local Indicators of Spatial Association* (LISA), categorizando os dados a partir de quatro quadrantes: alto-alto (AA), que representa os agrupamentos espaciais que contêm regiões com valores altos da variável X_i e que possuem vizinhos que possuem valores altos para a variável Y_i; o quadrante baixo-baixo (BB) representa os agrupamentos espaciais que

contêm regiões que possuem valores baixos para a variável X_i e que possuem vizinhos que possuem valores baixos para a variável Y_i; no quadrante AB tem-se agrupamentos espaciais representados por regiões que possuem valores altos para a variável X_i e que possuem vizinhos com valores baixos para a variável Y_i; por fim, no quadrante BA têm-se agrupamentos espaciais de regiões que possuem valores baixos para a variável X_i que possuem vizinhos com valores altos para a variável Y_i (GOLGHER, 2015).

4.4 Especificação do modelo econométrico espacial

O modelo econométrico utilizado neste estudo foi o Modelo de Durbin Espacial (SDM). Segundo Almeida (2012), o SDM é um modelo de dependência espacial de alcance global e local, que incorpora a ideia de transbordamento através da defasagem das variáveis independentes (Wx), incluindo uma variável endógena defasada espacialmente (Wy). A dependência espacial, portanto, está presente tanto na variável dependente quanto nas variáveis explicativas. Almeida (2012) pondera que o alcance global do modelo é dado pelo multiplicador que surge em decorrência da presença da variável dependente defasada espacialmente, enquanto que o alcance local se dá pela defasagem espacial das variáveis explicativas.

De acordo com Lesage e Pace (2009), o SDM é especificado da seguinte forma:

$$y = \rho W y + \alpha \iota_n + X\beta + WX\theta + \varepsilon \quad (6)$$

$$y = (I_n - \rho W)^{-1}(\alpha \iota_n + X\beta + WX\theta + \varepsilon) \quad (7)$$

$$\varepsilon \sim N(0, \sigma^2 I_n)$$

Em que:

y= variável dependente;

X= variáveis independentes;

ι_n= vetor com n x 1 com todos os valores unitários;

W= matriz de ponderação espacial;

α, β= coeficientes da regressão;

ρ, γ= coeficientes autorregressivos espaciais;

I_n= matriz identidade n x n;

ε= erro aleatório seguindo uma distribuição normal com média zero e variância σ^2.

Na econometria espacial duas propostas são válidas na determinação do melhor modelo (MOURA; CHEN; GARCIA-ALONSO, 2019). A primeira delas foi desenvolvida nos seus primórdios: parte-se de um modelo mais simples, em geral Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Ao encontrar dependência espacial no erro através do I de Moran, testes dos Multiplicadores de Lagrange (ML) são aplicados para determinar se os dados são melhor especificados através de um modelo SEM ou SAR (ANSELIN *et al*., 1996). A segunda e mais atual foi proposta por Elhorst (2014) e que consiste na estimação de um modelo mais geral, SDM, e verificação se ele pode ser reduzido a um modelo mais específico (SAR ou SEM) através dos testes de Wald e de Razão de Verossimilhança (RV).

Para analisar os fatores determinantes para a caracterização da pobreza nos 417 municípios baianos, organizaram-se os dados sob a forma de dados em painel. A variável dependente foi a proporção de pobres, que constitui a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 140,00 mensais; as variáveis independentes são Índice de Gini, taxa de analfabetismo, percentual de domicílios com água encanada e taxa de mortalidade infantil. Ou seja, utilizou-se uma variável representante de cada dimensão: educação, habitação e saneamento, saúde e desigualdade de renda e pobreza. Elas foram logaritmizadas e, com exceção do Índice de Gini, foram divididas por 100. A especificação do modelo utilizado é dada pela seguinte equação:

$$ppob_t = \rho W_t ppob_t + \alpha \iota_n + analf_t\beta + gini_t\beta + aguaec_t\beta + mort_t\beta + W_t analf_t\theta + W_t gini_t\theta + W_t aguaec_t\theta + W_t mort_t\theta + \delta_t \iota_n + \varepsilon_i \quad (8)$$

Em que:

$ppob_t$ é a proporção de pobres de cada município em log no ano *t*;

ι_n representa um vetor *n x 1* associado ao parâmetro da constante α;

$analf_t, gini_t, aguaec_t, mort_t$ são as variáveis independentes em log no ano *t;*

W_t é a matriz de pesos espaciais entre os municípios (padronizada por linha) no ano *t*;

$\delta_t \iota_n$ é o efeito fixo de tempo, proxy para choques macroeconômicos;

ε_i é o erro para cada município *i*;

ρ, α, β e θ são os coeficientes a serem estimados.

O uso de apenas uma variável de cada dimensão é justificado por conta de problemas de multicolinearidade que podem surgir quando as variáveis independentes possuem relações lineares exatas ou muito próximas.

5. Resultados

5.1 Análise descritiva das variáveis

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das 12 variáveis utilizadas neste trabalho. Observa-se elevado desvio-padrão e coeficiente de variação para a variável renda domiciliar *per capita*, denotando heterogeneidade nos dados, em que a renda domiciliar foi muito distinta entre os municípios nos dois anos censitários (1991 e 2010). O desvio-padrão e o coeficiente de variação das variáveis associadas à educação, apesar de não serem tão altos comparando-se à renda domiciliar *per capita*, revelaram heterogeneidade e distinções entre municípios.

Além disso, verificou-se a partir da análise das variáveis e de suas estatísticas descritivas que havia enorme disparidade entre os municípios baianos. Um exemplo disso é a variável percentual de domicílios com água encanada: o município de Campo Alegre de Lourdes possuía, em 2010, apenas 5,9% de seus domicílios com água encanada; Madre de Deus possuía cobertura quase que completa (99,71%). Tal situação é observada em quase todas as variáveis.

O município de Salvador foi o que apresentou os melhores índices educacionais de nível fundamental e médio (nos anos 1991 e 2010) e no ensino superior (apenas no ano 2010). Além disso, possuía a menor taxa de analfabetismo no estado para esses dois anos, figurando como o município de menor proporção de pobres, maior nível de renda domiciliar *per capita* e menor taxa de mortalidade infantil. Essa análise preliminar demonstra que a capital do estado, Salvador, ocupa posição central no estado da Bahia.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo para os anos censitários 1991 e 2010 para os municípios da Bahia

Variáveis	Desvio-padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mínimo	Máximo	Município menor valor	Município maior valor
EDFUND*	5,82	74,31	7,83	0,23	47,63	Caraíbas	Salvador
EDFUND**	9,31	34,61	26,91	11,92	67,99	Itapicuru	Salvador
EDMED*	3,88	70,19	5,53	0,19	32,02	Caetanos	Salvador
EDMED**	6,81	33,47	20,33	7,67	52,43	Itapicuru	Salvador
EDSUP*	0,81	160,37	0,50	0	8,58	Água Fria	Salvador
EDSUP**	1,71	60,97	2,80	0,28	15,28	Canápolis	Lauro de Freitas
ANALF*	10,15	20,87	48,62	10,15	79,57	Salvador	Coronel João Sá
ANALF**	6,63	25,70	25,82	4,12	44,24	Salvador	Pedro Alexandre
AGUAEC*	17,06	60,69	28,11	0,23	86,51	Umburanas	Salvador
AGUAEC**	15,19	19,94	76,20	5,9	99,71	Campo A. Lourdes	Madre de Deus
CLIXO*	25,40	55,38	45,86	0	99,68	Abaré	Sobradinho
CLIXO**	5,99	6,37	94,06	36,13	100	Macururé	Aiquara
ENERG*	21,87	40,82	53,59	3,26	99,47	Caraíbas	Salvador
ENERG**	5,42	5,76	94,03	66,15	99,87	Campo A. Lourdes	Muritiba
MORT*	15,88	21,44	74,06	46,38	120,12	Salvador	Fátima
MORT**	5,44	20,92	26,02	14,92	40,8	Salvador	Bonito
RDPC*	105,34	43,88	240,08	79,94	1040,27	Lagoa Real	Salvador
RDPC**	185,82	34,14	544,30	247,00	1880,95	Sítio do Mato	Lauro de Freitas
GINI*	0,08	14,29	0,54	0,38	0,86	Itaguaçu da Bahia	Urandi
GINI**	0,05	8,93	0,53	0,39	0,71	Caatiba	Maraú
PPOB*	9,74	12,54	77,65	32,15	96,31	Salvador	Boa Vista do Tupim
PPOB**	9,85	25,30	38,95	10,52	67,91	Luís E. Magalhães	Sítio do Mato
PRAP20*	1,15	30,85	3,73	0	6,69	Caraíbas	Barro Preto
PRAP20**	0,81	31,15	2,60	0,95	5,32	Jaguarari	Caatiba

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013).

Nota: EDFUND= percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo; EDMED = percentual de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo; EDSUP = percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino superior completo; ANALF = taxa de analfabetismo para indivíduos de 18 anos ou mais; AGUAEC= percentual da população que vive em domicílios com água encanada; CLIXO = percentual da população que vive em domicílios que são atendidos por serviços de coleta de lixo; ENERG = percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica; MORT = taxa de mortalidade de até um ano; RDPC = renda domiciliar *per capita*; GINI = Índice de Gini; PPOB = proporção de pobres; PRAP20 = percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres. *1991; **2010

5.2 Análise exploratória de dados espaciais

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da AEDE, a partir da aplicação da Estatística I de Moran bivariada para as 12 variáveis dos cinco indicadores mais a variável de interesse, respectivamente: educação, habitação e saneamento, saúde, renda, desigualdade de renda e pobreza. Para validar estatisticamente o I de Moran utilizou-se o método de permutações, sendo utilizadas 999 para cada variável.

A variável ANALF apresentou autocorrelação espacial positiva nos dois anos analisandos, indicando, assim, que municípios com alta (ou baixa) taxa de analfabetismo possuíam como vizinhos municípios com alta (ou baixa) proporção de pobres (Tabela 2). Para as variáveis EDFUND, EDMED e EDSUP, a autocorrelação espacial encontrada foi negativa, revelando associação espacial inversa entre o nível de escolaridade, a proporção de pobres e a localização dos municípios. Municípios com altos (baixos) níveis de escolaridade fundamental, médio e superior tinham em seu entorno municípios com baixa (alta) proporção de pobres.

Tabela 2 – Índices de Moran global bivariado para os indicadores de educação – Municípios da Bahia – 1991 / 2010

Variável	Ano	
	1991	2010
ANALF	0,265	0,251
EDFUN	-0,302	-0,292
EDMED	-0,241	-0,274
EDSUP	-0,226	-0,197

Fonte: Cálculo próprio a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Os resultados do I de Moran apontaram para uma relação espacial muito forte entre a escolaridade e a pobreza no estado da Bahia nos dois anos analisados. Nesse sentido, para cada I de Moran existe um “ótimo desejável”, isto é, uma situação na qual se deveria observar, em nível local, em relação às variáveis analisadas. Utilizando a variável taxa de analfabetismo, por exemplo, o ótimo desejável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo, representando municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos com baixa proporção de pobres. Contudo, para verificar se essa situação ocorre de fato, é

necessário analisar os agrupamentos espaciais a partir do I de Moran local. Nesse sentido, na Figura 2 expõem-se os agrupamentos espaciais para a taxa de analfabetismo do indicador educação.

As áreas em vermelho escuro representam municípios com taxa de analfabetismo alta e vizinhos com alta pobreza (AA); as áreas em azul escuro representam municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos baixa pobreza (BB); as áreas em azul claro representam municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos com alta pobreza (BA); por fim, as áreas em vermelho claro representam municípios com alta taxa de analfabetismo e vizinhos com baixa pobreza (AB).

A distribuição espacial dos agrupamentos espaciais (Figura 2) na Bahia, está disposta da seguinte forma: agrupamentos espaciais alto-alto (alta pobreza) localizados, majoritariamente, nas regiões imediatas a noroeste do estado, regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra; e a Nordeste do estado, nas regiões imediatas de Alagoinhas, Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha); agrupamentos espaciais de baixa pobreza (baixo-baixo) concentrados nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro.

Além dessa concentração de *clusters* de pobreza, evidenciada a partir da análise da Figura 2, verifica-se aumento na quantidade de municípios nos agrupamentos de alta e baixa pobreza. Os *clusters* de baixa pobreza totalizavam 23 municípios em 1991; em 2010 eram 39 (aumento de quase 70%); os *clusters* de alta pobreza eram 23 municípios em 1991; eram 45 em 2010 (quase o dobro entre os dois anos). Tais números mostram aumento superior na quantidade de municípios nos agrupamentos espaciais de alta pobreza comparativamente aos de baixa pobreza (Figura 3).

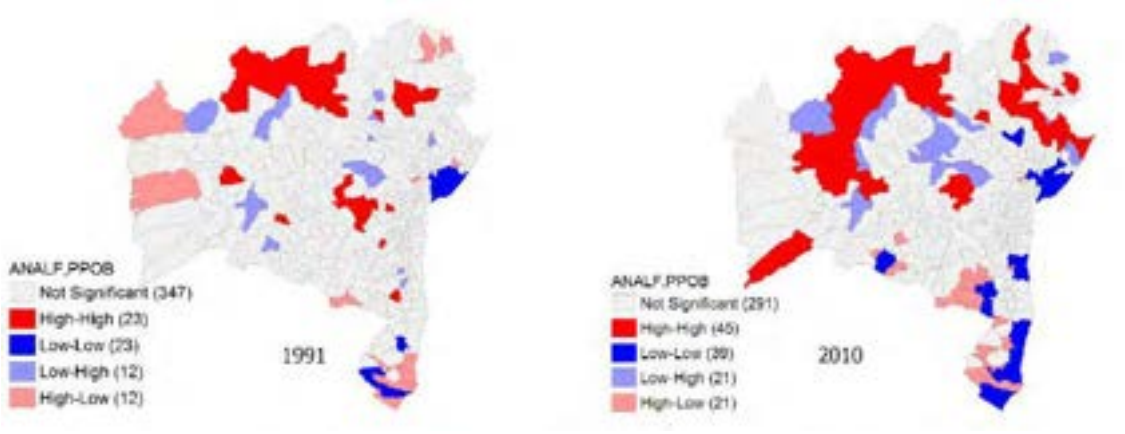


Figura 2 – Agrupamentos espaciais para a variável Taxa de Analfabetismo (ANALF) e proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991/2010

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Na Figura 3 observam-se os agrupamentos espaciais para as variáveis percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo, de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo e de 25 anos ou mais com ensino superior completo.

O desejável para essas variáveis seria agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com altos percentuais de indivíduos com escolaridade de nível fundamental, médio e superior com vizinhos com baixa pobreza) – esses agrupamentos estão representados na Figura 3 pela cor vermelho claro. Por outro lado, os agrupamentos de alta pobreza são do tipo baixo-alto (municípios com baixos percentuais de indivíduos com escolaridade de nível fundamental, médio e superior com vizinhos com alta incidência de pobreza) – esses agrupamentos estão representados pela cor azul claro.

A distribuição espacial dos agrupamentos espaciais de baixa pobreza seguiu padrão semelhante ao observado para a variável taxa de analfabetismo: os *clusters* de baixa pobreza localizam-se em municípios das regiões imediatas de Salvador, Teixeira de Freitas, Ilhéus-Itabuna e Barreiras. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza, por sua vez, localizam-se na parte noroeste do estado, na extensão das regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, por exemplo.

Além disso, verificam-se aumentos nos agrupamentos espaciais de alta

pobreza e baixa pobreza. Para a variável percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo verificou-se que os agrupamentos de alta pobreza aumentaram 116,7% (passando de 24 municípios em 1991 para 52 em 2010); os agrupamentos de baixa pobreza aumentaram 42,2% (26 municípios em 1991 para 52 em 2010). Para a variável de escolaridade de nível médio observou-se que: os agrupamentos espaciais de alta pobreza variaram em 73,1% enquanto a variação observada nos agrupamentos de baixa pobreza foi de 60,9%. Para a variável de escolaridade de nível superior, a variação observada nos agrupamentos espaciais de alta pobreza foi de 71,4% enquanto a variação ocorrida nos agrupamentos de baixa pobreza foi de 76,2% (Figura 3).

Desse modo, observa-se que a pobreza, medida pelos indicadores da variável educação, é espacialmente concentrada, sobretudo na parte noroeste do estado da Bahia, sendo maior em 2010, quando se tem maior quantidade de agrupamentos espaciais. Os agrupamentos de baixa pobreza, por sua vez, concentram-se na região imediata de Salvador. Essa concentração pode ser motivada por fatores históricos, haja vista que segundo dados do IPEA (2020), Salvador já no ano de 1970 possuía a maior média de anos de estudo para pessoas de 25 anos ou mais, que foi tão somente aumentando nos anos posteriores. E daí pode-se estar diante de efeitos de transbordamento espacial do fator educacional, que pode ter sido propagado para os municípios circunvizinhos.

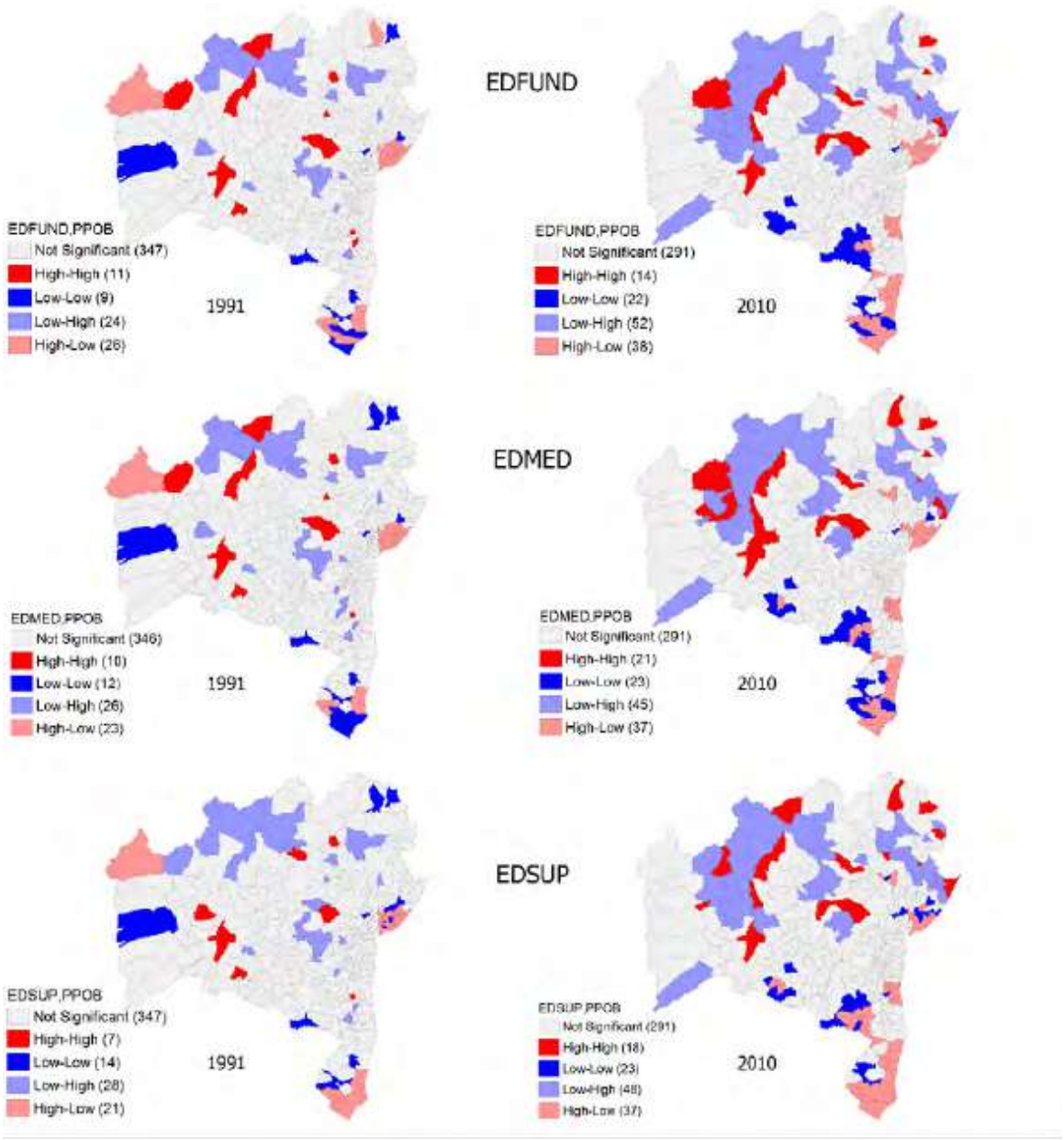


Figura 3 – Agrupamentos espaciais das variáveis do indicador de educação e proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991 / 2010

Fonte: Elaboração apropria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Os resultados do I de Moran do indicador habitação e saneamento, revelados na Tabela 3, indicam a presença de autocorrelação espacial negativa entre as variáveis percentual de domicílios com água encanada, com atendimento por serviços de coleta de lixo, domicílios com energia elétrica, com a proporção de pobres e a localização dos municípios baianos nos dois anos analisados. Diante desse cenário, municípios com altos (baixos) percentuais de domicílios com acesso

ao fornecimento de água encanada, coleta de lixo e energia elétrica tinham como vizinhos municípios com baixa (alta) proporção de pobres.

Tabela 3 – Índice de Moral global bivariado para o indicador de habitação e saneamento – Municípios da Bahia – 1991/2010

Variável	Ano	
	1991	2010
AGUAEC	-0,197	-0,225
CLIXO	-0,021	-0,138
ENERG	-0,247	-0,179

Fonte: Cálculo próprio a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

O desejável para as variáveis deste indicador seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com altos percentuais de infraestrutura com vizinhos com baixa proporção de pobres). Contudo, uma análise local é necessária, para verificar se, de fato, existem tais agrupamentos e onde se localizam (Figura 4).

Verifica-se, a partir da análise da Figura 4, que a distribuição espacial da pobreza na Bahia para as variáveis de infraestrutura segue padrão semelhante ao observado no indicador educacional. Nas três variáveis deste indicador (percentual de domicílios com água encanada, com coleta de lixo e com energia elétrica) os agrupamentos espaciais baixa pobreza (municípios com altos percentuais para as variáveis de infraestrutura e vizinhos com baixa proporção de pobres) localizavam-se nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro e Vitória da Conquista. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com baixos percentuais de infraestrutura e vizinhos com alta pobreza) localizavam-se na parte noroeste, Nordeste e em algumas partes centrais do estado da Bahia. Mais especificamente, concentravam-se nas regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Itaberaba.

Nos anos analisados houve mudanças na distribuição espacial da pobreza no estado, medida por esse indicador. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza

da variável percentual de domicílios com água encanada variaram 65,5% entre os anos (passou de 29 municípios em 1991 no *cluster* alto-baixo para 48 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza variaram 63,2% (passou de 19 municípios para 31 entre os anos analisados).

Na variável percentual de domicílios com atendimento por serviços de coleta de lixo, os agrupamentos espaciais de baixa pobreza variaram 122,2% entre os dois anos (18 municípios no *cluster* alto-baixo para 40). Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto), por sua vez, variaram 146,7% entre 1991 e 2010 (15 municípios para 37, respectivamente).

Na variável percentual de domicílios com energia elétrica observou-se que os agrupamentos espaciais de baixa pobreza (alto-baixo) variaram 81,5% (27 para 49 municípios entre 1991 e 2010, respectivamente). Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto), entre 1991 e 2010, variaram 88,9% (18 municípios para 34).

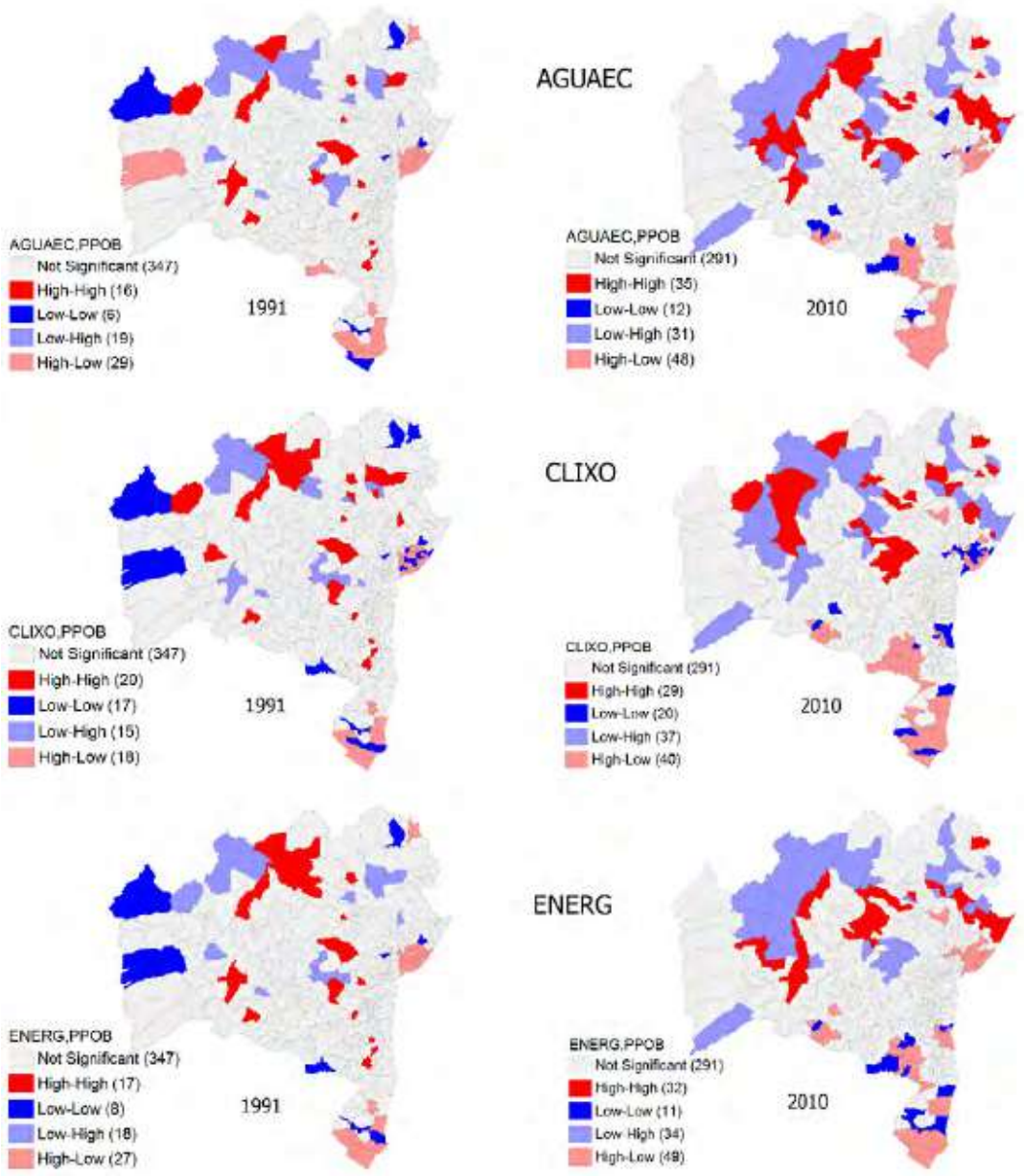


Figura 4 – Agrupamentos espaciais para as variáveis do indicador habitação e saneamento e proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991/2010

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Das três variáveis analisadas, apenas para o percentual de domicílios com água encanada, os agrupamentos espaciais de alta pobreza não foram mais numerosos que os de baixa pobreza, o que indica uma piora na pobreza no estado entre os dois anos censitários analisados, seguindo também concentrada nas mesmas regiões apontadas para o indicador educação.

Os resultados do I de Moran para o indicador saúde (Tabela 4) apontaram para a presença de autocorrelação espacial positiva entre a taxa de mortalidade infantil, proporção de pobres e a localização dos municípios baianos nos dois anos analisados. Nesse sentido, municípios com alta (baixa) taxa de mortalidade possuíam como vizinhos municípios com alta (baixa) proporção de pobres.

Tabela 4 – Índice de Moram global bicariado para variável taxa de mortalidade (MORT) – Municípios da Bahia – 1991/2010

Variável	Ano	
	1991	2010
MORT	0,099	0,230

Fonte: Cálculo próprio a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Na Figura 5 observa-se a presença de agrupamentos espaciais de baixa pobreza (baixo-baixo) nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro, Vitória da Conquista e Barreiras. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (alto-alto), por sua vez, localizavam-se nas regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal. Além disso, os agrupamentos de alta pobreza variaram menos que os de baixa pobreza. Entre 1991 e 2010, os agrupamentos de baixa pobreza aumentaram em 125% (20 municípios para 45), e nos agrupamentos de alta pobreza, 68,2% (22 municípios para 37).

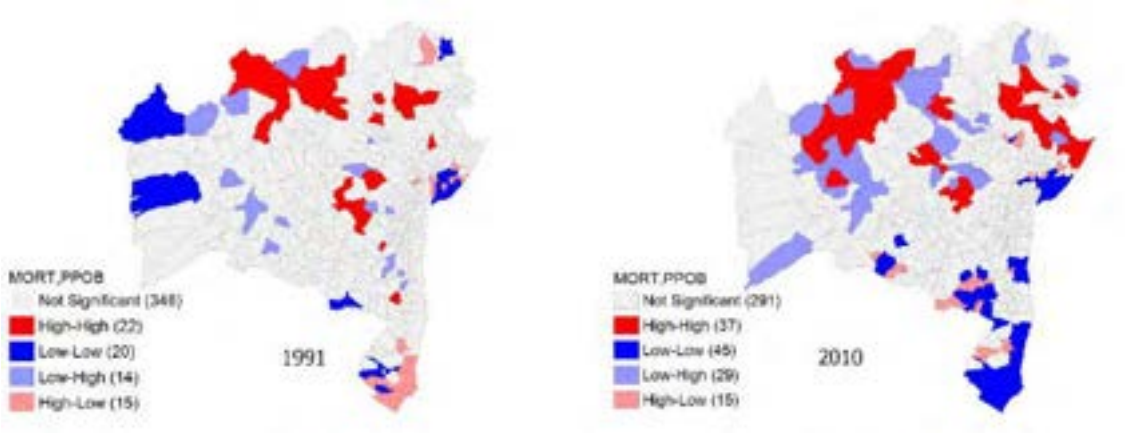


Figura 5 – Agrupamentos espaciais para a variável de mortalidade (MORT) e proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991/2010

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Como explica Sen (2010), a morte prematura de crianças pode estar relacionada a diversos fatores, como por exemplo, subnutrição. Todavia, outros fatores também podem influenciar na taxa de mortalidade, como o tipo de infraestrutura de saneamento disponível para os moradores etc. O desejável para essa variável é a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixa taxa de mortalidade e vizinhos com baixa pobreza).

Os resultados do I de Moran para a variável renda domiciliar *per capita* apontam para a presença de autocorrelação espacial negativa nos dois anos analisados. Assim sendo, municípios com alta (baixa) renda domiciliar *per capita* possuíam vizinhos com baixa (alta) renda domiciliar *per capita*.

Tabela 5 – Índice de Moran global bivariado da variável renda domiciliar per capita (RDPC) – Municípios da Bahia – 1991/2010

Variável	Ano	
	1991	2010
RDPC	-0,299	-0,343

Fonte: Cálculo próprio a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

O desejável para essa variável é que se tenha em nível local agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com alta renda domiciliar *per capita* e vizinhos com baixa proporção de pobres). De acordo com a Figura 6, esses agrupamentos situam-se nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro e Vitória da Conquista. Já os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com baixa renda domiciliar *per capita* e vizinhos com alta pobreza) localizam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Xique-Xique-Barra, Juazeiro, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Alagoinhas e Itaberaba.

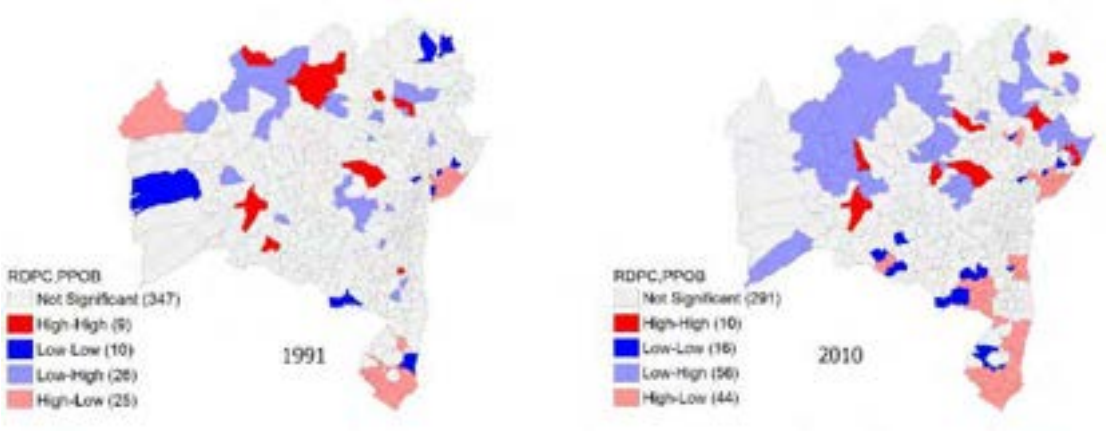


Figura 6 – Agrupamentos espaciais da variável renda domiciliar per capita (RDPC) e proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991/2010

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Além disso, verificaram-se, entre os dois anos, aumentos nos agrupamentos espaciais de baixa pobreza em 76% (25 municípios em 1991 para 44 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza aumentaram 115,4% (26 para 56 municípios entre 1991 e 2010), retratando assim maior pobreza na Bahia. Além disso, a distribuição espacial de tais *clusters* seguiu padrão já observado nas variáveis anteriores, agrupando-se, sobretudo, na parte noroeste do estado da Bahia.

Os dados da Tabela 6 indicam a presença de autocorrelação espacial distinta para a variável Índice de Gini entre os anos analisados. No ano de 1991 a autocorrelação espacial foi negativa, indicando que municípios com alto (baixo) Índice de Gini tinham como vizinhos municípios com baixa (alta) proporção de pobres. No ano de 2010, porém, a autocorrelação espacial foi positiva: municípios com alto (baixo) Índice de Gini tinham como vizinhos municípios com alta (baixa) proporção de pobres.

O desejável para essa variável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixo Índice de Gini e vizinhos com baixa proporção de pobres). Na Figura 7 tem-se retratado aumento no número de municípios nesse tipo de agrupamento em 72,2% (18 em 1991 para 31 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com alto Índice de Gini e vizinhos com alta pobreza) aumentaram 284,6% (passou-se de 13 para 50).

A variável proporção de pobres apresentou autocorrelação espacial positiva para os dois anos censitários analisados, indicando que municípios com alta (baixa) proporção de pobres possuíam vizinhos com alta (baixa) proporção de pobres (Tabela 6). O desejável para essa variável seria a presença, em nível local, de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixa pobreza e vizinhos com baixa incidência de pobreza). Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza cresceram 96,4% (28 municípios em 1991 para 55 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza aumentaram 110,7% (28 para 59), para o mesmo período temporal.

Em relação à variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres também se observou uma mudança no sentido da autocorrelação espacial entre os anos analisados: em 1991 a autocorrelação espacial foi negativa; em 2010, foi positiva. O desejável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios nos quais os 20% mais pobres se apropriavam de maior fatia de renda e vizinhos com baixa pobreza). Esses agrupamentos aumentaram 500% entre 1991 e 2010, enquanto os agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto) esse aumento foi de 211,1% no mesmo período temporal.

Tabela 6 – índices de Moral global bivariado para as variáveis do indicador de desigualdade de renda e pobreza – Municípios da Bahia – 1991/2010

Variável	Ano	
	1991	2010
GINI	-0,028	0,190
PPOB	0,363	0,458
PRAP20	0,072	-0,343

Fonte: Cálculo próprio a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Observou-se, através do I de Moran, mudança do sentido de autocorrelação espacial para as variáveis percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e Índice de Gini. A variável Índice de Gini, por exemplo, no ano de 1991 o I de Moran global indicava que havia predominância de agrupamentos espaciais dissimilares (alto-baixo e baixo-alto); no ano de 2010 o I de Moran apontava para a predominância de agrupamentos espaciais similares (alto-alto e baixo-baixo). A

variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres, por sua vez, o I de Moran global demonstrou, no ano de 1991, a predominância de agrupamentos espaciais de municípios com alta (baixa) apropriação de renda pelos 20% mais pobres e vizinhos com alta (baixa) pobreza. Essa situação já havia sido apontada pela estatística descritiva, na qual cresceu o número de municípios com maior Índice de Gini, maior desigualdade e redução de municípios em relação à apropriação de renda dos 20% mais pobres. Essas situações são igualmente indesejáveis.

A distribuição espacial da pobreza para a variável Índice de Gini ocorreu da seguinte forma: os agrupamentos espaciais de alta pobreza localizavam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Itaberaba. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza localizavam-se, majoritariamente, nas regiões imediatas de Vitória da Conquista, Guanambi e Salvador.

A localização dos agrupamentos espaciais da variável proporção de pobres seguiu distribuição semelhante à observada para o Índice de Gini. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios de alta proporção de pobres e vizinhos com alta pobreza) concentravam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Itaberaba e Alagoinhas. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza localizavam-se nas regiões imediatas de Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro, Barreiras, Guanambi, Ilhéus-Itabuna e Salvador.

Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza para a variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres situavam-se nas regiões imediatas de Eunápolis-Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Salvador e Guanambi. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (agrupamentos alto-baixo) concentravam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique-Barra, Juazeiro, Alagoinhas, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Itaberaba.

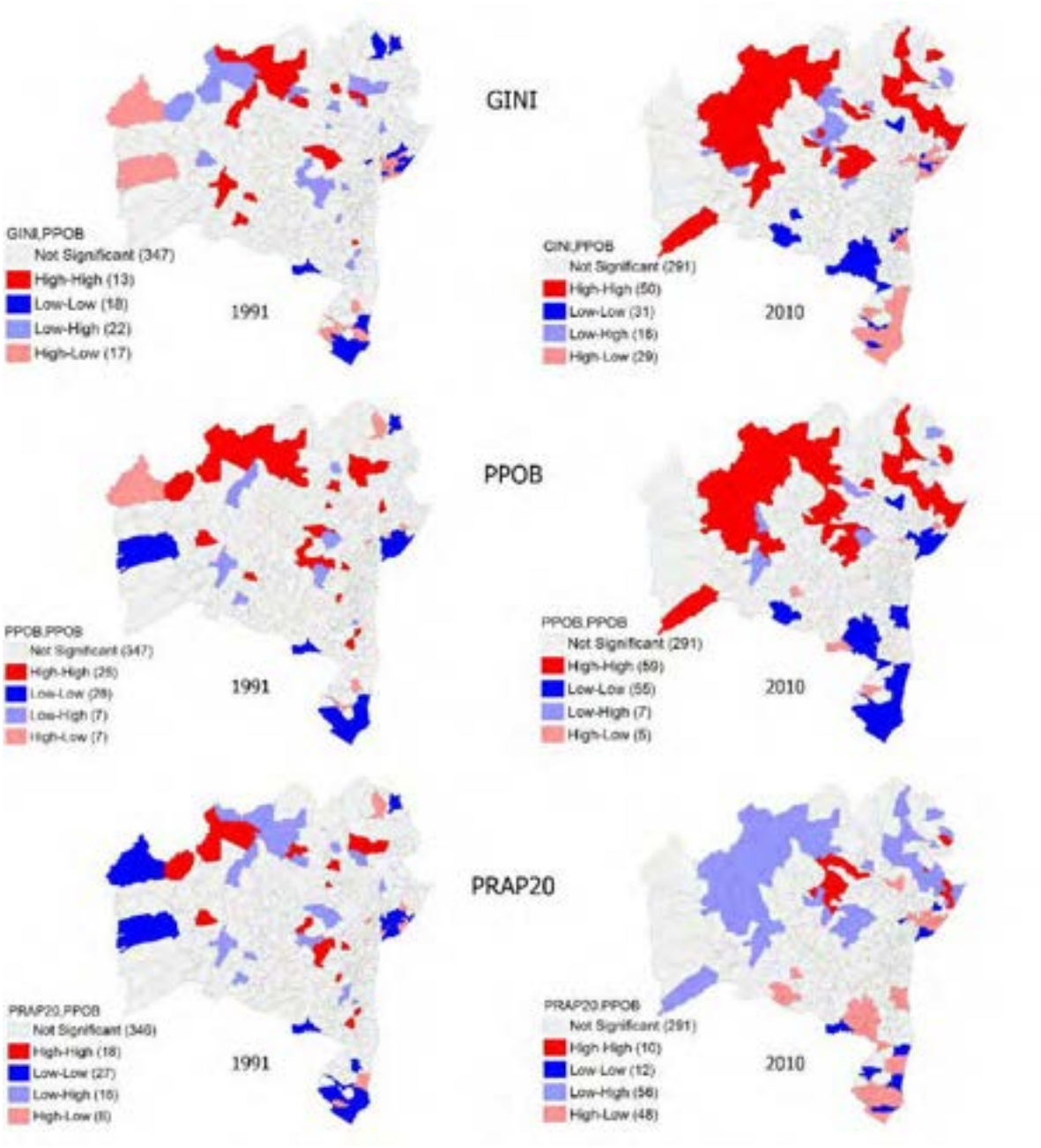


Figura 7 – Agrupamentos espaciais para as variáveis do indicador desigualdade de renda e pobreza e a proporção de pobres – Municípios da Bahia – 1991/2010

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013)

Tais análises revelam que a pobreza na Bahia é espacialmente concentrada, sobretudo nos municípios situados na parte noroeste do estado da Bahia. Por outro lado, seis regiões imediatas destacaram-se com agrupamentos de baixa pobreza: Barreiras, Salvador, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Eunápolis-Porto Seguro e Ilhéus-Itabuna. É complexo descobrir quais fatores podem estar

influenciando essa concentração da pobreza na Bahia. Dessa forma, como há muitos municípios classificados no agrupamento pobreza, essa pode estar espraiando, “fortalecendo” esse fenômeno para mais partes do território baiano, e também sofrendo influência de municípios de estados fronteiriços à Bahia, como Piauí e Pernambuco, por exemplo. Distintamente Salvador, por ser a capital do estado da Bahia, exerce a posição de centralidade, recebendo montante maior de investimentos, e daí infraestrutura superior aos demais municípios baianos, reverberando tal situação para as demais variáveis (pobreza, mortalidade infantil etc.).

Outra região que apareceu nos agrupamentos espaciais de menor taxa de pobreza foi a de Barreiras, que compreende importantes municípios no agronegócio baiano, tais como Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e o município de Barreiras. Segundo Miranda, Magalhães e Carvalho (2014), esses municípios formam, juntamente a outros municípios circunvizinhos e os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí a região denominada pelo acrônimo de MATOPIBA. Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, especificamente, possuem uma agricultura fortemente baseada em tecnologias intensivas em capital, de alta produtividade, especialmente na produção de grãos (soja e milho), algodão, café, dentre outras. Nesse sentido, as oportunidades decorrentes das atividades agrícolas podem ter efeitos nessa menor incidência de pobreza observada em alguns municípios dessa região.

A região de Ilhéus-Itabuna, por sua vez, caracterizou-se desde a década de 1980 como uma das poucas na Bahia a ter uma rede de ensino superior, conforme explica Sirqueira (2016). Em 1974, as três faculdades (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) se juntaram e formaram a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), segundo Boaventura (2009, apud SIRQUEIRA, 2016), e que mais tarde se constituiria na Universidade Estadual de Santa Cruz nos anos 1990.

De acordo com dados do Ipea (2020), a média de anos de estudo da cidade de Ilhéus nos anos 1970, 1980 e 1990 era de 1,7, 2,7 e 3,7, respectivamente. A cidade de Itabuna, por sua vez, possuía 2,2, 3,2 e 4,7 de média de anos de escolaridade nos anos relatados, respectivamente. Segundo esses mesmos dados,

a cidade de Itabuna possuía a segunda maior média de anos de escolaridade no ano de 1970; a cidade de Ilhéus possuía a 11ª maior média de anos de escolaridade. De certa forma, essa história pode explicar a presença de agrupamentos espaciais de baixa pobreza na região imediata de Ilhéus-Itabuna.

5.3 Determinantes espaciais da pobreza na Bahia

Para identificar os determinantes espaciais da pobreza no estado da Bahia, aplicou-se o modelo econométrico especificado na Equação 8. Primeiramente, verificou-se se havia a presença de multicolinearidade nas variáveis selecionadas através do teste de fatores de inflação da variância (*Variance Inflation Factor* – VIF). Segundo Gujarati e Porter (2008, p. 337), o VIF "[...] mostra como a variância de um estimador é *inflada* pela presença de multicolinearidade". Nesse sentido, se o valor do teste for menor que 5, a multicolinearidade é baixa; se for maior que 5 a multicolinearidade é alta; se não houver colinearidade entre as variáveis, o VIF será 1.

O teste VIF é feito da seguinte forma:

$$VIF = \frac{1}{(1 - r_{23}^2)} \qquad (9)$$

Em que: r_{23} é o coeficiente de correlação entre x_2e x_3.

Os valores do teste VIF são mostrados na Tabela 7, em que se nota baixa multicolinearidade das variáveis independentes.

Tabela 7 – Teste Variance Inflation Factor (VIF) para a detecção de multicolinearidade nas variáveis independentes

Variável	VIF	1/VIF
Percentual de domicílios com água encanada	1,11	0,90
Taxa de analfabetismo	3,86	0,26
Taxa de mortalidade infantil	6,85	0,15
Índice de Gini	4,25	0,24
Média VIF	4,74	

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente estimou-se um modelo MQO aplicado a dados em painel balanceado com efeitos fixos de tempo, conforme Tabela 8. Os efeitos fixos servem para controlar a heterogeneidade não observada no modelo, atuando como *proxy* para choques macroeconômicos, permitindo assim que o intercepto seja invariante no tempo (GUJARATI; PORTER, 2008). Utilizou-se o estimador consistente da matriz de covariância, com a finalidade de abordar a questão da heterocedasticidade (WHITE, 1980). Após isso, o I de Moran foi aplicado aos resíduos do modelo MQO para verificar se havia presença de dependência espacial. O teste rejeitou a hipótese nula (o valor p médio para os anos 1991 e 2010 foi de 0,000), o que comprova a necessidade de incluir a defasagem espacial no modelo.

Prosseguiu-se então para a estimação de um modelo econométrico espacial, seguindo da abordagem geral para a específica na determinação do modelo mais adequado aos dados. Partiu-se do modelo mais complexo (modelo espacial de Durbin), baseando-se em Lesage (2014). Foram testados dois tipos de matrizes de pesos espaciais para verificar qual delas se encaixava melhor nos dados: a de contiguidade do tipo rainha que assume valores 0 e 1 e a baseada em distância euclidiana inversa dos 5 vizinhos mais próximos. Ambas apresentaram coeficientes muito próximos, demonstrando a robustez do modelo. Deste modo, a matriz escolhida foi a dos 5 vizinhos mais próximos. Mais uma vez, aplicou-se o estimador consistente da matriz de covariância com a finalidade de sanar a possível heterocedasticidade dos erros do modelo (WHITE, 1980).

Aplicaram-se os testes de Razão de Verossimilhança (RV) e Wald, permitindo verificar a prevalência do modelo SDM em relação a modelos mais simples, a saber: SAR e SEM. Os testes tiveram um p-valor de 0,000, o que significa que as variáveis dependentes e independentes retardadas espacialmente são diferentes de zero e então a hipótese nula pôde ser rejeitada. Os resultados do modelo estão expostos na Tabela 8.

Tabela 8 – Resultados da estimação do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e do modelo de Durbin Espacial (SDM)

Variável	MQO	SDM
Índice de Gini	0,25***	0,10**
	[5.97]	[2,90]

Taxa de analfabetismo	0,55***	0,66***
	[17.84]	[16,43]
Taxa de mortalidade infantil	0,07*	0,03
	[2.74]	[1,53]
Percentual de domicílios com água encanada	-0,16***	-0,12***
	[-9.21]	[-7,14]
ρ		0,64***
		[24,83]
W (Índice de Gini)		0,22***
		[3,43]
W (Taxa de analfabetismo)		-0,48***
		[-9,42]
W (Taxa de mortalidade infantil)		0,01
		[0,22]
W (Percentual de domicílios com água encanada)		0,058*
		[1,80]
R^2 ajustado	0,89	0,95
Efeito fixo (tempo)	Sim	Sim
Número de observações	834	834

Fonte: Elaboração própria
Nota: Nível de significância: *10%, **5%, ***1%. Em colchetes estão os valores t/z.

Este trabalho foi o primeiro aplicando o modelo espacial de Durbin completo para o estado da Bahia, calculando os efeitos diretos e indiretos na determinação da pobreza. Conforme as estatísticas, o modelo foi o mais adequado no tratamento do fenômeno. Ademais, a introdução do espaço no estudo da pobreza constituiu-se peça fundamental para a sua explicação: o modelo de Durbin espacial apresentou maior coeficiente de determinação, indicando que o modelo explica 95% da variação na proporção de pobres nos municípios baianos. No modelo MQO, a variável taxa de mortalidade infantil apresentou significância de 10% e no modelo espacial não foi significativa, indicando que o primeiro modelo sofre com o problema de variáveis omitidas, neste caso, o aspecto espacial.

O modelo de Durbin espacial permite identificar os fatores relevantes para a configuração da pobreza de maneira mais sistemática através de seus transbordamentos global e local. O transbordamento global, medido pelo ρ, é também chamado de parâmetro de interação endógena. Segundo Lesage (2014), esse parâmetro leva a um cenário no qual uma mudança ocorrida em uma região ou agente conduz uma sequência de ajustes em todas as regiões da amostra. Nesse sentido, o parâmetro de interação endógena estimado foi positivo e de grande significância, indicando que variações ocorridas em uma região, considerando-se as variáveis explicativas da pobreza no estado (Índice de Gini, taxa de analfabetismo, percentual de domicílios com água encanada e taxa de analfabetismo) podem desencadear variações, também, na pobreza de todos os municípios baianos. Os transbordamentos locais de pobreza são medidos pelas variáveis independentes defasadas espacialmente. Assim sendo, é possível medir os transbordamentos locais para observações vizinhas por meio de termos da defasagem espacial para as variáveis explicativas (LESAGE, 2014).

Farias, Leivas e Menezes (2018) em trabalho aplicado aos municípios do Rio Grande do Sul em relação às variáveis independentes defasadas espacialmente (Índice de Gini, taxa de analfabetismo, percentual de domicílios com água encanada) aplicando o modelo SAR, encontraram os seguintes resultados: as variáveis Índice de Gini e percentual de domicílios foram significantes a 1%, apresentando parâmetros de 16,3 e -0,16, respectivamente; a taxa de analfabetismo não foi significante para explicar a pobreza no estado. Já neste trabalho, a taxa de analfabetismo e o Índice de Gini foram significantes a 1%, com parâmetros de 0,22 e -0,48, respectivamente; o percentual de domicílios com água encanada não se mostrou significante. O parâmetro de interação endógena (ρ) estimado pelos autores (0,12 – com significância de 5%) foi menor que o encontrado neste trabalho (0,64 – com significância de 1%). O trabalho de Barreto, Santos e Carvalho (2017), por sua vez, a partir do modelo SEM, encontrou parâmetros de 0,60 e 0,20, respectivamente, para as taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo, com significância de 10%.

Comparativamente, o trabalho de Silva, Amarante e Ruana Silva (2014) a partir da estimação do modelo SEM, encontrou para a taxa de analfabetismo parâmetro de 0,19, significante a 1%; e para a infraestrutura domiciliar (que

congrega a variável de água encanada para os domicílios) parâmetro de -0,15, significante a 1%. Os resultados aqui diferem em questão do sinal: o trabalho dos autores indicava que o analfabetismo e a infraestrutura domiciliar contribuíam, respectivamente, positiva e negativamente para a redução da pobreza. Neste trabalho, porém, o indicativo foi de que a taxa de analfabetismo e a infraestrutura domiciliar contribuem negativa e positivamente na redução da pobreza. A despeito dessa distinção entre os resultados dos dois trabalhos, já é um sugestivo de que tais variáveis podem ser fundamentais para determinar a propagação da pobreza no estado.

Nos modelos econométricos convencionais, os parâmetros representam efeitos marginais e são interpretados diretamente. Nos modelos espaciais, porém, esse tipo de interpretação não pode ser realizado, pois não é a correta (GOLGHER, 2015). Assim sendo, Lesage e Pace (2009) explicam que a interpretação de modelos espaciais é feita através dos efeitos diretos e indiretos à medida que uma variação ocorrida em uma região associada a uma variável explicativa qualquer afetará tanto a região em questão quanto as regiões ao seu redor indiretamente.

Plassa, Paschoalino e Santos (2019) explicam que:

> Nos impactos diretos, estão os chamados efeitos *feedback* que ocorrem quando variações das variáveis independentes de uma unidade afetam não só a variável dependente de sua própria unidade, mas também das unidades vizinhas, que, por sua vez, ocasiona um segundo efeito na variável dependente dessa unidade. Em contrapartida, os impactos indiretos, ou *spillover*, decorrem do impacto sobre a variável dependente de uma unidade, ocasionados por mudanças nas variáveis vizinhas a essa unidade.

Na Tabela 9 são apresentados os efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis independentes. A partir da análise dos efeitos diretos, a taxa de analfabetismo dos municípios foi o fator mais determinante na caracterização da pobreza do próprio município considerado: um aumento de 1% no percentual de analfabetos levaria a aumentar a proporção de pobres do município, em média, em 0,64%. Em nível do próprio município esse foi o fator que mais influenciou na determinação da sua pobreza. Todavia, outros aspectos também se fizeram importantes: a elevação de 1% do grau de desigualdade do município, medido através do Índice de Gini, faria com que diretamente esse município fosse impactado

com o acréscimo de pobreza em 0,16%; já uma ampliação da quantidade de domicílios com água encanada em determinado município em 1% reduziria a proporção de pobres neste mesmo município em 0,13%; por fim, um incremento de 1% na taxa de mortalidade infantil aumentaria em 0,04% a pobreza desse mesmo município. Todos os parâmetros foram significativos a 1%, exceto a taxa de mortalidade infantil que foi significativa a 5%.

Em relação aos efeitos indiretos das variáveis, a desigualdade, medida pelo Índice de Gini, constituiu-se no fator mais relevante para explicar a pobreza propagada pelos municípios vizinhos, mais especificamente, pelos cinco vizinhos mais próximos. Nesse sentido, um aumento de 1% no Índice de Gini nos municípios vizinhos elevaria em 0,73% a pobreza no município considerado. Além disso, diminuição de 1% na taxa de analfabetismo nos municípios vizinhos levaria a um aumento, em média, de 0,16% na pobreza do município analisado. Esse resultado indica que haveria efeito transbordamento do fator educacional (escolaridade) e da desigualdade para os municípios vizinhos, fazendo com que avanços (ou retrocessos) na taxa de analfabetismo e no Índice de Gini dos municípios vizinhos afetassem municípios circunvizinhos. Os demais parâmetros, taxa de mortalidade e proporção de água encanada dos municípios vizinhos, não se mostraram significativos na determinação da proporção de pobres.

Tabela 9 – Determinantes da pobreza nos municípios baianos a partir do cálculo dos efeitos direto, indireto e total

Variáveis	MQO	SDM		
	Efeito total	Efeito direto	Efeito indireto	Efeito total
Índice de Gini	0,25***	0,16***	0,73***	0,89***
Taxa de analfabetismo	0,55***	0,64***	-0,16**	0,49***
Taxa de mortalidade	0,07*	0,04**	0,07	0,11
Percentual de dom. c/ água encanada	-0,16***	-0,13***	-0,08	-0,21***

Fonte: Elaboração própria
Nota: Nível de significância: *10%, **5%, ***1%.

Nos resultados encontrados neste trabalho, dois fatores foram fundamentais para explicar a trajetória da pobreza nos municípios: a taxa de analfabetismo, relacionada ao nível educacional da população; e o Índice de Gini, relacionado ao

percentual de renda apropriada pelos diferentes estratos da população. Além disso, os fatores fundamentais para explicar a trajetória da pobreza nos municípios adjacentes e a sua propagação para seus vizinhos, em nível de importância, estão relacionados à desigualdade e taxa de analfabetismo, respectivamente.

6 Considerações finais

Diante do exposto, tem-se uma pobreza no estado da Bahia espacialmente concentrada, especialmente nos municípios situados na parte noroeste e no interior do estado. Enquanto que os agrupamentos espaciais de baixa pobreza estão nas regiões imediatas de Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Eunápolis-Porto Seguro, Barreiras e Eunápolis.

A partir do modelo estimado observou-se que o aumento (ou redução) do analfabetismo dos municípios vizinhos impactaria negativa (ou positivamente) na pobreza do município em questão, considerando-se os cinco vizinhos mais próximos. Essa é uma informação relevante para o tomador de decisões em relação a políticas públicas de redução da pobreza, pois ao se considerar o efeito transbordamento e como este se propaga. Dessa forma, as políticas de combate à pobreza devem expandir-se para um conjunto de municípios, sendo elaboradas de maneira coordenada localmente e com cooperação dos governos estadual e federal.

O efeito indireto negativo observado na taxa de analfabetismo foi particularmente interessante, pois à medida que um município melhorar seu nível educacional, tenderia a reduzir sua taxa de analfabetismo, e poderia assim potencializar seu crescimento econômico. Uma população com maior grau de escolaridade tem condições de acessar melhores oportunidades no mercado de trabalho e, consequentemente, maiores salários. Além disso, firmas poderiam ser atraídas por essa mão de obra mais qualificada, gerando efeitos de transbordamento para municípios vizinhos. E nesse sentido, a pobreza seria reduzida, gerando efeitos positivos para um conjunto de municípios, em especial aqueles que se avizinham.

Nesse sentido, melhorias no sistema educacional são fundamentais. Todavia, os retornos educacionais não são imediatos, e normalmente levam mais de 20 anos para se captar essas transformações. No imediatismo que permeia a

política brasileira, ações para promover melhoria nos indicadores educacionais se arrastam a passos lentos, pois muitos querem resultados de curto prazo, difíceis de ocorrerem na educação. Para mudar isso, é necessária uma continuidade de políticas, a fim de erradicar o analfabetismo na Bahia, e dessa forma criar melhores condições de emprego à população. Porém, isso não é uma tarefa trivial, e alguns esforços vêm sendo adotados para mudar esse cenário, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criado em 2007, o qual permitiu ampliar os recursos para a educação básica. Entretanto, há inúmeros problemas ainda persistentes como defasagem de anos de estudo, evasão escolar etc. Tais problemas precisam ser resolvidos para que, de fato, se possa reduzir substancialmente a pobreza, sobretudo na Bahia. Além disso, a desigualdade de renda está imbricada com o fator educacional, e desse modo, a piora nos indicadores analfabetismo e desigualdade de renda, resulta na ampliação da pobreza, gerando um ciclo vicioso de pobreza que necessita ser “quebrado”.

Muitas questões não puderam ainda ser respondidas neste trabalho, pela ausência de dados mais recentes das variáveis analisadas ou pela disponibilidade de outros indicadores. Além disso, o que foi tratado aqui pode ter sido ainda ampliado com os problemas ocasionados com a pandemia da covid-19, pela paralisação das escolas públicas, enquanto as escolas particulares deram continuidade ao ensino, remotamente. Provavelmente, isso poderá desencadear efeitos ainda maiores no que diz respeito à desigualdade em termos educacionais na população, evasão escolar, defasagem de anos de estudo etc. Assim, novos estudos podem se debruçar sobre essas questões, buscando identificar medidas assertivas para a área educacional, a qual necessita de uma coordenação e esforços conjuntos da União, Estados e Municípios, para que se altere o quadro educacional da Bahia.

Referências

ALMEIDA, Eduardo. *Econometria espacial aplicada.* São Paulo: Alínea, 2012.

ALMEIDA, Eduardo Simões de; PEROBELLI, Fernando Salgueiro; FERREIRA, Pedro Guilherme Costa. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 31-52, 2008.

Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n1/a02v46n1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

ALVES, Denis Fernandes; MARIA ANDRÉ, Diego; SILVA ALVES, Janaína. Desigualdades, crescimento econômico e estrutura produtiva: uma análise fatorial e espacial dos municípios cearenses. In.: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 15, 2019, Ceará. *Anais*..., Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2019/artigos_aprovados/DESIGUALDADES,%20CRESCIMENTO%20ECON%C3%94MICO%20E%20ESTRUTURA.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

ANSELIN, Luc *et al*. Simple diagnostic tests for spatial dependence. *Regional Science and Urban Economics*, v. 26, p.77-104, 1996. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0166046295021116. Acesso em: 27 out. 2020.

ANSELIN, Luc. Thirty years of spatial econometrics. *Papers in Regional Science*, v. 89, n. 1, p. 3-25, 2010. Disponível em: https://dces.webhosting.cals.wisc.edu/wp-content/uploads/sites/128/2013/08/W2_Anselin2010.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

AVILA, José Flávio; BAGOLIN, Izete Pengo. Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 21, n. 2, p. 25-47, 2014. Disponível em: http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/614 . Acesso em: 02 nov. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Poverty headcount ratio at $1.90 a day (2011 PPP) (% of population).* Banco Mundial, Washington, DC. 2019. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY. Acesso em: 11 ago. 2019.

BARRETO, Ricardo Candeá Sá; SANTOS, Eli Izidro; CARVALHO, Ícaro Célio Santos. Uma análise espacial da pobreza multidimensional nos bairros de Fortaleza-Ceará. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 11, n. 3, p- 336-57, 2017. Disponível em: https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/220/213. Acesso em: 09 out. 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. *Sobre as utilidades do cadastro único.* Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1414). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1414.pdf. Acesso em: 18 nov.2020.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONCA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-42, fev. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100009&script=sci_arttext . Acesso em: 02 nov. 2020.

CÂMARA, Gilberto. *et al*. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, Suzana *et al*. (Org.). *Análise especial de dados geográficos*. Brasília: Embrapa, 2004.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico : 1991* : resultados do universo relativos as características da

população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes. Acesso em: 12 nov. 2019.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-resultados-gerais. Acesso em: 12 nov. 2019.

CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e Urbana*. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

CODES, Ana Luiza Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:* em direção a uma visão complexa. Brasília: Ipea, 2008. (Texto para Discussão, n.1332). Disponível em:http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

DRUKER, David M.; PENG, Hua; PRUCHA, Ingmar R. Creating and managing spatial-weighting matrices with the spmat command. *The Stata Journal*, v. 13, n. 2, p. 242-86, 2013. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1536867X1301300202. Acesso em: 15 nov. 2020.

ELHORST, J. Paul. Spatial panel data models. In: *Spatial econometrics*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014. p. 37-93.
FARIAS; Hellen Nunes de; LEIVAS, Pedro Henrique; MENEZES, Gabrielito. Análise espacial da pobreza nos municípios gaúchos. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 25, n. 2, p. 91-110, 2018. Disponível em: http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1620/1377. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIOVANETTI, Ana Eloísa; RAIHER, Augusta Pelinski. Uma análise multidimensional da pobreza nos municípios paranaenses em 2010. *Revista de Estudos Sociais*, v. 17, n. 33, p. 228-48, 2015. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2181/pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

GOLGHER, André Braz. *Introdução à econometria espacial*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria básica*. 5. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2011.

HASELL, Joe; ORTIZ-OSPINA, Esteban; ARRIAGADA, Pablo. Our World in Data. *Poverty*. 2022. Disponível em: https://ourworldindata.org/poverty. Acesso em: 24. out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.* Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de contas nacionais. *Produto Interno Bruto per capita*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#/n1/all/v/9812/p/all/d/v9812%202/l/v,,t+p/resultado. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas de População:* população residente estimada. 2020. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579. Acesso em: 25 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICA (IPEA). *Anos de estudo – média – pessoas 25 anos e mais*. 2020. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 01 nov. 2020.

LEITE, Sarah Leite. Análise da distribuição espacial da pobreza na região Norte do Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, v. 15, n. 2, p. 215-231, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/economia/article/view/36083/18367. Acesso em: 13 nov. 2019.

LESAGE, James P. What Regional Scientists Need to Know About Spatial Econometrics. *The Review of Regional Studies*, v. 44, n. 1, p. 13-32, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2420725. Acesso em: 02 nov. 2020.

LESAGE, James P.; PACE, Robert Kelley. *Introduction to spatial econometrics*. Flórida: Taylor & Francis Group, 2009.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. *Anais*, p. 1-20, 2004.

MIRANDA, Evaristo Eduardo; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto. *Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA*. Nota técnica nº 1. Campinas: Embrapa, 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

MOURA, Ticiana Grecco Zanon; CHEN, Zhangliang; GARCIA-ALONSO, Lorena. Spatial interaction effects on inland distribution of maritime flows. *Transportation Research Part A:* Policy and Practice, v. 128, p. 1–10, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0965856419300813?via%3Dihub. Acesso em: 15 nov. 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD-C). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgações estruturais e especiais. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas. Acesso em: 12 nov. 2019.

PIRES, Mônica de Moura. *et al*. *Economia urbana e regional.* Bahia: Editus, 2018.

PLASSA, Wander; PASCHOALINO, Pietro André Telatin; SANTOS, Moisés Pais. Determinantes socioeconômicos das taxas de homicídios no nordeste brasileiro: uma análise espacial. *Planejamento e políticas públicas*, n. 53, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/941. Acesso em: 28 out. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:* Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) 2010. 2013. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010. Acesso em: 23 out. 2022.

ROCHA, Sônia. O programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, 2011.

ROCHA, Sônia. *Pobreza e desigualdade no Brasil:* o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.(Texto para Discussão, n. 721).

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil:* afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROMERO, Julio A. Racchumi. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais – 1991 – 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS,14, 2006, Caxambu. *Anais...* Minas Gerais: ABEP, 2006. Disponível em: http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1531/1495? . Acesso em: 13 nov. 2019.

SANTOS, Eli Izidro dos; CARVALHO, Ícaro Célio Santos de; BARRETO, Ricardo Candeá Sá. Pobreza multidimensional no estado da Bahia: uma análise espacial a partir dos censos de 2000 e 2010. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 240-263, 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, Inaldo Bezerra. *Impactos das políticas de segurança sobre a difusão da criminalidade entre as cidades: uma aplicação dos modelos de econometria espacial.* 2016. 45 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia (PIMES), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, L. D. C.; AMARANTE, Patrícia Araújo; RUANA SILVA, Jadilma. A pobreza extrema nos municípios baianos: um estudo de dependência espacial com dados do

censo 2010. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10, 2014, Salvador. *Anais*... Bahia: SEI, 2006.

SILVA, Leandro Nunes Soares; BORGES, Murilo José; PARRÉ, José Luiz. Distribuição espacial da pobreza no Paraná. *Revista de Economia*, Paraná, v. 39, n. 3, p. 35-58, 2014.

SILVA, Sandro Pereira; LEITE, Leonardo de Magalhães. Transbordamentos de pobreza e desigualdade em Minas Gerais: uma análise espacial considerando o efeito da fronteira interestadual. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, n. 3, p. 55-76, 2017. Disponível em: https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/796/619/. Acesso em: 12 nov. 2019.

SIRQUEIRA, Fabiane Jesus Santos. *Universidade e desenvolvimento regional*. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. 2016.

VIEIRA, Rodrigo de Souza. *Crescimento econômico no estado de São Paulo*: uma análise espacial. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WHITE, Halbert. A Heteroskedasticity-Consistent Covariance Matrix and a Direct Test for Heteroskedasticity. *Econometrica*, v. 48, n. 4, p. 817-838, 1980.

CENÁRIOS ECONÔMICOS PERSPECTIVOS PARA SALVADOR NA PRÓXIMA DÉCADA DE 2021-2030

Gustavo Casseb Pessoti[65]

Alex Gama Q. dos Santos[66]

Jadson Santana[67]

Urandi R. Paiva Freitas[68]

Resumo

Este trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa que tem como objetivo estudar os vetores econômicos que possibilitarão um salto de crescimento e desenvolvimento econômico para o município de Salvador, de modo a propiciar, de forma induzida pelo Estado, um novo ciclo para a capital baiana no período 2021-2030. Neste trabalho em particular, será discutido o fim do ciclo econômico baseado na integração de Salvador com a atividade produtiva da RMS e a necessidade de um novo alinhamento de políticas públicas que possam ressignificar a matriz produtiva da capital baiana. São feitas duas cenarizações do desempenho esperado para Salvador na terceira década do século XXI: um cenário moderado de continuidade do modelo econômico atual e outro otimista de disrupção e nova proposta de desenho econômico com base no Plano Pluri-Anual da Bahia 2022-2025. O resultado deste primeiro esforço de análise é que com a indução de políticas desenvolvimentistas pelo Estado, Salvador pode transformar sua estrutura produtiva dentro do período considerado apresentando uma nova condição para solucionar problemas seculares como desemprego e baixo crescimento econômico.

Palavras-Chaves: Salvador; matriz produtiva; ciclo econômico; desenvolvimento econômico

[65] Economista (UFBA), Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFACS), Especialista em Gestão Governamental e Políticas Públicas do Estado da Bahia (EPPGG), Coordenador de Avaliação Institucional da UESB, Vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (2021).]

[66] Economista (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Assessor Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Professor da UNIFACS.

[67] Economista (UNIFACS), Mestre em Administração (UFBA), Assessor Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

[68] Economista (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Coordenador de Estatística da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

ECONOMIC SCENARIOS FOR SALVADOR IN THE NEXT DECADE 2021-2030

Abstract

This work is an integral part of a research project that aims to study the economic vectors that could allow a leap in economic growth and development for the city of Salvador, in order to provide, in a state-induced manner, a new cycle for the capital of Bahia in the period 2021-2030. In this particular work, the end of the economic cycle based on the integration of Salvador with the productive activity of the Metropolitan Region and the need for a new alignment of public policies that can give new meaning to the productive matrix of the Bahian capital will be discussed. The article presents two scenarios of the expected performance for Salvador in the third decade of the 21st century: a moderate scenario of continuity of the current economic model and an optimistic scenario of disruption and a new proposal for an economic design based on the PPA 2022-2025. The result of this first analysis effort is that with the induction of developmental policies by the State, Salvador can transform its productive structure within this period considered and present a new condition to solve secular problems such as unemployment and low economic growth.

Keywords: Salvador; productive matrix; economic cycle; economic development

1. Introdução

Nos últimos anos, o município de Salvador experimentou mudanças significativas que foram capitaneadas, sobretudo, pelo poder público, a partir da ampliação da oferta e da melhora na qualidade dos serviços prestados à sua população. Essas mudanças ocorreram em todas as áreas, na saúde e na educação, bem como na infraestrutura urbana e de moradia, no transporte público e no amparo social. Não obstante tais mudanças tenham impactado positivamente no cotidiano da capital, Salvador ainda precisa romper com alguns entraves, sobretudo, na dimensão econômica, e que se refletem diretamente no crescimento de sua atividade produtiva. Entre esses entraves merece destaque a ampliação do mercado de trabalho. Como agravante, o período de encerramento da gestão municipal do Prefeito ACM Neto, bem como o início do novo Governo Bruno Reis coincidiram com o início da pandemia da covid-19, que impôs uma ruptura no convívio social e na forma de reprodução econômica, requerendo do poder público ações que pudessem mitigar os impactos causados pela pandemia.

Grande parte dessas ações de curto prazo, sobretudo de natureza econômica e social, atenunou as consequências mais severas da paralisação de uma parte das atividades econômicas. Tal paralisação resultou em pressões nas finanças públicas municipais porque reduziu-se o ritmo de serviços refletindo em uma queda na arrecadação. O bom resultado fiscal deixado para o início da nova gestão municipal foi um dos aspectos principais que permitiram à Prefeitura Municipal de Salvador um conjunto de contramedidas para continuar estimulando a economia do município. É nesse contexto de transição de gestão municipal, de pandemia da covid-19 e de início de um novo ciclo de PPA, que os cenários econômicos aqui apresentados foram construídos. Apesar de todas as dificuldades, não apenas as da conjuntura atual, mas, da própria estrutura produtiva da capital baiana, o cenário prospectivo é bastante otimista e desafiador, com a consolidação de novos vetores que tragam maior dinamismo à economia de Salvador nos próximos anos.

O objetivo deste trabalho é apresentar cenários econômicos para Salvador para a atual década, diante das macrotendências em curso, bem como das possibilidades de mudanças estruturais advindas de um novo processo de

planejamento econômico para o período 2022-2025. A principal premissa é de que o poder público é o agente condutor desse processo, tendo como base um planejamento assertivo, traduzido em um PPA com a capacidade de induzir as mudanças necessárias. Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro partes partes: i) a primeira apresenta uma breve discussão sobre o esgotamento da atual matriz produtiva de Salvador e os desafios a serem transpostos a fim gerar um novo ciclo de crescimento econômico; ii) a segunda apresenta as proposições do poder público para dinamizar a atividade econômica em Salvador; iii) a terceira trata dos cenários prospectivos para a economia soteropolitana para a década que se iniciou em 2021 e; iii) as considerações finais encerram o trabalho.

2. Esgotamento de um ciclo econômico e os desafios impostos à economia de Salvador para o período 2021-2030

No decorrer dos últimos anos, a trajetória econômica de Salvador esteve pautada, sobretudo, em serviços tradicionais e nos transbordamentos em torno da economia industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Tal estrutura propiciou alguns espasmos de crescimento, com maior ênfase entre os anos de 2002 e 2007. Contudo, a partir de 2008, a Bahia e particularmente Salvador, apresentaram um menor ritmo de crescimento econômico evidenciado na perda de participação no Produto Interno Bruto (PIB) e no aumento gradativo do desemprego. O objetivo desta Seção 1 é apresentar uma análise sucinta sobre um dos principais problemas que acometem a economia de Salvador: o esgotamento da capacidade de crescimento a partir da atual estrutura produtiva. E ademais, apontar quais os desafios a serem enfrentados pelo planejamento municipal a fim de ensejar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado para Salvador.

2.1 O esgotamento de um ciclo econômico

No início dos anos 2000, havia uma crença entre os elaboradores do planejamento estatal na Bahia, de que a melhor forma de gerar um ciclo de crescimento econômico em ritmo acelerado era apostar em políticas de atração de investimentos industriais. A expectativa era de que esses investimentos não só

aproveitassem a base de produção intermediária existente no estado, mas diversificassem e complementassem as cadeias de negócios presentes na Bahia. Essa premissa orientou a intervenção pública na estrutura produtiva do estado resultando em um incremento imediato da atividade econômica. Entre 2003 e 2006, a taxa média de crescimento do PIB baiano atingiu o maior nível em toda a série histórica analisada (2002-2018), com incremento médio anual de 4,7% e acúmulo de 20,1%, como reflexo direto da ação estatal adotada (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020a).

O momento atual é de inflexão: diminuição no ritmo de crescimento da atividade econômica na Bahia e perda de participação no PIB Brasil e Nordeste. Os dados do PIB estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020a), evidenciam que entre 2015 e 2019, a taxa média de variação apresentou um valor negativo de -1,3% ao ano, acumulando nesse mesmo período uma queda de -2,9%. As taxas desagregadas por ano foram: -3,4% em 2015; -6,2%, para 2016; 0,0% no ano de 2017; 2,3%, já em 2018; e 1,2%, em 2019. Uma análise comparativa desses dados com outras séries (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020b) confirma que não há precedentes na história republicana da Bahia para um período semelhante a este com intenso arrefecimento da atividade econômica no estado.

No entanto, essa dinâmica não é exclusiva da economia baiana, mas também se refere a Salvador, que perdeu pujança em relação a outras capitais do eixo Norte-Nordeste (IBGE, 2020). A capital também perdeu representatividade no PIB do estado, pois sua participação era em torno de 26%, entre 2002 e 2010, passando para 22% em 2018. Nesse último ano, Salvador tinha na administração pública, atividades imobiliárias, nos serviços com baixo nível de intensidade tecnológica (a exemplo dos serviços prestados às famílias) e no comércio, aproximadamente, 60,8% de sua economia. Apenas a administração pública representava 18,0% de todo o Valor Agregado (VA) pelo setor de serviços na capital baiana. Essa perda de importância econômica de Salvador está mais fortemente associada ao ritmo menor de crescimento das atividades produtivas no município e à diminuição dos transbordamentos da RMS na economia soteropolitana.

No entanto, essa perda de dinamismo não se circunscreveu apenas à

economia da capital, mas a todo o eixo metropolitano. No período de 2010 a 2018, observa-se que houve uma redução de participação da RMS no PIB do estado de, aproximadamente, cinco pontos percentuais. Em 2010 a RMS representava 47,0% do PIB da Bahia e passou a 41,9% em 2018. A tendência declinante da economia da RMS não se refere a um problema conjuntural. Trata-se do esgotamento de um ciclo econômico, que havia se consolidado a partir da relação entre o Polo Petroquímico de Camaçari e as atividades de serviços na capital baiana, como reflexo do fechamento de importantes empresas, perda de competitividade na cadeia petroquímica e paralisia do refino de petróleo no estado. À medida que menos renda é gerada na atividade industrial, menores também são os efeitos econômicos nas atividades a ela integradas.

Nessa conjuntura, o fechamento da montadora Ford trouxe um impacto profundo para a toda a economia da Bahia, em especial para Camaçari e Salvador. De acordo com a SEI e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (BAHIA, 2021), o impacto econômico com o encerramento das atividades da montadora foi medido em, aproximadamente, R$ 3,02 bilhões do VA total da economia. Além da perda de 25 mil postos de trabalhos formais e informais e aproximadamente R$ 850 milhões de rendimento salarial que deixaram de impulsionar os negócios em toda a RMS. As reverberações foram percebidas em diferentes elos da cadeia de serviços em Salvador: das vendas em *shoppings centers*, ao comércio de alimentos, combustíveis, educação, entre outras atividades. E esse esgotamento do ciclo econômico a partir da atual matriz produtiva, iniciado após a crise de 2008 e intensificado desde 2015, se consolidou no ano de 2020, com os reflexos da pandemia da covid-19. A pandemia agravou o quadro de uma economia que já apresentava sinais de estagnação.

2.2 Entraves na economia soteropolitana

Além do esgotamento de um ciclo econômico, Salvador enfrenta dificuldades com problemas de natureza estruturais e sociais e que têm reflexo direto na capacidade de dinamizar a estrutura produtiva do município. São eles: a) baixa integração entre as cadeias produtivas da RMS; b) reduzido número de centros de distribuição que podem aproveitar as vantagens comparativas da nova infraestrutura

que está sendo construída nos bairros límitrofes do município, ampliando o conceito de economia compartilhada a partir de Salvador; c) baixa complexidade da estrutura produtiva, com predomínio de serviços pouco intensivos em conhecimento e, por isso mesmo, de baixo valor agregado; d) elevada participação da administração pública na economia; e) alto índice de desemprego e informalidade e; f) baixo nível médio de escolaridade, o que pode comprometer a competitividade da economia soteropolitana no médio longo prazo, sobretudo nos segmentos de emprego qualificado.

A estrutura produtiva de Salvador em 2020 ainda é pautada, sobretudo, em atividades tradicionais e de baixo nível de complexidade. Setores convencionais, característicos do século XIX, entre eles as atividades imobiliárias, a administração pública e o comércio dão a tônica da atividade econômica e são responsáveis pela maior parte do estoque de empregos formais do município. Essa concentração da atividade produtiva em serviços anacrônicos se reflete diretamente em baixas taxas de crescimento para a economia soteropolitana e dificuldades em dinamizar o mercado de trabalho. Nesse caso em particular o crescimento econômico tem fortes reverberações na renda que é gerada pela atividade produtiva e circulada para a realizações de negócios na economia de Salvador. Equacionar o problema da economia, da baixa circulação, da renda insuficiente, da informalidade e do desemprego passa necessariamente por romper a lógica vigente, o que só será possível com um planejamento assertivo e com ações que não só adensem a matriz produtiva, mas, reorientem os setores (vetores) a partir dos quais se efetivará o crescimento econômico.

O mercado de trabalho em Salvador apresenta elevadas taxas de desemprego quando comparado à de outras capitais brasileiras. Conforme indicam os dados da SEI (2021), de dezembro de 1996 a maio de 2019, as taxas de desemprego em Salvador sempre estavam acima de 10,0 pontos percentuais. A menor foi identificada em dezembro de 2010: 12,6%, período em que a economia baiana apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 6,1%. A mais elevada foi identificada em junho de 2003: 29,1% de desocupados; período com uma taxa de crescimento de 2,3% do PIB estadual e logo após a instalação da Ford no estado. A partir de 2007 observa-se uma melhora nesse indicador, com todas as taxas abaixo de 20,0 p.p. Contudo, a partir de março de 2015 o desemprego em Salvador volta a

alcançar o patamar de 20,0%, mantendo-se acima desse nível desde então. Em maio de 2019, último dado disponível, a taxa de desemprego na capital baiana estava em 24,9% (SEI, 2021). Isto significa dizer que, aproximadamente, 1 entre 4 soteropolitanos estavam desempregados antes da covid-19.

Um dos reflexos dos níveis históricos de desocupados em Salvador são as altas taxas de informalidade. As atividades informais estão associadas a trabalhos precários, em que não há segurança para o trabalhador e reduzidos níveis de rendimento médio. De acordo com uma série histórica da PNAD-C (2021), a taxa de informalidade em Salvador, em 2015, era 34,0% do total da população ocupada. Esse percentual equivalia a, aproximadamente, 380 mil soteropolitanos desenvolvendo algum tipo de atividade informal, seja como empregado no setor privado (sem carteira assinada), trabalhador por conta-própria (sem formalização ou sem contribuição para a previdência oficial), trabalhador doméstico (sem carteira assinada) ou trabalhador familiar auxiliar. Já em 2019 essa proporção saltou para 35,4% do total de ocupados: 500 mil soteropolitanos em postos de trabalhos informais. Vale destacar que esses números são alusivos a um período anterior à pandemia da covid-19. Ou seja, esse quadro pode ter se agravado consideravelmente em 2020, como reflexo dos impactos em decorrência das medidas para contenção da covid-19.

O nível de formação da população soteropolitana configura-se como outro entrave para a economia de Salvador. De acordo com dados da PNAD-C (2021), no ano de 2020, em Salvador a proporção de pessoas com Ensino Fundamental incompleto (24,5%) era superior a proporção de pessoas com Ensino Superior completo (21,3%). A maior proporção era do grupo de pessoas com Ensino Médio completo: 30,4%. Não obstante se observe uma melhora a partir de 2012, quando: 33,4% tinham Ensino Fundamental incompleto; 30,0% Ensino Médio completo; e 13,0% Ensino Superior completo; a transformação desse cenário requer investimentos de médio e longo prazo e que não estão exclusivamente sob responsabilidade da gestão municipal, sobretudo, quando se refere a oferta de mão-de-obra qualificada para atração de novas atividades econômicas.

A conjunção desses fatores tem reflexo direto no nível de desigualdade socioeconômica e no mercado consumidor em Salvador, através da reduzida massa

de rendimentos gerada por um contingente de empregados com nível médio de formação e um elevado número de desocupados ou alocados em atividades precárias. A atração de vetores chaves para dinamizar a atividade econômica deve considerar esses entraves na economia soteropolitana.

3. Proposições para superação da estagnação econômica

O poder público municipal tendo conhecimento do cenário supracitado, propôs ações diversas a fim de dinamizar a atividade econômica em Salvador. Essas ações estão concentradas em dois planos principais: i) o Plano Salvador 360, de investimentos no médio prazo e; ii) o Plano 101 Ações, de curto prazo. Embora não sejam exclusivamente de natureza econômica, ambos os planos têm medidas que impactam, em algum nível, a atividade econômica na capital baiana.

O Plano Salvador 360 foi lançado em 2017 e é composto por 360 ações divididas em oito eixos: Negócios, Investe, Centro Histórico, Cidade Inteligente, Cidade Criativa, Inclusão Econômica, Cidade Sustentável e Simplifica; e visa colocar a cidade de Salvador na rota de um novo ciclo de desenvolvimento. O foco central é promover o crescimento econômico a partir da modernização da infraestrutura da cidade e requalificação do Centro Histórico. São apontadas ainda diversas medidas burocráticas para facilitar a vida do cidadão.

Em todos os eixos há ações que apresentam algum nível de impacto, direto ou indireto, no dinamismo da atividade econômica do município. No ano de 2020, o plano já estava com 72% das ações concluídas. Não obstante a ampla variedade de ações implementadas, as propostas que visam superar a atual lógica de produção do município são incipientes. Tal percepção é confirmada pelo PIB do município em 2018 e pelo nível de desemprego em Salvador durante os anos de 2018 e 2019: crescimento da taxa de desemprego e reduzida variação do PIB municipal. Resta analisar os desdobramentos em 2020, ano em que a maioria dessas ações foram implementadas. Contudo, a expectativa é de que não há uma reversão do atual cenário, haja vista os desdobramentos da pandemia da covid-19.

Por sua vez, o Plano 101 Ações foi lançado em julho de 2020. Trata-se de um plano de curto prazo com o objetivo de dinamizar a atividade econômica e

superar os impactos causados pela pandemia da covid-19. O plano contou com o investimento de R$ 7 bilhões (R$ 6 bilhões a partir da captação junto à iniciativa privada), com expectativa de gerar 50 mil empregos e está fundamentado em sete pilares: a) soluções urbanas; b) obras de infraestrutura e investimentos privados, c) melhoria do ambiente de negócios e apoio a pequenos empreendedores; d) fortalecimento da economia criativa e de inovação; e) medidas tributárias e fiscais e; f) estímulo ao turismo. Por questões de limitação técnica, não é possível aferir os impactos positivos do plano na atividade econômica do município, bem como o reflexo no emprego formal.

A premissa aqui defendida é de que uma economia mais robusta e integrada, com vetores que potencializem vantagens competitivas locais, pode ao mesmo tempo gerar um ciclo mais sustentado de crescimento e uma rápida retomada no nível da atividade, sobretudo no curto prazo. A principal alternativa é incentivar e criar políticas específicas para quatro grandes vetores econômicos para Salvador: i) o complexo econômico da saúde; ii) atividades de alta tecnologia; iii) cadeias de logística, infraestrutura e transportes e; iv) turismo e economia criativa. Ademais, existe a necessidade de se repensar os papéis que podem desempenhar a construção civil e a indústria manufatureira nesse contexto. Assim, a nova meta do planejamento econômico para Salvador deve ser complexificar e adensar a atual matriz produtiva, mas, sobretudo, atraindo novos investimentos em vetores mais dinâmicos, capazes de endogenizar o crescimento e iniciar um novo ciclo a partir de 2021.

4. Cenários econômicos para Salvador e as mudanças na Matriz Produtiva no período 2021-2030

O objetivo desta seção é apresentar estimações para o crescimento econômico em Salvador de 2021 a 2030. As projeções foram construídas considerando dois cenários: um Moderado e um Otimista. Para ambos, os resultados foram agrupados em dois períodos distintos, porém mutuamente interligados. O primeiro, de 2021 a 2024, com expectativa de crescimento moderado (por conta das consequências da covid-19) e que deve ser acompanhado por um novo arranjo de políticas econômicas mais arrojadas. E um segundo momento, de 2025 a 2030, em que são esperadas taxas de crescimento mais elevadas, como

reflexo do controle da pandemia da covid-19 e das ações derivadas do novo Plano Plurianual (PPA). Contudo, o foco da análise subjacente será o período 2022 a 2025, quando ocorrerão as inversões públicas do novo planejamento municipal. Ademais, a partir das perspectivas em torno de novos investimentos e gastos públicos a serem propostas no plano, será analisada, também, a expectativa de mudanças na atual matriz produtiva de Salvador. Os resultados apresentados visam subsidiar a gestão municipal no desafio de elaborar um planejamento mais assertivo e coadunado com a ideia de superação do reduzido nível de crescimento econômico.

4.1 Modelagem econométrica e projeções econômicas para Salvador

A construção das estimações para a atividade econômica em Salvador, de 2021 a 2030, seguiu três etapas encadeadas. A primeira consiste na projeção de um indicador *proxy* da atividade econômica no período de 2018 a 2020, a partir do Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM) (SEI, 2021b), haja vista a indisponibilidade de um deflator para cálculo da variação do PIB municipal. A partir desses resultados, tendo como referência o ano-base de 2020, seguiu-se a segunda etapa que é a projeção do mesmo indicador *proxy* para o período entre 2021 e 2024. E por fim, a terceira etapa que é uma estimação para o período 2025 a 2030, a partir do crescimento médio identificado na etapa dois. Para essa última etapa, há restrições metodológicas para projeções de longo prazo, devido instabilidades dos ciclos econômicos, derivados de choques exógenos de difícil mensuração.

A partir da segunda etapa os resultados são diferenciados por cenários: Otimista e Moderado. Tal diferenciação tem o objetivo de evidenciar possibilidades e tendências para a economia soteropolitana, considerando que parte da evolução projetada advém do impulso dado pelas novas políticas econômicas que constarão no PPA 2022-2025 (Cenário Otimista) e a outra considera um efeito mais duradouro das medidas adotadas contra o agravamento da pandemia da covid-19 (Cenário Moderado).

A metodologia utilizada é uma modelagem econométrica denominada de *Autoregressive Integrated Moving Average* (ARIMA) (HYNDMAN; ATHANASOPOULOS, 2015), para séries temporais. E os dados utilizados foram

extraídos de três fontes:

i) Taxas de crescimento das movimentações do comércio e serviços de Salvador, disponíveis no Índice de Movimentação Econômica (IMEC) (SEI, 2021a);

ii) Taxas de crescimento setoriais, disponíveis no Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM) (SEI, 2021b);

iii) Taxa de crescimento do PIB do estado da Bahia, utilizada devido o efeito transbordamento, uma vez que há convergência entre a atividade econômica do estado e da capital.

4.2 Projeções e cenários econômicos para Salvador

Os resultados da primeira etapa são apresentados na Figura 1. As projeções da *proxy* do crescimento econômico para Salvador resultaram nas seguintes taxas: 3,3%, em 2018; 1,9% em 2019; e -6,0% em 2020. Conforme apontado anteriormente, este último resultado é um reflexo dos impactos da pandemia da covid-19, que afetaram de forma mais intensa segmentos como comércio e serviços, em que o contato interpessoal é inerente a realização de suas atividades.

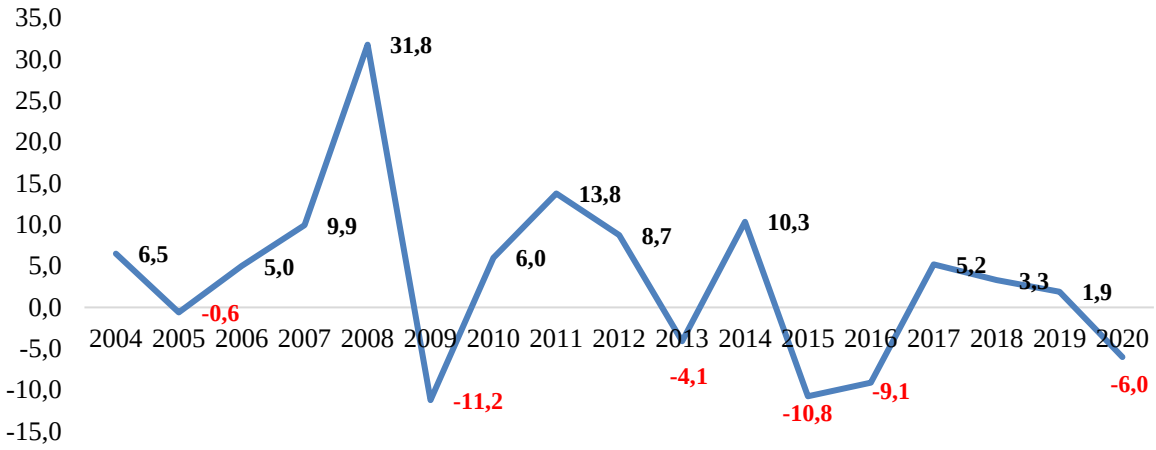


Figura 1 – Evolução da taxa (%) de crescimento do IDEM – Salvador – 2003-2020*

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2021b)
*Os anos de 2018 a 2020 são projeções a partir de SEI (2021b)

A partir desses resultados, tendo como referência o ano-base 2020, são apresentadas as taxas de crescimento para a economia de Salvador considerando os cenários Otimista e Moderado. Para o Cenário Otimista a premissa adotada é de

que haverá recuperação econômica com a retomada das atividades após o controle da pandemia da covid-19, ainda em 2021. Neste cenário, em 2022 a economia de Salvador apresentaria uma taxa de crescimento de 5%, o que, somado ao resultado do ano anterior já seria suficiente para romper a queda de 6,0% do PIB em 2020. O cenário otimista preconiza uma aceleração no ritmo de crescimento na primeira metade da década de 2021 a 2030, que seria potencializada depois de efetivadas as ações do PPA 2022-2025. Otimista pois acredita-sa em um maior ritmo de crescimento com rebatimentos na estrutura produtiva na direção de elevação da representatividade de atividades mais dinâmicas e com efeitos multiplicadores de emprego e renda maiores.

E no Cenário Moderado foram consideradas as seguintes premissas:

- Ampliação das medidas de enfrentamento da pandemia (intensidade da segunda onda da covid-19 no Brasil e atraso na vacinação em massa, com perspectiva de concretização no primeiro trimestre de 2022);
- Crescimento econômico em bases reduzidas como reflexo do fechamento das atividades consideradas não essenciais, ainda no primeiro semestre de 2021. Nesse contexto, a atividade econômica em Salvador só retomaria ao nível pré-pandemia apenas em 2023;
- Em função de adversidades nas finanças públicas, derivadas das medidas excepcionais adotadas em 2020 e 2021, o governo enfrentaria dificuldades em efetivar no prazo do PPA 2022-2025 a totalidade dos investimentos planejados para a infraestrutura, concluindo apenas 50,0% do projetado;
- As bases criadas no PPA 2022-2025 para alteração da estrutura produtiva no município não se concretizariam até a primeira metade da década atual;
- A retomada da atividade econômica ocorreria com base em vetores tradicionais da economia de Salvador;
- Não ocorreria uma mudança na matriz produtiva antes de 2026. Isso implicaria em taxas moderadas de crescimento e dificuldade de diminuição da taxa de desemprego e informalidade em Salvador.

As projeções para o crescimento econômico em Salvador são apresentadas na Tabela 1. E conforme indicado anteriormente, para efeito de análise são considerados os períodos de 2021 a 2024 e 2025 e 2030.

Tabela 1 – Cenários e taxas de crescimento do PIB – Salvador – 2020-2030

Cenários	Ano base	Taxas de crescimento anual (2021 a 2024)				Taxa média de crescimento	Crescimento acumulado
	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2030	2021 a 2030
Otimista	-6,0%	2,1%	5,0%	3,8%	3,5%	4,3%	45,5%
Moderado	-6,0%	1,3%	3,0%	2,6%	3,0%	3,0%	30,0%

Fonte: Elaboração própria.

Considerando as premissas adotadas para a construção dos cenários, no Otimista as projeções apontam para um crescimento de 2,1% em 2021, 5,0% em 2022, 3,8% no ano de 2023 e 3,5% já em 2024. Essas taxas devem estar indexadas às realizações de medidas econômicas mais arrojadas contidas no PPA 2022-2025, com uma recuperação ainda em ritmo lento e em um contexto de controle da pandemia da COVID-19. E a taxa média de crescimento para esse período seria de 3,7%. A recuperação aos níveis de 2019, ocorreria no ano de 2022.

Por sua vez, no Cenário Moderado, em que é considerado um recrudescimento da pandemia e consequentemente das medidas para controle do espraiamento do vírus, as taxas de crescimento seriam: 1,3% em 2021; 3,0% em 2022; 2,6% no ano de 2023; e 3,0% no ano de 2024; resultando em uma taxa média de crescimento de, aproximadamente, 2,5% ao ano. Ou seja, a recuperação dos níveis de produção e circulação alcançados em 2019, só ocorreria em 2023. Vale destacar que, ambos os cenários têm como ano-base 2020, cuja taxa de crescimento foi estimada em -6,0% na primeira etapa das projeções.

Para o último período, de 2025 a 2030, resultado da terceira etapa, no Cenário Otimista a taxa média de crescimento anual estaria em 4,3%. Enquanto no Cenário Moderado essa mesma taxa seria de 3,0%. Para ambos os cenários, este segundo período apresentaria um nível de crescimento mais acentuado do que o verificado entre os anos de 2021 a 2024, independente da extensão dos impactos da covid-19. Por sua vez, o crescimento acumulado em todo o período analisado, ou seja, de 2021 a 2030, apresenta uma diferença significativa entre os cenários analisados. Para o Otimista, o incremento acumulado seria de 45,5%. Enquanto no Cenário Moderado o crescimento acumulado foi estimado em 30,0%. A diferença entre ambos seria de 15,5 pontos percentuais.

4.3 Mudanças na estrutura produtiva da economia de Salvador

O setor de serviços é a principal atividade econômica do município de Salvador. Em 2018, os serviços representavam 87,5% da economia soteropolitana (Figura 2). Embora essa seja a lógica presente nas economias mais desenvolvidas ao redor do mundo, com o setor de serviços responsável pelo dinamismo e geração de grande parte do VA da economia, em Salvador a elevada participação deste setor está atrelada, sobretudo, a atividades tradicionais, como comércio, atividades imobiliárias, serviços prestados às famílias e a administração pública. Em 2018, essas atividades representavam 63,0% do PIB de Salvador, e se caracterizavam pela baixa capacidade de dinamismo econômico, resultando em uma taxa de crescimento insuficiente para alavancagem do mercado de trabalho e da arrecadação municipal de Salvador (IBGE, 2020; SEI, 2020).

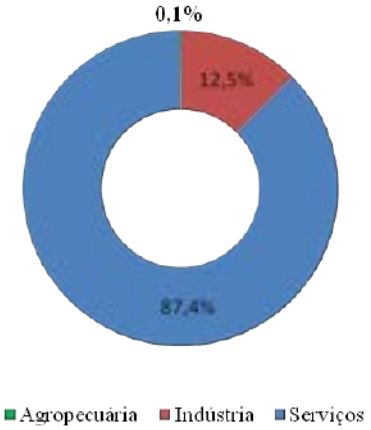


Figura 2 – Distribuição dos setores econômicos – Salvador – 2018

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020)

Ainda de acordo com os dados de 2018 (IBGE, 2020; SEI, 2020), segmentos como a administração pública e a atividade imobiliária, que normalmente apresentam crescimento econômico marginal (com média anual inferior a 2,0%), juntos representavam aproximadamente 33,0% do VA total do setor serviços da economia de Salvador. Nesse mesmo ano, as atividades de alojamento e alimentação e os serviços correlatos ao turismo contribuíam com apenas 5,9% da

estrutura produtiva da cidade. Por sua vez, os serviços de tecnologia eram responsáveis por 3,0% do VA do setor de serviços.

Diante desse contexto, os desafios aos programas do novo PPA estão postos e se relacionam a quatro aspectos mutuamente interdependentes: a) reativar os segmentos econômicos de forma a alavancar o crescimento da renda e do emprego; b) reduzir a participação de segmentos tradicionais como administração pública e atividades imobiliárias, ao mesmo tempo em que deve estimular a importância segmentos dinâmicos, como o complexo econômico da saúde, o turismo, a economia criativa e os serviços de base tecnológica; c) aumentar a interrelação entre os setores produtivos, de modo que os transbordamentos favoreçam o crescimento de todas as atividades, inclusive as denominadas tradicionais; d) incentivar a relação indústria-serviços-infraestrutura, de modo que as novas engrenagens também favoreçam a consolidação de atividades que antes eram pensadas para o entorno da RMS.

Nos cenários que foram apresentados anteriormente, a principal premissa é de que o novo PPA será responsável direto pela criação de políticas e programas setoriais capazes de incentivar o que neste relatório estão sendo denominadas de atividades portadoras de um novo futuro para Salvador. Essas atividades podem não só trazer um maior dinamismo para atividade econômica de Salvador, mas também o protagonismo na economia da Bahia e no Nordeste. Além de reposicionar a economia soteropolitana no espaço brasileiro, a partir do redimensionamento de duas variáveis muito importantes no mundo moderno: produtividade e competitividade.

Diante desse exposto, a década compreendida entre 2021 e 2030 deve ser considerada sob a perspectiva de dois períodos distintos, porém intercambiados: o primeiro marcado por uma recuperação lenta, mas com intensa ação governamental municipal, sobretudo, de estímulo aos novos vetores econômicos mais dinâmicos; e o segundo período com crescimento mais intenso como resposta das ações implementadas pelo planejamento governamental, com a reativação do setor privado a partir vetores econômicos mais dinâmicos, e por fim, da consolidação da mudança estrutural na matriz produtiva de Salvador. A expectativa é de que esse processo tenha grandes reverberações no emprego e na renda municipal e com a perspectiva

de mais autonomia e crescimento sustentado a partir de 2030.

Vale salientar que estimular o dinamismo econômico de Salvador por meio da inserção de novos vetores, não tem a ver com a supressão de outras atividades, sobretudo dos serviços da administração pública, que permanecerão essenciais para a dinâmica municipal. Mas está associado à ideia de que os novos vetores econômicos que passarão a receber maiores estímulos, investimentos e atenção mais direta do planejamento municipal, ganharão posições relativas à estrutura total da economia. E não porque as demais atividades deixam de crescer ou porque perdem importância social.

Com a continuidade e efetivação das ações do Plano Salvador 360, que ainda não foram finalizadas, e com investimentos estruturantes que serão realizados no período 2021 a 2024, há uma expectativa de impacto na matriz produtiva do município. Tendo como resultado, ao final de 2030, uma economia mais pujante, diversificada e menos dependente da administração pública. Para tanto, o novo PPA 2022-2025 deve apostar em investimentos e programas específicos para a formação de um novo complexo econômico da saúde, um polo logístico mais integrado com uma nova infraestrutura de transportes rodoviários, portuários e no novo complexo do Aeroporto Internacional de Salvador. Bem como no turismo e na economia criativa, integrando as diferentes modalidades aos novos vetores econômicos, em uma grande causação circular de externalidades positivas para a economia de Salvador. Além de estimular os setores de alta tecnologia, que ditarão as novas tendências em pequenos, médios e grandes negócios.

A Tabela 2 apresenta as mudanças na matriz produtiva de Salvador após as intervenções da política econômica do PPA 2022-2025, considerando o Cenário Otimista. Através dela é possível realizar uma análise comparativa de como os setores portadores de um novo futuro ganham participação na economia de Salvador.

Tabela 2 – PIB segundo grupos de atividades (Cenário Otimista) – Salvador – 2018 / 2025 / 2030

Atividades	PIB (Valor Agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)	PIB (Valor agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)	PIB (Valor agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)
	2018 (último dado disponível)		2025* (crescimento real acumulado de 19,8% entre 2021 e 2025)		2030 (crescimento real acumulado de 45,5% entre 2021 e 2030)	
Comércio Varejista, Manutenção e Reparação de Veículos Automotores e Motos	5.725.744.739,48	10,4	6.095.860.567,04	9,6	8.296.804.345,65	10,5
Comércio Atacadista	3.817.163.159,65	6,9	4.952.886.710,72	7,8	6.716.460.660,77	8,5
Administração Pública (inclui educação e saúde pública)	8.517.480.282,00	15,4	7.746.822.803,94	12,2	7.111.546.581,99	9,0
Atividades Imobiliárias	7.391.616.523,02	13,4	6.984.840.233,06	11,0	7.980.735.608,68	10,1
Construção Civil Privada	4.594.937.734,09	8,3	4.508.396.877,70	7,1	4.899.065.423,15	6,2
Obras Públicas, Pavimentações e Serviços Urbanísticos	1.969.259.028,90	3,6	1.904.956.427,20	3,0	1.896.412.421,86	2,4
Intermediação Financeira	4.247.421.434,87	7,7	4.444.898.330,13	7,0	5.215.134.160,13	6,6

Saúde Mercantil	1.861.694.460,09	3,4	2.920.933.188,37	4,6	4.306.436.541,32	5,5
Educação Mercantil	2.275.404.340,11	4,1	2.031.953.522,35	3,2	2.291.498.343,09	2,9
Alojamento, Alimentação e Atividades Correlatas do Turismo	3.254.517.722,82	5,9	4.825.889.615,57	7,6	7.190.563.766,23	9,1
Atividades Profissionais, Técnico-Científicas e Administrativas	3.144.195.088,15	5,7	4.127.405.592,26	6,5	4.274.829.667,62	5,4
Transportes e Correios	1.621.742.729,68	2,9	1.904.956.427,20	3,0	2.528.549.895,82	3,2
Logística e Armazenagem Industrial	695.032.598,43	1,3	1.968.454.974,77	3,1	3.587.380.164,69	4,5
Artes e Serviços Culturais	979.664.995,89	1,8	1.269.970.951,47	2,0	1.975.429.606,11	2,5
Entretenimento, Esportes e Recreação	1.103.226.346,72	2,0	1.714.460.784,48	2,7	2.765.601.448,55	3,5
Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicações)	1.654.839.520,08	3,0	2.920.933.188,37	4,6	4.345.945.133,44	5,5
Energia Elétrica e Saneamento Básico	1.213.548.981,39	2,2	1.587.463.689,33	2,5	1.580.343.684,89	2,0

Indústria de Transformação e Extrativa Mineral	1.048.065.029,38	1,9	1.523.965.141,76	2,4	1.975.429.606,11	2,5
Agropecuária	44.049.027,00	0,1	63.498.547,57	0,1	79.017.184,24	0,1
Valor Adicionado Total	**55.161.317.336,00**	**86,8**	**63.498.547.573,30**	85,2	**79.017.184.244,32**	**85,5**
Impostos Diretos e Indiretos	**8.364.775.151,00**	**13,2**	**11.030.264.132,45**	14,8	**13.400.575.105,76**	**14,5**
PIB de Salvador	**63.526.092.487,00**	**100,0**	**74.528.811.705,75**	**100,0**	**92.417.759.350,09**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2020) e SEI (2020).

A Tabela 3 apresenta as mudanças na matriz produtiva de Salvador após as intervenções da política econômica do PPA 2022-2025, considerando o Cenário Moderado. Através dela é possível realizar uma análise comparativa de como os setores portadores de um novo futuro ganham participação na economia de Salvador em um contexto não tão favorável quanto o anterior.

Tabela 3 – PIB segundo grupos de atividades (Cenário Moderado) – Salvador – 2018 / 2025 / 2030

Atividades	PIB (Valor Agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)	PIB (Valor agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)	PIB (Valor agregado + Impostos) R$	Part. na economia (%)
	2018 (último dado disponível)		2025* (crescimento real acumulado de 13,2% entre 2021 e 2025)		2030 (crescimento real acumulado de 30,0% entre 2021 e 2030)	
Comércio Varejista, Manutenção e Reparação de Veículos Automotores e Motos	5.725.744.739,48	10,4	6.007.188.839,72	9,9	6.776.923.906,23	9,6
Comércio Atacadista	3.817.163.159,65	6,9	4.429.543.285,85	7,3	5.506.250.673,81	7,8
Administração Pública (inclui educação e saúde pública)	8.517.480.282,00	15,4	8.191.621.145,07	13,5	8.612.340.797,50	12,2
Atividades Imobiliárias	7.391.616.523,02	13,4	7.463.477.043,29	12,3	7.765.225.309,22	11,0
Construção Civil Privada	4.594.937.734,09	8,3	4.186.828.585,26	6,9	5.012.099.972,32	7,1
Obras Públicas, Pavimentações e Serviços Urbanísticos	1.969.259.028,90	3,6	2.851.897.731,99	4,7	2.117.788.720,70	3,0

Intermediação Financeira	4.247.421.434,87	7,7	4.429.543.285,85	7,3	4.941.507.014,96	7,0
Saúde Mercantil	1.861.694.460,09	3,4	2.427.147.005,95	4,0	3.247.276.038,40	4,6
Educação Mercantil	2.275.404.340,11	4,1	2.123.753.630,20	3,5	2.258.974.635,41	3,2
Alojamento, Alimentação e Atividades Correlatas do Turismo	3.254.517.722,82	5,9	3.944.113.884,66	6,5	5.365.064.759,10	7,6
Atividades Profissionais, Técnico-Científicas e Administrativas	3.144.195.088,15	5,7	3.701.399.184,07	6,1	4.588.542.228,18	6,5
Transportes e Correios	1.621.742.729,68	2,9	1.699.002.904,16	2,8	2.117.788.720,70	3,0
Logística e Armazenagem Industrial	695.032.598,43	1,3	1.456.288.203,57	2,4	2.188.381.678,05	3,1
Artes e Serviços Culturais	979.664.995,89	1,8	1.274.252.178,12	2,1	1.411.859.147,13	2,0
Entretenimento, Esportes e Recreação	1.103.226.346,72	2,0	1.395.609.528,42	2,3	1.906.009.848,63	2,7
Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicações)	1.654.839.520,08	3,0	2.305.789.655,65	3,8	3.247.276.038,40	4,6

Energia Elétrica e Saneamento Básico	1.213.548.981,39	2,2	1.456.288.203,57	2,4	1.764.823.933,91	2,5
Indústria de Transformação e Extrativa Mineral	1.048.065.029,38	1,9	1.274.252.178,12	2,1	1.694.230.976,56	2,4
Agropecuária	44.049.027,00	0,1	60.678.675,15	0,1	70.592.957,36	0,1
Valor Adicionado Total	**55.161.317.336,00**	**86,8**	**60.678.675.148,67**	85,2	**70.592.957.356,58**	**85,5**
Impostos Diretos e Indiretos	**8.364.775.151,00**	**13,2**	**10.540.427.138,50**	14,8	**11.971.905.048,78**	**14,5**
PIB de Salvador	**63.526.092.487,00**	**100,0**	**71.219.102.287,18**	**100,0**	**82.564.862.405,35**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2020) e SEI (2020).

Com base nas projeções para a economia de Salvador, considerando os dois períodos, 2021 a 2024 e 2025 a 2030, é possível prospectar avanços em novos setores. Os grandes destaques serão o segmento de logística e armazenagem, que praticamente deve triplicar a sua participação ao longo desta década e, também o setor de saúde mercantil que deve avançar em participação de 3,4%, em 2018 para 5,5% em 2030. Seguidos pelo segmento de serviços de tecnologia de informação, que apresenta uma evolução muita parecida com a saúde mercantil e um dos maiores crescimentos de participação entre todas as atividades econômicas da capital baiana.

No entanto, em um contexto com maior nível de integração entre os segmentos do complexo da saúde e o aeroportuário, e a interrelação com as atividades de alta tecnologia, o setor de alojamento, alimentação e atividades correlatas ao turismo deverá apresentar um grande ganho na matriz produtiva de Salvador. Com os novos programas que devem ser propostos no PPA 2022-2025, intensificam-se os investimentos nesses novos segmentos e na exploração do turismo náutico, religioso e de saúde, gerando grande aumento de participação dessa atividade em 2025 e novamente em 2030.

Esses investimentos são mais facilmente percebidos do ponto de vista macroeconômico porque rapidamente se destacam na estrutura produtiva, aliados à melhoria contínua do ambiente de negócios, com desburocratizações, integração logística a novos centros de distribuição e os programas de formação de mão de obra especializada para trabalhar na nova economia de Salvador, irão permitir a criação de uma nova dinâmica com efeitos multiplicadores na renda gerada e circulada, na arrecadação de impostos e no mercado de trabalho, diminuído significantemente a pressão causada pela taxa de desemprego e dependência de programas sociais.

5. Considerações finais

Conforme apresentado neste trabalho, o município de Salvador terá muitos desafios para esse novo início de década. A retomada do crescimento em um ambiente ainda pandêmico será o ponto de partida para um conjunto de transformações que terão a responsabilidade de criar uma nova perspectiva para a economia local, com reversão da alta taxa de desemprego que tem sido um traço marcante a história econômica da capital baiana. Ao longo desse trabalho foram apresentados os cenários hipotéticos e seus respectivos condicionantes para a evolução da atividade econômica do município de

forma a criar uma visão de futuro.

Nessa visão, o principal argumento utilizado foi a necessidade de uma alteração na estrutura produtiva, que deve acontecer graças a algumas mudanças na lógica de funcionamento da tradicional economia baiana que estão em curso, com reverberações inevitáveis sobre a atividade interna de Salvador. Ou porque os avanços realizados na gestão pública municipal ao longo dos últimos oito anos criaram as bases necessárias das quais esse processo de transformação poderá acontecer.

Ainda assim, o novo PPA 2022-2025 terá que ser ainda mais assertivo, com políticas econômicas ligadas à setores, que sejam portadores de um novo futuro para Salvador. Apesar dos acertos das gestões recentes, eles não foram suficientes para gerar um processo de crescimento autônomo em relação ao modelo proposto para o estado da Bahia. Isto é, continuar dependendo dos espasmos de crescimento da atividade da economia baiana não só será insuficiente para a nova década, como tem se mostrado incapaz de reverter a forte da taxa de desemprego e informalidade que se caracterizam como graves problemas da feição econômica e social do município de Salvador, mesmo antes da pandemia.

Novos vetores, que ressignifiquem a atividade produtiva atual, precisam ser fortemente incentivados no planejamento do desenvolvimento de Salvador, de curto e longo prazos. Em um trabalho complementar a este, que está sendo escrito por esses autores, serão apontados alguns caminhos possíveis para incrementar a taxa de crescimento do município de Salvador para que ele atinja, ao final desta nova década, o cenário mais otimista aqui previsto. Não será fácil, pois, processos de planejamento tão ou mais assertivos como o que está em curso, não conseguiram reverter a tendência de baixo crescimento da economia soteropolitana e nem sequer melhoraram o desempenho do mercado de trabalho local, que tem um dos piores resultados entre todas as capitais do Brasil nesse início de nova década do século XXI.

Alguns caminhos já foram apontados por este trabalho inicial. O que é certo é que para estimular o crescimento, mudar a estrutura produtiva na direção de atividades intensivas em emprego e em setores mais dinâmicos, Salvador vai se deparar com uma dualidade estrutural: ao mesmo tempo em que dependerá mais ainda das ações de planejamento da Prefeitura (e do governo do estado e federal), será imprescindível diminuir a dependência de setores econômicos tradicionais na geração do seu PIB, entre

eles a Administração Pública, as atividades imobiliárias e de intermediação comercial.

A nova atividade econômica precisa ser dinâmica, competitiva e ressignificar os vetores da atual estrutura produtiva. Será necessário romper com o clico passado, em que Salvador se colocava como uma “praça de serviços” a montante da atividade industrial presente na Região Metropolitana. Os serviços continuarão a tônica do desenvolvimento econômico e social de Salvador. Mas, a lógica de funcionamento passa em desenvolver um novo ciclo, mais autônomo e próprio, tornando a economia soteropolitana mais competitiva e uma fonte permanente de atração gravitacional de investimentos produtivos e de inovação tecnológica.

Referências

GADELHA, Carlos Augusto Grabois *et al*. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil: formas de articulação e implicações para o SNI em saúde. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 12, n. 2, p. 251-282, 2013.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAS POR DOMICÍLIO CONTÍNUA (PNADC). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*. Divulgação trimestral. 2015-2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e.. Acesso em: 15 mar. 2021.

PORTAL G1. Bahia. *ACM Neto apresenta medidas para retomada das atividades comerciais em Salvador*. 21/07/2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/21/acm-neto-apresenta-primeira-parte-de-plano-de-retomada-das-atividades-em-salvador.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). *Salvador 360*. Disponível em: http://360.salvador.ba.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). *Diretrizes do Plano de Governo 2021-2024*. Bruno Prefeito – Salvador sempre em frente. 2020. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/BA/38490/426/candidatos/389567/5_1600444138807.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PDRMS)*. Taxa de desemprego por tipo de desemprego. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23&Itemid=41. Acesso em: 20 mar. 2021a.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM)*. Tabelas e gráficos. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1645&Itemid=332. Acesso em: 20 mar. 2021b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Atividades correlatas ao Turismo*. [Tabela de Excel]. Salvador, 2021c.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Índice de Movimentação Econômica (IMEC)*. Tabelas e gráficos. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/imec/rel_IMEC_dez20.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021d.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *PIB e estudos correlatos*. Taxa de crescimento acumulada do Produto Interno Bruto. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=333. Acesso em: 20 mar. 2021e.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Relatório da Matriz Insumo Produto 2012*. Salvador: SEI, 2020.

WICKRAMASURIYA, S. L. *et al*. *Forecasting hierarchical and grouped time series through trace minimization*. Department of Econometrics and Business Statistics, Monash University, v. 105, 2015.

SEÇÃO III

Panorama social: recortes de breves avanços de desafios estruturais

Democratização na Educação Superior para superar desigualdades: a Lei de Cotas no Brasil e na UFBA

Claudia Monteiro Fernandes

Distância para a cidadania na Bahia: o acesso aos documentos certificadores sob a ótica de Christaller

Vaner Prado

Laumar Neves de Souza

Renato Reis

Carolina Spínola

DEMOCRATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA SUPERAR DESIGUALDADES: A LEI DE COTAS NO BRASIL E NA UFBA[69]

Claudia Monteiro Fernandes[70]

1. Introdução

As ações afirmativas foram conquistas importantes no âmbito das políticas sociais que mudaram o perfil da comunidade acadêmica na Educação Superior brasileira nas últimas duas décadas, com impacto em toda a sociedade. Esse artigo tem por objetivo destacar alguns dos principais resultados dessas políticas sobre as desigualdades raciais, de gênero, de classe e de território, em âmbito nacional e destacando algumas mudanças na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No contexto de intensificação do debate político e acadêmico em torno da avaliação e da revisão da Lei n.º 12.711 (BRASIL, 2012), ou Lei de Cotas de 2012, que completou 10 anos em 2022, assim como da Lei n.º 12.990 (BRASIL, 2014), nos anos que seguirão, há certamente muito a se comemorar e permanecem desafios históricos que devem ser detalhados.

O Sistema de Educação Superior (SES) brasileiro teve como objetivo, em sua origem, a formação de lideranças políticas e intelectuais, prioritariamente entre as classes dominantes da sociedade e concentrado nos centros de poder econômico do país. Mais recentemente, com a implantação de ações afirmativas,

> políticas compensatórias, baseadas nos princípios de igualdade de oportunidades e discriminação positiva, visando a mitigar efeitos de uma discriminação historicamente existente sobre grupos específicos, geralmente delimitados por critérios socioeconômicos, étnico-raciais ou demais características adscritas (SENKEVICKS, 2021, p. 214),

o perfil dos atores na educação superior mudou, de formas diferentes e em territórios historicamente desiguais do país. Essa mudança pode trazer resultados positivos no longo prazo principalmente para regiões mais pobres do país e para a Bahia.

A lenta consolidação das ações afirmativas vem, portanto, mudando a composição das universidades brasileiras, como resultado de lutas dos movimentos sociais, protagonizadas pelo movimento negro, e do debate público que foi possível durante o período no poder de governos progressistas. Esse ambiente político mudou

[69] Submetido para a coletânea: “Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o Estado” - *Sessão 4* - Bahia: Desafios diagnóstico de setores tradicionais/ ausência de superação de entraves estruturais [educação, raça, pobreza, logística, competitividade], etc.

[70] Economista, mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles (INCT/UFRJ), Programa ‘A Cor da Bahia’ e Grupo Periféricas (FFCH/UFBA).

desde o golpe político-institucional de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff, que permitiu a emergência ao poder de representantes do pensamento autoritário e do anti-intelectualismo que constituem a sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2019), e com ele uma crescente contestação das conquistas sociais desde a Constituição de 1988, incluindo as ações afirmativas. O momento é particularmente sensível e apresentar de forma objetiva as conquistas que podem ser atribuídas parcialmente às políticas de ações afirmativas na Educação Superior brasileira torna-se uma estratégia fundamental para defender sua manutenção e ampliação, como modelo até mesmo para outros segmentos da nossa sociedade tão desigual.

2. O conhecimento sobre ações afirmativas no Brasil

A pesquisa em diferentes campos disciplinares aborda momentos diversos de interpretação das desigualdades no Brasil, destacando a centralidade das desigualdades raciais como estruturantes, tais como as análises pioneiras feitas por Carlos Hasenbalg (2005[1979]), por exemplo, que inspiram essa pesquisa. Considerando, pois, a educação superior como um sistema complexo (MORIN, 2005), esse artigo é parte de uma investigação que busca reconstruir uma interpretação sobre as desigualdades múltiplas no âmbito desse sistema, que incorpore as perspectivas interseccional e decolonial como contribuição para a compreensão das transformações recentes da sociedade. O foco desse ensaio é a recente democratização e diversificação no perfil da comunidade acadêmica do Sistema de Educação Superior (SES), mais especificamente entre estudantes de graduação e pós-graduação e, utilizando o caso da UFBA, em cursos de alto prestígio e alta demanda.

Muitos estudos têm sido realizados sobre a caracterização do processo de democratização institucional – crescimento das matrículas, categoria administrativa (pública ou privada), modalidades de ensino (turno), áreas de estudo, tipos de diploma, pesquisa, ensino ou extensão; assim como a delimitação das diferenças entre as noções de diversidade, diversificação e diferenciação (SANTOS; LIMA; CARVALHAES, 2020), todos no âmbito institucional. A dimensão de análise do perfil da comunidade acadêmica é geralmente foco dos estudos relacionados com o impacto das ações afirmativas. Nesta pesquisa, o enfoque é a atualização desse perfil, buscando contribuir para o debate sobre desigualdades raciais e de gênero com base em evidências empíricas sobre a atualidade,

transformações e permanências.

Os estudos sobre ações afirmativas e democratização de acesso à educação superior, ainda que numerosos no Brasil, em sua maioria, versam sobre o ingresso na graduação, ou ainda, menos frequentemente, sobre os desafios da permanência e conclusão de curso nesta que é a base do sistema. Situando a universidade brasileira enquanto sistema complexo de reprodução e construção de conhecimento sobre a realidade periférica latino-americana, brasileira e nordestina, o que moveu o estudo aqui desenvolvido foi, principalmente, a experiência e o desafio de se fazer pesquisa deste lugar à margem das estruturas hegemônicas do sistema e evidenciar a desigualdade na perspectiva territorial ou regional.

Apesar de as ações afirmativas terem sido parte de políticas sociais em diferentes áreas da sociedade brasileira – tais como mercado de trabalho, políticas de assistência social e saúde – foram as cotas raciais para ingresso na Educação Superior que geraram e continuam a gerar os mais intensos debates, uma vez que alteram espaços de poder tradicionalmente reservados a classes privilegiadas. Especialistas na área consideram que as ações afirmativas de ingresso na educação superior foram um marco no sentido de mudanças que não se restringem às universidades, mas têm o potencial de se multiplicar na sociedade em todas as esferas. E estas mudanças têm acontecido, principalmente, a partir da graduação.

Situando, pois, a universidade brasileira enquanto sistema complexo de reprodução e construção de conhecimento sobre a realidade periférica latino-americana, brasileira e nordestina, o que moveu a pesquisa aqui desenvolvida foi, principalmente, a experiência e o desafio de se fazer pesquisa deste lugar. Por que são tantos os espaços delimitados, os entraves e os limites traçados para o acesso, a permanência e a conquista de reconhecimento na educação superior brasileira? A presença de jovens e sobretudo mulheres negras na academia faz diferença no conhecimento construído nessa universidade? As barreiras possuem as mesmas dimensões na pós-graduação?

Há mais de 20 anos, Delcele Queiroz (2001) analisou em sua tese as desigualdades raciais e de gênero no ensino superior, tendo como espaço empírico a Universidade Federal da Bahia, buscando explicar a contribuição do sistema de ensino para as desigualdades presentes na sociedade, observando a reprodução de desigualdades seja ao longo de todo o trajeto desde a educação básica e à medida que

avança em direção aos níveis mais elevados do sistema de ensino (estratificação vertical), seja quanto no que se refere ao prestígio dos cursos frequentados (estratificação horizontal). Muito mudou desde então, com o crescimento expressivo da presença de mulheres e pessoas negras na educação superior, mas a constatação de Delcele Queiroz permanece válida:

> O sistema de ensino é um dos espaços de reprodução das desiguais condições de existência dos indivíduos e grupos. (…) Esse processo atinge com particular intensidade aqueles nos quais se associam várias categorias de exclusão, isto é, quando se associam, por exemplo, características como a classe, a raça, o gênero. Esse processo se torna também mais radical à medida que avança em direção aos níveis mais elevados do sistema de ensino, que são também os mais almejados e, por isso mesmo, alvo de disputas mais acirradas. Isto é, a exclusão se exacerba à proporção que se elevam os graus de escolaridade, ampliando-se, deste modo, a desigualdade entre os segmentos sociais (QUEIROZ, 2001, p. 3).

Entendendo que a universidade é um espaço de poder, que reflete relações sociais hierarquizadas, a pesquisa sobre o acesso, permanência e representatividade nesse espaço se colocou como desafiadora e trouxe várias questões relevantes sobre desigualdades e os diferentes modos de enfrentamento na realidade baiana e brasileira. Desigualdades essas que se reproduzem no longo prazo, perpetuando a subalternidade da região Nordeste e da Bahia no país. A análise de elementos estruturantes dessa hierarquia, em geral, não entra nos debates mais totalizantes ou universalizantes. A própria ideia de “totalidade” e de conhecimento “universal” tem sido alvo do pensamento crítico e tema nos debates sobre teoria decolonial, que trazem a questão desse conhecimento universal tornar invisíveis as construções de conhecimento do sul global, enfatizando o conhecimento dominante em detrimento do diálogo de saberes.

Serão apresentadas aqui algumas evidências que estruturam as desigualdades no SES, reproduzindo como microcosmo as desigualdades da própria sociedade brasileira. Para construir um panorama dos resultados das ações afirmativas de ingresso na Educação Superior, foram utilizados, além da revisão da literatura mais recente do campo, dados secundários de pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC).

3. Panorama de mudanças na educação superior pós-ações afirmativas

O debate sobre o acesso limitado à educação superior permaneceu no Brasil

desde a constituição de um conjunto incipiente de faculdades e universidades, que ainda não poderia ser chamado de sistema, e até o ano 2000 houve basicamente a manutenção deste modelo. A partir do final dos anos 1990 e início dos 2000, a mobilização dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, teve como resultado a construção de diferentes políticas, que levaram ao crescimento significativo do sistema de educação superior como um todo, público e privado. Esse crescimento se deu de forma desigual, seja nas redes pública ou privada, nas diferentes regiões do país, ou em diferentes cursos e áreas do conhecimento.

Como ponto de partida, alguns dados nacionais do Censo da Educação Superior (INEP, 2012; 2019) são relevantes para compreender a demanda há muito reprimida por educação superior no Brasil. Em 2002, eram oferecidas cerca de 1,8 milhão de vagas no sistema, sendo que apenas 295 mil estavam na rede pública (17%), ao tempo que 53% dos candidatos pleiteavam uma vaga nesta mesma rede pública. Dez anos depois, em 2012, 3,3 milhões de vagas passaram a ser oferecidas na educação superior – um crescimento de 88% na oferta de vagas. Mas o número de candidatos cresceu mais que o dobro (119%). Enquanto as vagas nas universidades públicas cresceram expressivos 82,7%, na rede privada o crescimento foi de 88,5%. Apenas 18% dos candidatos conseguiram ingressar no ensino superior em 2012, sendo que 77% deles ingressaram na rede privada.

Em 2017, com os marcos legais de ações afirmativas para ingresso na graduação pública federal estabelecidos e outras conquistas, como as cotas para concursos públicos e mesmo na pós-graduação, ainda que em poucas universidades, o número de candidatos continuou crescendo, enquanto as vagas oferecidas na rede pública diminuíram em relação a 2012, uma vez que a rede estadual reduziu em 11% a sua oferta de vagas, e a rede federal aumentou em 14% a oferta. Mesmo assim, a rede privada recebeu os mesmos 77% dos novos ingressantes em 2017. Em 2019, a oferta de vagas na educação superior aumentou significativamente, triplicando em relação a 2017, mas na rede pública cresceu 18%, e na rede privada mais que triplicou.

Esse crescimento da oferta de vagas correspondeu ao crescimento do total de jovens de 18 a 29 anos frequentando educação superior, que passou de 1 milhão em 1980 para 6,6 milhões em 2019 (Figura 1), confirmando o crescimento significativo do sistema de educação superior no país. Ainda se mantém uma expectativa de ampliação no futuro, quando comparamos os dados nacionais aos dados médios internacionais – mesmo com projeções pouco otimistas quanto à manutenção deste crescimento a partir de 2020, dadas as atuais políticas de desmonte do SES e da pesquisa acadêmica no país.

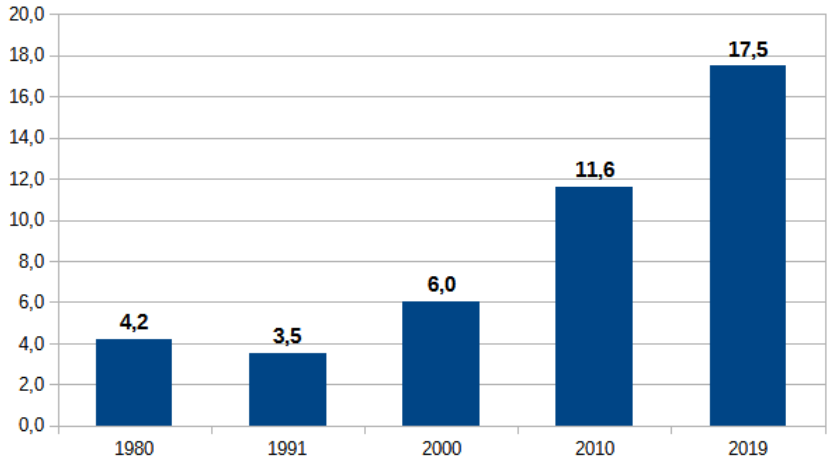


Figura 1 – Proporção de jovens de 18 a 29 anos frequentando a educação superior – 1980-2019

Fontes: Censo Demográfico (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010) e Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua (IBGE, 2019)
Elaboração própria

Figura 2 – Mapa Jovens – 2019

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019)

Em termos do território nacional, a presença de jovens de 18 a 29 anos na educação superior foi representada geograficamente na Figura 2. O Distrito Federal tem a maior proporção de seus jovens residentes frequentando a educação superior em 2019 (30,3%), seguido pelos estados da região Sul do Brasil e pelo Rio de Janeiro, que têm cerca de 20% de jovens frequentando a educação superior (proporções equiparadas às recomendações internacionais esperadas para a faixa etária em países latino-americanos). Ou seja, o Sul-Sudeste do Brasil tem padrões internacionais de educação superior equivalentes aos países centrais do sistema-mundo capitalista, e as demais regiões orbitam na periferia desse sistema a uma larga distância.

Tendo em conta que a capital do país e os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam maiores rendimentos e concentram a maior rede de universidades privadas e públicas, era de se esperar que esses territórios tivessem, de um lado, mais oportunidades de vagas oferecidas no SES e, por outro lado, uma demanda maior pelas vagas da rede privada de educação superior. Reproduz-se, portanto, as desigualdades regionais duradouras no sistema educacional. Levando em consideração as variações de

2000 a 2019, o Distrito Federal se mantém como unidade da federação com maior crescimento de estudantes em pontos percentuais, indicando que a capital é um espaço de ampliação privilegiado do SES, mas estados da região Norte, como Acre, Tocantins e Amapá, também foram beneficiados pela ampliação do sistema, mas partindo de uma base de oferta de vagas extremamente pequena.

Como resultado desse crescimento do sistema como um todo, e das políticas de ações afirmativas na educação superior, um dos jornais de maior circulação no país trouxe como manchete uma constatação animadora: "Brasil pode atingir equilíbrio racial no ensino superior na próxima década"[71]. Essa boa nova teve como fundamento um indicador que aponta a distância, nas 27 unidades da federação, entre a proporção de pessoas negras com 30 anos ou mais e nível superior concluído e sua proporção no total da população residente[72]. Certamente é uma notícia a ser celebrada, ainda que seja condicionada à manutenção do ritmo de aumento na inclusão racial visto nos últimos anos. Mesmo utilizando métodos clássicos de mensuração das desigualdades, como a análise das dimensões educação, renda e saúde, a perspectiva racial entrou na construção da metodologia com destaque, inclusive especificando o acesso à educação superior. É interessante notar que a perspectiva interseccional, pelo menos no que diz respeito a classe, cor ou raça e território, está presente na construção metodológica do indicador da reportagem.

As abordagens interseccionais de análise, conforme descrito por autoras do campo do feminismo negro, como Patricia Hill-Collins, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, vem se tornando uma práxis cada vez mais relevante nos estudos de diferentes áreas do conhecimento, e não apenas na academia, mas também no ativismo e nos movimentos sociais, sobretudo por ser parte de um posicionamento político em tempos de ressurgimento de populismos de extrema direita no mundo. Patricia Hill Collins e Silma Bilge (2021), em trabalho detalhado sobre o tema, reconhecem a "imensa heterogeneidade que caracteriza atualmente o entendimento e o uso da interseccionalidade", principalmente como "ferramenta analítica". Abordar as

[71] Ver reportagem do jornal Folha de São Paulo intitulada "Brasil pode atingir equilíbrio racial no ensino superior na próxima década". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/brasil-pode-atingir-equilibrio-racial-no-ensino-superior-na-proxima-decada.shtml. Acesso em: 28 jun. 2021.

[72] O índice trata das dimensões educação (ensino superior completo), renda (presença no topo da distribuição de renda) e saúde (posição na pirâmide etária); para saber mais, acesse: https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/ifer-indice-folha-de-equilibrio-racial/. Acesso em: 28 jun. 2021.

desigualdades sociais com “lentes monofocais” seria deixar pouco espaço de debate de complexos problemas sociais (p. 16-17). O olhar sobre o mundo deve envolver perspectivas multidimensionais de classe, raça, gênero, território, e a pesquisa transdisciplinar e de sistemas adaptativos complexos (SAC) se aproximam mais desse objetivo. Além das autoras citadas, Edgar Morin (2005) defende que a complexidade seja enfrentada de modo não simplificador, tal como a perspectiva dual que predomina na “nobre herança filosófica, científica e epistemológica” da modernidade. Ao contrário, o autor afirma que “a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução”, assim como é a realidade das metrópoles enquanto sistemas complexos.

Tabela 1 – Distribuição (%) de jovens de 18 a 29 anos frequentando a educação superior segundo o sexo e a cor ou raça – Brasil – 1980-2019

Sexo e Cor/Raça	1980	1991	2000	2010	2019
Mulheres Negras	7,1	10,5	9,9	19,4	26,3
Homens Negros	6,7	8,1	7,5	13,8	19,6
Mulheres Brancas	41,4	42,4	44,5	36,5	29,4
Homens Brancos	41,8	36,9	36,0	28,7	23,7
Mulheres Amarelas	1,2	1,0	0,8	0,8	0,4
Homens Amarelos	1,4	0,9	0,7	0,6	0,4
Mulheres Indígenas	n.d.	0,0	0,1	0,1	0,1
Homens Indígenas	n.d.	0,0	0,1	0,1	0,1
Total*	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Censo Demográfico (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010) e Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua (IBGE, 2019)

Nota: *Inclui “Ignorados” quando houver; n.d.= informação não disponível

Nessa perspectiva, analisar os dados disponíveis considerando intersecções de raça e gênero é relevante para um retrato mais acurado da realidade, principalmente num país periférico e extremamente desigual como o Brasil. Inicialmente fazendo o cruzamento das variáveis sexo e cor ou raça (Tabela 1), mesmo observando a manutenção da predominância de mulheres brancas e homens brancos (chegavam a 83,3% em 1980 e estavam em 53,1% em 2019), a presença de mulheres negras cresceu

de 7,1% em 1980 para 26,3% em 2019 e a de homens negros de 6,7% para 19,6% no mesmo período. Apesar desse crescimento, frequentar a universidade permanece sendo um privilégio de poucos jovens, como já dizia Florestan Fernandes no seu livro-manifesto em defesa da educação pública e transformadora: *"A universidade brasileira: reforma ou revolução?"* (2020[1975]). Os jovens negros estão menos presentes em áreas de conhecimento de maior prestígio social e enfrentam dificuldades de permanência e conclusão de seus cursos, dificuldades essas que tendem a crescer nos próximos anos, ameaçando as conquistas evidenciadas pelos dados de acesso ao SES.

A universidade pública defendida por Florestan Fernandes, desde os anos 1960, teria a importante função social de superar o subdesenvolvimento, a dependência cultural e a heteronomia cultural, nos termos do autor, que têm clara relação com o debate atual da descolonização do conhecimento. Mas o sistema educacional brasileiro reproduz, de forma competente, as técnicas sociais, as instituições-chave e o sistema de valores da civilização dominante e do pensamento hegemônico, quando são criadas barreiras e estratégias de limitação do acesso a espaços de poder. Para Florestan Fernandes, uma nação periférica não importará os dinamismos dominantes pelos quais esses valores se reproduzem, crescem e se transformam se tiver atores sociais comprometidos com a transformação da ordem vigente. Quando a educação está a serviço da dominação, tal qual a educação "civilizatória" dos jesuítas no período colonial, não existe democracia. Ou melhor, a democracia será restrita a determinados grupos dominantes. E qualquer coisa parecida com uma

> cultura cívica será acessível somente àqueles que fazem parte de uma minoria privilegiada, em termos de riqueza, em primeiro lugar, em termos de poder, em segundo lugar, e em termos de saber, em terceiro lugar. Essas três coisas eram interdependentes e se interligavam (FERNANDES, 2019, p. 67).

Ainda que a expansão da oferta de vagas seja uma realidade, como disse Florestan Fernandes há mais de 50 anos (2020, p. 75), "nada tem de democrática e democratizante", "meramente contribuiu para alargar um pouco mais o restrito número de privilegiados que atingem o ápice da pirâmide". E este também foi um dos argumentos no início dos anos 2000 em defesa das cotas para ingresso na educação superior pública, que permanece atual, mesmo com as importantes conquistas na base dessa "pirâmide", no nosso caso, no ingresso na graduação.

Analisando cada grupo separadamente, no Brasil, 15,4% das jovens mulheres negras frequentavam a educação superior em 2019, entre todas as jovens negras de 18 a

29 anos, e 11,5% dos jovens homens negros. Em relação às mulheres brancas, maior grupo de estudantes em números absolutos (1,9 milhão), as universitárias eram 25,5% do total de jovens brancas brasileiras. Os homens brancos que frequentavam a educação superior eram 1,6 milhão ou 21,5% do total desses jovens. Alarmante é a situação entre os jovens indígenas: apenas 0,1% eram estudantes universitários. Essas desigualdades por si só são fortes argumentos pela defesa da manutenção ou mesmo a expansão das ações afirmativas de ingresso no SES para além dos escassos dez anos iniciais, mas ainda por algum tempo em que se possa apurar efeitos mais estruturantes na transformação dessa realidade.

Voltando à Tabela 1, desta vez considerando o total de jovens frequentando a educação superior em cada ano, é importante destacar o crescimento da participação de jovens negras e negros, no total, quando comparamos aos anos anteriores às políticas de ações afirmativas. O crescimento da participação se dá justamente a partir de 2010, quando as ações afirmativas já faziam parte da realidade de algumas instituições, independente da formalização de sua norma por meio da Lei 12.711 (BRASIL, 2012).

Tabela 2 – Matrículas na graduação presencial de estudantes cursando – Brasil – 2019

Área do conhecimento *	2019						
	Total	Brancas/os	Pardas/os	Pretas/os	Mulheres	Egressos de Esc.Pública	Reserva de vagas
Agricultura e veterinária	228.683	114.227	70.329	14.209	116.730	161.148	37.084
Ciências sociais, negócios e direito	1.812.798	808.287	527.536	132.058	1.024.816	1.199.211	103.203
- Direito	710.109	318.570	208.537	48.785	388.153	444.486	20.986
Ciências, matemática e computação	329.940	151.676	95.151	24.369	82.177	216.097	56.670
Educação	670.535	220.133	248.974	73.974	433.113	496.758	126.876
Engenharia, produção e construção	814.625	386.132	231.413	52.862	272.988	517.018	87.380

Humanidades e artes	134.164	66.831	31.133	11.481	72.047	72.733	18.870
Saúde e bem-estar social	1.146.662	489.049	353.274	78.858	818.465	740.225	69.234
- Medicina	167.394	102.025	37.781	5.387	100.390	47.999	17.029
Serviços	82.116	34.321	25.348	6.696	58.258	58.060	5.615
Total	**5.219.523**	**2.270.656**	**1.583.158**	**394.507**	**2.878.594**	**3.461.250**	**504.932**

Fonte: INEP (2012; 2019)

Notas:
1. Codificação de áreas proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, conforme documentação dos microdados do Censo da Educação Superior 2017.
2. O sub-registro de cor ou raça do Censo 2019 (categorias não declarado e não informado pela instituição) foi de 16,2% do total de matriculados.

Como podemos observar na Tabela 2 acima, de maneira geral, a presença de estudantes beneficiados pela principal política de ação afirmativa – o ingresso de estudantes egressos de escola pública e que se autoidentifiquem como negros – foi significativa em todas as grandes áreas de cursos de graduação. Segundo dados do Censo da Educação Superior (2022) , os que ingressaram por reservas de vagas representavam 9,7% do total de estudantes matriculados em 2019. Houve uma redução dos ingressantes por reserva de vagas em áreas mais elitizadas, como Medicina, o que pode estar relacionado à crise econômica que dificulta a permanência nesses cursos mais caros. Ou, mesmo, as estratégias de manutenção de privilégios históricos que vêm se revelando recentemente no Brasil como forma de “burlar” a reserva.

É fundamental, portanto, explicitar que não se pode afirmar que todo o aumento de jovens egressos de escola pública e de jovens negros seja resultado da Lei de Cotas. Políticas como o Prouni[73] tiveram impacto importante para a inclusão de estudantes na rede privada, que é muito maior que a rede pública de educação superior. O que se

[73] O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n.º 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos a instituições que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários-mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) conjugando inclusão ao mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos (conforme http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa, consultado em 15 de janeiro de 2019).

observa nos dados do Censo da Educação Superior e do Censo Demográfico é que diminuiu a diferença de participação entre brancos e negros. Nos cursos considerados mais tradicionais das universidades públicas, de maior prestígio social e, portanto, mais concorridos, a presença de estudantes brancos continua expressivamente mais elevada, mesmo após a lei, como é o caso das Engenharias e de Medicina. Também nas Humanidades e Artes a presença de brancos mantém-se mais elevada que a de negros. A universidade brasileira abriu um pequeno espaço para o ingresso de jovens mais diversos, mas ainda está muito longe de deixar de ser um privilégio de brancos, sejam homens ou mulheres, seja pelos entraves na permanência, na conclusão ou no ingresso em áreas de maior prestígio. Veremos um exemplo dessa desigualdade no caso da UFBA, mais adiante.

Enquanto na maioria das áreas de conhecimento, agregadas na Tabela **2**, a proporção de matriculados que se autodeclararam brancos tenha ficado em torno de 44%, especificamente no curso de Medicina, por exemplo, essa proporção era de 60,9% em 2019, um curso com maior número de matriculados que toda a área de Humanidades e Artes. As mulheres eram 55,2% do total de matriculados em 2019, mas chegavam a 71,4% na área de Humanidades e artes, 70,9% em Serviços e 64,6% na Educação. Essa diferenciação revela a manutenção de uma divisão sexual do trabalho arcaica, que influencia a definição de áreas “mais femininas ou mais masculinas” do conhecimento. As pessoas pretas eram 11,0% dos matriculados na área de Educação, e os pardos 37,1% (proporção maior que a de brancos: 32,8%), que também possuía a maior proporção de egressos da rede pública no ensino médio (74,1%) e a mais elevada proporção de ingressantes por reserva de vagas (18,9%).

Nas universidades públicas, principalmente as federais, espaço de aplicação de políticas de ações afirmativas específicas de ingresso previstas na Lei 12.711 (BRASIL, 2012), já existia grande presença de estudantes provenientes de escolas públicas desde o início dos anos 2000, o que se manteve entre 2012 e 2019. Portanto, é importante mencionar os dados do INEP deste período. Em 2012, por exemplo, 57,9% dos estudantes matriculados em graduações presenciais, públicas e privadas, eram oriundos de escolas públicas. Essa proporção cresceu para 66,3% em 2019. Especificamente na Medicina, um dos cursos mais elitizados da educação superior, a proporção de estudantes oriundos da escola pública era de 29,5% em 2012, cresceu para 40,7% em 2017, mas voltou a cair para 28,7% em 2019. Com a crise econômica, a presença em um

curso de elevado custo de permanência tornou-se mais difícil para jovens de famílias populares. Com a recente exacerbação do autoritarismo pós-golpe de 2016, estratégias de fechamento de espaços privilegiados estão em curso.

As matrículas de estudantes negras e negros crescem em todas as áreas observadas entre 2012 e 2017, e voltam a cair em 2019 em todas as áreas, exceto nas Engenharias, Produção e Construção. Na área de Medicina, a presença de estudantes negras e negros cai significativamente – de 32,2% em 2012 para 29,0% em 2019. A área de Educação mantém-se tradicionalmente com grande presença de estudantes negras e negros em relação às demais áreas, chegando a quase 60%.

No que diz respeito à reserva de vagas, em 2012 foram registrados 97.661 estudantes que ingressaram por meio algum tipo de reserva de vagas no conjunto do SES, e em 2017, foram 426.644, um número quatro vezes maior; e em 2019, 504.932. Mesmo com o expressivo crescimento, os que ingressaram por reserva de vagas representavam 3,6% dos regulares em 2012, 7,6% em 2017 e 9,7% em 2019 (essa proporção fica em torno de 30% entre as IES públicas). E o principal tipo de reserva de vaga de ingresso foi para estudantes egressos da rede pública de ensino. Em 2012 foram 60.474 (61,9% egressos da rede pública), em 2017 foram 356.804 (83,6%) e em 2019 foram 429.123 egressos da rede pública que ingressaram por reserva de vaga (85% de todos os que ingressaram desta forma). Mulheres negras e homens negros são a maioria entre os ingressantes por reserva de vagas, seja étnica/racial ou de outros tipos, mas principalmente étnica/racial e oriundos de ensino público.

Infelizmente, a comparação entre 2012 e 2019 fica prejudicada pelo grande número dos que não declararam cor ou raça no primeiro período. Ainda assim, percebe-se que, em 2012, mulheres brancas e homens brancos também se beneficiavam do ingresso por meio de reservas para oriundos de ensino público e por baixa renda familiar. Essas condições continuaram a ser importantes para estudantes que se declararam brancos em 2017 e 2019. E a reserva por declaração étnica foi coerentemente acessada por estudantes negras, negros e indígenas. O que significa dizer que a política tem atingido corretamente os beneficiários para os quais foi criada.

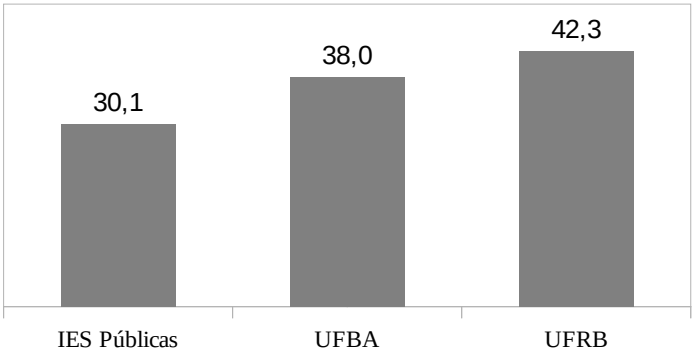


Figura 3 – Percentual de ingressantes por reserva de vagas – 2019
Fonte: INEP (2019)

A Figura 3 traz apenas a proporção de reserva de vagas na rede pública do SES em 2019, com base no Censo da Educação Superior (INEP, 2012; 2019). Em média, 30,1% dos ingressantes nas instituições públicas de ensino superior tiveram acesso a reserva de vagas, proporção abaixo, por exemplo, da participação de pessoas autodeclaradas negras na população brasileira, que era de 55,4% em 2020 (IBGE, 2019). Considerando as duas maiores universidades públicas federais da Bahia, a título de comparação, a proporção de ingressantes por meio de reservas de vagas foi de 38% na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de 42,3% na Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). No estado da Bahia, a participação de pessoas negras na população era de 81,1% em 2020 (IBGE, 2019). Entre os ingressantes por reserva de vagas, 85,5% optaram pelo ingresso a partir da origem da rede pública no Ensino Médio, e 50,2% pela origem étnico-racial, em média, nas IES públicas. Na UFBA e na UFRB, a opção de ingresso por cotas étnico-raciais tem maior proporção que essa média nacional (respectivamente 89,2% e 85,8%), mas o ingresso a partir da origem em rede pública de Ensino Médio é maior (Tabela 3).

Tabela 3 – Reserva de vagas e apoios recebidos – 2019

	IES Públicas	UFBA	UFRB
Total de Estudantes	1.663.464	32.597	7.837

Ingresso (%)			
Reserva de vagas	30,1	38,0	42,3
Ensino Público	85,5	98,8	74,7
Étnico-Racial	50,2	89,2	85,8
Apoio Social	20,7	9,5	26,1
Alimentação	77,7	75,5	34,1
Bolsa Permanência	26,8	46,4	33,0
Transporte	25,9	16,7	22,9
Moradia	13,7	49,5	21,1
Atividade Extra Curricular	14,4	8,3	26,6
Estágio	24,7	1,1	7,3
Extensão	41,6	11,4	66,7
Monitoria	21,8	8,5	7,3
Pesquisa	31,3	82,2	45,1

Fonte: INEP (2012; 2019)

Para além do acesso ao sistema, a permanência tem sido a principal preocupação para garantir o sucesso da estratégia emancipatória por trás das ações afirmativas de ingresso nas universidades públicas federais. A Tabela 3 também apresenta, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019; 2022), a frequência de duas importantes estratégias de permanência: o acesso a apoio social e às atividades extracurriculares. No conjunto de IES públicas, 20,7% dos estudantes tiveram acesso a algum programa de apoio social, a maior parte deles relacionada à alimentação (77,7%). Apenas cerca de um quarto tem acesso à bolsa permanência (26,8%) ou transporte (25,9%).

No caso das universidades baianas analisadas a título de comparação, a UFBA

conseguiu dar apoio social a apenas 9,5% de seus estudantes em 2019, com destaque para alimentação (75,5% dos estudantes apoiados), moradia (49,5%) e bolsa permanência (46,4%). O transporte tem participação relativa um pouco menor (16,7%), compensada pela existência de transporte próprio para circulação dos estudantes dentro e entre os *campi*, em diferentes bairros de Salvador. A UFRB, universidade bem mais jovem que a UFBA, conseguiu oferecer apoio social a 26,1% dos seus estudantes, proporção maior que a média nacional em 2019, lembrando que o universo de matriculados é de menos de um quarto da UFBA. Os destaques foram alimentação (34,1%) e bolsa permanência (33,3%), com certo equilíbrio no apoio também a transporte (22,9%) e moradia (21,1%).

Como estratégia de permanência, a atuação para além da sala de aula é fundamental, assim como para o fortalecimento dos pilares que fundamentam a educação superior em sua contribuição para a transformação da sociedade: ensino, pesquisa e extensão. A defesa desse tripé fez parte das propostas de uma *Universidade necessária*, de Darcy Ribeiro (1967), e de Florestan Fernandes (2020 [1975]), já mencionado. Em média, apenas 14,4% dos estudantes de graduação das IES públicas estavam envolvidos no que o INEP chamou de “atividades extracurriculares”, principalmente em extensão (41,6%) e pesquisa (31,3%). Na UFBA, 8,3% dos estudantes atuavam em atividades extracurriculares, com destaque importante para a pesquisa (82,2%). E na UFRB, 26,6% dos estudantes faziam atividades extracurriculares, com destaque para a extensão (66,7%) e a pesquisa (45,1%).

A associação de apoio social e atividades de pesquisa, extensão e monitoria, entre outras na vida acadêmica estudantil, é uma estratégia importante de permanência e conclusão da graduação, que deve acompanhar as ações afirmativas de ingresso no sistema, para garantir as transformações desejadas tanto na educação como na sociedade brasileira. Essa perspectiva deve ser levada em conta no processo de avaliação e atualização da Lei 12.711 nos próximos anos.

4. Olhando as desigualdades mais de perto: índices de concentração

Uma forma de explicitar de maneira mais simples e clara as desigualdades no

SES brasileiro, interseccionando sexo[74], cor ou raça[75] e condição ocupacional[76], foi trabalhar com índices compostos de concentração. Os índices ou indicadores compostos ou sintéticos permitem compilar várias dimensões empíricas da realidade em uma só medida, reduzindo o uso de tabelas e estatísticas descritivas, combinando indicadores simples.

Nesta seção, apresento o Índice de Concentração Educacional, adaptado da obra de Carlos Hasenbalg (2005[1979]) para analisar as desigualdades entre estudantes de graduação e pós-graduação, interseccionando as características de sexo e cor ou raça. Quando da publicação da sua tese em 1979, Hasenbalg defendeu a abordagem tradicional de estudos internacionais das relações raciais, sobretudo norte-americana, partindo da revisão da literatura disponível na época, passando pela teoria para a constituição histórica das desigualdades raciais no Brasil, com a descrição de dados quantitativos sobre a evolução das desigualdades raciais, e incluindo com o estudo da mobilidade social condicionada por um ciclo de desvantagens cumulativas no qual estão as pessoas negras, e as (im)possibilidades de (des)mobilização política.

Os índices foram utilizados pelo autor como instrumento para fundamentar, por meio de evidências empíricas, sua crítica à perspectiva assimilacionista, que considerava a integração dos negros na sociedade industrial moderna como inevitável, uma vez que a racialização e a hierarquização de grupos sociais pela "raça, etnia e outros atributos adscritivos" se tornariam "desprezíveis como fontes de clivagens sociais, formação de grupos e distribuição de posições na estrutura social" (HASENBALG, 2005 [1979], p. 85).

Em linhas gerais, Hasenbalg utilizou o índice como uma medida que permitiu estabelecer o grau de desigualdade relativa experimentado pelos jovens negros, em referência a uma situação hipotética em que houvesse igualdade de oportunidades entre

---

74 Optei por manter o nome da varável de análise "sexo", uma vez que as pesquisas do MEC/INEP e IBGE são restritas às categorias "feminino" e "masculino", portanto não permitem análises de gênero. A partir da interpretação de outros estudos e referências qualitativas, poderei expandir as principais conclusões da pesquisa para uma perspectiva de gênero, mas os dados quantitativos permitem uma *proxy (aproximação)* deste debate.

75 Também mantida como nos levantamentos do MEC/INEP e do IBGE. A variável "cor ou raça" foi padronizada nessas pesquisas em cinco categorias: preta, branca, parda, amarela e indígena. As categorias "preta" e "parda" serão agregadas como "negras" nas análises, corroborando com a defesa desse procedimento pelo movimento negro, conforme debatido no capítulo anterior.

76 A condição de ocupado será uma aproximação da condição de classe dos estudantes da educação superior. Estudantes ocupados, da classe trabalhadora, tendem a ter mais dificuldades em frequentar a educação superior uma vez que associam estudo e trabalho, em jornadas prolongadas.

os dois grupos raciais (negros e brancos). Assim, é necessário partir de um modelo de igualdade perfeita de oportunidades para medir as diferenças entre os valores observados e os esperados, através de um índice de desigualdades relativa.

Originalmente, o índice é definido por um limite inferior e um limite superior que correspondem, respectivamente, a uma situação de desigualdade perfeita para as pessoas brancas e uma situação de desigualdade perfeita para as pessoas negras, além de um ponto de referência intermediário que corresponde a uma situação de participação proporcional de pessoas negras na educação superior (HASENBALG, 2005[1979], p. 184, com adaptações).

O índice de concentração pode ser interpretado da seguinte forma:

- Ic = 0 → Indica uma participação proporcional das pessoas negras;
- Ic = 1 → Indica o monopólio da posição estipulada pelas pessoas negras, ou uma situação de desigualdade perfeita para as pessoas brancas;
- Ic = -1 → Indica a completa exclusão das pessoas negras da posição estipulada, ou uma situação de desigualdade perfeita para as pessoas negras.

Adaptando a análise feita pelo autor, o Índice de concentração educacional foi calculado para jovens de 18 a 29 anos que frequentavam a educação superior, no seu conjunto por cor ou raça (pessoas negras, que é o somatório de pretos e pardos, e brancas), o conjunto total de mulheres e, por fim, para apenas as mulheres negras. Como uma alternativa de aproximação (*proxy)* da classe social dos jovens, foram incluídos os jovens ocupados, trabalhadores que frequentam o SES. Serão utilizados microdados dos Censos Demográficos para os períodos de 1980, 1991, mas principalmente de 2000 e 2010, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019.

A principal abordagem foi calcular os Índices de Concentração Educacionais nacionais para estudantes de graduação, considerando o conjunto de jovens de 18 a 29 anos. A Figura 4 traz os resultados obtidos.

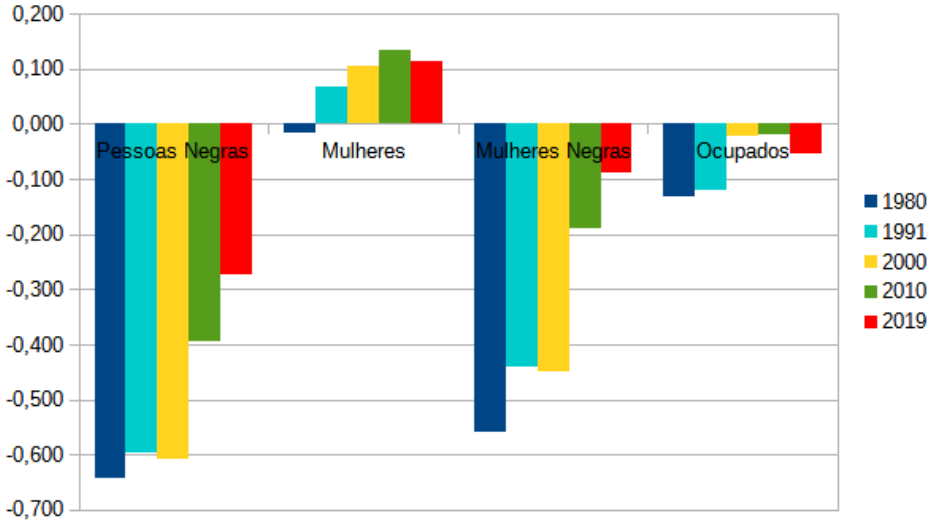


Figura 4 – Índices de Concentração Educacional Graduação – Brasil – 1980-2019

Fontes: Censo Demográfico (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010) e Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua (IBGE, 2019)
Elaboração própria.

Analisando o conjunto de jovens negros, os índices foram todos negativos, desde 1980, o que significa que existe uma sub-representação desses jovens em relação aos jovens brancos frequentando a educação superior. No entanto, confirmando os dados absolutos de crescimento da presença de jovens negros na educação superior, essa sub-representação diminui de 1980 a 2019. Mesmo assim, os jovens negros são o grupo com menores índices de concentração educacional entre os grupos analisados. Olhando a Figura 4 percebe-se, ainda, que de 1980 a 2000, períodos anteriores às políticas sociais inclusivas (Lei de Cotas e outras), ocorreu uma pequena desconcentração de 1980 para 1991 – que poderíamos imputar ao processo de redemocratização da sociedade brasileira com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988. Mas, em 2000 a concentração volta a aumentar para os jovens negros. A redução da concentração é mesmo visível a partir de 2010.

Para o total de mulheres de 18 a 29 anos o índice resultou em sub-representação apenas em 1980. Nos demais períodos analisados, há uma sobrerrepresentação de mulheres na educação superior. Essa maior presença de mulheres foi analisada por Barreto (2015) por meio do conceito de não sincronia entre gênero e raça quando se trata de desigualdade racial na educação. As mulheres então mais presentes frequentando a educação superior, mas não necessariamente as mulheres negras. Por isso é relevante

calcular o índice para as mulheres negras separadamente.

Vale destacar que o resultado obtido com o índice de concentração educacional para o total de mulheres confirma essa discussão. Delcele Queiroz (2000) chama a atenção para o peso do ingresso de mulheres no ensino superior, que aumenta a partir dos anos 1970, como parte do processo histórico de conquista dos espaços públicos antes negados às mulheres. Somente a partir do final do século XIX as mulheres brasileiras adquirem o direito de ingressar no ensino superior, mas as mulheres só começam a aumentar a sua presença nas carreiras tidas como mais “tradicionais” apenas a partir dos anos 1940.

Voltando para nossos dias, desde o censo de 1991, os índices para o conjunto de mulheres são positivos e apenas em 2019 acontece uma redução no índice, mas mantendo-se positivo. Tal redução da representação de mulheres na educação superior pode estar relacionada à saída delas em direção ao mercado de trabalho com o agravamento da crise política e econômica do Brasil. Nas conjunturas de perda de renda familiar, muitas jovens têm que abrir mão – temporária ou definitivamente – da educação superior para se dedicar ao trabalho e complementar renda das suas famílias, ou apoiar outros membros da família nas atividades de reprodução (trabalho de cuidados dentro de casa).

Analisando os índices de concentração educacional para mulheres negras isso fica mais evidente, comprovando as diferenças entre elas e as mulheres brancas. Para as jovens negras, os índices foram negativos em todos os períodos selecionados, com tendência de melhoria principalmente a partir de 2010 e um pouco melhores que o total de jovens negros. Portanto, a presença de mulheres negras frequentando a educação superior é um pouco maior do que a de homens negros (por exclusão, comparando com os índices do conjunto de jovens negros). Mas bem menor que a de mulheres brancas – lembrando que o índice leva em conta a representação no total da população.

Por fim, mas não menos importante, vem a análise dos jovens trabalhadores que frequentam a educação superior. Em pesquisa anterior (FERNANDES, 2008), trabalhei com dados sobre a inclusão de jovens no mundo do trabalho. Os jovens brasileiros são trabalhadores e em grande parte associam estudo e trabalho desde muito cedo. Mesmo quando não encontram trabalho, tendem a continuar buscando (“pressionando” o mercado de trabalho) e conformam a força de trabalho (seja como ocupados ou como

desempregados). Os índices de concentração educacional dos jovens ocupados são todos negativos, o que significa uma sub-representação dos jovens trabalhadores, que precisam conciliar sua jornada de trabalho às aulas na faculdade ou universidade, em relação aos demais jovens.

Em 2000 e 2010, os índices aumentaram, ou seja, os jovens ocupados conseguiram frequentar mais a educação superior, se aproximando de uma participação proporcional a dos jovens que não estavam ocupados. Mas em 2019 o índice voltou a cair, refletindo uma menor presença dos jovens ocupados na educação superior. Os motivos para essa queda são equivalentes aos analisados para o conjunto de mulheres. Com o agravamento da crise política e econômica no país, a necessidade de complementação da renda familiar tende a retirar jovens da educação superior, quando priorizam o trabalho, a busca de mais de uma ocupação ou aumento da jornada, em detrimento da frequência à universidade ou escola[77]. Mesmo com esse crescimento, o índice de 2019 não voltou ao patamar de 1980 e 1991, anterior às políticas de ampliação do acesso.

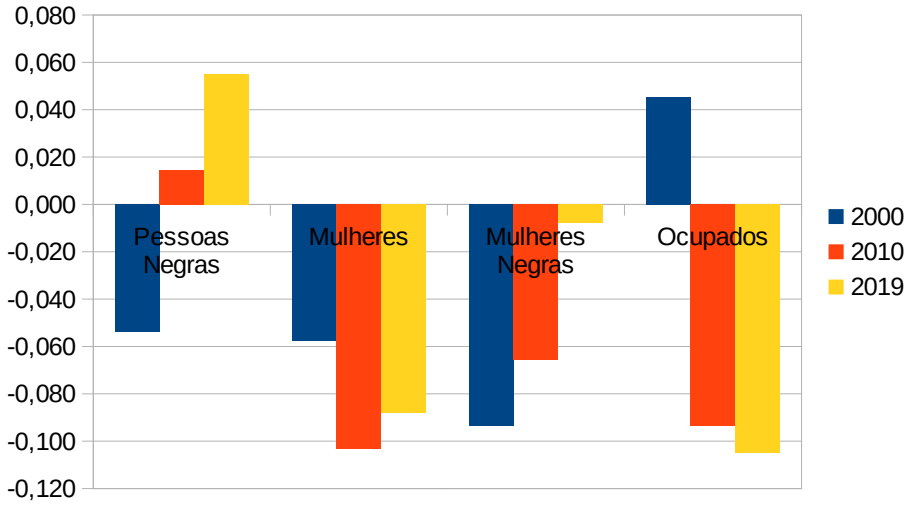


Figura 5 – Índices de Concentração para Estudantes da Pós-Graduação – Brasil – 2000-2019

Fontes: Censo Demográfico (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010) e Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua (IBGE, 2019)
Nota: Exceto estudantes já titulados.
Elaboração própria.

Uma evidência dos entraves relacionados à permanência e conclusão da

[77] Esse processo de *trade off* entre escola e trabalho também foi analisado na minha dissertação de mestrado, em outro contexto de crise cíclica da economia capitalista. Ver Fernandes (2008).

graduação é o perfil dos estudantes de pós-graduação. A Figura 5 apresenta os Índices de Concentração para os estudantes que frequentavam a pós-graduação (Mestrado e Doutorado) no Brasil, em relação ao total daqueles que conseguiram concluir a graduação.

De forma geral, foi possível observar que os índices são bem próximos de zero em praticamente todas as categorias analisadas. Esse padrão é diferente do que foi obtido para os estudantes de graduação (Figura 4), que tinham valores mais distantes de zero, tanto positivos quanto negativos. Ou seja, os estudantes de pós-graduação têm perfis menos diversos, ou mais homogêneos, que os de graduação, provavelmente por terem passado por uma nova etapa de seleção ou filtro, supostamente mais rigorosa – a conclusão da graduação. As ações afirmativas são mais raras nesse nível do SES e poucas universidades adotam cotas para ingresso na pós-graduação, que não passou de uma recomendação do MEC, que já foi inclusive revogada em 2020[78].

Tais evidências corroboram a afirmação de Fernandes (2020 [1975]) de que a pós-graduação é ainda mais seletiva e elitizada que a graduação. A graduação responderia a uma "necessidade social" de formar uma sociedade com condições de "superar o subdesenvolvimento" com a ampliação da formação cidadã, e a pós-graduação, por sua vez, teria "os melhores talentos, em termos de potencialidades intelectuais para a produção do saber científico ou tecnológico" (*Idem*, p. 125). Neste espaço mais seleto, o índice foi negativo em 2000 para pessoas negras, o que significa sub-representação delas naquele ano, e passou a ser positivo e crescente nos períodos seguintes, 2010 e 2019.

Para o conjunto das mulheres, o índice permanece negativo nos períodos analisados, e chega a crescer um pouco em 2019, mas não atinge o patamar (ainda desfavorável ao conjunto de mulheres) de 2000. Para as mulheres negras, o índice se aproxima de zero com mais intensidade que para o conjunto de mulheres em 2019, o que indica que mulheres negras passaram a ser mais bem representadas como estudantes de pós-graduação, levando em conta o crescimento da sua presença entre as pessoas com graduação concluída no país. É importante ressaltar que o índice de concentração é influenciado pelo crescimento de pessoas negras com diploma de graduação, ou seja, as

[78] Portaria Normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação, que induzia a apresentação de propostas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e foi revogada pela Portaria n.º 545, de 16 de junho de 2020.

mulheres negras têm conseguido ingressar e concluir cada vez mais os cursos de graduação e sua presença também tem aumentado na pós-graduação. Mesmo que a presença de mulheres negras na pós-graduação ainda seja menor que o de mulheres brancas, o ritmo de crescimento tem acelerado.

Seja em termos de graduação ou pós-graduação, o que se pode concluir com base nos dados apresentados é que o Brasil continua enfrentando “vários problemas graves em relação à organização, expansão e aproveitamento do ensino superior”. Essa constatação não é minha, mas de Florestan Fernandes, em 1975, mais um indício das desigualdades de longa duração no nosso país. Portanto, apesar do crescimento quantitativo, a proporção de pessoas com nível superior ainda é muito pequena em relação à população como um todo, concentrada em elites culturais empenhadas em formar profissionais liberais. Em termos sociodinâmicos, considero sintomático citar literalmente Fernandes (2020 [1975]), pela sua atualidade, ainda que uma citação extensa:

> A sociedade brasileira não conseguiu imprimir ao desenvolvimento do ensino um mínimo de homogeneidade e de intensidade. As flutuações regionais e, principalmente, os interesses de classe introduziram graves distorções na mobilização dos recursos educacionais ao nível do ensino superior. De um lado, a concentração regional de riquezas condicionou uma ampla e perigosa concentração institucional dos recursos educacionais. Essa concentração é agravada pela migração de cérebros dentro do país, já que as regiões mais pobres não conseguem reter os profissionais de nível superior formados por meio de seus próprios recursos materiais e humanos. De outro, a concentração social de riqueza, de prestígio social e de poder condiciona o uso nacional dos recursos educacionais mobilizados pelo ensino superior. Quebrou-se o monopólio da educação pelas elites tradicionais. Todavia, o que está ocorrendo é mais um desnivelamento dos privilégios educacionais daquelas elites, que um autêntico processo de democratização universal das melhores oportunidades educacionais. As classes médias em formação ou em crescimento compartilham extensamente de velhos ou novos privilégios educacionais. A educação escolarizada continua, porém, principalmente ao nível do ensino superior, a possuir o caráter de privilégio social (FERNANDES, 2020 [1975], p. 87-88).

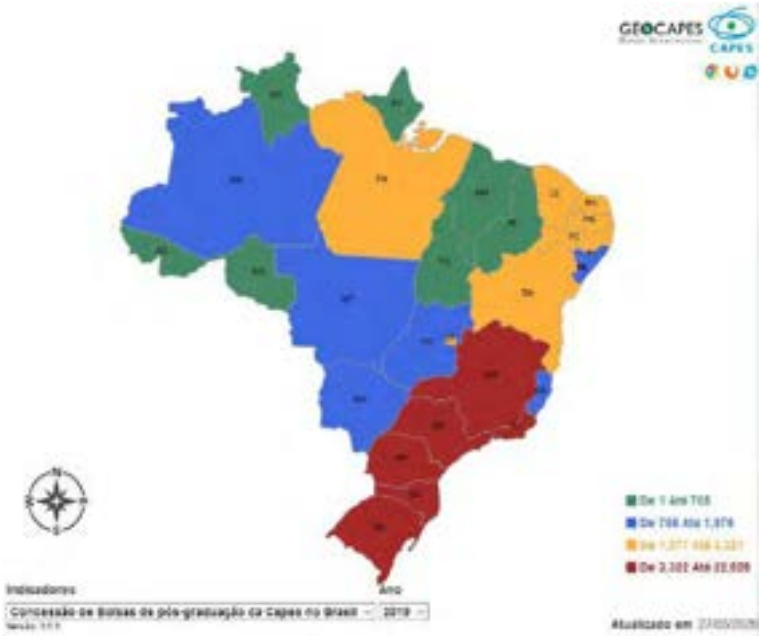


Figura 6 – Distribuição de discentes de pós-graduação – Brasil – 2019
Fonte: Capes/MEC (BRASIL, 2021)

O mapa de distribuição de bolsistas na pós-graduação demonstra que as mudanças quantitativas não corresponderam a mudanças qualitativas de redução das desigualdades regionais do país e no acesso ao financiamento público (bolsas da Capes). Até o ano 2000, alguns estados da região Norte do país sequer apareciam no mapa, enquanto destacavam-se os estados do Sudeste e o Rio Grande do Sul. Em 2000, a predominância de bolsistas de pós-graduação nas regiões Sudeste e Sul se consolida, mesmo com o crescimento do limite máximo de bolsistas de 8.194 em 2000 para 14.311 em 2010 (número de discentes no estado de São Paulo). O número de estudantes bolsistas cresce em todos os estados, e cresce ainda mais onde já era elevado. Em 2019, a Figura 6 mostra que a região Sudeste (exceto o Espírito Santo) e a região Sul permanecem na faixa de maior número de discentes de pós-graduação. Sendo que as faixas aumentam, e o limite máximo (discentes bolsistas de São Paulo) cresce para 22.828, segundo a Capes/MEC (BRASIL, 2021).

O número total de bolsas concedidas para pós-graduação[79] foi de 20.490 em 2000, 58.107 em 2010 (crescimento de 184%) e 95.290 em 2019 (crescimento de 64% entre 2010 e 2019). Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE; 2000;2010) e a

[79] Inclui bolsas de mestrado e doutorado (mais de 90% das bolsas concedidas), mas também para pós-doutorado, pesquisadores de professores visitantes.

Capes/MEC (BRASIL, 2021), frequentavam a pós-graduação (apenas mestrado e doutorado) 162.512 em 2000, 255.234 em 2010 e 384.663 em 2019 (crescimentos respectivos de 57% entre 2000 e 2010 e de 50,7% entre 2010 e 2019). Ou seja, número de estudantes de mestrado e doutorado cresceu, assim como a concessão de bolsas, mas o financiamento da Capes chegava a 12,6% dos estudantes em 2000, 21,7% em 2010 e 22,8% em 2019.

A disputa por recursos tem resultados desiguais nas regiões brasileiras. A cobertura de bolsas da Capes na região Sul do Brasil chegava a 37,7% dos estudantes frequentando mestrado e doutorado; na região Sudeste, 23,1%; 22,2% no Centro-Oeste; 16,4% no Nordeste e; 13,7% no Norte do país. Por mais que existam outras fontes de financiamento, como as fundações estaduais, essa distribuição reproduz as desigualdades regionais descritas com base em outros indicadores. A manutenção das desigualdades tem, certamente, correlação com a manutenção dessas hierarquias regionais. A análise desses dados confirma, sem dúvida, o crescimento do sistema de pós-graduação no Brasil, mas de forma heterogênea em termos de acesso a financiamento e regiões e, certamente, reproduzindo as desigualdades raciais e de gênero até aqui identificadas.

5. Cursos de alto prestígio e alta demanda na UFBA

Com a ampliação de vagas e o aumento do ingresso de jovens negros e de baixa renda nas universidades, uma questão se coloca: a democratização atinge da mesma forma diferentes cursos dentro das universidades? Utilizando o Censo da Educação Superior (INEP, 2012; 2019), levantamos algumas características dos chamados “cursos de alto prestígio e alta demanda”, conforme sugerido por Delcele Queiroz e Jocélio Santos (2013). Foram eles: Arquitetura e Urbanismo, Engenharias Civil, Elétrica, Mecânica e Química, Medicina, Odontologia, Psicologia, Direito, Administração, Comunicação – Jornalismo e Produção Cultural. Como dito anteriormente, a universidade brasileira é relativamente nova, sendo que a maior parte desses cursos existe desde os primeiros anos de criação dos bacharelados por aqui e são muito disputados pelos filhos das elites econômica e intelectual – são os chamados cursos “imperiais”. Durante muitos anos foram espaços quase exclusivos de jovens de renda elevada e de famílias tradicionais, com poucos jovens negros e de baixa renda. A Universidade Federal da

Bahia possui alguns dos mais antigos cursos do Brasil.

Os cursos de maior prestígio na UFBA tiveram, em geral, proporções mais elevadas de ingressantes por meio de reserva de vagas que os demais cursos, mesmo que a participação de jovens negras e negros ainda esteja abaixo do total desses jovens na população residente na Bahia: 82,1% em 2019 (IBGE, 2019).

É importante chamar a atenção, sem diminuir sua relevância, para a elevada parcela de estudantes que não declararam cor ou raça no Censo da Educação Superior. Os/as estudantes negras e negros são estimulados a se autodeclararem para concorrer a uma vaga reservada por critério étnico, mas essa informação termina sendo negligenciada para aqueles que não disputam essas vagas. Ou seja, os estudantes sem identificação de raça tendem a ser não negros. Por isso, além do aprimoramento das políticas de ações afirmativas, os sistemas de informação oficiais necessitam de atenção, para que estudos sobre resultados e necessidades de melhorias possam orientar de forma mais confiável as decisões futuras de políticas públicas.

A Lei 12.711 (BRASIL, 2012) determinou a reserva de vagas para todas as instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a sua implementação tem provocado alterações no perfil dos estudantes da educação superior de melhor qualidade do país. No entanto, antes da Lei de Cotas entrar em vigor diversas IES já haviam criado programas de ação afirmativa com reserva de vagas para o acesso de estudantes de graduação, e a Universidade Federal da Bahia é uma delas. Desde 2004, foi aprovado na UFBA um programa de ações afirmativas para ingresso de estudantes que vieram da rede pública de educação, que estabelecia a reserva de 43% das vagas – 85% para estudantes autodeclarados pretos e pardos, 15% para os autodeclarados brancos e amarelos, 2% para indígenas e duas vagas “extras” (suplementares) para indígenas aldeados e estudantes oriundos de comunidades quilombolas. Em 2012, 40,9% dos estudantes regularmente matriculados e cursando presencialmente a UFBA eram ingressantes por reserva de vagas. Já em 2019, 38,6% eram ingressantes por reserva de vagas. Vale destacar que o número de estudantes matriculados e cursando efetivamente na UFBA cresceu significativamente de 11 mil em 2012 para 34 mil em 2019.

Portanto, a elevada proporção de ingressantes por reserva de vagas é uma realidade na UFBA mesmo antes da Lei de Cotas, em 2012. Nesse contexto, é importante destacar as diferenças no ingresso e o perfil dos estudantes dos cursos considerados de

“maior prestígio e maior demanda”.

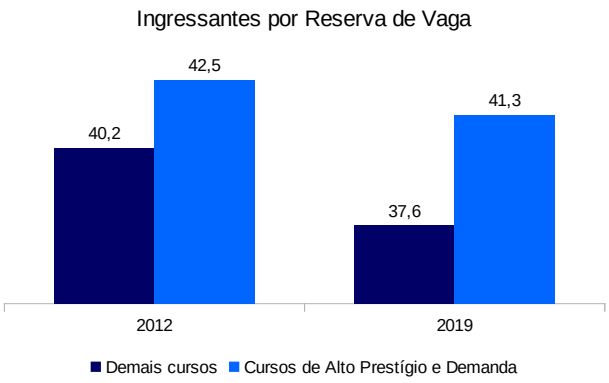


Figura 7 – Ingressante por reserva de vaga – 2012/2019
Fonte: INEP (2012; 2019)

A proporção de estudantes que ingressaram por reserva de vagas e permanecem frequentando regularmente é maior nos cursos de maior prestígio e maior demanda. E apesar do crescimento das vagas e a criação de novos cursos, essa proporção caiu um pouco em 2019, mas manteve-se acima da média dos demais cursos. Com a realidade animadora de crescimento das vagas, interiorização da UFBA e crescimento do número absoluto de estudantes negros, indígenas, quilombolas e egressos da rede pública, a demanda por ingresso por meio de cotas em cursos tradicionalmente mais excludentes aumentou. As ações afirmativas têm cumprido seu papel de romper com barreiras históricas de ingresso em cursos de maior prestígio social e de maior demanda e de difícil acesso na UFBA. E o efeito multiplicador dessa mudança pode ser positivo para o desenvolvimento local e regional.

Com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2012; 2019) para a UFBA, cursos considerados de alto prestígio – como Medicina, Direito Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, as Engenharias Civil, Química e Mecânica – tinham proporções de estudantes que ingressaram por reserva de vagas maiores que a média dos demais cursos. Engenharia Elétrica, Comunicação, Administração e Odontologia tinham proporções um pouco menores que os demais cursos (abaixo de 37,6%); ainda assim, mais de um terço de seus estudantes. Vale lembrar que tais cursos de alto prestígio representam cerca de 30% das matrículas.

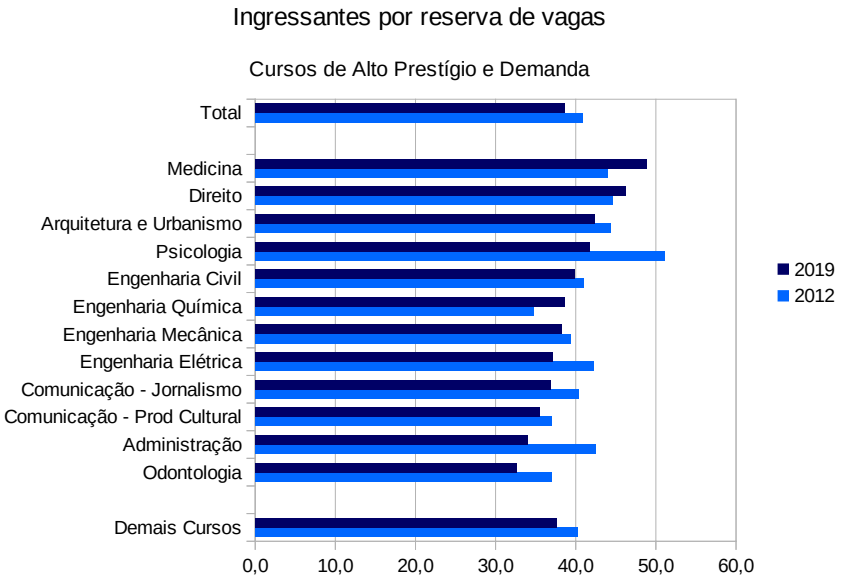


Figura 8 – Ingressante por reserva de vagas – 2012/2019

Fonte: INEP (2012; 2019)

Em 2019, os cursos de Medicina, Direito e Engenharia Química tiveram um crescimento na proporção de seus estudantes regulares que ingressaram por reserva de vagas em comparação com 2012. Portanto, aumentou a presença dos cotistas frequentando esses cursos nos últimos anos.

Em relação à divisão sexual e racial dentro de cada curso, Psicologia (34,3%) e Odontologia (33,4%) possuíam as maiores proporções de mulheres autodeclaradas pretas e pardas entre seus estudantes. As Engenharias Mecânica, Elétrica e Civil possuíam, por sua vez, as maiores proporções de homens autodeclarados negros entre seus estudantes. Mesmo com o crescimento da equidade de gênero nas universidades, as divisões tradicionais entre cursos predominantemente masculinos ou femininos permanece. Há um espaço para a redução dessas distâncias com o necessário aprimoramento das ações afirmativas no futuro, levando-se em consideração, por exemplo, a permanência de desigualdades históricas entre esse cursos.

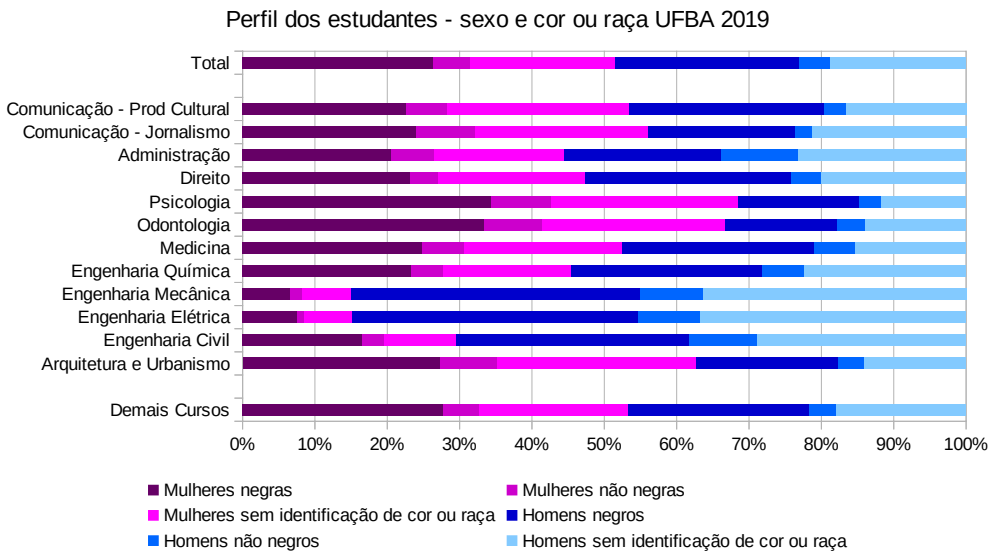


Figura 9 – Perfil dos estudantes por sexo e cor ou raça da Ufba – 2019

Fonte: INEP (2019)

As políticas de ação afirmativa para ingresso na educação superior federal pública resultaram em mudanças importantes nos últimos anos, com inequívocas reduções das desigualdades duradouras que caracterizam a educação no Brasil. No momento de abertura de debates sobre o aprimoramento dessas políticas, incluir temas como democratização do acesso a cursos de alto prestígio e alta demanda, assim como as garantias de permanência e conclusão desses cursos é fundamental, em especial nas IES que estão situadas em estados e regiões onde a população negra é majoritária, como é o caso da Universidade Federal da Bahia. É urgente, ainda, discutir estratégias que permitam o aumento da presença, permanência e conclusão de estudantes negras e negros, em consonância com o percentual na população residente, e que seja de fato alcançada em todos os cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

6. Considerações finais

Ainda que existam outros elementos além da reserva de vagas e das políticas de ações afirmativas de ingresso na educação superior, fica patente a maior presença de jovens, inclusive mulheres negras, mesmo que existam diferenças regionais e dentro das áreas de conhecimento. A continuidade dessas políticas é fundamental para que as desigualdades duradouras existentes historicamente na sociedade brasileira continuem a

cair, uma vez que existem longas distâncias que permanecem no Brasil, no Nordeste, na Bahia e dentro do sistema de educação superior – ou melhor, desde a educação básica.

Um dos principais desafios é reconhecer a complexidade do sistema e buscar explicar as relações contemporâneas entre racismo, da discriminação e do domínio do patriarcado, tendo como perspectiva as ideias de “ciclo de desvantagens cumulativas”, dentro e fora dele, e de interseccionalidade como perspectivas orientadoras. Pensar um projeto de país para o Brasil menos desigual passa por reconhecer que as desigualdades regionais hierarquizam territórios mais e menos desenvolvidos e perpetuam distâncias históricas.

O papel de estudantes e docentes é fundamental, assim como de movimentos sociais organizados que historicamente cumpriram um papel de educadores e motores transformadores, como o Movimento Negro, e mais recentemente como mobilizadores da potência daqueles que entraram no sistema – como coletivos de estudantes, associações e sindicatos. Conhecer as desigualdades em uma organização social como a universidade e seus desdobramentos no mercado de trabalho e em outros espaços sociais é fundamental para a mobilização de estratégias para seu combate, e pode fundamentar cientificamente os argumentos dos atores em favor da continuidade da mudança e do aprimoramento de políticas públicas progressitas.

Referências

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online], n. 16, p. 39-64, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/n9DcCPYSvPJQpmwGcXTgRLv/ Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Sistema de Informações Georeferenciadas Capes: Geocapes. 2021.* Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e

empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jun. 2014. Acesso em: 22 out. 2022.

CAVALCANTI, Ivanessa T.N.; ANDRADE, Claudia S.M. *Ações Afirmativas na Ufba: uma análise exploratória por gênero do desempenho dos ingressantes de 2009.* Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/acoes_afirmativas_na_ufba_uma_analise_exploratoria_por_genero_do_desempenho_dos_ingressantes_de_2009.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Claudia Monteiro. *Desigualdades raciais e de gênero na Educação Superior no Brasil.* Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2021. 245 f. : il.

FERNANDES, Claudia Monteiro. *Juventude em transição para o mundo do trabalho.* 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19994. Acesso em: 27 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor.* Marília: Lutas anticapital, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: AlfaÔmega, 2020 [1975].

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005 [1979].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro, RJ, 1980.* Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 1991: agregados por setores : resultados do universo : Brasil.* Rio de Janeiro, RJ, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293715. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000: microdados.* Rio de Janeiro, RJ, 2000. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: microdados.* Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) Anual: população por cor e raça*. 2019.

Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403 Acesso em: 11 fev.2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação (MEC). *Censo da Educação Superior: microdados do Censo da Educação Superior*. 2019. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2019.zip. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação (MEC). *Censo da Educação Superior: microdados do Censo da Educação Superior*. 2012. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2012.zip. Acesso em: 28 jan. 2021.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo.* Tradução do francês: Eliane Lisboa – Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.

PEREIRA, Sheila R. S. *Determinantes da equidade no Ensino Superior: uma análise da variabilidade dos resultados do Enade no desempenho de cotistas e não cotistas.* Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2017. 367 f. : il.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. *O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In*: SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). O impacto das cotas nas universidades brasileiras. Salvador: CEAO, 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Mulheres no Ensino Superior no Brasil.* 23ª Reunião Anual da Anped, GT 3 — Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, MG: 24 a 28 de setembro de 2000. Disponível em: http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF. Acesso em: 26 fev. 2021.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Raça, gênero e educação superior.* 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: http://cdi.uneb.br/site/wpcontent/uploads/2016/01/deocele_mascarenhas_queiroz.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969 [1967].

SANTOS, Clarissa Tagliari; LIMA, Raquel; CARVALHAES, Flávio. O perfil institucional do sistema de ensino superior brasileiro após décadas de expansão. *In*: BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira (org.). *A expansão desigual do Ensino Superior no Brasil.* Curitiba: Appris, 2020. p. 27-56.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENKEVICS, Adriano. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. *In*: MORAES, Gustavo Henrique.; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth Maia de. (orgs.). *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021 [2018]. Disponível em: https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892. Acesso em: 12. maio 2021.

DISTÂNCIA PARA A CIDADANIA NA BAHIA: O ACESSO AOS DOCUMENTOS CERTIFICADORES SOB A ÓTICA DE CHRISTALLER

Vaner José do Prado[80]

Laumar Neves de Souza[81]

Renato Barbosa Reis[82]

Carolina de Andrade Spinola[83]

Resumo

O objetivo deste estudo é, com base na Teoria do Lugar Central de Christaller (1966), compreender o alcance espacial da oferta de serviços para três documentos certificadores da cidadania (RCN, a CI e CNH) no estado da Bahia. Complementarmente e, tendo como base o conceito de limiar de serviço, busca-se aferir as distâncias que são percorridas por boa parte da população baiana para ter acesso aos aludidos documentos. Com o intuito de alcançar o propósito deste estudo, recorreu-se à pesquisa documental, aos bancos de dados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) que forneceram informações sobre a emissão de, respectivamente, RCN, CI e CNH, no ano de 2016. Consultou-se também as informações contidas no Censo Demográfico 2010, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente aquelas que revelam o quantitativo da população residente de cada município baiano. Concluiu-se que a localização dos órgãos certificadores obedece à lógica prevista pela Teoria do Lugar Central, havendo, entretanto, um contingente significativo de habitantes sem acesso ao serviço, notadamente nos municípios com menor importância econômica e com um baixo índice de desenvolvimento social.

Palavras-chaves: Documentos Certificadores, Cidadania, Teoria do Lugar Central.

[80] Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Unifacs e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

[81] Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

[82] Professor da Universidade Salvador (Unifacs), Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Análise Espacial para o Desenvolvimento (GPAED). E-mail: renato.reis@unifacs.br.

[83] Professora da Universidade Salvador (Unifacs), Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB) e pesquisadora do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: carolina.spinola@unifacs.br.

.

DISTANCE TO CITIZENSHIP IN BAHIA: ACCESS TO CERTIFYING DOCUMENTS FROM CHRISTALLER'S VIEWPOINT

Abstract

The aim of this study is, based on Christaller's Central Place Theory (1966), to understand the spatial scope of service provision for three citizenship certifying documents (RCN, CI and CNH) in the state of Bahia. Complementarily and, based on the concept of service threshold, we seek to gauge the distances that are traveled by a large part of the population of Bahia to have access to these documents. In order to achieve the purpose of this study, we used documentary research, the databases of the Court of Justice of the State of Bahia (TJBA), the State Secretariat of Public Security (SSP) and the State Department of Traffic (DETRAN), who provided information on the issuance of, respectively, RCN, CI and CNH, in 2016. We also consulted the information contained in the 2010 Demographic Census, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), notably those that reveal the quantitative of the resident population of each Bahian municipality. It was concluded that the location of the certifying bodies follows the logic provided by the Central Place Theory, however, there is a significant contingent of inhabitants without access to the service, notably in the municipalities with lower economic importance and low social development index.

Key words: Certifying Documents, Citizenship, Central Place Theory.

1. Introdução

A despeito do grave quadro de instabilidade política e econômica que enfrenta, nos dias que correm, é possível afirmar que a sociedade brasileira, nas últimas três décadas, vivenciou avanços que revelaram um padrão de desenvolvimento, que não era possível de ser observado em outros momentos históricos. Inequivocamente, tais progressos foram amalgamados pelas conquistas decorrentes da promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, pela estabilidade monetária alcançada com a implantação do Plano Real, já a partir de 1993, bem como em função da efetivação de um conjunto de políticas sociais, nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que trouxeram, em seu âmago, direta ou indiretamente, a possibilidade de inclusão à cidadania, em um país com dimensões continentais e com um longo histórico de desigualdades.

Em que pese os mencionados avanços, é imperioso destacar, assim como o fazem Souza (2000) e Holston (2013), que a sociedade brasileira permanece desigual quando se trata da garantia da cidadania, tanto no que se refere ao seu acesso quanto no seu desfrute. A dificuldade de acesso refere-se principalmente às barreiras enfrentadas por uma parcela significativa da população para adentrar as arenas ou espaços da própria cidadania. É interessante notar que mesmo vencidas essas dificuldades, muitos indivíduos pela própria fragilidade do Estado brasileiro, não conseguem desfrutar dos seus direitos plenamente enquanto cidadãos.

O reconhecimento da existência desse, por assim dizer, déficit de cidadania, reforça a ideia de que para ser cidadão é preciso estar incluído e que a igualdade da cidadania é uma conquista de cada sociedade ou Estado-Nação. Essa inclusão ou acesso, inicia-se pelo reconhecimento do indivíduo como cidadão, por intermédio do que Giddens (1991) e Giddens, Beck e Lash (1997) denominaram de fichas simbólicas e Prado (2017) chamou de documentos certificadores elementares, instituídos pelo Estado como políticas públicas constitutivas.

Cabe afirmar que, no âmbito deste estudo, a denominação documentos certificadores refere-se àqueles considerados elementares para a identificação do indivíduo como cidadão. Normalmente, tais documentos são aqueles que na visão de Marshall (1967), são capazes de proporcionar o acesso às arenas ou espaços da

cidadania, conferindo a quem os possui direitos civis, políticos e sociais (econômicos). De forma bem objetiva, são exemplos dos mencionados documentos o Registro Civil de Nascimento (RCN), Registro Civil de Identificação, popularmente conhecido como Carteira de Identidade (CI), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Título Eleitoral, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Certificação Digital, Cartão de Saúde, Passaporte e outros. Esse conjunto de documentos representa as fichas simbólicas identificadas por Giddens (1991), que visam tornar o indivíduo reconhecido como cidadão perante o Estado e seus pares.

Com efeito, a falta de acesso aos tais documentos certificadores é um problema relevante em estados da Federação como a Bahia. Isso porque, conforme dados coletados junto a órgãos como o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-BA), a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-BA), responsáveis pela expedição dos documentos certificadores que interessam a esta investigação, 79% dos municípios baianos (329/417) dispunham de infraestrutura para emitir RCN, 41% (172/417) ofertavam o serviço de emissão de CI, e cerca de 21% (88/417) deles disponibilizavam o acesso a CNH. Quando se analisa, também para a Bahia, a presença do Estado para a prestação dos três serviços em um mesmo município, apenas 19% (83/417) são contemplados com esse acesso direto (PRADO, 2017).

O desenho desse quadro dá força ao argumento que defende a ideia de uma seletividade e de uma dificuldade real do exercício da cidadania no contexto da sociedade baiana, que, a bem da verdade, faz parte do espectro de vicissitudes experimentadas pela sociedade brasileira, de uma forma geral. Em virtude disso é que se impõe a necessidade prioritária de pensar estratégias que conduzam à reversão e/ou a amenização dessa problemática.

Nesse ponto, é bom lembrar que, por certo, a mitigação de tal questão se vê obstada e/ou dificultada por um conjunto de outras situações que, na leitura da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2017), marcam a realidade socioeconômica baiana, dentre as quais se pode destacar:

a) Significativa extensão territorial, da ordem de 564.722,611 Km² (representando 6,6% do território nacional), sendo que cerca de 70,0% dele

se encontra na região semiárida, cuja base econômica é a agricultura familiar;

b) Expressivo contingente populacional (de acordo com o Censo Demográfico (2010) da ordem de 14.106.906 habitantes, 4º maior do Brasil), que se distribui pelos seus 417 munícipios, na sua grande maioria (88,5%) considerados como de pequeno porte, haja vista que reúnem populações inferiores a 50 mil habitantes;

c) Elevada concentração produtiva, dado que apenas dez municípios respondem por cerca de 51,7% do que é produzido, sendo que cinco deles localizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS);

d) Fraca integração econômica entre as regiões, dificultada, sobretudo, por problemas de ordem logística, o que impacta fortemente no custo de transporte, rebatendo no fluxo de mercadorias e de recursos humanos;

e) Marcante contradição socioeconômica, já que detém 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (ocupando a 7ª posição na produção de riqueza material nacionalmente) e, ao mesmo tempo, ocupa a 22ª posição no *ranking* do IDH (2010), com esse indicador situando-se no patamar de 0,660, o que corresponde a um padrão/nível médio de desenvolvimento.

Uma vez esquadrinhado esse panorama, cabe esclarecer agora que o objetivo deste estudo está apoiado na Teoria do Lugar Central de Christaller (1966), e é compreender o alcance espacial da oferta de serviços para três dos documentos certificadores da cidadania mencionados, mais especificamente o RCN, a CI e a CNH no estado da Bahia. Complementarmente e, tendo como base o conceito de limiar de serviço, busca-se aferir as distâncias que são percorridas por boa parte da população baiana para ter acesso aos aludidos documentos.

Esclarecidos esses intentos, impõem-se informar que, do ponto de vista da sua estruturação, optou-se por organizar este artigo em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira são apresentados os métodos e procedimentos das análises realizadas. Na segunda, por seu turno, investe-se no esclarecimento pormenorizado do que sejam documentos certificadores para a cidadania, procurando-se evidenciar como eles se relacionam com a sua promoção. Já na terceira parte-se, inspirados na matriz teórica de Christaller, para conceituar o que venha a ser limiar de

serviço e de alcance espacial da oferta de um bem e/ou serviço. Na quarta, por sua vez, apresenta-se o panorama da oferta dos serviços de emissão dos documentos certificadores privilegiados neste estudo, tendo como pano de fundo os conceitos mencionados anteriormente.

2. Métodos

Com o intuito de alcançar o propósito deste estudo, recorreu-se à pesquisa documental, aos bancos de dados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA) e do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) que forneceram informações sobre a emissão de, respectivamente, RCN, CI e CNH, no ano de 2016. Consultou-se também as informações contidas no Censo Demográfico de 2010, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente aquelas que revelam o quantitativo da população residente de cada município baiano.

No que diz respeitos às análises espaciais, tem-se que elas foram realizadas através do *software* livre *Quantum Gis,* versão 2.18. Os dados referentes às ofertas dos serviços de emissão dos documentos foram georreferenciados na malha de municípios do estado da Bahia, disponibilizada pelo IBGE, tendo as feições gráficas pontuais representativas das sedes municipais como a unidade espacial de referência.

Com relação às análises estatísticas, cabe informar que foram feitas utilizando medidas de tendência central e dispersão das distâncias em quilômetros entre as sedes municipais com oferta dos serviços analisados *versus* as sedes municipais sem a oferta dos respectivos serviços. Lançando mão da mesma lógica de estratificação dos municípios, foi calculada a densidade de *Kernel*, visando identificar *hot spots* de municípios que apresentam localizações superiores à mediana das distâncias. Tais espaços, com maiores densidades, servem como indicativo da existência de áreas com sombreamento dentro do estado, onde a população tem que percorrer maiores distâncias para obter acesso aos serviços.

3. Documentos certificadores e sua relação com a promoção da cidadania

Conforme já brevemente sinalizado, documento certificador é um termo utilizado

para denominar um conjunto de documentos identificadores elementares, capazes de conferir a qualidade ou condição de cidadão aos indivíduos. Ao dizer isso, abre-se, naturalmente, espaço para comentar o que vem a ser cidadania. Uma boa alternativa analítica para dar conta dessa tarefa é recorrer à formulação sugerida por Weis (1999), dada a sua amplitude e profundidade. Isso porque, de modo acertado, ele a entende a partir de uma perspectiva ampliada, associando-a à questão dos direitos humanos.

Ao trilhar nessa direção, ele conecta o conceito em foco a algo absolutamente elementar, que deve ser assegurado a todos os indivíduos indiscriminadamente em qualquer que seja a sociedade, tão somente por pertencerem a raça humana. Agindo assim, o referido autor o entende como algo que deve ser compreendido de modo universalizante, que guarda total correspondência com todos os direitos que são essenciais para assegurar a dignidade da pessoa nos mais diferentes âmbitos.

É, pois, comungando dessa leitura que Caltram (2010) inclui o direito ao RCN entre esses direitos humanos de caráter universalizante, que influenciam primaria e decisivamente a questão do acesso e desfrute da cidadania. Efetivamente, esse entendimento de que o acesso a tal documento seja uma condição inicial e primordial para o reconhecimento de qualquer indivíduo como cidadão faz total sentido. Isso porque, tendo acesso a ele todo e qualquer indivíduo assegura um direito que é fundamental, qual seja, ter um nome e, por via de consequência, vincular-se a uma família, cujos membros tenham ou não laços de consanguinidade entre si.

Ademais, a posse dele também implica, pelo menos em tese, a garantia ao acesso àquilo a que Marshall (1967) denominou de espaços da cidadania social, que nada mais são do que os sistemas de saúde, eleitorais, econômicos, educativos, dentro outros, que são operacionalizados tanto pela esfera pública quanto pela privada. Não à toa, autores como Kang, Santos e Doneda (2016, p. 41-42) argumentam que o RCN “é um direito em si, e também um garantidor de outros direitos e a partir dele se estruturam as diversas modalidades de identificação”.

Outro documento certificador também de grande importância para o acesso e o exercício da cidadania é a CI. Não por acaso, Supremo Tribunal Federal (2016) considera que além da CI ser prova fundamental para a identidade civil, ela precisa ser reconhecida como um documento certificador de acesso gratuito para a população. Isso porque, na sua perspectiva analítica:

> Como a certidão de nascimento é prova da existência civil e a carteira de identidade é prova da identidade civil, e tendo em vista que a Constituição Federal estabeleceu que lei da União deve arrolar as hipótese em que a gratuidade se sobrepõe a qualquer outro interesse, uma vez que o primado maior é o exercício da cidadania, não há inconstitucionalidade na lei atacada, sendo possível acolhê-la como decorrente da gratuidade já concedida aos registros de nascimento e, portanto, com o mesmo desiderato (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, p. 2).

Ainda no que tange a CI, cabe pontuar que o controle de sua emissão em todo o território nacional, é de competência do Instituto Nacional de Identificação (INI). Segundo o INI (2016), por meio de convênios com os estados que integram a Federação, foi descentralizada a emissão desse documento para as suas respectivas Secretarias de Segurança Pública, que realizam a operacionalização do serviço, conforme a infraestrutura que possuem. Essa medida, com efeito, atende a um requisito importante que é a aproximação do Estado dos seus cidadãos. No entanto, ela não assegura a qualidade na excelência da prestação do serviço, que depende da existência de estruturas adequadas em cada uma das aludidas secretarias.

O terceiro documento certificador que é analisado no contexto deste estudo é a CNH. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2016), tal documento atesta que o cidadão brasileiro está apto a conduzir veículos, sendo seu porte e/ou posse obrigatório para quem dirige[84]. Para se perceber a interconexão deste documento com a questão da cidadania é preciso recorrer, por exemplo, ao que comentam Souza e Ribas (2015). Para eles, o exercício da cidadania é uma espécie de direito/dever do indivíduo. Ao mesmo tempo que lhe concede acesso também lhe cobra responsabilidades, ou seja, aquilo que esses autores denominam de participação ativa e consciência cívica, contemplando assim o acesso irrestrito ao documento que lhe dá direito de ir e vir no trânsito, que é a CNH.

Outro autor que também nos ajuda nessa tarefa de identificar as inter-relações entre a CHN e a questão da cidadania é Carvalho (2002). Na visão deste autor, a cidadania social trabalhada por Marshall (1967), que engloba os direitos sociais, políticos e civis (individuais), tem no acesso a CNH um caminho para diminuir as distâncias entre o cidadão e o Estado.

[84] O modelo atual de CNH possui a fotografia da pessoa, o número da CI e do CPF. Assim, a CNH pode ser utilizada, também, como documento para identificação em todo território nacional.

4. O alcance espacial e o limiar dos serviços públicos

Uma vez que já se investiu, na seção anterior, em discriminar a maneira pela qual o acesso aos documentos certificadores se relaciona com a questão da cidadania, é chegado o momento de identificar o padrão de "acesso" de boa parte da população baiana aos citados documentos, valendo-se para isso das ideias de Christaller (1966) acerca do que venha a ser limiar da procura e de alcance de um bem e/ou serviço.

Para dar conta desse intento, é preciso que se esteja atento a algumas condicionantes conceituais que servem de pressupostos na análise que se seguirá. Um deles diz respeito ao fato de que, conforme muito bem menciona Alves (2013, p. 123):

> Os produtores de bens e/ou serviços sempre procurarão concentrar no espaço os seus estabelecimentos, de modo a maximizar o aproveitamento das economias de aglomeração, bem como minimizar os custos relativos à distância que incorrem para fazer chegar aos mercados consumidores os produtos e/ou serviços que produzem; do lado dos consumidores, por seu turno, a lógica que se verifica e que, portanto, ajuda a explicar o sentido de suas ações, assenta-se na perspectiva de que eles procurarão usufruir do espaço, de tal sorte que minimizem os custos que incorrem ao se deslocarem para poder adquirir os bens e/ou serviços que necessitam.

Grosso modo, essas ponderações ajudam a explicar, por exemplo, o porquê de alguns produtores se localizarem em um mesmo centro, de modo que os consumidores, aproveitando um único deslocamento, possam aí realizar várias aquisições.

Analisando cuidadosamente o sentido do que se expôs, é possível perceber a ocorrência de certa contradição nas lógicas que orientam as ações de produtores e consumidores. Ainda seguindo as ponderações de Alves (2013), enquanto que os produtores gostariam de poder concentrar a localização de seus estabelecimentos, para maximizar as economias de aglomeração e minimizar os custos de distribuição (para o que se torna necessária a existência de um certo limiar de procura), os consumidores têm interesse que esses estabelecimentos estejam dispersos, de modo a poder minimizar a sua necessidade de deslocamento, ou seja, em disporem de um certo alcance do bem e/ou serviço. Em face desses interesses contraditórios, faz-se necessário encontrar caminhos que permitam ajustá-los e compatibilizá-los.

Não há dúvida de que essas colocações têm como base a Teoria do Lugar Central de Christaller (1966), exposta em sua obra "Lugares Centrais do Sul da Alemanha". Neste trabalho, o autor procurou explicar a funcionalidade hierárquica existente entre os centros urbanos de diversos portes em função do nível de

concentração de serviços considerados essenciais pela população, dentre eles os serviços públicos.

Com efeito, Christaller (1966) deu atenção especial, em seu trabalho, aos sistemas de distribuição de bens e/ou serviços. Sua compreensão acerca dessa temática assenta-se na ideia de que, por razões de mercado (economias de aglomeração), os produtores tendem a localizar os seus estabelecimentos em determinados lugares (lugares centrais), onde também vivem parte dos consumidores dos seus bens e/ou serviços. Os demais consumidores são os que têm acesso (acessibilidade) a esses lugares, embora aí não residam e que vivem na designada "região complementar" do lugar central[85].

É importante salientar, nesse ponto, que esse arcabouço teórico elaborado por Christaller em relação aos lugares centrais estrutura-se, em alguns pressupostos[86], dentre eles:

> a) bens e serviços se podem hierarquizar de acordo com a sua importância. O critério de importância assenta-se no número de vezes que, num determinado período de tempo, os consumidores a ele recorrem.
>
> b) uma vez que a produção de bens e serviços é feita em lugares centrais, a importância destes tende a ser tanto maior quanto for a importância dos bens ou serviços, que maior posição ocupa na hierarquia dos bens e serviços, e que são fornecidos a partir desse lugar central. Existe, assim, uma correspondência direta entre a importância dos lugares centrais e a importância dos bens e serviços que neles são tornados disponíveis.
>
> c) um lugar central de ordem superior está em condições de fornecer não apenas todos os bens que lhe corresponde na hierarquia dos bens e serviços, mas também todos os bens e serviços que são fornecidos por todos os centros de ordem inferior (CHRISTALLER, 1966, p.43).

Como bem esclarece Pereira (2007) a hierarquização das cidades para Christaller (1966) é justificada a partir de dois aspectos, a saber: a) o limiar de serviço, que corresponde ao nível mínimo de mercado, capaz de assegurar a oferta de um bem e/ou serviço e; b) o alcance espacial, que representa a área de influência de um comércio ou serviço, ou seja a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer para

[85] Silva (1976) afirma que a cidade ou então o município pode ser visto como um centro que distribui bens e serviços dos mais simples aos mais complexos para seus habitantes e para o campo e outros centros menores. Com efeito, tanto para esse último autor quanto para Alves (2013), quanto maior for o lugar central (cidade ou município), maior será o número de serviços que distribui.

[86] Alguns pressupostos enunciados por Christaller não se aplicam à realidade analisada, tais como: a) os centros urbanos localizarem-se em uma superfície isotrópica; b) haver uma distribuição equilibrada da população e dos recursos; c) poder de compra similar entre todos os consumidores; d) custos de transporte iguais para todas as direções e proporcionais à distância e; e) regime de concorrência perfeita.

adquirir ou utilizar um bem e/ou serviço. No âmbito da análise realizada neste artigo, pode-se considerar que o limiar de serviço corresponderia à quantidade mínima de habitantes que justifique os custos, para o Estado, decorrentes da oferta de um determinado serviço, como a manutenção da estrutura necessária para a emissão dos documentos certificadores e o alcance espacial, por sua vez, representaria a distância máxima a que os moradores de uma determinada localidade se permitiriam, ou teriam condições financeiras para percorrer, com o objetivo de obter os referidos registros.

Tendo essas ideias como norte, admitiu-se como exercício interessante de investigação analisar a oferta de serviços para os documentos certificadores da cidadania, no estado da Bahia, observando em que porte de cidades eles se encontram presentes e aferir as distâncias que devem ser percorridas pelas pessoas que residem nos municípios que não contam com a oferta destes mesmos serviços até os locais mais próximos (municípios), onde podem ser encontrados, conforme será demonstrado na seção seguinte.

5. Padrão de "acesso" aos documentos certificadores no estado da Bahia

Ao se abrir essa seção, cumpri, de imediato, voltar a enfatizar como se distribui a população baiana pelos 417 municípios do estado, pois afinal de contas é exatamente ela que demanda pelos documentos certificadores que interessam no âmbito deste estudo. Ao dar conta deste exercício se verifica que em tal estado apenas dois municípios registram contingentes populacionais acima de 500 mil habitantes (Salvador e Feira de Santana). Outros 15 contabilizam contingentes populacionais que variam entre 100 mil e 499 mil habitantes. Com efeito, o que predomina no território baiano é a existência de municípios com portes muito mais modestos em termos populacionais, ou seja, com populações que variam de 10.001 até 50.000 habitantes e entre 2.612 e 10.000 indivíduos (Figura 1).

Esse é definitivamente um traço do estado da Bahia que precisa ser levado em consideração quando se quer empreender qualquer tipo de análise sobre como sua população acessa os diferentes serviços que são oferecidos pelo poder público.

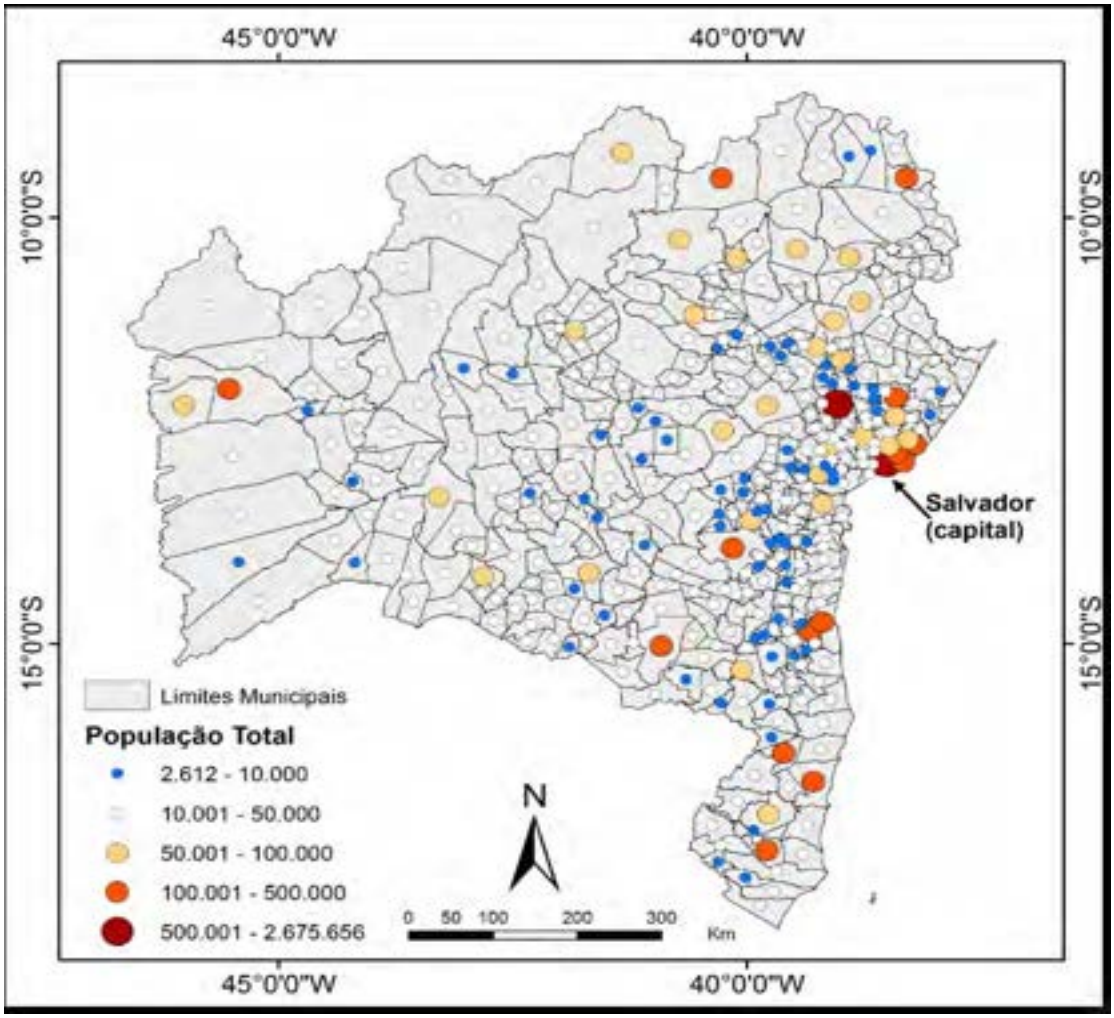
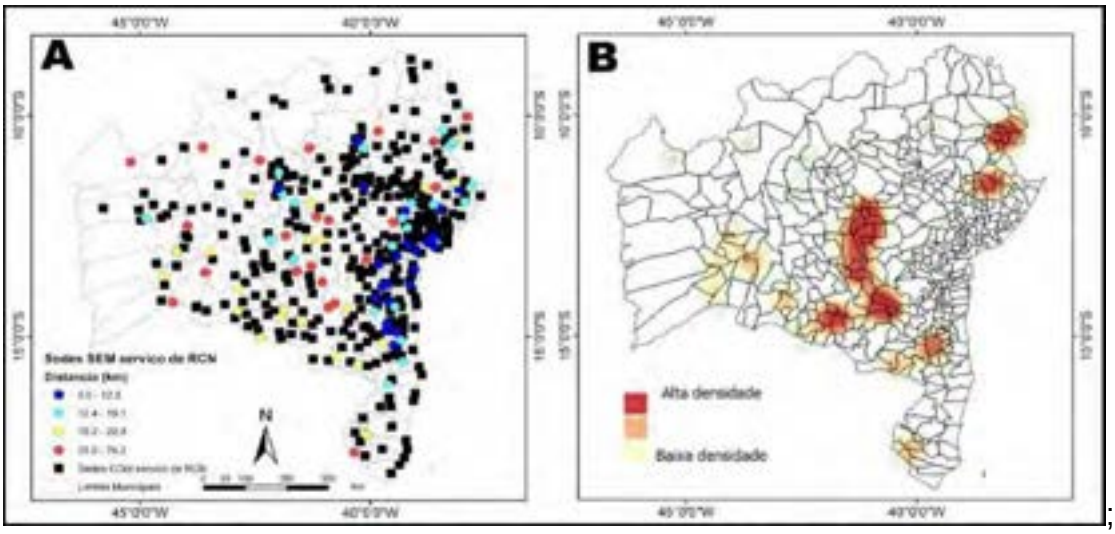


Figura 1 – Distribuição populacional por município – Bahia – 2010
Fonte: Censo Demográfico (2010)

Uma vez explicitado como a população baiana se distribui nos seus mais de 400 municípios, é chegado o momento de averiguar como se dá a oferta do serviço de emissão de RCN. Ao se caminhar nessa direção, avaliando-se as informações contidas na Figura 2A, é possível perceber que 21% (88) dos municípios baianos não possuem a oferta desse tipo de serviço em suas sedes, fato esse que, segundo Prado (2017), afeta cerca de 2.081.278 de baianos. Outra informação bastante relevante, revelada por essa mesma análise, é que a menor distância a ser percorrida por quem reside em um município desassistido por esse tipo de oferta é da ordem de 5 km. Apesar dessa distância não ser nada desprezível, outros baianos padecem muito mais para

conseguirem ter acesso ao RCN já que têm que se deslocarem por até 74.2 km[87].

Essas são informações deveras preocupantes, haja vista que elas permitem que se tenha uma noção bastante precisa da agrura que parte expressiva da população baiana, notadamente aquela marcada por condições socioeconômicas mais frágeis, enfrenta para acessar as assim chamadas arenas da cidadania. Não bastassem os inconvenientes relativos à perda de tempo, provocados pelos deslocamentos espaciais que ela tem que cumprir, existe também os derivados do esforço financeiro que tal população precisa dar conta, que a julgar pelo padrão de rendimento que predomina nos municípios baianos não é nada desprezível.



;[

Figura 2 – Distâncias entre sedes municipais com e sem serviço de emissão de RCN e densidade espacial de sedes municipais sem oferta do serviço – Bahia – 2016

Fonte: Censo Demográfico (2010) e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (2016)

Uma análise das informações presentes na Figura 2B permite um olhar ainda mais acurado sobre essa questão dos deslocamentos que parte da população baiana tem que enfrentar para conseguir o documento mais básico de acesso à cidadania (RCN). A Figura 2B representa as áreas com maior densidade de municípios cuja distancias percorridas para obtenção do acesso ao serviço de emissão de RCN são superiores a mediana (19.1 Km a 74.2 km). Nesse sentido, verifica-se algumas zonas de

[87] Convém lembrar aqui que esses valores que efetivamente foram medidos, em termos concretos, estão subestimados, pois, na análise empreendida no âmbito deste estudo, desconsiderou-se que uma parte dessa população desassistida dos serviços de emissão dos documentos certificadores (em maior ou menor proporção, dependendo do município analisado) reside em áreas rurais. Se isso fosse levado em conta, portanto, as distâncias que deveriam ser vencidas seriam maiores.

sombreamento (situadas como de alta densidade) que as regiões sudoeste e nordeste do estado representam as áreas com maior carência de oferta do serviço.

Quando se aponta o foco da análise para investigar se existem lacunas na distribuição do serviço de emissão da CI no território baiano, pode-se argumentar, apoiando-se nas informações evidenciadas pela Figura 3A, que cerca de 59% (244) dos municípios do estado não são servidos de infraestrutura que permita a emissão desse documento. Em face desse quadro, Prado (2017) chama atenção para o fato de que nada mais nada menos do que quase cinco milhões de pessoas (4.913.829) não conseguem acessar tal documento nos municípios que residem.

Destarte, pode-se asseverar que a desassistência da população baiana no que respeita o acesso ao serviço de emissão da CI é ainda mais preocupante do que aquela que prevalece para o acesso ao serviço de emissão do RCN. Enfatize-se também, nesse ponto, que a menor distância a ser percorrida por quem não dispõe da oferta desse serviço no município que reside para conseguir emiti-lo é da ordem de 5 Km, ao passo que a maior se situa na casa de 103.1 Km (Figura 3A).

Por sua vez, na Figura 3B, são identificadas ilhas de sombreamento para oferta de emissão de CI, *hot spots* localizados no oeste, uma faixa central do estado, também presentes na porção sudoeste, sul e na área nordeste ao norte da região metropolitana.

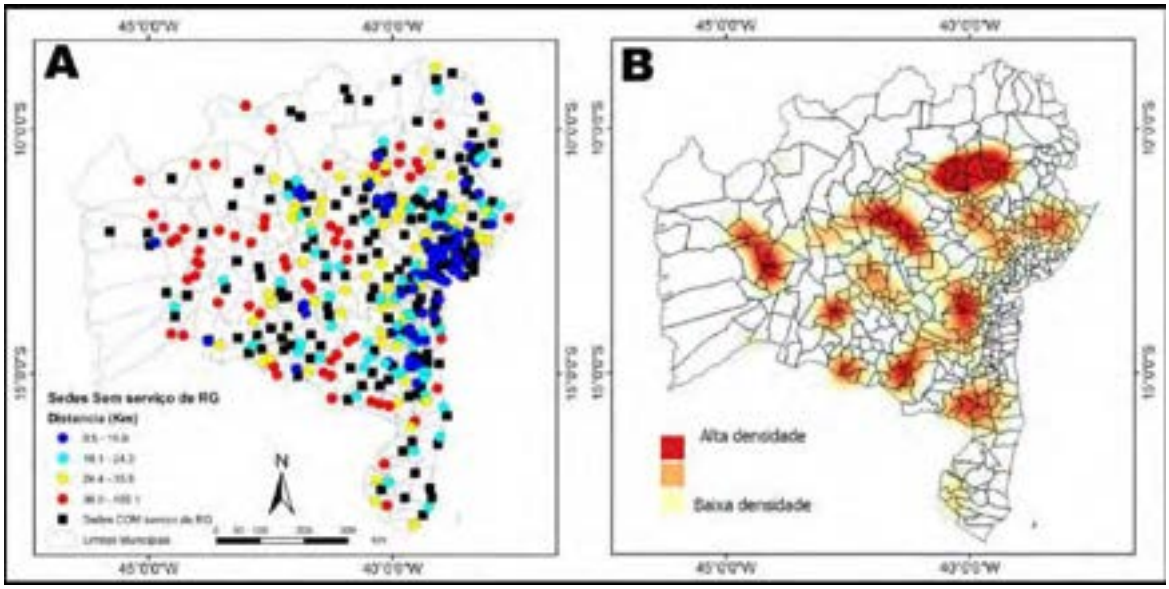


Figura 3 – Distâncias entre sedes municipais com e sem serviço de emissão de CI e densidade espacial de sedes municipais sem oferta do serviço – Bahia – 2016

Fonte: Censo Demográfico (2010) e Secretaria da Segurança Pública (BAHIA, 2016)

Ao se revelar a dimensão exata do déficit na oferta desse tipo de serviço, não se pode esquecer de pontuar que a sua prestação envolve uma complexidade maior, o que, por via de consequência, exige do cidadão, no mínimo, dois deslocamentos: um para solicitá-lo e outro para retirá-lo após sua confecção. Tal ocorrência por óbvio também traz maiores exigências ao cidadão em termos de tempo, fragilizando-o ainda mais, inclusive, financeiramente.

Para finalizar esse exercício de identificação do padrão de oferta dos documentos certificadores no estado da Bahia, dando ênfase à questão do esforço que muitos baianos têm que fazer em termo de deslocamento para conseguirem acessar as arenas da cidadania, optou-se por esboçar o panorama da oferta do serviço de emissão da CNH. Para tanto, procurou-se analisar o conteúdo presente nas Figuras 4A e 4B.

Caminhando-se nessa direção, constatou-se que, tanto em termos absolutos quanto relativos, a situação mais escassa do ponto de vista da oferta dos documentos certificadores na Bahia diz respeito precisamente a CNH. Isso porque, esse serviço não é prestado em 328 dos seus municípios, ou seja, em 79% deles (Figura 4A).

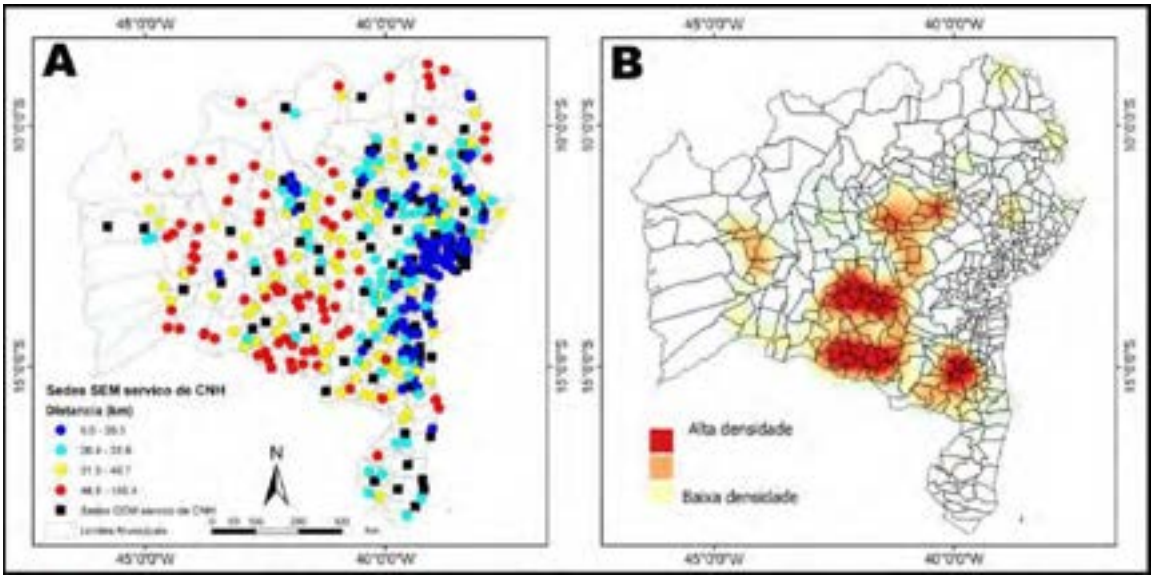


Figura 4 – Distâncias entre Sedes Municipais com e sem Serviço de Emissão de CNH e Densidade Espacial de Sedes Municipais sem Oferta do Serviço – Bahia – 2016

Fonte: Censo Demográfico (2010) e DETRAN (2016)

Dada a dimensão dessa proporção, seria razoável supor que um contingente extremamente grande de baianos não contaria com tal serviço. Não obstante, o tamanho da população que não é atendida pela emissão desse tipo de serviço é um pouco menor

(4.708.164) do que aquela que não dispõe do serviço de emissão da CI.

O enfrentamento desse pseudo e aparente paradoxo, se justifica por conta do fato de que o processo de emissão da CNH exige o cumprimento de uma lista de exigências que envolve desde a idade inicial de 18 anos até a submissão do requerente a avaliação médica e psicológica, passando por frequência as aulas teóricas do Curso de Formação de Condutores (CFC) e realização de provas teórica e prática. Tudo isso, evidentemente, demanda, por parte do Estado, uma estrutura física e de pessoal que não é fácil de ser mantida. Daí que se privilegia a sua existência precisamente nos municípios que concentram os maiores contingentes populacionais.

Em função dessa presença rarefeita no território baiano, há quem tenha que percorrer a incrível distância de 185,4 Km para conseguir emitir uma CNH (Figura 4A). Tal distância é simplesmente mais de 150% superior à maior distância que deve ser vencida pelos habitantes que precisam da emissão de um RCN e, aproximadamente, 80% maior do que aquela que, de igual modo, deve ser superada por aqueles que precisam de CI.

A bem da verdade, essas distâncias que foram mencionadas levam em conta a ida do requerente da CNH apenas uma vez ao órgão responsável por sua emissão. Entretanto, dada a complexidade que a confecção desse documento encerra, conforme mencionado, dificilmente se consegue obtê-lo indo apenas uma única vez ao órgão expedidor. Sendo assim, é prudente multiplicar as distâncias assinaladas por no mínimo dois.

O enfrentamento dessa realidade, por certo, dado os custos que envolvem para uma população que reconhecidamente possui um baixo poder aquisitivo, limita severamente o gozo e/ou desfrute deste direito.

Escrutinando ainda mais detidamente como a população baiana se serve da oferta do serviço de emissão da CNH, verifica-se, na Figura 4B, que as regiões sudoeste e central do estado são aquelas que contém as maiores densidades municipais em que a população precisa se deslocar maiores distâncias para obterem acesso ao referido serviço.

Depois de conhecidas as distâncias mínimas e máximas que parte da população baiana percorre para ter acesso aos documentos certificadores que são objeto dessa investigação, cabe considerar que, para além da complexidade que a emissão de cada

um deles encerra, há outros fatores que concorrem para que exista no território estadual grandes vazios na oferta de tais serviços. Isso fica evidenciado, por exemplo, quando se coloca em pauta questões econômicas como a pujança dos munícipios no tocante ao PIB.

Prova disso pode ser encontrada no fato de que os 83 munícipios contemplados, a um só tempo, com os três tipos de serviços analisados neste estudo produzem um volume de riqueza avaliado, em 2010, em R$ 108.251.818.045, montante esse que representava, aproximadamente, 70% do PIB corrente total da Bahia. Já os 91 municípios que não contam com infraestrutura para a emissão de tais documentos, respondem por apenas 4% do PIB estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2021).

Diante desses números, não há como negar a existência de uma correlação direta entre o peso econômico dos munícipios e a presença de estruturas institucionais de emissão dos documentos certificadores, haja vista que elas estão concentradas notadamente nos munícipios mais dinâmicos economicamente.

No tocante aos fatores econômicos, cabe ponderar ainda que as áreas de sombreamento que foram identificadas, nas quais não há oferta dos serviços de emissão dos documentos privilegiados no âmbito deste estudo, teimam em dificultar ainda mais a inclusão àquilo que Marshall (1967) denominou de elemento ou arena social da cidadania, tendo em vista que sem o acesso aos documentos certificadores, a cidadania fica ainda mais restrita.

Outra forma de se perceber as assimetrias que existem na Bahia no que diz respeito à disponibilidade do serviço de emissão dos documentos certificadores, e comprovar que elas derivam de outros fatores que não apenas a complexidade envolvida na confecção de cada um deles, é avaliando-se a relação entre a oferta dos mesmos e o IDH Municipal. Ao se fazer esse cruzamento identifica-se que são em número de 103 os municípios do estado da Bahia classificados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) como de muito alto desenvolvimento. Dentre esses, 52 disponibilizam os três serviços em foco para sua população, representando 64% do total dos 83 municípios que possuem essa infraestrutura no estado. Enfatize-se que desse grupo apenas 10 não possuem a oferta de nenhum dos serviços em foco.

Realidade diametralmente oposta a essa prevalece nos 106 municípios

classificados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) como de baixo desenvolvimento. Neste grupo, apenas 8 municípios possuem oferta dos serviços de emissão dos documentos certificadores objetos desta investigação. Já em 36 deles não são ofertados nenhum tipo de serviço. Os demais 62, por seu turno, têm acesso a apenas 1 ou a 2 serviços.

6. Considerações finais

Em razão de tudo que foi apresentado, parece plenamente factível admitir que a sociedade baiana espelha, de maneira categórica, aquilo que Souza (2000) denomina de cidadania brasileira seletiva, na medida em que apenas parte da sua população consegue acesso aos documentos certificadores da cidadania, percebidos como fundamentais para o seu acesso e desfrute. Trata-se, é bom que se diga, de uma seletividade real, dado que, no plano da aparência mais imediata, não se constata a ocorrência de nenhuma seletividade que decorra e/ou tenha origem em motivações legais.

Ficou evidente, no contexto deste estudo, que embora o acesso aos serviços de emissão dos documentos certificadores esteja espraiado pelos quatro cantos do território baiano, contingente significativo da população estadual precisa percorrer distâncias consideráveis, em muitos casos por mais de uma vez, para acessá-los. Esse fato, certamente, gera enormes transtornos para essa população desassistida, tanto em termos de tempo e custo, quanto em termos de comodidade e conforto.

Conforme ficou evidenciado, a lógica que está por trás da estruturação da oferta dos serviços de emissão dos documentos certificadores, assenta-se não apenas na perspectiva que considera e, portanto, leva em conta a complexidade envolvida na emissão de cada um desses documentos, mas também respeita e, por via de consequência, é determinada por fatores de ordem econômica, que determinam o papel de cada um dos 417 municípios que integram o estado da Bahia. Destarte, aqueles municípios com dinâmicas econômicas mais vibrantes e consolidadas, que ocupam, muitas vezes, conforme preconiza Christaller (1966), a condição de lugares centrais, são beneficiados, uma vez que é notadamente neles que estão reunidas as estruturas públicas e de outra natureza (como, por exemplo, clínicas médicas e centros de formação de condutores para quem precisa de CNH), que facultam à população ter acesso aos ditos documentos certificadores e, por via de consequência, gozar a cidadania.

Cabe destacar também, ainda no que tange ao alcance espacial dos serviços, que os municípios menos assistidos são aqueles de menor hierarquia no sistema urbano estadual. O limiar de serviço da CNH é o maior entre os três analisados, até mesmo devido à complexidade da sua emissão. Considera-se que, face à extensão do território estadual, o alcance espacial de alguns serviços ainda deveria ser menor, tendo em vista a grande quantidade de habitantes que não possuem os documentos.

Assim, pensar estratégias que conduzam à reversão e/ou a amenização dessa problemática de desigualdade no desfrute da cidadania por parte dos baianos parece ser tarefa prioritária. Ao defender esse posicionamento, alega-se que é absolutamente imperioso que se passe a contemplar a possibilidade de que outros atores institucionais intervenham, de alguma forma, no processo de fortalecimento das políticas públicas que fomentam a cidadania no país, atuando como uma espécie de agentes catalizadores.

A formulação dessa proposição encontra respaldo em autores como Osborn e Sund (2010; 2011; 2012) e Osborn (2013), que sustentam a tese que um dos fatores mais relevantes para superar as barreiras de acesso à cidadania, em países como Itália, Suíça, Estados Unidos, França e Canadá, foi aproximar a infraestrutura do Estado dos cidadãos. Para eles, essa aproximação ocorreu basicamente de duas formas: pela criação de estruturas próprias do Estado ou pela utilização de plataformas públicas, sejam elas específicas ou múltiplas, presenciais ou virtuais, visando proporcionar alternativas de acesso dos cidadãos aos serviços, com maior conforto e comodidade.

Essa seria, pois, uma condição que se imporia, por exemplo, aos Correios brasileiros, haja vista sua extensa plataforma de atendimento e rede logística. Se essa infraestrutura de tal instituição fosse canalizada também para esse fim, ampliar-se-ia muito a capacidade do Estado e governos de estender os limites da oferta de serviços para o acesso e desfrute da cidadania no Brasil, fato esse que, por via de consequência, oportunizaria maior acesso, conforto, comodidade e menor custo aos cidadãos.

Ao se indicar essa “solução”, não se pode perder de vista que apesar dos muitos pontos favoráveis aos Correios para exercer o papel de instituição catalisadora de políticas públicas para a cidadania, torna-se necessário observar, também, as limitações existentes, que são capazes de criar barreiras para tal instituição no sentido de cumprir esse papel importante. Entre essas limitações, cabe destacar aquelas de caráter mais sistêmico e com maior potencial de bloqueio: 1) o gigantismo e natureza de uma empresa

pública; 2) a orientação de gestão da empresa; e 3) tecnologias, qualificações, segurança e legalidade dos processos.

Acredita-se que corrigindo-se essas limitações, são inegáveis as possibilidades de ampliação da oferta de serviços relativos aos documentos certificadores à sociedade brasileira utilizando as plataformas de atendimento e logística dos Correios. Concretamente, isso já foi vivenciado em países considerados desenvolvidos e está sendo vivenciado em muitos países em desenvolvimento (China, Índia e África do Sul).

Referências

ALVES, Manuel Brandão. A formação dos sistemas urbanos. *In: Compêndio de economia regional.* v. 1**.** Lisboa, Portugal: Principia, 2013

CALTRAM, Gladys Andréa Francisco. *O registro de nascimento como direito fundamental ao pleno exercício da cidadania*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-resultados-gerais. Acesso em: 23 out. 2022.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN). *[Portal institucional]*. Disponível em: https://www.denatran.org/ Acesso em: 13 dez. 2016.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Registro Civil: tabelas. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/tabelas/brasil/2020. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO (INI). Unidades do Instituto Nacional de Identificação. Disponível em: http://www.dpf.gov.br/institucional/unidades. Acesso em: 10 ago. 2016.

KANG, Margareth. SANTOS, Maike Wille. DONEDA, Danilo. Políticas de Identidade na Era Digital e o registro Civil Nacional. *Revista em Debate*. Belo Horizonte, v.8, n.6, p. 41-64, ago. 2016.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OSBORN, Derek. *Reinventing the post.* Unit Kingdom: Libri Publishing, 2013.

OSBORN, Derek; SUND, Kristian J. *The future is in the post: perspctives on strategy in the postal industry.* Faringon: Libri Publishing, 2010.

OSBORN, Derek; SUND, Kristian J. *The future is in the post II:* perspctives on transformation in the postal industry. Faringon: Libri Publishing, 2011.

OSBORN, Derek; SUND, Kristian J. *The future is in the post III:* perspctives on inovation in the postal industry. Faringon: Libri Publishing, 2012.

PEREIRA, Aliger dos Santos. *Loterias:* uma parceria público-privada no território de Salvador. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Salvador – BA, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:* Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) 2010. 2013. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010. Acesso em: 23 out. 2022.

PRADO, Vaner José do. *Os correios como agente catalisador de políticas públicas para a cidadania*: uma perspectiva de análise a partir da realidade do estado da Bahia. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Salvador - UNIFACS. Salvador – BA, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *PIB Estadual Anual: tabelas e gráficos*. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=1139. Acesso em: 23. out. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Seminário*: Panorama da Economia Baiana. *[Apresentação em PowerPoint]*. Salvador. 05 junho 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Ação Direta de Insconstitucionalidade 4.825 Mato Grosso do Sul.* Brasília, 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12376446. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia,* Rio Claro, v. 1, p. 1 – 23, 1976.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora UNB, 2000.

SOUZA, Josimeri Antônia de; RIBAS, João André Nascimento. Educação dos Cidadãos Para o Trânsito: um enfoque no município de Siqueira Campos – PR. *Congresso Internacional de Educação*. Ponta Grossa – PR, setembro de 2015.

UZÊDA, Jorge Almeida. A cidade de Salvador e a modernidade da máquina no período de 1935 a 1945. *Bahia Análise & Dados***,** Salvador, v. 19, n. 2, p. 603-615, jul./set. 2009.

WEIS, Carlos. *Os direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 1999.